



**HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Adusp)  
Democratização do ensino superior e da sociedade em tempos  
de ditadura civil-militar no Brasil (1976-1980)**

**São Paulo  
2022**

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**FERNANDA BATISTA ALVES**

**HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Adusp)  
Democratização do ensino superior e da sociedade em tempos  
de ditadura civil-militar no Brasil (1976-1980)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), sob orientação do Profº Dr. Carlos Bauer de Souza

**São Paulo  
2022**

Alves, Fernanda Batista.

História da associação de docentes da universidade de São Paulo (Adusp): democratização do ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil militar no Brasil (1976-1980). / Fernanda Batista Alves. 2022.

380 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2022.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. História da educação brasileira. 2. Sindicalismo docente. 3. Associativismo docente. 4. Adusp. 5. Democratização do ensino superior.

I. Souza, Carlos Bauer de.

II. Título.

CDU 37

História da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp): democratização do ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil-militar no Brasil (1976-1980)

Tese apresentada à Universidade Nove de Julho, junto ao Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, para obtenção do título de Doutora em Educação pela banca examinadora formada por,

Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza (orientador)  
PPGE Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Carlos Giovinazzo  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Rosemary Roggero  
PPGE Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Amarílio Ferreira Júnior  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho  
PPGE Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Evaldo Piolli  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Rosiley Teixeira  
PROGEPE - Universidade Nove de Julho - UNINOVE

Assinatura: \_\_\_\_\_

São Paulo, 26 de abril de 2022

para as matriarcas da família, Vó Laurentina (in memorian), Vó Dolores e minha  
mãe Maria Izabel  
ao André, pelo amor e companheirismo  
às inconformadas com as opressões sofridas!

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Nove de Julho - UNINOVE, pela oportunidade de realização destes estudos em seu Programa de Pós-Graduação em Educação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, por proporcionar que parte destes estudos fossem realizados com a outorga de bolsa-financiamento.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNINOVE, pela contribuição importantíssima na minha formação. Ao professor Carlos Bauer pelo apoio ao longo do doutoramento.

Ao pessoal da secretaria da Pós-Graduação.

Aos colegas do Gruphis (Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social), pela parceria nos estudos e nas lutas.

## **RESUMO**

A presente tese tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a História da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp): democratização do ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil militar no Brasil (1976-1980), em busca de uma compreensão crítica e contextualizada da formação desta entidade no âmbito do associativismo, mais especificamente no que diz respeito aos interesses dos professores da Universidade de São Paulo (USP), da sua presença nas lutas e embates pela democratização do ensino superior e da sociedade brasileira. Tendo como base as concepções marxianas de análise da realidade histórica e social, as fontes utilizadas foram entrevistas, jornais, revistas eletrônicas, fotografias, documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), preservados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), o Estatuto da Adusp, as resoluções do 1º Congresso da USP e o levantamento bibliográfico para identificar, compreender, analisar e desenvolver essa investigação. A ampliação do diálogo entre os membros da comunidade uspeana, as temáticas sobre as condições do trabalho e da carreira docente, os rumos da universidade e a necessidade de ampliação de vagas, formam um conjunto de temas que, desde o início da trajetória da Adusp, inscreveram na história sua atuação em prol da ciência e da tecnologia na construção da soberania do país, da defesa da universidade pública, laica e gratuita para todos. Esses são os aspectos que procuramos desenvolver ao longo do presente estudo.

**Palavras-chave:** Adusp. Associativismo docente. Democratização do ensino superior. Ditadura. História da Educação.

## RESUME

This thesis aims to present a discussion on the History of the University of São Paulo Teachers Association (Adusp): democratization of higher education and society in times of civil military dictatorship in Brazil (1976-1980), in search of a critical and contextualized understanding of the formation of this entity within the scope of associativism, more specifically with regard to the interests of professors at the University of São Paulo (USP), their presence in the struggles and clashes for the democratization of higher education and Brazilian society. Based on the Marxian concepts of analysis of historical and social reality, the sources used were interviews, newspapers, electronic magazines, photographs, documents from the Department of Political and Social Order (DOPS), preserved in the Public Archive of the State of São Paulo (APESP), the Adusp Statute, the resolutions of the 1st Congress of USP and the bibliographic survey to identify, understand, analyze and develop this investigation. The expansion of the dialogue between the members of the USP community, the themes about the conditions of work and the teaching career, the direction of the university and the need to expand vacancies, form a set of themes that, since the beginning of Adusp's trajectory, inscribed in history their work in favor of science and technology in the construction of the country's sovereignty, in the defense of a public, secular and free university for all. These are the aspects that we seek to develop throughout the present study.

**Keywords:** Adusp. Teacher association. Democratization of higher education. Dictatorship. History of Education.



## RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo presentar una discusión sobre la Historia de la Asociación de Profesores de la Universidad de São Paulo (Adusp): democratización de la educación superior y de la sociedad en tiempos de la dictadura cívico-militar en Brasil (1976-1980), en busca de una comprensión crítica y contextualizada de la formación de esta entidad en el ámbito del asociativismo, más específicamente en lo que se refiere a los intereses de los profesores de la Universidad de São Paulo (USP), su presencia en las luchas y enfrentamientos por la democratización de la educación superior y de la sociedad brasileña. Con base en las concepciones marxistas de análisis de la realidad histórica y social, las fuentes utilizadas fueron entrevistas, periódicos, revistas electrónicas, fotografías, documentos del Departamento de Orden Político y Social (DOPS), conservados en el Archivo Público del Estado de São Paulo (APESP), el Estatuto de Adusp, las resoluciones del 1º Congreso de la USP y el levantamiento bibliográfico para identificar, comprender, analizar y desarrollar esta investigación. La ampliación del diálogo entre los miembros de la comunidad USP, los temas sobre las condiciones de trabajo y de carrera docente, el rumbo de la universidad y la necesidad de ampliar las vacantes, forman un conjunto de temas que, desde el inicio de la trayectoria de Adusp, inscribió en la historia su labor a favor de la ciencia y la tecnología en la construcción de la soberanía de la patria, en la defensa de una universidad pública, laica y gratuita para todos. Estos son los aspectos que buscamos desarrollar a lo largo del presente estudio.

**Palabras clave:** Adusp. Asociación de profesores. Democratización de la educación superior. Dictadura. Historia de la Educación.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

**Figura 1:** Folhas inicial e final do decreto de criação da Universidade de São Paulo em 1934, que contou com a elaboração de Fernando de Azevedo. (página 5)

**Figura 2:** Foto da ficha no DOPS do Professor Ernst Wolfgang Hamburger (página 47)

**Figura 3:** Foto da ficha no DOPS do Professor Ernst Wolfgang Hamburger (página 50)

**Figura 4:** Trecho da ficha da professora Dilma de Melo Silva no DOPS. (página 53)

**Figura 5:** Trecho da ficha do professor Florestan Fernandes no DOPS. (página 55)

**Figura 6:** Jornal A Folha de São Paulo, edição de 07 de dezembro de 1977 em reportagem intitulada Variam reações ao fim do 477: Fim do decreto não seria suficiente, dizem professores e estudantes. (página 56)

**Figura 7:** Passeata de estudantes, professores e populares no centro de São Paulo pela anistia e pelas liberdades democráticas, realizada no dia 5 de maio de 1977. (página 61)

**Figura 8:** Jornal Movimento. Ano 1977\Edição 00099, 23.05.1977, p. 3. Acervo: professor Carlos Bauer. (página 67)

**Figura 9:** Trecho da reportagem A prova mais difícil: o custo das faculdades, em O Estado de São Paulo de 31 de janeiro de 1982. (página 72)

**Figura 10:** Trecho do livro 1º Congresso da Universidade de São Paulo (página 74)

**Figura 11:** Trecho de documento produzido a partir do 1º Congresso da Universidade de São Paulo (página 77)

**Figura 12:** Manifestação do DCE-Livre. (página 78)

**Figura 13:** Alexandre Vannucchi Leme, estudante de Geologia da USP, assassinado pela ditadura civil-militar. (página 79)

**Figura 14:** Trecho que destaca as intersecções entre professores, alunos e funcionários da USP na ocasião do 1º Congresso de da Universidade de São Paulo (página 81)

**Figura 15:** Trecho retirado das resoluções do 1º Congresso da USP - Para onde vai a USP? (página 84)

**Figura 16:** Trecho do texto das resoluções do 1º Congresso - Para onde vai a USP? (página 85)

**Figura 17:** Recorte do Jornal Folha de São Paulo de 18 de abril de 1980. (página 85)

**Figura 18:** Recorte do Jornal Folha de São Paulo de 18 de abril de 1980. (página 86)

**Figura 19:** Recorte do Jornal Folha de São Paulo de 18 de abril de 1980. (página 87)

**Figura 20:** Registro manuscrito da sessão de abertura do 1º Congresso da USP, em 1980, com o Professor Alfredo Bosi. Crédito: Juca Martins, Agência F4. Arquivo Público do Estado de São Paulo. (página 87)

**Figura 21:** Sessão de abertura do 1º Congresso da USP, em 1980, com o Professor Alfredo Bosi. (página 88)

**Figura 22:** Trecho do livro do I Congresso da USP, que apresenta a diretoria da Adusp de 1979-1981 (página 89)

**Figura 23:** Trecho do Livro do I Congresso da USP (página 89)

**Figura 24:** Trecho do Livro do I Congresso da USP (página 1-2)

**Figura 25:** Trecho do Livro do I Congresso da USP (página 94-5)

**Figura 26:** Trecho do Livro do I Congresso da USP (página 98)

**Figura 27:** Ilustração no Livro do I Congresso da USP (página 98)

**Figura 28:** Trecho do Livro do I Congresso da USP (página 102)

**Figura 29:** Trecho do Livro do I Congresso da USP: contribuição ao debate sobre o ensino público (página 108)

**Figura 30:** Trecho do Livro do I Congresso da USP: contribuição ao debate sobre o ensino público (página 109)

**Figura 31:** Ilustração no Livro do I Congresso da USP (página 110)

**Figura 32:** Trecho do Livro do I Congresso da USP: contribuição ao debate sobre o ensino público (página 110)

**Figura 33:** Trecho do Livro do I Congresso da USP: contribuição ao debate sobre o ensino público (página 111)

**Quadro 1:** Quadro/lista de uspianos mortos e/ou desaparecidos. (página 40-42)

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

Adusp - Associação de docentes da Universidade de São Paulo

Asusp - Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo AI - Ato Institucional

ALN - Ação Libertadora Nacional

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODI - Centros de Operações e Defesa Interna

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

CUT - Central Única dos trabalhadores

DCE - Diretório Central Estudantil

DCS - Departamento de Comunicação Social

DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DOI - Destacamentos de Operação Interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

ECA - Escola de Comunicação e Artes da USP

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo

GEPT/UnB - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho da Universidade de Brasília

Gruphis - Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JUC - Juventude Universitária Católica

LSN - Lei de Segurança Nacional

LIPED - Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais

MG - Estado de Minas Gerais

MST- Movimento dos Sem Terra

MTST - Movimento dos Sem Teto

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MR8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro

NUPET - Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PA - Estado do Pará

PROEDES/UFRJ - Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil PT - Partido dos Trabalhadores

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

Rede ASTE - Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação

SNI - Serviço Nacional de Informações

SBPC - Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência

SP - Estado de São Paulo

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNINOVE - Universidade Nove de Julho

USAID - United States Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>Seção 1. Introdução</b> _____	01
<b>1.1. Metodologia e referenciais teóricos</b> _____	13
<b>Seção 2. Contexto histórico e social do surgimento da Adusp</b> _____	21
<b>2.1. Um golpe na democracia: a educação em tempos sombrios</b> _____	26
<b>2.2. Caminhos de resistir: cultura, movimentos populares e luta armada</b> _____	35
<b>2.3. Resistência, perseguição e assassinatos de professores e alunos da USP</b> _____	39
<b>Seção 3. Adusp: atuação em prol da democracia e da valorização da educação pública</b> _____	60
<b>3.1. As lutas corporativas como instrumento da valorização da educação pública</b> _____	63
<b>Seção 4. Para onde vai a USP? – I Congresso da USP (1980) – da elitização da universidade à luta pela democratização do ensino superior público e gratuito brasileiro</b> _____	74
<b>4.1. USP em debate: proposições e ações das entidades rumo à democratização da universidade</b> _____	93
<b>Conclusão</b> _____	114
<b>Referências</b> _____	119



## **LISTA DE ANEXOS**

**ANEXO 01:** Estatuto da Adusp, aprovado em 26 de março de 2008, em Assembléia Ordinária da referida instituição.

## **LISTA DE APÊNDICES**

**APÊNDICE 01:** Reportagem no Jornal da USP de 11 de julho de 2018 sobre o falecimento do professor Ernest Hamburger e suas contribuições para a Universidade de São Paulo.

**APÊNDICE 02:** Ficha no DOPS do Professor Ernst Wolfgang Hamburger

**APÊNDICE 03:** Trecho da ficha da professora Dilma de Melo Silva no DOPS.

**APÊNDICE 04** - Reportagem do Jornal da USP sobre a trajetória política e educacional do professor Florestan Fernandes

**APÊNDICE 05:** Trecho da ficha do professor Florestan Fernandes no DOPS.

**APÊNDICE 06** - Reportagem no Jornal Folha de São Paulo de 07 de dezembro de 1977 sobre fim do decreto estabelecido com o avanço da ditadura civil militar dentro da USP.

**APÊNDICE 07** - Reportagem do Jornal da USP de 19 de outubro de 2015 sobre os 40 anos do assassinato de Vladimir Herzog.

**APÊNDICE 08** - Roteiro de entrevista semi-estruturada que foi utilizada como fonte da presente pesquisa.

**APÊNDICE 09** - Entrevista concedida pelo Professor César Augusto Minto em agosto de 2021 por meio da plataforma Meet, utilizando-se do questionário como roteiro semi-estruturado

**APÊNDICE 10** - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: César Minto

**APÊNDICE 11:** Trecho de O Estado de São Paulo de 31 de janeiro de 1982. Trecho da reportagem A prova mais difícil: o custo das faculdades

**APÊNDICE 12:** Capa do livro Pra onde vai a USP - I Congresso da Universidade de São Paulo, produzido a partir do I Congresso da USP e utilizado como fonte de análise para a quarta seção.

**APÊNDICE 13:** Recortes do Jornal Folha de São Paulo de 18 de abril de 1980.

## Seção 1

---

### Introdução

#### *Podres Poderes*

*Enquanto os homens exercem seus podres  
poderes  
Motos e fuscas avançam os sinais vermelhos  
E perdem os verdes  
Somos uns boçais  
Queria querer gritar setecentas mil vezes  
Como são lindos, como são lindos os  
burgueses  
E os japoneses  
Mas tudo é muito mais  
Será que nunca faremos senão confirmar  
A incompetência da América católica  
Que sempre precisará de ridículos tiranos  
Será, será que será que será que será  
Será que essa minha estúpida retórica  
Terá que soar, terá que se ouvir  
Por mais zil anos?  
Enquanto os homens exercem seus podres  
poderes  
Índios e padres e bichas, negros e mulheres  
E adolescentes fazem o carnaval  
Queria querer cantar afinado com eles  
Silenciar em respeito ao seu transe, num  
êxtase  
Ser indecente  
Mas tudo é muito mau*

(Caetano Veloso)

O presente trabalho, intitulado História da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp): democratização do ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil militar no Brasil (1976-1980), se insere no campo no campo da história da educação, tendo como tema de pesquisa o sindicalismo e o associativismo docente e como objeto de estudo a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), trazendo à tona alguns aspectos da história de sua gênese que se produziu em meio ao período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

Em linhas gerais, o presente estudo tem o objetivo de trazer compreensão crítica e contextualizada da atuação organizativa e sociopolítica de professores e professoras no âmbito do associativismo e do sindicalismo, mais especificamente no que se refere às lutas e embates pela democratização do ensino superior e da própria sociedade brasileira. A entidade analisada representa os professores e professoras que atuam no interior de uma das mais conceituadas e renomadas universidades do país.

Para isso, é importante iniciarmos trazendo um breve histórico do surgimento da própria Universidade de São Paulo (USP) e sob que circunstâncias ocorreu seu nascimento. Encontramos no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um sucinto histórico sobre esse marcante episódio:

Após a derrota da Revolução de 1932, São Paulo sentiu a necessidade de formar uma nova elite capaz de contribuir para o aperfeiçoamento do governo e a melhoria do país. Com esse objetivo, um grupo de empresários fundou a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1933, e o interventor Armando Sales criou a Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Como disse Sérgio Milliet, "de São Paulo não sairão mais guerras civis anárquicas", e sim "uma revolução intelectual e científica suscetível de mudar as concepções econômicas e sociais dos brasileiros". A busca de conhecimentos aplicáveis à vida do país vinha reforçar a crítica à cultura bacharelesca e à formação deficiente das escolas de direito. A ELSP desejava formar elites administrativas para os novos tempos, marcados por uma atuação crescente do Estado, enquanto a USP pretendia preparar professores para as escolas secundárias e especialistas nas ciências básicas. A sociologia norte-americana constituiu o modelo da ELSP. Já o perfil da Faculdade de Filosofia da USP foi influenciado pelo mundo acadêmico francês. Professores estrangeiros como Roger Bastide, Emílio Willems, Donald Pierson, Pierre Monbeig e Herbert Baldus, entre outros, difundiram nas duas instituições novos padrões de ensino e pesquisa, formando as novas gerações de cientistas sociais no Brasil. A ELSP, a Faculdade de Filosofia da USP e o jornal O Estado de S. Paulo formavam o que o historiador Carlos Guilherme Motta chamou de 'um tripé de sólido enraizamento cultural e político'<sup>1</sup>.

Como podemos verificar neste pequeno trecho, a constituição da USP tem interesses bem específicos para a consolidação do ensino universitário no país, bem

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RevConstitucionalista32/USP> Consultado em 17/03/22

como um direcionamento nítido para a formação dos sujeitos que adentram ao campus desta universidade: oferecer formação para constituição de uma elite intelectual que conduzisse o desenvolvimento econômico e social do país.

Armando Sales, interventor no Estado de São Paulo, foi um dos responsáveis pela criação da USP. Por decreto, de 25 de janeiro de 1934, o interventor reuniu as sete faculdades oficiais – Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia, Veterinária, Agronomia e o Instituto de Educação – em um mesmo corpo administrativo.

Para desenvolver a nova instituição, Armando Sales e seus colaboradores procuraram o concurso de importantes professores da Alemanha, França e Itália, assim como de intelectuais brasileiros de renome, como é o caso de Fernando de Azevedo que, ao lado de Antônio de Almeida Prado, foi um dos principais organizadores da Faculdade de Filosofia. O próprio Antônio de Almeida Prado junto a professores franceses, como o sociólogo Paul Arbousse Bastide, o historiador Émile Coornaert e o geógrafo Pierre Deffontaine, compunham seu quadro docente. A partir de uma compreensão tradicional da criação da USP, a presença de Fernando de Azevedo é uma das mais destacadas deste épico projeto político educacional.

Autor de obras fundamentais para a compreensão dos processos de formação e do desenvolvimento dos problemas culturais e políticos educacionais brasileiros, muito cioso da construção da narrativa de sua própria memória, Fernando de Azevedo (1894-1974) pode ser considerado como um dos personagens mais marcantes e controversos da história da educação brasileira contemporânea.

Azevedo participou ativamente: na criação do Ministério da Educação e Saúde (1930); da redação e articulação política para a ampla difusão social do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* (1932); das discussões que culminaram na aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4024/61); da controversa Reforma Universitária de 1968; e no projeto que culminou na criação da USP, em 1934.

Na concepção de Fernando de Azevedo, a universidade deveria formar os melhores e os mais disciplinados talentos da juventude que, superando as derrotas políticas, econômicas e os fracassos militares dos paulistas em 1932, teriam a função de dirigir o país posteriormente, constituindo-se na sua verdadeira elite

política e cultural.

Conforme a análise realizada pelo professor Edmundo Coelho (1988, p. 23), originalmente, esse projeto político educacional:

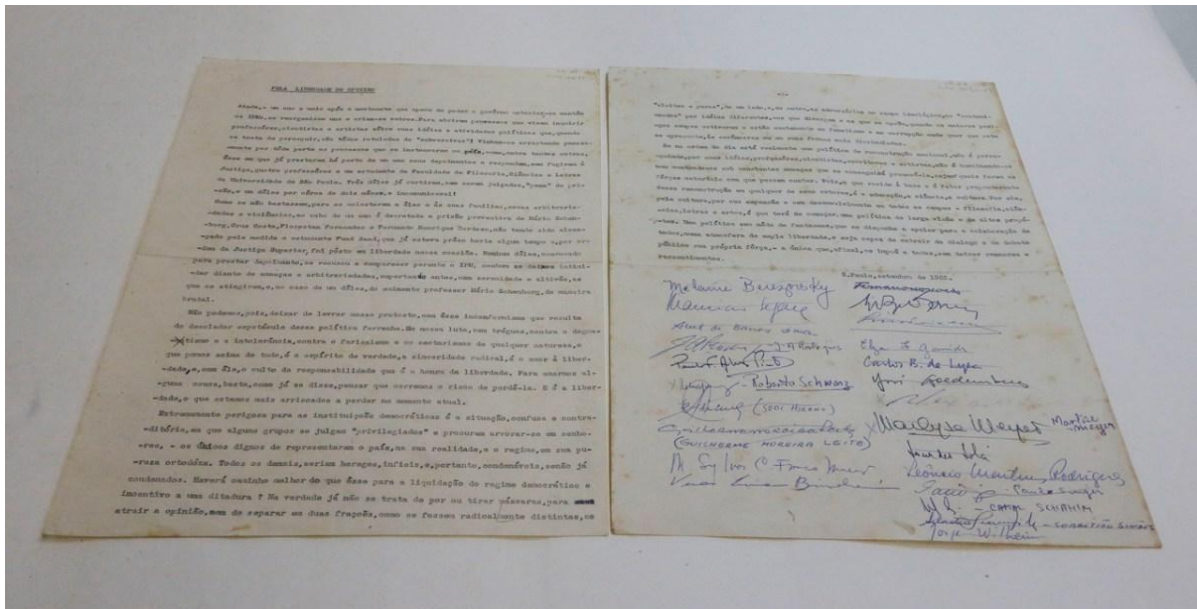
[...] previa a transferência dos cursos básicos de ciência do currículo das escolas profissionais para o da Faculdade, onde seriam ministrados por cientistas contratados no exterior, e expurgados os interesses práticos da formação meramente profissional. O espírito era bem o das universidades alemãs do século XIX, embora o modelo da USP fosse a Sorbonne e o da Faculdade, as faculté des sciences francesas. [...] Era tão intensa a adesão ao ideal da 'ciência desinteressada', do 'saber pelo saber' que entre os fundadores da USP havia sérias dúvidas se as escolas profissionais deveriam ser incorporadas à nova universidade, pois receavam que viesse a contaminá-la com seus 'vícios incuráveis'; a inclusão foi decidida com base na convicção de que o contrário ocorreria se houvesse severa vigilância, e de que as escolas profissionais terminariam por ceder à força irradiadora da ciência. Um prognóstico irreal e excessivamente otimista como se veria depois.

A proposta engendrada por Azevedo, com o firme e decisivo apoio político e material prestado por Júlio de Mesquita e por Armando Salles, projetava a criação universidade como um centro de excelência própria para o desenvolvimento de estudos avançados e da pesquisa de alta qualidade, projetando-se não como um elo importante da constituição da própria dinâmica social, mas como um dos principais pólos dinamizadores do seu desenvolvimento.

Tais preceitos haveriam de se expressar, de forma lapidar, no Decreto nº 6.283, que criou a USP em 25 de janeiro de 1934<sup>2</sup>, com as seguintes finalidades determinadas em decreto fundacional: promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.

---

<sup>2</sup> A íntegra do Decreto nº 6.283/34, que dispõe sobre a criação da USP, está disponível em <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>



**Figura 1:** Folhas inicial e final do decreto de criação da Universidade de São Paulo em 1934, que contou com a elaboração de Fernando de Azevedo. Fonte: Acervo do Instituto de Estudos Brasileiro (ISEB). Foto: Marcos Santos.

Mesmo que tenha se revestido de uma fraseologia progressista e os seus idealizadores tenham se esmerado em produzir uma memória democrática dos seus próprios gestos, o projeto de criação da USP se alicerça numa concepção produzida no seio da classe dominante e amparada em torno da ideologia e da supremacia das elites paulistas, que teriam, na criação desta instituição de excelência, a incumbência de conduzir e governar – conforme os seus interesses políticos e culturais, econômicos e financeiros – o conjunto da nação.

Embora tenha apoiado muitas das propostas e participado das realizações do regime ditatorial, Fernando de Azevedo, logo após a decretação do golpe de 1964, redigiu um documento em que, além de se posicionar contra a perseguição aos intelectuais pelas ideias que produziam, se manifesta contra a prisão dos professores da USP, casos de Mario Schenberg, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes.

Nas suas próprias palavras (AZEVEDO, *apud* COSTA, 2019):

Se na ordem do dia está realmente uma política de reconstrução nacional, não é perseguindo, por suas ideias, professores, cientistas, escritores e artistas, não é humilhando-os nem mantendo-os sob constantes ameaças que se conseguirá promovê-la, sejam quais forem as forças materiais com que possam contar. Pois o que reside à base e é fator preponderante

dessa reconstrução em qualquer de seus setores é a educação, a ciência e a cultura.

Fernando de Azevedo, apesar de posicionamentos contraditórios e do apoio à ditadura, compreendia que as perseguições perpetradas pelos agentes do regime em nada contribuíam para que a sociedade brasileira atingisse uma base científica sólida.

Para compreensão do caráter autoritário e elitista presente nas origens da USP nos idos da década de 1930, nos remetemos a uma importante contradição: assentada na percepção de que o conhecimento e a cultura que se produzem no interior da universidade estão sob a hegemonia burguesa, os intelectuais liberais que conduzem a consolidação desta universidade acreditam na necessidade de se lutar pela socialização da cultura e do saber.

Esse entendimento é associado ao reconhecimento de que o trabalho acadêmico e intelectual está submetido à classe dominante, constituindo-se também em fator de exploração humana. Nesse contexto, o esforço organizativo empreendido pela Adusp se constitui em uma importante ação coletiva e política de uma parte dos professores da USP, imbuídos da capacidade de compreender e de suportar os conflitos ideológicos no interior de uma instituição verticalizada e, até então, comprometida com a reprodução dos interesses das elites paulistas e nacionais.

Entendemos que a formação política dos professores é algo que se expressa permanentemente, ora favorecendo o seu exercício pedagógico, cultural e o compromisso com o avanço da ciências, e com a produção do conhecimento, ora encontrando resistências às suas formas de interagir no interior das comunidades educacionais, acadêmicas e científicas da qual fazem parte. Porém, o vínculo com o associativismo uspeano, inegavelmente, favoreceu a aproximação com os interesses das camadas populares e das classes subalternizadas presentes no seio da sociedade brasileira.

O envolvimento com a organização e ação coletiva se mostrou crucial na orientação da práxis transformadora de professores, tal qual demonstram os registros documentais que localizamos. Os docentes da USP, reunidos em torno da Adusp, percebiam a ação policialesca na universidade, ambiente vigiado e extremamente controlado, vicejando o medo e o silêncio em uma considerável parte dos alunos, de professores e de funcionários. Nessas circunstâncias, sem

negligenciar os interesses mais imediatos e corporativos, seria fundamental se colocar, na ordem do dia, a democratização da universidade e, por conseguinte, da própria sociedade brasileira.

Ao longo deste relatório de pesquisa, tratamos um pouco mais sobre os aspectos de elitização da USP, principalmente na seção *Para onde vai a USP? – I Congresso da USP (1980) – da elitização da universidade à luta pela democratização do ensino superior público e gratuito brasileiro*, e como isso tem sido combatido pela própria Adusp ao longo de sua trajetória.

Os valores que acalentamos sobre a educação, e que está expresso nestas páginas, se aproxima da concepção pedagógica histórico-crítica proposta pelo professor Dermeval Saviani:

A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa.<sup>3</sup>

Aspectos e especificidades da história da educação no Brasil, educação formal e educação não-formal ou, ainda, a relação entre educação e movimentos sociais, por exemplo, são temas que estabelecem intersecção e que demandam por si só, como usualmente acontece, a elaboração de tratados acadêmicos específicos. Na vida social cotidiana e prática que abarca a todos, independentemente das pretensões intelectuais ou acadêmicas que possamos acalentar, como nos situa Carlos Rodrigues Brandão (1993, p. 9) sobre o fato de que ninguém escapa à educação: em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela.

A partir dessa primeira aproximação, podemos preliminarmente compreender a educação em seu caráter prático, no seu movimento dialético na formação do sujeito histórico, ou seja, ao adquirir social e culturalmente o conjunto de técnicas desenvolvidas pela humanidade para se libertar da natureza, no sentido de transformá-la, ao invés de ser condicionado por ela (TROTSKY, 2000, p. 16). A organização dos trabalhadores, por meio de sindicatos e associações, assim como

---

<sup>3</sup> Trecho da definição conceitual da Pedagogia Histórico-Crítica elaborada por Dermeval Saviani. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>



por intermédio de outras entidades aglutinadoras, revelam esse caráter de transformação da natureza e da realidade estabelecida inerente à sociabilidade humana. A Adusp e suas ações contribuíram para revelar esse caráter mobilizador e, em certa medida, transformador.

Quanto à periodização proposta, fazemos referência aos “tempos de ditadura civil-militar no Brasil”<sup>4</sup>, instaurada no ano de 1964 e que se estendeu até 1985. A Adusp surgiu no ano de 1976, estabelecendo nosso marco temporal inicial, enquanto o processo de luta pela anistia e a consequente perspectiva de redemocratização do país representa o marco temporal final, periodização que delimitou as análises pertinentes ao nosso objeto de pesquisa em seu percurso histórico.

Com a definição deste objeto de pesquisa, bem como o seu pano de fundo, e referenciados quais os marcos históricos da periodização proposta, as observações críticas e as análises desenvolvidas concentram-se no campo educacional e em suas relações com o âmbito político das estruturas de poder e, mais especificamente, no das políticas públicas educacionais.

Ainda quanto aos aspectos teóricos e metodológicos, originalmente, objetivamos combinar e articular elementos que propiciem o estudo qualitativo sobre a Adusp, procurando contextualizar o período histórico recortado e no qual suas ações se produziram.

Por sua vez, quando nos atentamos para a história do presente, é necessário ressaltar que o início destes estudos de doutoramento deu-se no ano de 2019. No ano seguinte, a pandemia mundial espalhou um vírus devastador que ceifou, até o momento, mais de seis milhões de vidas<sup>5</sup>: o Novo Coronavírus ou COVID-19.

Além dos aspectos diretamente relacionados à crise sanitária global que esta pandemia tem ocasionado, há também a ocorrência de muitas outras consequências que têm afetado duramente a vida da população mundial, sobretudo daquelas pessoas socialmente mais vulneráveis. Entre tais ocorrências, uma das principais está relacionada à piora nas condições de vida de grande parte das pessoas, visto que a crise na saúde afetou o desenvolvimento econômico, intensificando o

---

<sup>4</sup> Uma série de documentos revelados mostram uma grande articulação de empresários, da elite e da imprensa para a realização do golpe. Antes, a sociedade civil sempre aparecia quase como vítima dos militares e os estudos mais recentes mostram uma importante articulação golpista entre os civis. Por isso convencionou-se pensar em golpe civil-militar.

<sup>5</sup> Dados pesquisados em <https://ourworldindata.org/coronavirus-data> acesso em 30/03/2022

desemprego e, conseqüentemente, aprofunda as desigualdades sociais já tão presentes por conta das inúmeras crises do modo de produção capitalista.

Apesar de não realizarmos discussões mais aprofundadas sobre essas questões específicas, é muito importante ressaltar que as condições para a feitura desta pesquisa, nesse contexto, não foram as mais favoráveis.

As atividades acadêmicas, por exemplo, passaram a se desenvolver no modo remoto (ou virtual), o que impediu a visita presencial à Adusp e a realização de possíveis encontros de pré-entrevistas que pudessem aprimorar nosso olhar sobre a história da instituição. De qualquer forma, existe um esforço muito grande para que possamos qualificar esses “encontros virtuais” e darmos conta dos desafios propostos na pós-graduação *stricto sensu*.

Na cidade de São Paulo, neste período, os trabalhadores do serviço público municipal, notadamente os do setor educacional, ao qual nos incluímos, permaneceram em greve por longos e duríssimos cento e vinte dias durante o primeiro semestre de 2021, travando uma luta contra a imposição de jornadas de trabalho insalubres e contra a oferta de atendimento presencial aos alunos, pois isso propiciava riscos à vida de todos os sujeitos envolvidos no ambiente escolar<sup>6</sup>, tanto que é expressivo o número de servidores públicos que sofreram contágio e que, em última instância, perderam suas vidas<sup>7</sup>.

Um dos aspectos mais acentuados pela avaliação da base de trabalhadores que se organizaram em grupos setoriais, é a de que a visibilidade de um movimento grevista tão longo – realizado na maior, mais rica e mais importante cidade brasileira – foi considerada muito pequena e desproporcional à sua importância em um momento histórico tão marcante.

Diante deste cenário, consideramos de extrema importância estudarmos as ações coletivas organizadas e desenvolvidas no âmbito do sindicalismo e do associativismo dos trabalhadores da educação para compreensão histórica destas ações, bem como para contribuir para a validação desta temática nos estudos

---

<sup>6</sup> O Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem) publica o “Jornal do Sinpeem”. Em sua edição nº 193 há informações e relatos sobre esse movimento da categoria. Disponível em <https://www.sinpeem.com.br/sites/arquivos/downloads/jornal62021.pdf> Acessado em 30/03/2022

<sup>7</sup> Em matéria veiculada pelo portal Globo.com, há relatos sobre os riscos das aulas presenciais e sobre o volumoso número de contágios entre os profissionais da educação. Disponível em <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/peguei-covid-na-volta-as-aulas-presenciais-os-riscos-para-professores-na-pandemia-24917628> Acessado em 16/10/2021

acadêmicos sobre educação.

Naquilo que se refere diretamente às nossas preocupações, ou seja, temáticas no campo político e educacional, tanto a compreensão sobre as tendências históricas da sociedade, quanto a relação entre a atividade de pesquisa e a atuação dos trabalhadores em educação, fazem parte de um extenso rol de inquietações temáticas, metodológicas e epistemológicas do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), ao qual mantemos o vínculo acadêmico.

O Gruphis é um grupo de pesquisa que integra a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais (LIPED), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). A LIPED, é uma linha de pesquisa que orienta suas investigações para a compreensão sobre as políticas educacionais e de sua implementação na instituição escolar, pesquisa os processos de formulação dessas políticas, bem como os projetos de educação e sociedade que elas sugerem e objetivam. Desenvolve, também, projetos de pesquisa voltados para os diversos níveis dos sistemas educacionais, pautados, especialmente, nos seguintes objetos: administração escolar, currículo e formação.

A partir do foco das investigações apoiado no associativismo e sindicalismo do setor público e no âmbito do Gruphis, consultamos o estudo *Da invisibilidade à conquista do espaço social: história concisa das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo (1978-1988)*<sup>8</sup>, de Cássio Hideo Diniz Hiro, tese defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de julho (UNINOVE), que teve como objetivo investigar a história das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores (administrativos e de serviços gerais) da USP em um período marcado pelo ressurgimento do movimento combativo no interior das universidades brasileiras, que envolviam professores, estudantes e funcionários desses estabelecimentos de ensino.

Tais movimentos despontavam na luta contra a ditadura civil-militar brasileira, pela redemocratização do país e pela melhoria das condições de salário, de trabalho e de vida. Destacamos este trabalho por ter seu objeto de pesquisa inserido no mesmo ambiente que o proposto por nós, inclusive com a periodização

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1660/2/Cassio%20Hideo%20Diniz%20Hiro.pdf>

concomitante.

Realizamos também um levantamento bibliográfico prévio nos principais repositórios das universidades brasileiras e no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir de busca pelos termos “Adusp” e “sindicalismo docente universitário”, com a qual localizamos a dissertação intitulada *Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina – história e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)*, de Luís Roberto Beserra de Paiva, apresentada ao PPGE-UNINOVE em 2016, analisando o contexto histórico do sindicalismo docente universitário na América Latina.

Nesta dissertação, Luís Paiva traça um percurso histórico do desenvolvimento socioeconômico dos países estudados de forma separada para, posteriormente, elaborar um estudo comparativo, focando no sindicalismo docente universitário, estudo que nos auxiliou na compreensão de que o desenvolvimento do movimento sindical no Brasil é recente e se deu em meio a um contexto de profunda exploração dos trabalhadores, iniciada desde a invasão portuguesa e intensificada com o escravagismo dos negros africanos, deixando marcas importantes no desenvolvimento social e econômico do país.

As sequelas dessa forma de desenvolvimento capitalista colonial e imperial estão na raiz das políticas afirmativas (Lei nº 12.711/2012) hoje adotadas em grande parte do ensino superior, com o intuito de mitigar os efeitos presentes de um passado escravista não muito remoto. (PAIVA, 2016, p. 111)

Como podemos perceber, o sistema escravagista, mesmo após a sua decadência e completo esgotamento, deixou um legado de imensas sequelas, como as profundas desigualdades sociais, como aponta o autor, inclusive na educação e nas formas de acesso e permanência às instituições formais de ensino. As políticas afirmativas, apesar de serem frutos de uma enorme disputa política e ideológica de reparação histórica, não se constituem como consenso nem mesmo em meio aos educadores e permanecem em debate até os dias atuais.

Realizando busca no repositório virtual da USP, especificamente utilizando o termo “Adusp”, encontramos a tese intitulada *Acesso à universidade: dualismo, mérito e democratização em questão*, de autoria de Maíra Tavares Mendes (2016). A autora trata, dentre outros aspectos, sobre o acesso à universidade por meio das

cotas e sobre as lutas travadas no interior das grandes universidades do país para aprovação dessa política afirmativa. A Adusp foi uma das associações citadas, visto que as discussões sobre a aprovação ou não do sistema de cotas permeou todas as representações docentes e estudantis das universidades.

A pesquisadora afirma que grande parte dos docentes eram contrários a essa reparação histórica, o que nos indicou a necessidade de aprofundamento nas discussões sobre a democratização neste nível de ensino, ainda que não adentrássemos à temática racial ou de cotas.

Apresentamos algumas dessas pesquisas na presente introdução como forma de demonstrar, ainda que preliminarmente, a importância do sindicalismo universitário e de suas relações com a edificação e a sustentação da democracia, contrapondo-se ao autoritarismo e à elitização da universidade pública no Brasil.

Por sua vez, a elitização da universidade se expressa visivelmente no período em que estudamos, operacionalizada por uma estrutura acadêmica extremamente verticalizada e que não vislumbrava a necessidade de inclusão dos grupos sociais mais vulneráveis à formação no ensino superior.

É nesse contexto que a Adusp teve como principal ação articular e ampliar as discussões sobre a democratização da universidade, tanto nas relações estabelecidas no seu interior, como com a sociedade brasileira, estabelecendo diálogos e firmando ações com outras entidades da sociedade civil. Os professores que participaram da Adusp também tiveram trajetórias importantes, ligadas à pesquisa e ao ensino básico, conforme apresentamos mais à frente.

Realizadas essas considerações, podemos tratar de outro importante aspecto para a feitura deste trabalho: a metodologia e os referenciais teóricos empregados.

## **1.1 Metodologia de pesquisa e referenciais teóricos**

O desenvolvimento deste relatório ocorreu em meio à terrível pandemia causada pelo Novo Coronavírus, cenário que perdura, em escala mundial, desde o mês de março de 2020. Além das aulas regulares e presenciais, inerentes ao processo de formação acadêmica dos pós-graduandos, que migraram para as vídeo-chamadas e para os *meetings* (proposta e método inéditos para a maior parte dos envolvidos), outro aspecto diretamente afetado pela pandemia foi o próprio método de pesquisa, cujo projeto vislumbrava a imersão na massa

documental da Adusp e a realização de entrevistas presenciais com os personagens por nós localizados e elencados, com a finalidade de trazer à tona suas lembranças do processo de construção e atuação da Adusp em seus primeiros anos de existência.

Quanto à gravidade da crise sanitária, já citamos a luta dos professores da rede municipal de São Paulo, que organizaram a chamada Greve pela Vida, o que nos permite compreender a dimensão dessa crise e de suas repercussões, inclusive no âmbito da pesquisa acadêmica. Atrelada a esse fato, a própria política governamental instrumentalizada pelo Governo Federal que, desde seus primeiros gestos políticos e administrativos, tem realizado cortes profundos no financiamento às pesquisas, além da própria pressão imposta a alguns setores, faz com que a situação seja ainda mais difícil.

Fato é que, mesmo antes do contexto pandêmico, o Brasil observou o emergir de um conjunto de forças conservadoras que culminou com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, ex-capitão expulso do exército, à presidência da República e no considerável aumento da representação da direita e da extrema-direita no parlamento federal, nas assembleias legislativas estaduais e nos cargos executivos.

Sobre o recorte histórico adotado, que percorre os anos de 1976 a 1980, temos a compreensão de que toda ação social estava condicionada à realidade material relativa àquela época. As produções culturais, por exemplo, ainda que não tivessem engajamento político na defesa ou na crítica às perseguições do regime ditatorial civil-militar, sofriam toda sorte de limitações produzidas por essa mesma realidade.

A adoção da abordagem qualitativa nos permite o acesso a conjuntos de metodologias envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. A metodologia, os referenciais e a abordagem estão organicamente presentes nas diferentes seções que se apresentam, uma vez que cada qual se estrutura para cumprir uma função específica para a compreensão sobre o objeto de pesquisa.

A história tradicional costuma eleger personagens para exprimir um contexto específico, em um determinado tempo histórico. Grandes personagens da educação no Brasil tiveram papel relevante na construção política, ideológica e pedagógica na educação brasileira. Temos clareza de que esses personagens relevantes, e que são sempre lembrados, possuem papel importante no conto e

reconto da história. De forma sucinta, procuramos trazer à tona novos vieses por meio de fontes e documentos que foram pouco utilizados ou que são pouco divulgados socialmente, até mesmo no âmbito das pesquisas acadêmicas.

Consideramos as fontes documentais ocultadas, pouco valorizadas ou vindas de baixo, aquelas que em um contexto extremamente adverso, de silenciamentos constantes contra quaisquer resistências (inclusive ceifando vidas) que se levantaram – muitas vezes de forma coletiva por meio de associações e sindicatos de trabalhadores – que se posicionaram contra a opressão social e a repressão política perpetrada pela classe dominantes, devem nos motivar em localizá-las, resgatando e amplificando sua importância na compreensão cada vez mais ampliada da história da educação.

Tomando essa perspectiva, outro fator que nos estimulou na localização e na análise das fontes que estão presentes neste estudo é a impossibilidade de separar a atuação política e educacional dos personagens históricos que atuaram na Adusp e da historicidade dessa mesma entidade. Os registros materiais localizados, suas memórias e percepções estão diretamente relacionadas à atuação da associação, das suas propostas e intenções e do próprio processo de transformação social construído no período recortado.

Neste caso, recorreremos às memórias do professor César Minto, utilizada aqui como fonte primária, lembrando-nos do que afirma Thompson (1992, p.197):

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.

Podemos pensar a memória como algo coletivo, projetando-a então como algo que não é individualmente nosso, mas que se constrói a partir de uma 'memória social'. A história, em suas múltiplas perspectivas, pode ser entendida como uma possível interpretação de determinados episódios, que serão analisados a partir de determinadas metodologias, epistemologias e categorizações (GABRIEL, 2013, p. 8).

Pelas razões apresentadas, envolvendo o avanço da pandemia mundial da COVID-19, não houve condições objetivas para que realizássemos a pesquisa com base na história oral. Desse modo, procuramos utilizar a entrevista realizada com o

professor César Augusto Minto<sup>9</sup> com a finalidade de contextualizar algumas ações e para que compreendêssemos determinados contextos das lutas perpetradas pela Adusp. O professor César Minto é um personagem atuante como dirigente da Adusp desde 2003 até 2017, ocupando cargos diversos na estrutura dessa organização sindical, inclusive a presidência em duas oportunidades, de 2005 a 2007 e depois entre 2015 e 2017.

Quanto a esse contexto, Carlos Bauer (2011, p. 86) nos auxilia, ao esclarecer que:

Ao amplificar vozes que não se faziam ouvir, esse tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico, através do resgate da memória, por reconstruir o passado.

A ideia, de um modo mais amplo, é construir um estudo que demonstre outras facetas da história e que tenha como foco uma visão crítica-progressista que vá além das visões que consideramos tradicionais. Não se trata de substituir um mito conservador da sabedoria da classe superior por um mito de classe inferior. O que se quer é uma história que leve à ação; não para confirmar, mas para mudar o mundo (THOMPSON, 2002, p. 43).

Trabalhamos com um período recente da história do Brasil, a chamada história do tempo presente. A história tradicional nos remete a temporalidades e experiências sociais mais recuadas, a estudos pautados nos programas de Estado e, no caso da educação, nas propostas curriculares institucionais que possuem reconhecimento já validado pelas comunidades científicas e acadêmicas. Não temos o intuito de desconsiderar esses postulados e fontes documentais, mas intencionamos produzir um estudo com foco em documentos e fontes primárias pouco usuais, mas que nos ajudaram a compreender a Adusp como entidade importante naquele momento da história da educação e do país.

Ao tratarmos da história de uma instituição que representa os docentes de uma das maiores universidades do país, a Adusp, no período de sua constituição em meio a ditadura civil-militar no Brasil, entendemos que, apesar de estarmos em um espaço muito reconhecido, tentamos trazer novas versões ou perspectivas sobre a

---

<sup>9</sup> Possui graduação em Ciências Biológicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Farias Brito (1975), mestrado em Educação (Didática) pela Universidade de São Paulo (1990) e doutorado em Educação (Administração Escolar) pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é Professor Doutor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA), da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Texto informado pelo autor no currículo da plataforma Lattes. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/0095959559822541> e acessado em 26/10/2021



participação desta instituição nas lutas internas – liberdade acadêmica, questões funcionais, por exemplo – e nas lutas sociais mais amplas pelas liberdades democráticas.

Outro elemento que é propiciado pelos estudos pautados em documentos e fontes extraoficiais é a valorização dos movimentos de massa e de suas formas de manifestação em busca de conhecimentos para lutar pela transformação da realidade social e pelos personagens que estão engajados na luta dos trabalhadores.

Conhecer e descrever os processos históricos ligados às essas lutas faz parte das preocupações que desenvolvemos, pois na perspectiva que acalentamos, o homem é produto do seu tempo e a materialidade da vida produz e interfere na história. É nesse contexto que pretendemos lançar o olhar sobre a história de uma organização de trabalhadores da educação, notadamente a dos professores, cujos embates travados, além dos desdobramentos no interior da própria categoria, devem ser analisados em relação aos demais estratos sociais e ao Estado, no âmbito da disputa por influenciar o processo de formação da dimensão institucional e nas discussões sobre ensino, formação docente e políticas públicas (DAL ROSSO, 2011).

A centralidade dos presentes estudos está ancorada nos interesses da classe trabalhadora, mais especificamente na fração representada pelos docentes universitários, em suas preocupações corporativas e nas relações sociais e políticas estabelecidas, considerando as contradições, os aspectos dialéticos e a concretude dos processos históricos.

A Adusp foi constituída em um período de grande efervescência política, que propiciou discussões e debates sobre democracia, tanto no interior da universidade quanto nos embates mais amplos em prol de uma sociedade democrática. Nesse ponto não podemos ser idílicos e acreditarmos que todos os professores e funcionários da USP compunham um coro único contra a ditadura. Temos a compreensão de que alguns sujeitos, não só silenciaram-se sobre as perseguições, como também foram cúmplices e/ou contribuíram com o regime ditatorial, inclusive denunciando colegas que se reuniam para organizar a luta contra a repressão.

Compreender que os professores não formavam um grupo único e que não agiam em torno dos mesmos interesses, é reconhecer a historicidade, a dialeticidade e as contradições dos processos sociais e, mais especificamente, do

processo de construção e da atuação da Adusp.

Para lapidar essa compreensão, utilizamos um conjunto diversificado de fontes como: recortes de jornais; reportagens e fotos; testemunho oral que foi coletado por meio de entrevista semiestruturada com um personagem atuante na instituição; documentos produzidos pelo próprio regime, como as fichas e relatórios do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), dos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e dos Centros de Operações e Defesa Interna (CODI).

Um dos principais documentos analisados por nós diz respeito ao 1º Congresso da USP, realizado no ano de 1980. O documento tornado público em forma de livro, foi elaborado em 1984, quatro anos após a ocorrência do evento. Embora possam ser consideradas como extraordinárias e fecundas fontes documentais, a utilização de fotografias tem um caráter ilustrativo.

Nosso objetivo principal foi o de compreender como a Adusp desenvolveu mecanismos para se estruturar em plena ditadura civil-militar e como os elementos antidemocráticos instaurados pela perseguição política aos funcionários, estudantes e professores uspeanos impulsionou a gênese dessa instituição, além de revelar, por meio das fontes orais e escritas, as contribuições para redemocratização do país.

A partir dessa proposta de análise, este trabalho se estrutura em quatro seções. Na primeira e presente seção, trazemos a introdução e os percursos teóricos-metodológicos traçados nas demais seções.

Na seção intitulada *Contexto histórico e social do surgimento da Adusp*, a finalidade é descrever características dos aspectos econômico, político, social e educacional do período histórico proposto, situando o ambiente em que se consolidou a Adusp. Essa seção foi elaborada por meio de pesquisa bibliográfica, objetivando dar suporte às nossas análises e considerações por permitir conhecermos o contexto sociocultural e material do período observado.

Na sequência, na terceira seção, *Adusp: atuação em prol da democracia e da valorização da educação pública*, apresentamos um levantamento sobre o processo sócio histórico de formação deste sindicato, de acordo com a periodização adotada.

A quarta seção, intitulada *Para onde vai a USP? – I Congresso da USP (1980) – da elitização da universidade à luta pela democratização do ensino superior público e gratuito brasileiro*, apresenta as análises e considerações realizadas sobre o primeiro e importante Congresso da USP, ocorrido em meados de 1978, a partir dos referenciais teóricos que abraçamos da perspectiva de democratização do

ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil-militar no Brasil.

O 1º Congresso da USP produziu um enorme esforço coletivo para a ampliação de vagas, para a democratização do ensino superior, realizando discussões sobre as estruturas hierárquicas de poder e sobre o autoritarismo. A Adusp, por meio deste empenho, ao transformar as resoluções do referido congresso em livro, não só valorizou e reafirmou a importância histórica deste evento, como possibilitou o balizamento das discussões efetivadas quatro anos depois, no 2º Congresso, retomando as questões discutidas anteriormente e ampliando a pauta para discussões mais urgentes no ano de 1984.

Conforme mencionamos anteriormente, tais interesses se localizam em um período em que a ditadura havia recrudescido sua violenta atuação coercitiva, passando pelos eventos que se desenrolaram durante a chamada anistia e chegando ao ocaso da ditadura civil-militar, periodização e contexto abordados na primeira e na segunda seção que apresentamos.

Uma das contribuições que pretendemos realizar é a organização do acervo das fontes primárias levantadas, em boa parte reunidas nos apêndices deste volume, e de sua disponibilização aos cuidados da entidade pesquisada, para que pesquisadores dessa mesma temática e objeto de pesquisa possam utilizá-lo no constructo dos seus próprios estudos.

Na seção derradeira, denominada como *Conclusão*, tecemos considerações sobre a democratização da universidade no Brasil como uma luta permanente e de grande importância política, de relevante envergadura social e com a capacidade de operar profundas transformações socioculturais, contribuindo com a afirmação e a consolidação da soberania nacional.

No que se refere especificamente à USP, a busca pelo estabelecimento de um efetivo e profícuo relacionamento entre os dirigentes, professores, funcionários, alunos e com o conjunto da sociedade, de forma equilibrada e democrática, tem se constituído numa árdua e difícil tarefa na cotidianidade desta instituição. No itinerário deste auspicioso objetivo, o papel desempenhado pela Adusp nos parece crucial no cumprimento desse difícil caminho.

Dentre os passos dados pela associação docente, a realização do 1º Congresso da Universidade de São Paulo, trazendo em seu temário central a inquietante indagação “Para onde vai a USP?”, se mostrou como um marco importante para aqueles que acalentavam deflagrar o processo de democratização

desta importante instituição de ensino, pesquisa e extensão.

A democratização da universidade pode ser pensada em termos quantitativos e qualitativos. Do ponto de vista quantitativo, no curto prazo, a luta pela ampliação das vagas e, no longo prazo, logrando alcançar sua universalização, são tarefas importantes que precisam ser realizadas. Porém não se trata apenas de garantir o acesso dos jovens estudantes às matrículas, sendo necessário criar condições objetivas para a sua permanência e pleno desenvolvimento de suas faculdades educacionais, culturais, intelectuais, acadêmicas e científicas no interior da universidade.

Tal compreensão envolve um conjunto de mudanças substanciais na forma de pensar e projetar o papel do corpo docente no desenvolvimento das relações acadêmicas e educacionais, como também, do ponto de vista de uma concepção que se pauta pela democratização da universidade, não se pode desconsiderar o papel dos seus funcionários da universidade.

Os funcionários não devem ser vistos como meros cumpridores de tarefas braçais ou burocráticas, como trabalhadores desprovidos de sentido, pelo contrário, o papel destes é decisivo no entrelaçamento das relações entre professores, alunos e representantes do corpo dirigente das instituições voltadas para o chamado ensino superior. Os professores, por sua vez, precisam superar concepções que os reduzem a meros transmissores de informações e conhecimentos livrescos, assumindo a compreensão de que o relacionamento que estabelecem com os alunos deveria estar pautado no estímulo às novas descobertas.

A democratização da universidade pressupõe compreendê-la como um ambiente de respeito mútuo entre os segmentos que a constituem, inspirado pelo diálogo e pelo desenvolvimento do trabalho cooperativo, ações fundamentadas em princípios democráticos, no convívio fraterno entre os membros da comunidade acadêmica universitária.

A realização do 1º Congresso da USP trouxe esses princípios e valores para o centro das discussões universitárias, razão pela qual julgamos importante resgatar e analisar o papel desempenhado pela Adusp naquele preciso momento da história, localizando a sua importância no processo de luta pela democratização da universidade, tendo entre seus postulados a compreensão de que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão seja compatível com a sua ampliação social, com a assunção de suas responsabilidades com o avanço da produção do conhecimento

científico e intelectual brasileiros.

Embora essas tarefas tenham sido postuladas pela Adusp, a partir de meados da década de 1970, seus princípios se mostram atuais e caracterizam, de forma emblemática, a maneira pela qual se desenvolve o ensino universitário em nosso país, realçando como a discussão sobre a ciência e a produção do conhecimento acadêmico continua extremamente restrita e própria a segmentos minoritários da população brasileira, quando não, compartilhada apenas por pequenos e seletos grupos de suas elites políticas, econômicas e sociais.

## Seção 2

---

### Contexto histórico e social do surgimento da Adusp

#### *A Palo Seco*

*Se você vier me perguntar por onde andei  
no tempo em que você sonhava  
de olhos abertos lhe direi  
amigo, eu me desesperava  
sei que assim falando pensas  
que esse desespero é moda em '76  
mas ando mesmo descontente  
desesperadamente, eu grito em português  
tenho vinte e cinco anos de sonho e de sangue  
e de América do Sul  
por força deste destino  
ah você sabe e eu também sei  
um tango argentino  
me vai bem melhor que um blues  
sei que assim falando pensas  
que esse desespero é moda em '76  
e eu quero é que esse canto torto  
feito faca, corte a carne de vocês  
e eu quero é que esse canto torto  
feito faca, corte a carne de vocês.*

*(BELCHIOR, 2022)*

Fundada em 1976, em pleno desenvolvimento da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a Adusp<sup>10</sup> enfrentou com tenacidade a intensa repressão que se abateu contra os professores que se envolveram em sua construção. Esta entidade participou também das lutas políticas e sociais contra as limitações das liberdades democráticas impostas à nação e se posicionou firmemente no combate às arbitrariedades que foram impostas aos que ousaram combater o regime ditatorial que tomou de assalto o Estado ao longo deste tenso e tumultuado momento da história nacional.

No ano de 1975, Vladimir Herzog, jornalista e professor da USP, foi assassinado nas dependências do DOI-CODI, o que provocou, pela primeira vez após 1968, um amplo protesto contra a repressão, contra as arbitrariedades policiais

---

<sup>10</sup> A Adusp-S.Sind. - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, denominada Adusp-S. Sind. foi fundada em 1956, com o nome de Associação dos Auxiliares de Ensino da Universidade de São Paulo, conforme artigo 1º de seu estatuto. (ANEXO 01)

e contra as medidas de exceção impostas pelo governo militar. Na USP, parte dos professores sentiu a imperiosa necessidade da criação de uma entidade de representação, que promovesse a integração docente, que encaminhasse as reivindicações da categoria. Foi nesse contexto que surgiu a Adusp<sup>11</sup>.

Os docentes se preocupavam com a organização desta associação também como forma de proteção e resistência ao regime ditatorial civil-militar. Essa preocupação, aliás, aparece destacada no texto de fundação institucional da entidade que:

[...] tem atuado de forma autônoma, democrática e crítica, fortalecendo a organização de base e interferindo organizadamente tanto em questões específicas relacionadas ao cotidiano da vida universitária, quanto em questões mais gerais que afetam a sociedade como um todo. Na universidade, a Adusp tem lutado por condições dignas de vida e trabalho, o que engloba a defesa de nossos salários e a luta por mais verbas para a educação pública. Ainda na universidade, ela tem defendido o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão compatíveis com as funções sociais de uma universidade pública. Na sociedade, a Adusp articula-se com o movimento social organizado em defesa dos direitos trabalhistas e para que cada brasileiro tenha acesso à Educação e à Saúde de qualidade, direitos indispensáveis ao pleno exercício da Cidadania<sup>12</sup>.

O ano de fundação da Adusp está inserido em um contexto de transformações, uma vez que a ditadura começou a ser cada vez mais questionada pela sociedade civil, em uma fase em que era combatida pelos acentuados reflexos dos percalços econômicos mundiais. Esse processo resultou no enfraquecimento do regime, iniciando-se aquela que convencionou-se denominar como transição à democracia, definida pelo então presidente, o general Ernesto Geisel, como uma “abertura lenta, gradual e segura”.

Apesar de alguns avanços, como a permissão da propaganda política da oposição, da abolição da censura prévia à imprensa e do anúncio da revogação do AI-5<sup>13</sup>, é no governo Geisel que, como citado, ocorre a morte de Vladimir Herzog. Ou seja, a repressão e a tortura estavam em pleno funcionamento, o que nos dá a

---

<sup>11</sup> Segundo as palavras presentes no site da entidade, na seção “Histórico”, consultado em 24/10/2021. Disponível em <https://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historicoadusp>

<sup>12</sup> Disponível em <https://adusp.org.br> Consultado em 03/12/2021

<sup>13</sup> Disponível em <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/geisel/> Consultado em 24/10/2021

dimensão da distância entre aquilo que se noticiava como “avanços” e o que de fato se praticava pelo Estado ditatorial.

É importante lembrar que, por exemplo, em 17 de janeiro de 1976, o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho foi assassinado sob a guarda do Estado brasileiro. Conforme foi apurado pela Comissão Nacional da Verdade, com a emissão do "Laudo Pericial Indireto da Morte de Manoel Fiel Filho, as circunstâncias da sua morte são idênticas às do estudante Alexandre Vannucchi Leme, do 1º tenente PM José Ferreira de Almeida e do jornalista e professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), Vladimir Herzog.

Como ocorreu nesses casos, a morte de Manoel foi registrada e amplamente divulgada pela imprensa como suicídio, mas abalou significativamente a estrutura do regime militar, provocando o afastamento do general Ednardo D'Ávila Mello, ocorrido três dias após a divulgação da morte do metalúrgico ativista do movimento operário.

Neste mesmo fatídico ano da fundação da Adusp, mais precisamente, no dia 16 de dezembro de 1976, o DOI-CODI, em conjunto o exército brasileiro, patrocinou aquele que ficou conhecido como o Massacre da Lapa, popular bairro da cidade de São Paulo, que culminou com a morte de três dos dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que atuava clandestinamente em função da proibição imposta pelo Estado ditatorial à sua existência pelo Estado ditatorial.

João Batista Franco Drummond, preso na tarde do dia anterior, após sair da casa, fora levado ao DOI-CODI, onde morreu sob tortura durante a madrugada. Ângelo Arroyo e Pedro Pomar foram mortos na incursão. Outros cinco integrantes do PCdoB – Elza Monnerat, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade foram presos e torturados. (BAUER, 1995). Os docentes do ensino universitário, de um modo geral, tinham que lidar, também, com questões específicas ligadas à sua atuação, uma vez que o período ditatorial foi pródigo em promover reformas e acordos, com a finalidade de aprofundar o alinhamento político-ideológico ao imperialismo estadunidense, contexto que influenciou também a educação superior.

Nesse período fica evidente o viés economicista do Estado brasileiro, subordinado ao imperialismo capitalista quando, por exemplo, constatamos a realização de acordos entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) no campo educacional. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o organismo



estadunidense congênere (United States Agency for International Development – USAID), a agência estadunidense para o desenvolvimento internacional do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Mundial realizaram convênios de cooperação, o que segundo Diego Paladini Machado (2011, p. 22-3) eram comuns durante a Guerra Fria e podiam ser também analisados pelo viés técnico e dos interesses políticos e econômicos que fundamentaram as propostas embutidas nestes acordos.

O período entre 1964 e 1968 corresponde, segundo Otaíza Romanelli (1988, p. 196), ao momento de implantação do regime e das políticas de recuperação econômica – e claro, da repressão – o que de fato aconteceu, aumentando a demanda social pela educação. A mesma autora cita esse momento como o período dos “Acordos MEC-USAID”, que já num segundo momento, influenciaram o governo na adoção de medidas que adequassem o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que se intensificava no Brasil.

Com a criação da Comissão Meira Mattos<sup>14</sup> o governo pretendia, entre outras coisas, “modernizar” a universidade brasileira, intenção que se concretizou com a chamada Reforma Universitária de 1968 (Lei 5540/1968), na verdade, muito mais como resposta à radicalização do movimento estudantil (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 265).

Com relação ao projeto dessa reforma, Machado (2011, p. 38-9) relata que:

Um dos objetivos da Lei 5540/68, que materializou muito do que estava nos acordos MEC/USAID, foi, em nome de maior eficiência e produtividade, a eliminação da ociosidade, tanto do espaço, quanto do professor. A eliminação dos espaços de reflexão coletiva de estudantes e professores dificultaria sobremaneira a organização e a mobilização de pessoas ligadas à universidade, eliminando conseqüentemente, alguns focos de agitação e contestação do regime.

---

<sup>14</sup> Almejando uma solução para a crise política, o presidente da República, Artur da Costa e Silva, pelo Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, instituiu uma comissão especial, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, com as finalidades de emitir parecer sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes mediante delegação do ministro de Estado. A comissão foi presidida pelo coronel Carlos Meira Matos, do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. Os outros membros eram Hélio de Sousa Gomes, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Jorge Boaventura de Sousa e Silva, diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, Afonso Carlos Agapito, promotor público e coronel-aviador, e Valdir de Vasconcelos, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Consulta em 24/10/2021 em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/relatorio-meira-matos>

A Reforma Universitária, expressa na Lei 5540/68, os acordos MEC-USAID e a LDB 5692/1971, segundo nosso entendimento, tiveram a intenção de dotar o aparato educacional brasileiro de um caráter utilitário, pragmático e tecnicista.

Tal arcabouço legal, direcionado ao sistema educacional, teve a função de dar sentido objetivo e prático a estrutura geral de dominação estatal sob os auspícios da ditadura civil-militar (ROMANELLI, 1988, p. 197) que, além disso, vislumbrava tal sistema educacional sob a ótica dos administradores de empresas, com uma concepção pedagógica produtivista vinculada diretamente ao sucesso ou fracasso econômico das nações (MACHADO, 2011, p. 35).

Desta sorte, conforme analisou Dermeval Saviani (2010, 382), a hegemonia da concepção pedagógica tecnicista, orientou o planejamento da educação de modo que a dotasse de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência.

Esse primeiro aspecto das reformas educacionais, preliminarmente por nós destacado, tem um caráter antidemocrático e, embora os ufanistas propagandassem índices favoráveis de maior acesso à escolarização (FREITAS; BICCAS, 2009, p 286), o que se produziu foi uma grande defasagem de vagas escolares em todos os níveis e o retrocesso na qualidade frente à ênfase na quantidade e no projeto de educação como apêndice do modelo econômico (HILSDORF, 2003, p. 125), isolando a educação dos contextos social e político.

As palavras de Otaíza Romanelli (1988, p. 196-7) sintetizam e nos ajudam a concluir esse primeiro aspecto.

Como o Governo assumiu o papel de acumulador de capital para promover a expansão econômica, essa fase vai caracterizar-se por uma expansão no ensino que, embora grande, teve de ser contida dentro de certos limites, a fim de não comprometer a política econômica adotada. Daí por que a oferta, apesar de ter crescido, ficou aquém da demanda. Essa defasagem teve seu ponto alto no acúmulo insustentável dos “excedentes”, candidatos ao ensino superior que, embora aprovados nos exames vestibulares, não lograram classificação para as vagas oferecidas naquele nível.

Desse modo, a partir do enfrentamento dessa realidade, em que as medidas governamentais estão em completo desacordo com aquilo que a Adusp se propunha quanto à defesa do desenvolvimento autônomo das atividades de pesquisa, de ensino e de extensão, preocupadas com a atuação social requeridas por uma

universidade pública, é que analisamos a sua atuação.

Para além das questões educacionais específicas, verificamos a atuação social da Adusp ao articular-se com movimentos sociais organizados, seja na busca por influenciar na formulação e aplicação de políticas públicas educacionais, seja por se posicionar em favor da construção de um modelo educacional democrático, que se expressa também na defesa dos direitos trabalhistas e para que cada brasileiro tenha acesso à educação e à plenitude do exercício da cidadania.

Para a compreensão dos desafios enfrentados pela Adusp frente aos seus objetivos corporativistas, políticos e educacionais, faz-se necessário caracterizar o período histórico a que nos propomos analisar a atuação desta associação.

## **2.1 Um golpe na democracia: a educação em tempos sombrios**

A ditadura instalada em 1964 tentou sepultar o projeto nacional popular, iniciado no governo João Goulart (1961-1964). Em contrapartida, os governos militares atuaram para acelerar os processos de integração subordinada do Brasil aos ditames das atividades econômicas, produtivas e financeiras alinhadas ao capitalismo imperialista. Outra consequência foi acentuar os substratos dos traços característicos da presença periférica do país nas estruturas produtivas do capitalismo.

No Brasil, o “período democrático” entre 1946 e 1964 fez emergir reivindicações populares, entre as quais aquelas pela educação das massas, interessada em participar do desenvolvimento nacional (PEREIRA, 1999, p. 15). A condição histórica-social brasileira, nesse contexto, abriu espaço para a manifestação das camadas populares e a emergência de políticos que se propunham a satisfazer essas reivindicações, acenando com reformas em troca do apoio aos seus próprios interesses (HILSDORF, 2003, p. 112-3), o que caracteriza o populismo, fenômeno presente em todos os governos brasileiros desse mesmo período.

O golpe de Estado de 31 de março de 1964, entre outras motivações, foi perpetrado contra a perspectiva de João Goulart efetivar as chamadas reformas de base no país e estabelecer uma aproximação cada vez maior com os sindicatos e os trabalhadores urbanos. Em um contexto que representa o período de ápice do processo de modernização conservadora do capitalismo no Brasil (TAVARES; FIORI,

1993), o aceleração no desenvolvimento industrial, o diálogo com setores da esquerda que apoiavam as medidas estatizantes que haviam sido anunciadas no Comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março de 1964, e o anúncio da estatização das refinarias de petróleo privadas pelo governo são fatores que incomodaram frações da elite golpista.

As reformas de base propostas por Jango trouxeram para o debate político a preocupação por parte de setores da elite, com a chamada invasão comunista. O projeto de governo de Jango, que estimulava o desenvolvimento econômico e o combate à inflação, visava a diminuição do déficit público e, sobretudo, a realização das chamadas reformas de base (com destaque para a agrária e a educacional) tendo como foco a distribuição de renda, despertou a animosidade e os discursos alarmistas das classes dominantes, inserindo-os no centro de debate político nacional.

Com as reformas apresentadas, ligadas às questões populares e de cunho social, os militares viam na governança de Jango a possibilidade de um avanço do comunismo no país e justificaram a perseguição ao governo e a instauração do golpe utilizando-se desses rumores.

A perspectiva da sucessão de João Goulart à presidência alarmou a UDN e os militares, que o consideravam um perigoso populista disposto a acomodar os comunistas e ajudá-los a alcançar o poder. A localização de Jango no momento de seu acesso ao poder não poderia ser uma confirmação mais dramática de que aqueles temores eram bem fundamentados. (SKIDMORE, 1998, p. 210)

Essas medidas de caráter nacional-desenvolvimentista desencadearam a mobilização de tropas estadunidenses e o envio de seus navios de guerra para as águas territoriais brasileiras, com o objetivo de acolher os seus cidadãos que viviam no país, numa operação que, depois, foi batizada de *Brother Sam* e, conhecidamente, tinha objetivos bem mais amplos.

Esses objetivos consistiam, no caso de uma possível resistência ao movimento golpista, no envio de um considerável volume de armas e munições, embarcações petroleiras, esquadrilhas de aviões de caça, navios destinados a transportar helicópteros, porta aviões, navios para o transporte de tropas e de material bélico que estavam localizados nas águas marítimas próximas a cidade do Rio de Janeiro.

Consumado o golpe de Estado que depôs o legítimo presidente, os generais do exército ocuparam os mais altos postos na política e na administração pública ao longo de todo o período em que durou a ditadura.

Em vinte e um anos de ditadura militar não se estabeleceu um contínuo ou mesmo uma homogeneidade em suas ações, sendo possível verificar uma divisão em pelo menos três etapas em sua vigência histórica. Vejamos.

Os generais-presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967–1969), Emílio Garrastazu Médici (1969–1974) e Ernesto Geisel<sup>15</sup> (1974-1979) levaram adiante uma série de medidas arbitrárias como, por exemplo, a edição de dezessete Atos Institucionais regulamentados, além de nada menos que cento e quatro Atos Complementares que, entre outras coisas: extinguíram os partidos políticos; impulsionaram o estabelecimento de políticas econômicas de arrocho e de queda do poder de compra dos salários; criaram instrumentos de controle e perseguição política, como é o caso do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Lei de Segurança Nacional (LSN); fortaleceram de forma tirânica o Poder Executivo em detrimento dos demais poderes e em nome de uma pretensa doutrina de segurança nacional impuseram a tortura, as prisões arbitrárias e o extermínio físico dos opositores do regime.

Diante da contestação imediata ao golpe militar, que tinha como um dos seus núcleos mais dinâmicos os movimentos estudantis, o presidente Castelo Branco, em 1964, aprova a lei 4464/1964 que ficaria conhecida como Lei Suplicy. Por intermédio deste instrumento legislativo, procurava-se regulamentar e controlar o movimento estudantil em todo o país. A malfadada lei recebeu esse nome em homenagem ao primeiro titular do Ministério da Educação durante a vigência da ditadura militar.

Autores como Cunha e Góes (1985, p. 85) explicam o significado mais profundo do seu conteúdo:

A Lei Suplicy obrigava os estudantes a votarem para a eleição dos diretórios acadêmicos, mas, em contrapartida, limitava o campo de atuação do movimento estudantil, tornando as entidades presas fáceis da intervenção das direções das faculdades e das reitorias das

---

<sup>15</sup> Teve papel de destaque no movimento de deposição de João Goulart, e assumiu a chefia do gabinete militar do presidente Castelo Branco. Em 1966, foi promovido a general. Em março de 1967, tornou-se ministro do Superior Tribunal Militar e, entre 1969 e 1973, foi presidente da Petrobrás. Depois de entregar a presidência ao seu sucessor, foi presidente da Norquisa-Nordeste e do Conselho de Administração da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene). Excerto do texto biográfico sobre o General Henrique Geisel disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>

universidades.

À esse dispositivo legal, rapidamente se somaram mais alguns decretos, com o objetivo precípua de desmantelar de vez a organização dos estudantes.

Não sendo essa lei suficiente, foi baixado o decreto-lei 228/67, arrojando ainda mais as amarras das entidades estudantis e ameaçando com punições os diretores e reitores que não as contivessem no campo de suas atribuições absolutamente apolíticas, isto é, toda atividade política que reforçasse a política da ditadura (idem, ibidem).

Os militares da chamada “linha dura” tinham uma visão mais apocalíptica dos rumos políticos do país, desconfiavam de todos os políticos e pensavam que apenas medidas autoritárias podiam proteger o Brasil contra as ameaças da esquerda e do comunismo.

Os líderes da linha dura eram chefiados por oficiais que haviam sido os mais combativos anti-getulistas, tais como o marechal Odílio Denys e o general Jurandir Mamede. Estes militares “linhas duras” permitiram que os militares moderados assumissem a liderança na formação do novo governo em 1964, mas, nos bastidores, permaneciam comprometidos com medidas mais duras (SKIDMORE, 1998, p. 228).

Os militares, os “linha dura” principalmente, utilizavam-se do fantasma do comunismo para apressar e acentuar as ações de controle e perseguição, sempre em nome da soberania e da segurança nacional.

O novo governo também reivindicava um novo papel internacional. O golpe militar brasileiro foi o primeiro na América Latina desde a onda de democratização na década de 1950. Ele era, portanto, um sinal luminoso para a Aliança para o Progresso, patrocinada pelos EUA, que visava ao fortalecimento das regras democráticas na América Latina, promovendo crescimento econômico e reforma social. A derrubada, pelos militares, da democracia no Brasil, a maior nação da América Latina, sugeria que a estratégia dos EUA talvez tivesse de ser repensada. (SKIDMORE, 1998, p. 229)

Do ponto de vista do acirramento dos conflitos de classes que estavam em curso na sociedade brasileira desde o final da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), a arquitetura golpista e o incremento ulterior do regime ditatorial instalado em 1964, representavam, por um lado, a criação de condições materiais e superestruturais para a concentração do capital financeiro, produtivo, da renda, do

avanço e do estabelecimento da supremacia do capital monopólico transnacional (BAUER, 2012) e, por outro, ceifar e reprimir duramente os movimentos sociais, políticos e populares que pleiteassem formas alternativas de construção social e desenvolvimento econômico para o país.

Autores como Octavio Ianni (1965), no clássico estudo *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*, trazem à tona uma série de tendências que viriam a se comprovar nos anos vindouros, da marcante presença do Estado nas esferas da produção industrial, dos insumos, da infraestrutura rodoviária, aérea, portuária, da capacitação energética, na indução da mobilização populacional e nas relações de trabalho.

Este autor analisa, ainda, os fatores que levariam ao crescente fortalecimento e ao endurecimento do poder executivo, a depreciação dos poderes judiciário e legislativo e a implacável perseguição aos que procurassem estimular e fortalecer os constructos de participação política e social nos desígnios do país.

Essa crescente centralização do poder executivo trouxe-lhe o domínio dos processos produtivos, o gerenciamento do sistema financeiro e a tentativa de exercer o controle da vida social, estabelecendo uma articulação dependente dos seus mandos na atividade econômica, na política e na sociocultural.

Isso é o que melhor explica a quadro de aguda instabilidade interna, feita de um sem número de contradições que surgiam do esgotamento do chamado milagre econômico brasileiro, do levantamento da classe trabalhadora contra o arrocho salarial, trabalhadores açodados pelas ondas mundiais recessivas que haveriam de mergulhar o país numa profunda crise econômica em meados da década de 1970.

Esse período trouxe também uma série de desafios políticos e organizativos para todos aqueles que se envolveram na abertura de caminhos que se ofereciam no bojo da chamada transição democrática, imbuídos na retomada do ordenamento institucional e do afastamento dos militares do poder no Brasil.

No que diz respeito ao transcurso da disputa ideológica, tal qual estudado por Dreifuss (1981), apenas alguns anos antes, como uma espécie de co-irmão do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), mais precisamente, no mês de novembro de 1961, era criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), alicerçado em consistentes alianças com militares de alta patente, políticos de matiz conservadora, empresários nacionais e estrangeiros, e contando com a disposição de uma volumosa gama de recursos financeiros para desenvolverem suas

atividades.

Na acurada argumentação de René Dreifuss (1981, p. 164), o IPES haveria de desempenhar um papel decisivo na elaboração de massivas estratégias de intervenção pública, oriundas das classes dominantes para o combate político e ideológico sobre o avanço das forças populares que se prenunciava no país. Na análise desse autor, no curso de sua oposição às estruturas populistas, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.

De forma extremamente bem documentada e pacientemente analisada, René Dreifuss demonstra, com argúcia, os meandros dos arranjos conspiratórios e políticos que seu operou entre a tecnocracia empresarial, os oficiais militares e os conglomerados econômicos e financeiros multinacionais que participaram da urdidura golpista de 1964 e que se mantiveram coesos, praticamente, até o ocaso do regime ditatorial à frente do Estado.

Entre os anos de 1969 a 1979, o Brasil experimentou um período de intensa e violenta repressão política e social, com efetivação das restrições das liberdades democráticas, prisões arbitrárias, banimentos, torturas, implacável perseguição e o extermínio de adeptos dos movimentos de esquerda que se enveredaram pela luta armada contra a ditadura.

Essas medidas mais duras foram “legalizadas” por meio do Ato Institucional número 5, mais conhecido como AI-5, estabelecido em 13 de dezembro de 1968. As perseguições e os assassinatos eram justificados pela resistência feita por alguns grupos, tanto da esquerda quanto por democratas que defendiam a liberdade de imprensa e de expressão e os processos nos ritos democráticos.

Sobre os acontecimentos que se produziam, na esfera política educacional, por aquele tenso e largo período da história do Brasil, Otaíza Romanelli (1999, p. 223), nos apresenta um quadro bem esquematizado:

Delineia-se assim, uma política educacional bem definida. Através da reestruturação do sistema educativo, segundo os princípios da organização das empresas, busca-se maior adequação do modelo de educação ao modelo econômico, para atingir os objetivos desse último. A eliminação ou, pelo menos, a diminuição da defasagem, tanto no que se refere ao aspecto quantitativo (atender à demanda), quanto no que se refere à estrutura (pôr-se em consonância com os imperativos do desenvolvimento) tem por fim, portanto, a instrumentalização do processo educativo e sua utilização em



proveito da expansão econômica.

Nesse quadro de instabilidade política, econômica e social encontraram solo fértil e germinaram as manifestações e os movimentos populares e sociais, surgiram novas formas de organização da classe trabalhadora e novos personagens entraram em cena (SADER, 1988).

No Brasil, os fins dos anos de 1960 ficariam irremediavelmente marcados por vigorosas manifestações dos estudantes contra o regime ditatorial e suas tentativas de reformar pelo alto a universidade brasileira. Não por acaso, o primeiro efeito do golpe de Estado no campo educacional foi a desorganização do movimento estudantil (CUNHA, 2007, p. 54).

Na ótica de Florestan Fernandes (1975), embora uma série de medidas referentes à Reforma Universitária já se mostrassem presentes em diferentes decretos aprovados ao longo dos anos de 1966 e 1967, ela deverá se materializar na Lei 5540/1968, sendo aí aplicada a todas as instituições de ensino superior do Brasil. Diante das pressões estudantis e dos docentes, o governo decidiu tomar a dianteira e fazer a reforma, de modo a não romper com interesses de estratos mais conservadores da sociedade.

Em linhas gerais, os objetivos ditatoriais em realizar a reforma universitária que atacava professores, e a organização e mobilização dos estudantes, em nome de maior eficiência e produtividade, da eliminação da ociosidade, tanto do espaço, quanto do professor, estavam associados à eliminação do papel dos campi como territórios de contestação e reflexão coletiva de estudantes e professores.

O regime haveria de dificultar ao máximo a capacidade de organização e de mobilização dos estudantes e professores, quando não, eliminando-os fria e cruelmente em sua ambição ceifar todos os focos de agitação e de contestação ao seu caráter ditatorial.

De 1980 a 1985, quando tivemos o coroamento da chamada abertura política (lenta, gradual e segura), que trouxe o restabelecimento das eleições diretas para os governos dos estados em 1982, para os prefeitos das capitais em 1985 e o pleito indireto, realizado no âmbito do colégio eleitoral, que elegeu um civil para ocupar novamente a presidência da República do Brasil. A eleição de Tancredo Neves marcou o rompimento de quase vinte um anos de regime militar no país. A chapa de Tancredo Neves e José Sarney, a Aliança Democrática, foi formada após a derrota

no Congresso, em abril de 1984, da emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente da República.

Embora houvesse evidências de uma abertura política por meio da eleição de Tancredo Neves, ainda que de forma indireta, podemos observar que o caráter persecutório do regime militar perdurou por muito tempo ainda, inclusive utilizando-se dos órgãos repressores criados antes do Golpe de 1964 e que permaneceram ativos após a Constituição promulgada em 1988, como é o caso, por exemplo, do DOPS e suas divisões Estaduais chamadas DEOPS<sup>16</sup>.

Subsidiadas por legislação específica, as ações do DEOPS/SP variaram de acordo com os tempos de maior restrição ou maior abertura política, monitorando em maior ou menor grau cidadãos, instituições, sindicatos e associações, conforme demonstramos em nossos escritos.

Conforme registro no portal do Arquivo Público do Estado de São Paulo:

Até ser extinto em 4 de março de 1983, o DEOPS cresceu de uma simples delegacia até se tornar um dos departamentos mais temidos da polícia civil do Estado de São Paulo. A extinção do DEOPS ocorreu na esteira das eleições diretas para governador e o seu arquivo passou para a guarda da Polícia Federal. A impossibilidade de acesso a documentos que tratavam do desaparecimento e morte de vítimas da Ditadura Militar provocou um amplo debate, envolvendo diferentes setores da sociedade, que resultou na transferência dos arquivos do DEOPS para o Arquivo Público do Estado em 1991<sup>17</sup>.

A ditadura respondeu com o banimento daqueles que eram considerados subversivos e que colocavam em risco a segurança nacional, estimulou o uso bárbaro do DOI e do CODI que agiam conjuntamente, daí o uso recorrente da sigla

---

<sup>16</sup> O DEOPS surgiu em 30 de dezembro de 1924, com a Lei nº 2.034 institucionalizando-o no estado de São Paulo. A coordenação, em nível federal, das polícias políticas cabia ao Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, sediado no Rio de Janeiro. Ao longo da existência do DEOPS/SP (1924-1983), várias leis e decretos alteraram a sua denominação e a sua estrutura, ainda que tenham implementado poucas mudanças significativas em suas atribuições. Dentre as doze mudanças de denominação efetuadas, ocorreram, por exemplo, três no ano de 1930: Delegacia Especializada de Ordem Política e Social; a divisão em Delegacia de Ordem Política e Delegacia de Ordem Social; e Superintendência de Ordem Política e Social. Em relação à estrutura, destacam-se o Decreto nº 11.782, de 30 de dezembro de 1940, que cria o Serviço Secreto e o Decreto nº 6.836, de 30 de setembro de 1975, que transforma o Serviço Secreto em Divisão de Informações. Os períodos de autoritarismo ditatorial da História do Brasil Republicano – o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985) – proporcionaram os momentos de maior atuação do Deops, embora tenha atuado também entre o período de 1945 à 1964. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops> Acessado em 24/10/2021

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops> Acessado em 24/10/2021

DOI-CODI na literatura preocupada com o período em questão.

Neste trabalho, ressaltamos a atuação do DOPS pois, desde as primeiras investigações observamos uma atuação bastante intensa deste órgão sobre as liberdades individuais e coletivas, especialmente no que diz respeito aos professores da USP no período ditatorial e também após a promulgação da Constituição Federal em 1988, já em um período compreendido como democrático.

Em linhas gerais, os golpistas de 1964 instalaram no país um regime de controle e censura da imprensa, das artes, da literatura, da música, de perseguição aos movimentos estudantis e sociais, de cerceamento das liberdades democráticas e civis.

Do ponto de vista econômico, a ditadura civil-militar procurou consolidar o que se convencionou chamar de modernização conservadora, que tinha como principal objetivo estabelecer a aproximação com as grandes corporações transnacionais e com as grandes empresas nacionais sob o maciço investimento estatal aos setores estratégicos vinculados à produção energética, à infraestrutura terrestre, aeroportuária e às telecomunicações, ações tomadas ainda com presença dos latifundiários no poder (REIS, 1983, p. 334).

## **2.2 Os caminhos de resistir: cultura, movimentos populares e luta armada**

Os militares e o séquito de civis que compunham os postos de comando das instituições do Estado brasileiro e cerceavam a sociedade civil, nomeavam os grupos que defendiam a liberdade e a democracia no país como “subversivos”. Sob essa denominação estavam os artistas, os intelectuais e todos os militantes, sobretudo os de esquerda, que em muitos casos tiveram seus passos vigiados. Muitos foram exilados, outros tantos foram perseguidos e exterminados.

Músicas, poemas, filmes, peças de teatro, programas de rádio e de televisão e um formidável conjunto, a maioria das manifestações textuais e culturais passavam pelo crivo da censura (muito comum também conseguir burlá-las), paramentada para barrar qualquer manifestação de contraposição ao regime. Dentre os artistas perseguidos, como é de conhecimento público, podemos destacar o cantor e compositor Geraldo Vandré.

Além da canção Pra não dizer que não falei das flores, uma das

músicas-símbolo da luta anti militar no período, este autor tem uma composição também muito marcante sobre o período chamada Aroeira<sup>18</sup>, e que traz elementos do “levante” da classe trabalhadora, como sugere o trecho a seguir, dessa música composta no ano de 1967:

[...] Marinheiro, marinheiro  
Quero ver você no mar  
Eu também sou marinheiro  
Eu também sei governar  
Madeira de dar em doido  
Vai descer até quebrar  
É a volta do cipó de aroeira  
No lombo de quem mandou dar [...]

Apesar da figura controversa do artista, as músicas escritas por ele lhe renderam o título de “compositor de músicas de protesto”, razão pela qual temos que considerar que:

À princípio entendemos que, no processo de realização de sua arte, e através da radicalização gradativa em direção à música armada, Geraldo Vandré atuou como intelectual engajado na medida em que assumiu a postura de combatente na luta pela hegemonia da sociedade brasileira e na tarefa de transformar a realidade marcada pela exploração de operários e camponeses, utilizando para isto o campo cultural. (MESQUITA, 2015, p.19)

Assim como Vandré, o período foi marcado por canções e produções artísticas emblemáticas que impulsionaram o público mais engajado e deixavam furiosos os “capitães do mato” do regime militar, como foi também o caso das encenações do Teatro do XI:

[...] O Evangelho segundo Zebedeu. Escrita por César Vieira, a obra está estruturada em torno de duas temáticas bastante populares: o circo e a literatura de cordel. Seu tema central é a Guerra de Canudos com enfoque na vida e morte de Antônio Conselheiro. A peça foi censurada e totalmente proibida em território nacional, tendo sido necessária uma ampla negociação de advogados com censores federais para sua liberação. Mesmo após esse processo, O Evangelho segundo Zebedeu (que foi apresentado como leitura dramática antes de ser montado como espetáculo) teve duas apresentações interrompidas por agentes da repressão: a primeira em São Paulo, quando a obra era lida na Sala do Estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e pedras foram

---

<sup>18</sup> É possível assistir a histórica apresentação de Geraldo Vandré, em 1967, desta icônica canção, por meio do link <https://www.youtube.com/watch?v=EGyb11knYYo>

atiradas nas janelas de vidro; e a segunda vez no Rio de Janeiro, quando o grupo se apresentava no Teatro de Arena da Guanabara e rajadas de metralhadora atingiram o teto do teatro. (Programas Lugares de Memória, 2015, p. 1-2)

Como bem sabemos, a música, o cinema, a literatura e a cultura brasileira em geral são temas clássicos dos estudos históricos, sociológicos e das ciências sociais, razão pela qual, mesmo que de forma aligeirada, achamos pertinente trazer esse apontamentos para elucidar que as resistências se davam tanto por meio de manifestações explícitas como passeatas, mobilizações populares de grupos políticos, quanto por meio da cultura e da arte. Não pretendemos aprofundar as análises sobre os movimentos culturais de resistência instaurados no período, mas apresentar as múltiplas formas de resistência contra o regime.

A censura prévia a esses tipos de obras artísticas, musicais e literárias, trazia uma intensa resistência por parte dos artistas o que, conseqüentemente, gerava ainda mais perseguição e repressão. No bojo das resistências inseridas no conteúdo das produções artísticas em todas as linguagens, os embates realizados por professores e intelectuais ao regime se intensificaram. Na mesma medida, as perseguições também foram aumentando, culminando com demissões de alguns professores, no ano de 1969, em diferentes universidades brasileiras.

As dificuldades e as perseguições impostas pela ditadura não inibiram a eclosão de lutas e a organização de movimentos políticos e sociais com o intuito de combatê-la e denunciar as suas arbitrariedades.

Movimentos como as ocupações de fábricas realizadas pelos operários de Osasco (SP) e Contagem (MG) e a chamada passeata dos 100 mil organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) na Cidade do Rio de Janeiro, em 1968, foram significativos nesse sentido. Nesse mesmo ano, o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, estudante secundarista no restaurante do Calabouço; em 21 de Junho de 4 jovens, também, na cidade do Rio de Janeiro, naquela que ficou conhecida como Sexta-Feira Sangrenta trouxeram a intensificação dos movimentos populares e a ampliação das forças da sociedade civil contra a ditadura.

No campo econômico, a ditadura tinha como um dos seus principais objetivos jogar na lata do lixo da história as reformas estruturais preconizadas pelo ideário nacional-desenvolvimentista, como é o caso das reformas agrária e educacional e levaram adiante o propalado milagre brasileiro, assentado em incentivos tributários

para as empresas multinacionais, manipulação do sistema financeiro, redução dos custos de mão de obra e pesados investimentos na infraestrutura e produção energética para atrair grandes investidores internacionais para o país.

A partir de 1969 os focos de guerrilha e de luta armada contra a ditadura começaram a eclodir pelas mais variadas regiões do país liderados, entre outros, por Carlos Marighella e Carlos Lamarca, que haviam se afastado das diretrizes política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundado organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

No enfrentamento armado à ditadura se constituiu uma verdadeira constelação de agrupamentos, lançando mão de ações no campo e nas cidades, dentre as quais se sobressaíram a Guerrilha do Araguaia (PA) e a do Vale do Ribeira (SP), o sequestro de embaixadores estrangeiros e empresários de multinacionais, o assalto à bancos e ataques aos quartéis do exército brasileiro.

Com a decretação do famigerado Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, a resistência dos setores reformistas e populares também se fez com o uso da luta armada. De fato, a partir deste momento, as personalidades e os organismos políticos e da sociedade civil que eram adeptos à ações não violentas, ficaram enfraquecidos e desprovidos de sentido em suas tentativas de operar movimentos conciliatórios com os donos do poder.

Para alguns dos históricos lutadores das causas populares e sociais, a ditadura somente poderia ser finalmente superada pela violência contra a violência. A única solução é o que agora fazemos: empregar a violência contra aqueles que primeiro a usaram para atacar o povo e o país (MARIGHELLA *apud* ALVES, 1984, p. 156).

Movimentos foquistas, inspirados nas artimanhas castro-guevaristas, vitoriosos na Revolução Cubana e exaltados por Régis Debray ou na concepção maoísta de guerra de longa duração, traziam para o noticiário e para o vocabulário social e político militantes como Lamarca, Marighella, Jover Telles e uma constelação de organizações como VPR, a ALN, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (BAUER, 1995).

Episódios como a Guerrilha do Araguaia, efetivado pelo PC do B, na região sul do Pará, em 1972, e o rapto do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969, pela ALN e pelo MR-8, são apontados por Jacob Gorender (1987), como

decisivos na compreensão da crescente onda repressiva que se produziu, com a utilização indiscriminada de atos institucionais, com o banimento dos presos políticos, a decretação da pena de morte, a declaração de “guerra a subversão”, a efetivação da Lei de Segurança Nacional (LSN), o cerceamento das atividades artísticas e culturais, além da censura aos veículos de imprensa e à comunicação social atuantes no país.

Conseqüentemente, estávamos diante da mais completa eliminação das garantias das liberdades civis e políticas próprias da democracia liberal burguesa naquela trágica quadra histórica experimentada pela sociedade brasileira.

### **2.3 Resistência, perseguição e assassinatos de professores e alunos da USP**

Como veremos, de forma mais detalhada e aprofundada na próxima seção, foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos professores que assumiram as tarefas organizativas para levar a cabo esse auspicioso projeto político, dificuldades que foram muito difíceis de serem contornadas.

Por ora, é preciso lembrar que, os mecanismos de legitimação e de coerção adotados pela ditadura civil militar, ao longo dos anos na USP, oscilaram entre ações truculentas e repressivas contra os estudantes, professores e funcionários e o estabelecimento de relações cordatas e legais com os seus dirigentes e parcelas proeminentes do corpo docente, e, em algumas ocasiões, recrutando alguns destes personagens para desempenharem papéis ativos na máquina estatal da União.

Além de sofrer com a imposição da aposentadoria compulsória para muitos dos seus docentes, um número expressivo de integrantes da comunidade acadêmica foi alvo de vitimizações e suplícios perpetrados pela sanha virulenta dos golpistas contra aqueles ousaram resistir aos seus desígnios ditatoriais.

Até o presente momento histórico, ainda não é possível saber com exatidão o número de pessoas que morreram ou desapareceram entre 1964 e 1988 no enfrentamento da ditadura civil militar ao lutarem pela redemocratização no Brasil.

Oficialmente, foram reconhecidas quatrocentos e trinta e quatro pessoas como mortas ou desaparecidas durante a vigência deste período de exceção, conforme dados publicitados pela Comissão Nacional da Verdade, porém, está longe de ser plenamente aceito pelos estudiosos e cidadãos preocupados em manter viva

a memória do país.

Houve a destruição e o ocultamento deliberado de documentos sobre indivíduos e corporações privadas, das Forças Armadas do Brasil, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea, dos Poderes Executivo, Legislativo e do Judiciário, sem falar de pessoas anônimas, que foram lançadas em valas comuns, que não tiveram dignidade em seu sepultamento e não mereceram qualquer atenção pelo seu desaparecimento.

Conforme informações minuciosamente colhidas e analisadas pela Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (2018), apresentadas pela professora Janice Theodoro da Silva e pelo professor João Vicente Capello Rezende, entre os considerados desaparecidos e as vítimas de morte da ditadura, quarenta e sete pessoas estavam vinculados à USP, sendo que deste impressionante número de pessoas exterminadas, dezessete tiveram os seus documentos e prontuários institucionais completamente subtraídos dos arquivos universitários e públicos responsáveis pela sua guarda.

Dentre essas vítimas da comunidade acadêmica uspeana, tínhamos: trinta e nove alunos, seis professores e dois funcionários, conforme os dados da lista dos mortos e desaparecidos com vínculo na USP, tornado públicos nos relatórios produzidos pela Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (2018).

A partir desses dados publicados, elaboramos o seguinte quadro para nomear estes sujeitos históricos:

<b>NOME</b>	<b>NASCIMENTO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Alexandre José Ibsen Veroes	05/07/1952	FE/Aplicação
Alexandre Vannucchi Leme	05/10/1950	Instituto de Geociências
Ana Rosa Kucinski	12/01/1942	Instituto de Química
Antonio Benetazzo	01/01/1941	FFLCH/Filosofia e FAU
Antonio Carlos Nogueira Cabral	14/10/1948	Faculdade de Medicina
Arnos Preis	08/07/1934	Faculdade de Direito
Aurora Maria Nascimento Furtado	17/06/1946	Instituto de Psicologia



<b>NOME</b>	<b>NASCIMENTO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Boanerges de Souza Massa	07/01/1938	Faculdade de Medicina e Direito
Carlos Eduardo Pires Fleury	05/01/1945	FFLCH/Filosofia
Catarina Helena Abi-Eçab	29/01/1947	FFLCH/Filosofia
Fernando Borges de Paula Ferreira	01/10/1945	FFLCH/Ciências Sociais
Francisco José de Oliveira	05/04/1943	FFLCH/Ciências Sociais
Gelson Reicher	20/02/1949	FM/Faculdade de Medicina
Helenira Resende de Souza Nazareth	11/01/1944	FFLCH/Letras
Heleny Ferreira Telles Guariba	13/03/1941	FFLCH/Filosofia
Henrique Cintra Ferreira de Ornellas	1920	Faculdade de Direito
Iara Iavelberg	07/05/1944	Instituto de Psicologia
Isis Dias de Oliveira/CRUSP	29/08/1941	FFLCH/Ciências Sociais
Issami Nakamura Okano/técnico	23/11/1945	Faculdade Farmácia Bioquímica
Jane Vanini	08/12/1945	FFLCH/Ciências Sociais
Jeová Assis Gomes/CRUSP	24/08/1943	Instituto de Física
João Antônio Santos Abi-Eçab	04/06/1943	FFLCH/Filosofia
João Leonardo da Silva Rocha	04/08/1939	Faculdade de Direito
José Roberto Arantes de Almeida	07/02/1943	Instituto de Física
Juan Antonio Carrasco Forrastal	30/01/1945	Instituto de Física
Lauriberto José Reys/CRUSP	02/03/1945	Escola Politécnica
Lígia Maria Salgado Nóbrega	30/07/1947	Faculdade de Educação
Luiz Carlos de Almeida	25/11/1945	Instituto de Física
Luis Eduardo da Rocha Merlino	18/10/1947	FFLCH/História

<b>NOME</b>	<b>NASCIMENTO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Luiz Fogaça Balboni	25/05/1945	Escola Politécnica
Luiz Hirata	23/11/1944	ESALQ
Luiza Augusta Garlippe	16/10/1941	Escola de Enfermagem
Manuel José Nunes Mendes de Abreu	01/01/1949	Escola Politécnica
Maria Regina Marcondes Pinto	17/07/1946	FFLCH/Ciências Sociais
Miguel Pereira dos Santos	12/07/1943	FE/Aplicação
Nelson de Souza Kohl	25/01/1940	ECA
Norberto Nehring	20/09/1940	FEA
Olavo Hansen	14/12/1937	Escola Politécnica
Ronaldo Mouth Queiroz	18/12/1947	Instituto de Geociências
Ruy Carlos Vieira Berbert	16/12/1947	FFLCH/Letras
Sergio Roberto Corrêa	27/07/1941	FFLCH/Ciências Sociais
Sidney Fix Marques dos Santos	20/01/1940	Instituto de Geociências
Suely Yumiko Komaiana	25/05/1948	FFLCH/Letras
Tito de Alencar Lima (Frei Tito)	14/09/1945	FFLCH/Ciências Sociais
Vladimir Herzog	27/05/1937	ECA
Wanio José Mattos	24/04/1926	Faculdade de Direito
Wilson Silva	21/04/1942	Instituto de Física

**Quadro 1:** Quadro/lista de uspeanos mortos e/ou desaparecidos. Elaborado com base nos relatórios sobre mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar. Autora: Fernanda Batista Alves. Fonte: Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (2018).

Além dos desaparecidos, outros professores sofreram duras perseguições dos militares e foram fichados pelo DOPS.

Para compreendermos como se deu o surgimento da Adusp em meio ao

regime repressor e dilacerante como o estabelecido pela ditadura civil-militar, buscamos por fontes que nos ajudassem a compreender a dubiedade do Estado, que ora controlava, ora permitia certa “liberdade” de atuação de associações e sindicatos. Um dos acervos que ganharam bastante visibilidade, por reunirem fontes primárias importantes do período repressor, é o Arquivo Público do Estado de São Paulo que reúne desde 1994, dentre outras informações e documentos, as fichas que eram utilizadas para registro e acompanhamento das pessoas perseguidas pelo regime.

Ainda que as análises a seguir compreendam um período que extrapola nosso recorte temporal proposto, consideramos importante apresentá-las para demonstrarmos a longevidade do sistema repressivo ancorado pela ditadura militar na sociedade brasileira. Discorreremos abaixo sobre o DEOPS.

O Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), surgiu em de 30 de dezembro de 1924 com a Lei nº 2.034 institucionalizando-o no estado de São Paulo. A coordenação em nível federal das polícias políticas cabia ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sediado no Rio de Janeiro. Ao longo da existência do DEOPS/SP (1924-1983), várias leis e decretos alteraram a sua denominação e a sua estrutura, ainda que tenham implementado poucas mudanças significativas em suas atribuições.

Dentre as doze mudanças de denominação efetuadas, ocorreram, por exemplo, três no ano de 1930: Delegacia Especializada de Ordem Política e Social; a divisão em Delegacia de Ordem Política e Delegacia de Ordem Social; e Superintendência de Ordem Política e Social. Em relação à estrutura, destacam-se o Decreto nº 11.782, de 30 de dezembro de 1940, que cria o Serviço Secreto e o Decreto nº 6.836, de 30 de setembro de 1975, que transforma o Serviço Secreto em Divisão de Informações. Os períodos de autoritarismo ditatorial da História do Brasil Republicano – o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o regime civil-militar (1964-1985) – proporcionaram os momentos de maior atuação do DEOPS/SP, embora durante o período de interregno democrático de 1945 a 1964 também tenha atuado.

Subsidiadas por legislação específica, as ações do DEOPS/SP variaram de acordo com os tempos de maior restrição ou maior abertura política, monitorando em maior ou menor grau cidadãos, instituições, sindicatos e associações como apresentamos nesse trabalho.

Ao buscarmos os nomes dos professores pertencentes ao corpo diretivo da Adusp nos arquivos do DOPS, fomos surpreendidos com o fichamento de quatro, dos sete professores da direção. Entendemos que, na medida em que o corpo diretivo é “fichado”, a liberdade de expressão e de atuação, tanto pessoal, quanto institucional, seria controlada e rigorosamente acompanhada pelas forças autoritárias de então. Ao longo dos anos a Adusp continuou sendo alvo das investidas do regime repressor e os professores dirigentes continuaram sendo acompanhados, passo a passo, pelos órgãos de controle estatais.

O DEOPS se fez presente por muito tempo, ainda que tenha sido extinguido em 04 de março de 1983. Em uma breve pesquisa sobre alguns nomes de professores que fizeram parte do corpo diretivo da Adusp no período ditatorial, podemos observar que, mesmo com a flexibilização do regime e a aparente retração das perseguições instituídas por ele, o controle dos indivíduos considerados subversivos, ainda era realizado. Ao verificar as fichas do DOPS dos professores da Adusp e os registros datados pós-extinção do órgão, podemos fazer uma indagação pertinente. Como um órgão que não existe mais organiza-se para realizar tais registros?

No anseio de uma resposta minimamente explicativa, realizamos as buscas no Arquivo Público do Estado de São Paulo e constatamos que, no mesmo ano de extinção do DOPS, foi criado outro órgão governamental que foi nomeado Departamento de Comunicação Social (DCS) e que, conforme informações presentes no Arquivo, funcionou até 1999.

Esse órgão se manteve em funcionamento até 1999, quando denúncias na imprensa tornaram público que as atividades e a documentação produzida por ele se assemelhavam às do extinto DEOPS/SP, ou seja, evidenciando que a vigilância política e social da polícia em relação à população seguiu mesmo após o final da ditadura civil-militar<sup>19</sup>.

No mesmo Arquivo<sup>20</sup> encontramos outra informação sobre a existência desse órgão estatal que também nos chamou bastante atenção e merece ser citada aqui.

O do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) comporta a documentação produzida entre 1924,

---

<sup>19</sup> Trecho extraído da página do Arquivo Público do Estado de São Paulo, contido na aba denominada “Memória Política e Resistência”. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/>

<sup>20</sup> Consultado em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/>

ano de sua criação, e 1983, ano de extinção, pelo principal órgão articulador da polícia política paulista. Já o do Departamento de Ordem Política e Social de Santos é parte integrante do acervo mais geral do DEOPS/SP, mas é relacionado separadamente para marcar a peculiaridade de sua composição: essa documentação foi recolhida em 2010, e até então era mantida de maneira ilegal no Palácio da Polícia de Santos. Ela não possui uma característica única, sendo aparentemente uma reunião de documentos de origens diversas, com documentação do próprio DEOPS/SP, da regional de Santos, da Polícia Técnica, do DCS e outros. Por conta disso, uma parte desse acervo remete, inclusive, a períodos recentes, posteriores à redemocratização do país, o que sugere que ele seguiu sendo manipulado após a extinção oficial do DEOPS/SP.

Como podemos perceber nesta análise prévia das fontes, o percurso da redemocratização pós-ditadura civil militar no Brasil nos parece muito mais longo do que aquele que foi promulgado oficialmente.

No primeiro trecho apresentado, por exemplo, fica evidenciado que o DCS foi constituído logo após a extinção do DOPS e que, apesar de não explicitar seus objetivos reais, continuava a executar o papel de controle social e político de instituições e indivíduos, por meio dos registros persecutórios que, assim como seu antecessor, tinham como objetivo cercear os direitos civis aparentemente conquistados pela volta da democracia ao país.

No segundo fragmento, podemos confirmar a ideia de longevidade do controle exercido pelo estado sob os indivíduos, e também, por conta da própria negação por parte de alguns grupos da existência de um golpe e de uma ditadura civil militar no país, a necessidade de manter os arquivos públicos produzidos naquele período - que contém informações sobre as brutalidades exercidas - no obscurantismo, como, inclusive, uma forma de contribuir com o ideário de manipulação dos fatos já comprovados pela história e pela justiça.

Os arquivos encontrados em 2010 na regional da polícia técnica de Santos, citados no segundo trecho, também nos traz à tona o caráter policialesco, de perseguição política e ideológica a todas as formas de resistência, organizadas coletivamente ou de iniciativa individual, perseguição essa que faz parte da história do país em maior ou menor grau, dependendo do período, e que se perpetua ao longo dos tempos, do império a república.

Ainda que possamos reconhecer alguns lampejos na ampliação dos direitos da classe trabalhadora e que algumas conquistas de cunho democrático tenham

sido ampliadas em meados do século XX, especialmente no período de 1945-1964, denominado por alguns autores como interregno democrático<sup>21</sup> não é possível extinguir as marcas deixadas pelos processos autoritários na formação do Estado brasileiro burguês.

Quanto aos problemas políticos e ideológicos, o Estado assume a responsabilidade pela manutenção da ordem social, reprimindo as ameaças das classes dominadas ou controlando as práticas de algumas de suas frações por meio do exército, das polícias militares, ou se valendo dos sistemas judiciários e penitenciários. Trata-se da repressão física e jurídica, melhor dizendo, da violência e coerção físicas legais, mas também dos mecanismos legais e jurídicos que regem as relações sociais e o comportamento dos cidadãos na sociedade (os regulamentos, as normas jurídicas, o Direito, os tribunais, a lei etc.). (BAUER, 2012, p. 114)

Não obstante, o presente estudo centrar-se na história do surgimento da Adusp e, nesta parte, realizarmos a apresentação das fichas e registros dos professores da Adusp, feitos pelo aparelho de controle social de Estado (DOPS) durante e após sua extinção, não podemos deixar de citar as trágicas consequências sofridas na atualidade tanto pelos trabalhadores em geral, quanto pelos trabalhadores da educação e por representantes da sociedade civil que convençamos chamar de minorias políticas.

O autoritarismo permanente do Estado brasileiro vitimiza diariamente integrantes dessas minorias, não só aqueles que exercem legítima resistência por meio da ação direta que surge como resposta às desigualdades e injustiças presentes na sociedade capitalista, mas também e com maior frequência, no cotidiano da classe trabalhadora com o extermínio da população mais vulnerável e que tem maior impacto nas periferias do país, especialmente sob os jovens negros que tem tratamento desigual em relação aos jovens das camadas médias da população, o que marca uma verdadeira guerra de extermínio desses jovens, com pouca resistência social sobre os órgãos de repressão policial que comumente estão envolvidos nesses crimes. Há um silêncio social tácito sobre essa violência (MELLO, 2001, p. 129).

A ocultação dos documentos que comprovam a perseguição política no

---

<sup>21</sup> Ricardo Pires de Paula (2018, p. 226) em *Sindicalismo docente en Argentina y Brasil: procesos históricos del siglo XX*, aponta que “Sin embargo, durante el interregno democrático entre el fin del Estado Novo y la ditadura civil-militar instalada en 1964, principalmente durante los años 1950 y principios de los años 1960, habría mayor espacio de actuación de los sindicatos en defensa de los derechos legalmente reconocidos.”

período pós ditadura civil-militar no Brasil e o silêncio social diante das violências contra os jovens negros nas periferias, são parte de um mesmo arcabouço ideológico e político de silenciamento da classe trabalhadora, diante da necessidade das elites brasileiras de permanecerem no controle social e econômico e que, mesmo durante interregnos democráticos, agiu em prol da manutenção de seus privilégios. “Os nossos movimentos ‘aparentemente reformadores’ teriam sido, de fato, impostos de cima para baixo pelos grupos dominantes”<sup>22</sup>.

É claro que, para nós, existem múltiplas razões pelas quais a população negra do Brasil continue sendo exterminada, razões essas que tem raízes na escravidão dos negros africanos iniciada em meados do século XVI e posta ao fim, pelo menos do ponto de vista legal, em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea que abolia a escravidão de um pouco mais de 700 mil pessoas no país.

Pelos limites teóricos impostos, diante da temática escolhida, não conseguiremos expor aqui a profundidade e a fecundidade dessas raízes autoritárias na formação político-social do país, bem como não será possível discutirmos os meandros constitutivos do racismo estrutural que permeia todo o processo histórico brasileiro.

Nos centraremos na apresentação e análise das fichas dos professores pertencentes Adusp, nos preocupando não somente com o conteúdo desses registros mas, também e especialmente, com as datas nas quais foram realizadas. Essas datas contribuem para a compreensão da longevidade do encaço militar sobre professores e intelectuais ligados à Universidade de São Paulo.

Apresentaremos as fichas com breves análises. De antemão salientamos que existem fichas que possuem apenas os nomes dos professores e outras com fotografias. Como as fontes encontram-se em sítio público, as imagens e informações contidas nos documentos já estão previamente autorizadas para utilização em trabalhos de pesquisas e/ou afins.

O recorte temporal utilizado trata da perseguição e do monitoramento de alguns professores dirigentes da Adusp no período posterior ao encerramento das atividades do DEOPS em 1983, diante de suas atuações associativistas no interior da Universidade de São Paulo.

As fichas que serão apresentadas foram produzidas pelos DEOPS até março

---

<sup>22</sup> Trecho escrito por Antonio Candido, em 1967, no prefácio de Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda de 1936.

de 1983 e posteriormente pelo DCS. No repositório do arquivo público do Estado de São Paulo não existe essa separação entre as fichas, sendo todas nomeadas como “Fichas do DEOPS”, referindo-se aos registros feitos tanto pelo DCS como pelo próprio DEOPS.

Sabemos que, no próprio Arquivo Público do Estado de São Paulo, existem outros documentos e outras fontes que trariam elementos importantes para análise da perseguição política no período. Mas, pelos limites impostos no constructo do presente estudo, concentramos a análise apenas nas fichas produzidas pelo DEOPS constantes no arquivo dos estudantes, funcionários e professores que estiveram à frente da direção da Adusp em 1984, um ano após a extinção do DEOPS.

Procuramos por registros dos sete professores pertencentes à direção no ano de 1984<sup>23</sup> nas fichas do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Desses, quatro foram fichados pelo DEOPS. Nós apresentaremos duas destas fichas por aqui com uma breve análise dos conteúdos registrados.

Observamos que algumas das fichas possuem a identificação dos escrivães. Outras, apenas as numerações que identificam os arquivos onde estão localizadas. Quanto à identificação do fichado, notamos que alguns possuem registros mais completos de identificação como nome, número de documento de identidade, filiação, local de nascimento e etc. Já, outros, são identificados apenas pelos nomes. No mais, do ponto de vista do conteúdo, elas são muito semelhantes, sempre constando a data e as informações que eram julgadas importantes para serem registradas.

Seguem as análises de dois professores que foram perseguidos pelo Dops. Um deles é o professor Ernst Wolfgang Hamburger que participou da organização da entidade, e foi um grande opositor à ditadura, atuando com resistência ao regime civil-militar tanto diretamente como protegendo alguns estudantes, conforme podemos verificar no excerto do Jornal da USP, em sua edição de 11/07/2018, reproduzido abaixo:

A residência de Amélia e Ernesto, nas imediações da Cidade Universitária, era ponto de encontro e acolhimento de docentes mais jovens e de alunos. No início da década de 70, após ter abrigado um

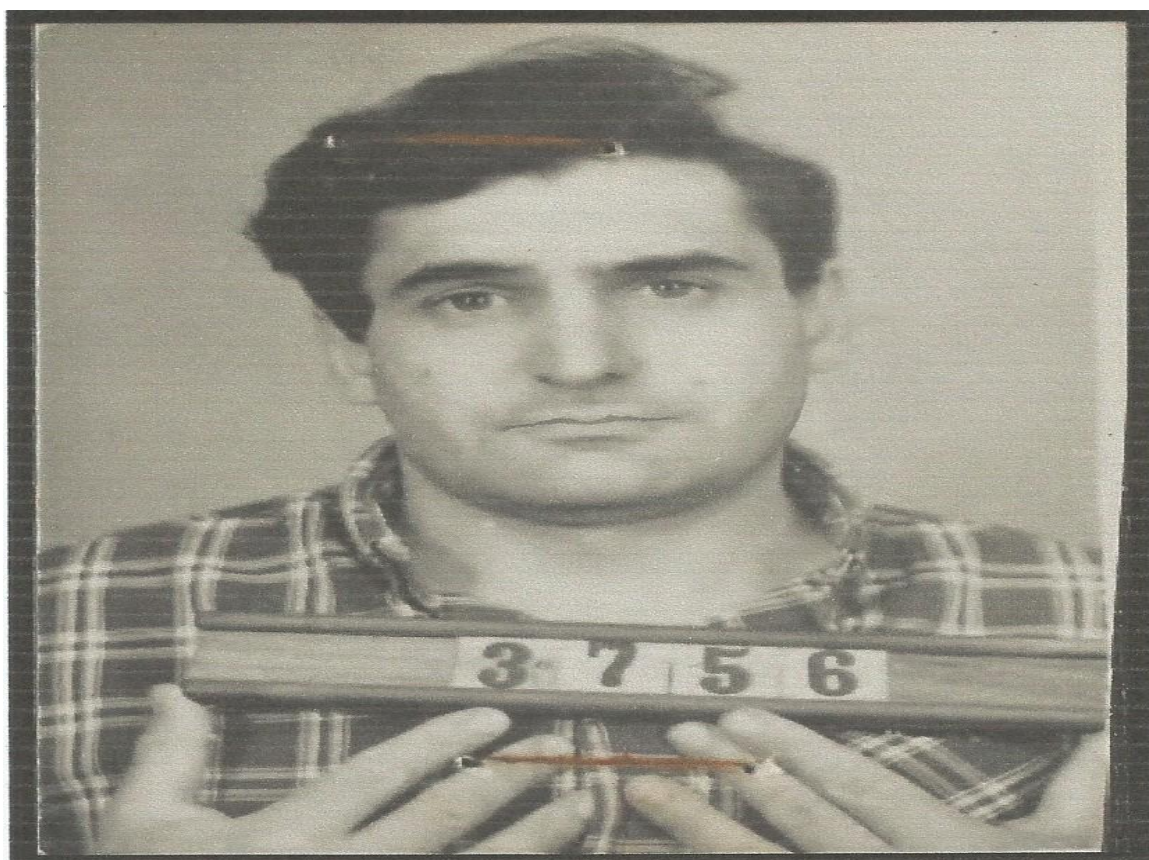
---

<sup>23</sup> Composição da direção da Adusp no ano de 1984: Presidente – Ernst Wolfgang Hamburger; 1º Vice-presidente – Tércio Sampaio Ferraz; 2º vice-presidente – José Arthur Giannotti; 1º secretário – Anderley Messias da Costa; 2º secretário – Wilson Roberto Navega; 1º tesoureiro – Hernan Chaimovich; 2º tesoureiro – Dilma de Mello Silva.



dos nossos alunos, Amélia e Ernesto foram presos, submetidos a interrogatório vexaminoso, e passaram a ser estreitamente vigiados pelo setor de segurança instalado na Universidade de São Paulo. (JORNAL DA USP, APÊNDICE 01, p. 03)

A ficha abaixo demonstra que a perseguição resultou em fichamento dando ao professor tratamento de prisioneiro, conforme reprodução.



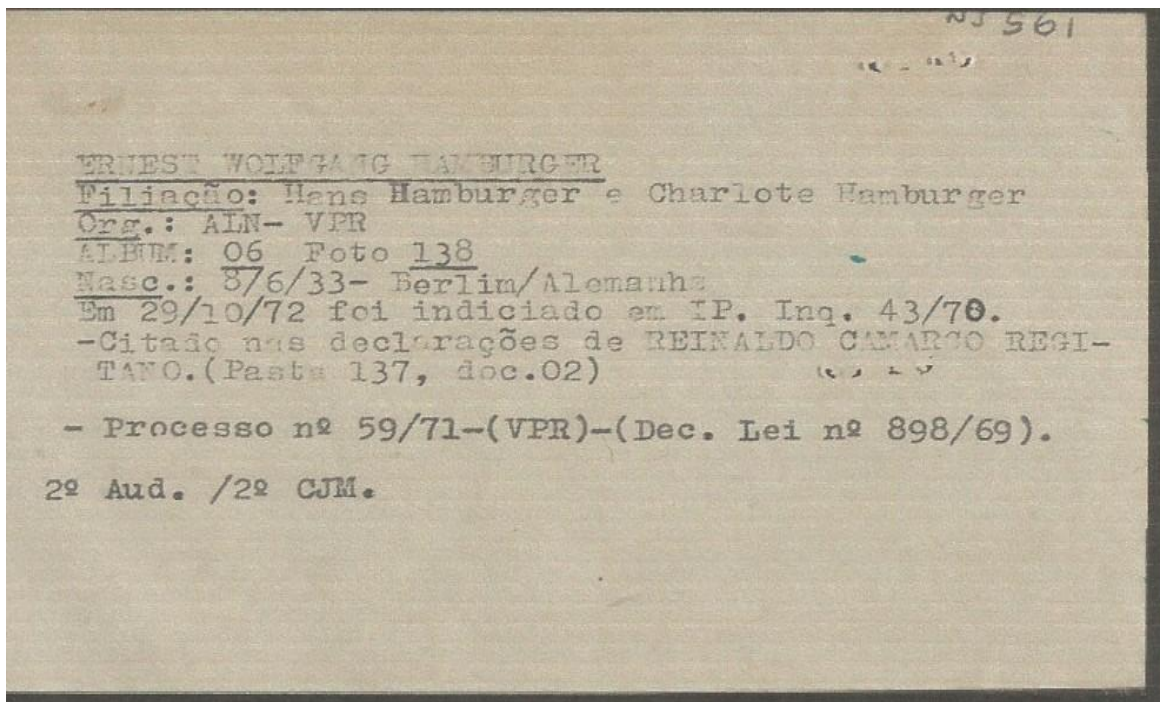
**Figura 2:** Foto da ficha no DOPS do Professor Ernst Wolfgang Hamburger (APÊNDICE 02)

O professor Ernst foi um grande combatente da ditadura e esteve à frente da Adusp entre 1980 e 1982. Seu retrato, bastante emblemático, demonstra a grande criminalização dos movimentos sociais e seus personagens. O regime ditatorial, utilizando-se do discurso anticomunista, travou uma guerra suja e desmedida contra qualquer forma de resistência organizada que se fizesse contra seus ditames.

A própria ficha do professor Ernest nos indica que os passos em direção a alguma tentativa de organização social de embate à ditadura, merecia ser acompanhada, controlada e combatida com todas as atrocidades possíveis.

Além disso, as investigações se davam, conforme demonstra a ficha abaixo, com base em depoimentos de terceiros, o que nem sempre apresentava alguma materialidade, mas, ainda assim, os ativistas citados sofriam toda sorte de

perseguição.



**Figura 3:** Foto da ficha no DOPS do Professor Ernst Wolfgang Hamburger (APÊNDICE 02)

Quanto ao professor Ernst Hamburger, apregoamos que sua postura combativa e, principalmente, sua atuação em prol da democratização tenha se refletido nos próprios rumos da Adusp. Não seria diferente, visto a preocupação, por parte do aparato repressor, em vigiá-lo atentamente. Outro fator, que ao nosso ver, comprova as preocupações do professor Ernest quanto ao entendimento de que a democratização do ensino superior e da própria sociedade estão vinculadas em um processo histórico uníssono, é a de que, muitos anos depois do fim da ditadura em si, ainda se preocupava com elementos de permanência que ainda provocam as nossas mazelas sociais.

Em entrevista concedida a Bernardo Esteves em fevereiro de 2004, o professor Ernst Hamburger passou em revista sua carreira, avaliou a divulgação científica no Brasil e enumerou as medidas que considerava necessárias para levar a ciência à boca do povo, ao mesmo título que o carnaval ou o futebol. Segundo as palavras do professor nesta entrevista<sup>24</sup>:

Quando assumi a Estação, havia cerca de dez meninos de rua, nas imediações da Estação Ciência, que frequentavam o centro.

<sup>24</sup> Disponível em <http://www.fiocruz.br/brasilliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=91&sid=31>

Contratamos educadoras experientes, que tinham trabalhado em programas inovadores do governo estadual para crianças de rua, e pertenciam a uma organização não-governamental. Observamos que mais atraía as crianças na Estação e logo percebemos que eram os computadores. Só tínhamos dois ou três computadores XT, um modelo bem antigo que já estava fora de moda naquela época. Conseguimos a doação de um número maior de máquinas mais modernas e fizemos um programa de alfabetização e socialização dirigido especificamente para esses meninos e meninas, tendo o computador como instrumento principal e utilizando também todo o acervo da Estação Ciência. Esse programa teve um sucesso muito grande: simplesmente por transmissão boca-a-boca, rapidamente cresceu o número de crianças interessadas. Não há frequência obrigatória ou um programa pré-estabelecido: elas vêm quando querem e têm muita liberdade de mexer no computador. Isso se revelou um modo muito rico de congregação das crianças e de comunicação com elas. Foi estabelecida uma relação de confiança com as educadoras que é muito importante na vida dessas crianças, que são desassistidas e sozinhas.

Além do professor Ernst, elencamos um outro membro da Adusp que também sofreu com as perseguições exercidas pelo DOPS, a professora Dilma de Mello Silva, do Departamento de Arte, da Escola de Comunicação e Artes (ECA).

A professora Dilma graduou-se na Universidade de São Paulo e realizou sua trajetória acadêmica dentro da mesma instituição, da pós-graduação lato sensu ao stricto sensu. Iniciou sua carreira docente na USP em 1984. Sua primeira atuação na Adusp foi como membro da chapa que presidia a Adusp em 1980 ocupando o cargo de tesoureira.

Apesar dessa atuação em 1980 como integrante da diretoria executiva, ao buscarmos o currículo *lattes* da professora, achamos curioso o fato de ela ter iniciado como docente em 1984. Entrando no mérito dos registros do DEOPS, o primeiro registro que consta em sua ficha é datado de 01 de junho de 1983 já após extinção do órgão e que presumimos ter sido realizado pelo Departamento de Controle Social (DCS). O registro apresenta informações sobre um recorte do jornal *O Estado de São Paulo* que indica a professora como membro de uma das chapas concorrentes. Nesta ficha não consta fotografias ou dados mais gerais sobre filiação, local de nascimento e etc. Supomos que a professora foi fichada somente pela participação na chapa.

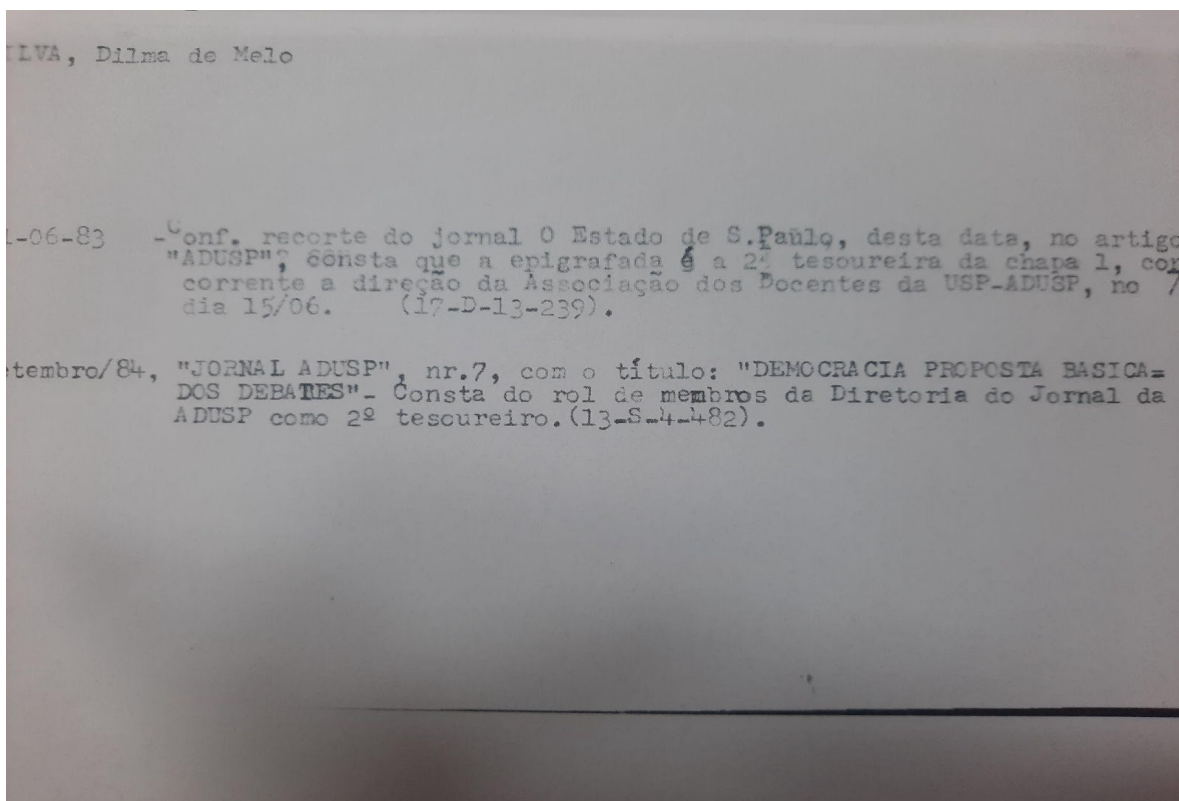
Essa situação refletia um longo processo de arbitrariedades que haviam se colocado no país, pelo menos, desde 1969:

[...] quando os conceitos de subversivo e de inimigo da pátria passaram a ameaçar todos aqueles que não pensassem do mesmo modo que o poder, teve início o período mais brutal da ditadura militar. Foi um general argentino da época que melhor soube dizer a fala do terror: 'Primeiro, mataremos todos os subversivos; depois, mataremos seus colaboradores; depois, seus simpatizantes; em seguida, aqueles que permanecem indiferentes e, finalmente, mataremos os que se mostram tímidos' (León Rozitchner, *Freud y el problema del poder*, Folios, 1982, p. 170). América Latina afora os mesmos acontecimentos repetem-se: sindicatos de trabalhadores e partidos de esquerda são declarados ilegais e seus dirigentes e militantes são perseguidos, presos, mortos. Parlamentos são fechados e deputados são perseguidos, presos, mortos. A universidade autônoma é destruída; professores, alunos, funcionários são perseguidos, presos, mortos. Jornais, revistas e outros meios de cultura e de comunicação são fechados ou submetidos à censura (Maren e Marcelo Viñar, *Exílio e Tortura*, Escuta, 1992, p.38). Tudo que ontem fazia parte da cidadania e da legalidade passava a ser criminoso. Tudo que era digno tornava-se ilegal e subversivo. A própria lei tornava-se uma impostura. A ditadura Costa e Silva procurou justificar, com os chamados Atos Institucionais, decisões do mais puro arbítrio. Com o Ato Institucional Número 5 (AI-5), de 1968, o governo militar dava-se o poder de expulsar os indesejáveis das instituições civis e militares. É assim que, em 28 de abril de 1969, 42 pessoas, entre as quais três professores da Universidade de São Paulo – Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e João Villanova Artigas –, são compulsoriamente aposentadas dos cargos que ocupavam. O ato provocou o imediato protesto do professor Hélio Lourenço de Oliveira, vice-reitor em exercício, e obteve uma resposta igualmente imediata: um novo decreto aposentava o vice-reitor e mais 23 professores da Universidade de São Paulo, entre os quais Caio Prado Júnior, que nem ao menos era professor (DURHAM, 1978, pp. 38-41)

O monitoramento sobre os participantes das organizações sindicais ou associativistas, mesmo após a extinção do DOPS nos dá indícios de que o período fora marcado por uma redemocratização vigiada e que não permitiria atuações diretas sem que os grupos ou indivíduos tivessem que prestar contas ao Estado.

No segundo registro datado de setembro de 1984, consta que a professora Dilma assinou, juntamente com os outros membros da direção da Adusp, o texto intitulado *Democracia: proposta básica dos debates*. Esse registro provavelmente foi realizado pelo DCS, visto que nesta data o DOPS já havia sido extinto. No registro consta apenas que o nome da professora Dilma aparece na publicação,

mas temos evidências que o termo “democracia” naquele período não era muito afeito a simpatia do Estado, ainda que o país já estivesse em uma fase considerada mais branda em relação à perseguição política (sendo classificado como período de reabertura de 1979 à 1985) e caminhasse para o fim da ditadura civil-militar.



**Figura 4:** Trecho da ficha da professora Dilma de Melo Silva no DOPS. (APÊNDICE 03)

Partimos do pressuposto, tendo em vista os mecanismos de concentração de renda, da completa ausência de acesso aos bens culturais, da negação dos direitos mais elementares, como moradia, saúde, educação e alimentação para setores significativos da população, que a questão da democracia é uma problemática que diz respeito mais ao campo das ideias políticas e sociais do que ao exercício do exame da materialidade dos resultados na cotidianidade brasileira.

Neste contexto de luta pela democracia no Brasil, nos períodos de vigência da ditadura civil militar e da chamada transição democrática, a presença uspeana do professor Florestan Fernandes merece ser destacada por diferentes e decisivos momentos.

De fato, a presença de Florestan Fernandes na história da USP e da defesa da educação pública é por demais rica e diversificada. A seguir reproduzimos o

excerto de um artigo que ele escreveu, em 1984, nos estertores da ditadura, para comemorar os cinquenta anos da USP, no qual ele apresenta os desafios que estavam colocados para a instituição nos fins do século XX.

Nos dias que correm, no ano do cinquentenário, sobem à tona outros vínculos — com as classes trabalhadoras, o exército de miseráveis soterrados nas favelas e no campo, as exigências de conquista de um Estado democrático (como mero ponto de partida de um novo desenvolvimento histórico), do combate à dominação imperialista, etc.; e, como conseqüências menores mas urgentes, as exigências gritantes de recuperação institucional, de democratização da vida universitária, de conquista das eleições diretas, de repulsa à política econômica suicida acordada com o F. M. I., etc. Em conjunto, tudo isso põe à frente o ideal de uma universidade aberta e democrática, fundida aos interesses da maioria, isto é, da massa da população pobre e trabalhadora. Esse é o desafio do fim do século XX e da transição para o século XXI. (FERNANDES, 1984, p. 20)

Em matéria publicada no jornal da USP, em 19 de maio de 2020 (APÊNDICE 04), Heloisa Fernandes Silveira, professora emérita da USP e filha do professor Florestan, faz um breve relato sobre as experiências do pai naquele que foi um dos períodos mais sombrios da história política e social do país. Heloisa Fernandes Silveira apresenta uma compilação das cartas enviadas por Florestan à sua mãe no período que esteve exilado no Canadá entre 1969 e 1971.

As memórias do exílio destacadas nas cartas, demonstram a enorme crueldade humana que é ceifar o direito de alguém exercer sua profissão e ainda o tornar estrangeiro em seu próprio país, elucidado pelo excerto abaixo reproduzido:

Talvez eu tenha errado ao me ajustar à situação política de forma radical-socialista. Mas é minha posição e eu não poderia ter agido de outro modo [...]. Tentarei vir ao Brasil quantas vezes me for possível para reduzir as conseqüências da separação. (JORNAL DA USP, APÊNDICE 04, p. 03)

O professor Florestan Fernandes, neste pequeno excerto, deixa clara sua tristeza por estar exilado, mas, ainda assim, se mantém firme no seu posicionamento político, como o fez em toda sua vida.

A ficha abaixo, encontrada nos arquivos do DEOPS, não traz nenhuma informação sobre alguma atuação considerada suspeita pelo departamento, mas

apresenta um campo que nos chamou atenção. Ela demonstra uma preocupação por parte do regime em apontar se o “fichado” em questão, é sindicalizado ou não e a qual sindicato pertence. Isso nos parece importante, visto que, como estavam à procura de ações “suspeitas”, a sindicalização, por si só, já mereceria uma atenção redobrada.

Interessante, também, relacionarmos essa preocupação com a valoração que se dava para o sindicato ou associação do ponto de vista político e do quanto defender qualquer interesse de forma organizada, era algo altamente passível de perseguição e punição.

Cópias  
Cabelos  
Bigode  
Olhos  
Estatura  
Marcas **AAM.**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
Departamento Estadual de Ordem Política e Social

Ficha n.º..... Nome: **FLORESTAN FERNANDES**  
Data: **10/11/78** Vulgo:.....  
Prontuário Delegacia n.º **149.216 (Provisório).**  
Prontuário Geral n.º **506.438**  
Atividade :.....

Filiação { Pai: **Marta Fernandes (mãe).**  
Mãe :.....

Idade:.....anos. Nascido em **22** de **Julho** de **1920** Sexo **Masc.**  
Nacionalidade: **Brasileira** Natural de: **S. Paulo - SP.**  
Estado civil:..... Profissão :.....  
Ordenado: Cr\$. Local de trabalho:.....  
Residência : **R. Nebraska nº 292 -**  
É Sindicalizado?..... Sindicato e locais que costuma frequentar:.....

S.G. - S.S.P. - Mod. 07

**Figura 5:** Trecho da ficha do professor Florestan Fernandes no DOPS. (APÊNDICE 05)

A resistência à ditadura civil militar se fez com movimentos sociais e populares, estudantis e sindicais, com a participação da sociedade civil, por intermédio de organismos como a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), da Juventude Universitária Católica (JUC), das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC) e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em excerto do Jornal “A folha de São Paulo” de 07 de dezembro de 1977 em reportagem intitulada “Variam reações ao fim do 477: Fim do decreto não seria suficiente, dizem professores e estudantes”, o jornal apresenta que, apesar da

extinção do decreto, as ações autoritárias poderiam continuar ocorrendo no interior da universidade. Segue a reprodução do trecho:

A notícia da extinção, em março de 1978, do decreto-lei 477, de 1969 — anunciada pelo presidente do Senado, Petronio Portela, segundo universitários gaúchos que com ele mantiveram audiência anteontem, em Brasília — foi recebida com um misto de frieza e ceticismo, por dirigentes estudantis e de associações docentes, enquanto era saudada com satisfação por parlamentares dos dois partidos.

O decreto-lei 477, de 28 de fevereiro de 1969, define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e estabelece severas punições aos infratores.

O decreto-lei faz parte do conjunto de leis de exceção de cujo fim atualmente se cogita no Governo, conforme o último discurso do presidente da República.

Em sua maioria, os que ontem comentaram a notícia do fim do 477 acentuaram o fato de que, embora necessária a sua extinção, ela deve vir acompanhada do fim de outras medidas excepcionais, como o decreto-lei 283, de 1967 — que regula a representação estudantil — e outras leis.

O ministro da Educação não quis comentar a notícia. O assessor de Imprensa da Presidência da República limitou-se a declarar que, se o senador o dissera, era verdade.

**Figura 6:** Jornal A Folha de São Paulo, edição de 07 de dezembro de 1977 em reportagem intitulada Variam reações ao fim do 477: Fim do decreto não seria suficiente, dizem professores e estudantes. (APÊNDICE 06)

Os estudantes e professores tinham clareza de que, apenas a extinção do referido decreto, não garantiria a liberdade de expressão dentro da USP, visto que haviam outras medidas excepcionais perpetradas pela ditadura civil-militar no interior das universidades que, até aquele momento, permaneciam em voga. Medidas desse tipo contribuíram para o prolongamento das ações autoritárias dentro das instituições públicas e privadas em uma proposta lenta e gradual de transição democrática.

Um bom exemplo deste quadro diz respeito a chegada de Vladimir Herzog a Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP):

A ida de Herzog para a ECA ocorreu devido à saída de vários professores, no primeiro semestre de 1975: Sival Medina, coordenador do curso de Editoração, havia sido reprovado, de forma arbitrária, em seu exame de qualificação para mestrado, o que o levou a perder o cargo de professor. Em solidariedade, outros professores pediram demissão em maio do mesmo ano: Cremilda



Medina (esposa de Sinval), Paulo Roberto Leandro e Walter Sampaio (então chefe do Departamento). Mas o desfalque era ainda maior, visto que outros professores já haviam sido cassados e deixaram a ECA, entre eles Jair Borin, Thomas Farkas e José Marques de Melo. A demissão dos professores provocou a revolta dos alunos da ECA. Eles chamaram o episódio de 'Delito Medina'. Entraram em greve e exigiram a renúncia do então diretor, Manuel Nunes Dias. A paralisação acabou se estendendo por toda a Universidade. Foi a primeira greve de alunos desde 1968 e durou até agosto daquele 1975. Por conta disso, o jornal O Estado de Paulo publicou um editorial em que responsabiliza os 'professores subversivos da ECA' pela situação. (JORNAL DA USP, APÊNDICE 07, p. 01-2)

Os jornais, à época, tinham cadernos dedicados aos acontecimentos nas universidades e as discussões sobre aumento salarial, atuação das associações e etc. eram, quase que diariamente, noticiadas nos principais jornais do país.

Houve também a importante presença da chamada imprensa alternativa, da emergência de novas lideranças políticas nascidas e forjadas nas lutas sindicais contra o arrocho salarial, da eclosão de movimentos de grande participação popular como as campanhas das Diretas Já e pela convocação de uma assembleia nacional constituinte.

Os movimentos populares e sociais desempenharam um papel significativo na luta pela retomada da democracia no Brasil, enfrentando muitas dificuldades, mas, gradativamente, ocupando um papel decisivo para as mudanças que haveriam de marcar o período compreendido entre os anos de 1974 a 1985.

Sua emergência está associada aos processos sucessivos de contenção da massa salarial, que se desdobraram na degradação da vida cidadina e no crescimento desordenado das periferias urbanas, carentes de condições básicas de vida.

Os problemas inerentes aos mais variados aspectos da vida social e da crise do capitalismo dependente do país se agravaram com os sucessivos governos militares, em que pese os maciços e constantes investimentos estatais ao longo de toda a década de 1970, em infraestrutura, capacitação energética e na acomodação dos interesses e financeiros estrangeiros, não foram capazes de fazer frear os impactos causados pela crise mundial do capitalismo no Brasil.

Com as mudanças na estrutura produtiva e no padrão de acumulação em curso, no Brasil foram aflorando os traços ditatoriais que perduravam ao longo do

tempo, com as contradições do chamado “milagre brasileiro”, a incapacidade das camadas governamentais dirigentes de questionar a crônica e estrutural dependência econômica do país e de encontrar respostas para a melhoria da situação de vida dos trabalhadores urbanos e rurais.

A preservação do *status quo* e do poder nas mãos de poucos empresários e dos generais-presidentes mostrava evidentes sinais de esgotamento e a presença combativa dos movimentos sociais e populares, em todas as regiões do país, sinalizavam que tempos de distensão e de abertura política, embora lenta e gradual, se colocariam em marcha a partir da década de 1980.

Um instante, particularmente deste processo, foi a perspectiva da convocação de uma assembleia nacional constituinte que pudesse recuperar a legitimidade das instituições do Estado no Brasil. Porém, para muitos que atuaram no movimento sindical, o Congresso Constituinte convocado pelo governo de José Sarney em 1986, foi uma ardilosa tentativa de legitimar o regime conservador da Nova República, com uma pretensa constituinte, sem soberania, sem liberdade, controlada por leis arbitrárias e manipuladas pela classe dominante.

Mas, como os dirigentes da Adusp avaliam o comportamento e a atuação da entidade nesse cenário político? Quanto a isso, o professor César Minto, a partir de sua perspectiva histórica pela participação orgânica na Adusp e pelas vivências no período que compõe nosso recorte histórico, nos esclarece que:

Ela atuou, a gente tinha a clareza de que era importante militar na construção de propostas, por óbvio a gente trabalhou mais na parte via o sindicato nacional, já, atuou na... deixa eu só puxar pela memória... porque nesse período o sindicato nacional era recém-construído também, e a gente teve boa atuação na construção do que [...] antes que depois virou o antes. Ela era a antes, acho que você conhece essa história, porque era A Associação dos Docentes, lembra que antes de [19]88, você não podia ter sindicato. Então era A Associação dos Docentes das Universidades Públicas... das universidades... eu não me lembro se tinha o públicas, aí, porque a rigor a ideia nossa era englobar inclusive as particulares. Mas enfim, atuamos sim no congresso constituinte, mas aí via o sindicato nacional. E depois nós tivemos a mesma atuação repetida aqui em São Paulo, quando da constituinte estadual, que foi, lembra que a Constituição de [19]88, ela define o prazo de um ano para construir, para adequar as constituições estaduais a então constituinte de [19]88, dá um prazo até outubro, até 5 de outubro de 1989. Nós atuamos, também, na constituinte estadual. Sempre pegando a parte mais educacional, digamos

assim, mas também a parte de saúde. Porque lembra que é aí que é criado o SUS. A gente fez, curiosamente, a gente não teve, na minha leitura, a gente não... a mesma... não conseguiu o mesmo empenho para a criação como a gente conseguiu para criar o Sistema Único de Saúde, a gente não conseguiu criar o Sistema Único de Educação. Porque era, boa parte da militância nossa defendia o Sistema único de Educação em território nacional, como foi a criação do SUS, por exemplo. (ENTREVISTA, APÊNDICE 09, p. 29)

Esse momento histórico, da transição democrática brasileira, não foi capaz de produzir soluções duradouras para os problemas inflacionários, superar a recessão econômica, as tentativas sucessivas e frustradas de controle dos preços, dos gastos públicos, etc., mas, em contrapartida, trouxe para a cena política, as vozes e as exigências da classe trabalhadora no Brasil.

A emergência e o avanço dos movimentos sociais levaram à fundação e à consolidação de organismos políticos, sindicais e populares, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fazendo com que as reivindicações do mundo do trabalho se expressassem, cada vez mais, nas greves, na luta em defesa da reforma agrária, nas mobilizações sociais em defesa da educação pública e no vigoroso questionamento do caráter monolítico do espectro político reinante no país.

### Seção 3

---

#### **Adusp: atuação em prol da democracia e da valorização da carreira docente no interior da universidade**

*Eu quero é botar meu bloco na rua*

*Há quem diga que eu dormi de touca  
Que eu perdi a boca, que eu fugi da briga  
Que eu caí do galho e que não vi saída  
Que eu morri de medo quando o pau quebrou  
Há quem diga que eu não sei de nada  
Que eu não sou de nada e não peço  
desculpas  
Que eu não tenho culpa, mas que eu dei  
bobeira*

*E que durango kid quase me pegou  
Eu quero é botar meu bloco na rua  
Brincar, botar pra gemer*

*Eu quero é botar meu bloco na rua  
Gingar, pra dar e vender*

*Eu, por mim, faria isso e aquilo*

*Um quilo mais daquilo, um grilo menos disso  
É disso que eu preciso ou não é nada disso*

*Eu quero é todo mundo nesse carnaval*

*Eu quero é botar meu bloco na rua*

*Brincar, botar pra gemer*

*Eu quero é botar meu bloco na rua*

*Gingar, pra dar e vender*

*(SAMPAIO, 2022)*

A Adusp surgiu no bojo do desenvolvimento de uma formidável crise experimentada pela sociedade brasileira, refletindo em sua essência os desdobramentos da incapacidade classe dominante brasileira apresentar um projeto de desenvolvimento político, econômico e social factível para o conjunto da nação, com isso atacando as massas populares, trazendo a pauperização da classe trabalhadora e marginalizando parcelas inteiras da população.

A chamada transição conservadora, que se colocou em movimento a partir da segunda metade da década de 1970, foi uma manobra artilosa e com o objetivo de protelar o irreversível desgaste ideológico do regime ditatorial que estava em curso. Com esse recurso, o regime ditatorial ganharia tempo para aguardar um novo “ciclo milagroso” de crescimento para o país na esteira da expansão do

capitalismo internacional, trazendo como consequência a aceitação e a legitimação do seu domínio político na construção dos mecanismos regidamente controlados de integração dos trabalhadores na ordem burguesa.

Ocorre que esse período de transição trouxe também a oportunidade histórica para que os movimentos populares, sociais e sindicais da classe trabalhadora pudessem se insurgir e ganharem à cena em condições de se organizarem, gestarem e de apresentarem alternativas para enfrentarem e apresentarem soluções para o encaminhamento de suas reivindicações imediatas e para as grandes questões que afligiam a nação. (SADER, 1988).

A criação da Adusp trouxe, simultaneamente, a tarefa da entidade se organizar e lutar pelas reivindicações mais imediatas dos professores uspeanos, mas, sem deixar de lado questões mais gerais da sociedade brasileira, fazendo com fossem empunhadas as bandeiras do não pagamento da dívida externa, o rompimento com o FMI, a defesa da Anistia ampla, geral e irrestrita, a convocação da Assembleia Constituinte, a sua plena integração nas campanhas pela redemocratização e em defesa da universalização da escola pública, gratuita, laica para toda a população do país.



**Figura 7:** Passeata de estudantes, professores e populares no centro de São Paulo pela anistia e pelas liberdades democráticas, realizada no dia 5 de maio de 1977. Foto: Sergio Sade. Acervo: professor Carlos Bauer.

Por si só, estabelecer relações entre educação e democracia requer, no

mínimo, um razoável aprofundamento nas reflexões. Conforme nos alerta Ghanem (2004), a mera constatação sobre a expansão do aparato educacional, sobre dados favoráveis quanto ao número de formandos na área educacional ou, ainda, da ampliação do acesso e permanência das crianças, jovens e adolescentes à educação escolar não significam, necessariamente, a democratização da sociedade ou, mesmo, a valorização da educação em si.

No texto *Novas faces da expansão da escolarização no Brasil (1960 a 1985)*, Freitas e Biccás (2009, pp. 179-190) analisam as propostas educacionais levadas a efeito pelo poder público para o ensino regular, antes e depois da ditadura civil-militar. Os autores, quando averiguam mais detalhadamente os aspectos da expansão do ensino escolar durante regimes de autoritarismo, percebem um elemento que consideram como contraditório:

Para os que estudam a história social da educação no Brasil, o elemento contraditório a ser percebido, no que diz respeito aos números da expansão, está relacionado à forma social dessa expansão. [,,] o fato de que, tanto nos regimes totalitários quanto nas situações de fechamento político, verifica-se o crescimento e até mesmo a cobertura plena dos serviços educacionais. [...] há pouca ou nenhuma relação entre o processo de crescimento no número de matrículas escolares com a forma de governo da escola ou com as práticas por elas desenvolvidas. [,,] muitas vezes se confundem possibilidades de expansão das oportunidades educacionais com a proliferação de práticas democráticas de educação, ambas as ideias mescladas na noção da democratização do ensino. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 183)

Tais aspectos elencados pelos autores citados, contextualizados à permanente ideia de modernidade fundamentada em um caráter autoritário, que exclui a maior parte da população brasileira ao longo de seu doloroso processo histórico (BAUER, 2012), revelam que são imensos os desafios enfrentados por aqueles que pensam enfrentar, não só a ditadura, mas também elementos de permanência que se materializam em profundas desigualdades sociais.

Desse modo, podemos compreender que esse enfrentamento se deu por várias e distintas vias, com o uso de diversificadas estratégias e instrumentos de luta.

### **3.1 As lutas corporativas como instrumento da valorização social da educação pública**

Existem muitos momentos significativos na constituição e na consolidação da trajetória da Adusp. Surgida durante a vigência da ditadura civil militar, constituindo-se como legítima porta voz e condutora das reivindicações dos professores uspianos e outras responsabilidades políticas e sociais que podem ser depreendidas da leitura do seu estatuto.

A Adusp foi criada em 1976, mas o estatuto foi elaborado apenas em 1990, após a Constituição Federal de 1988, que passou a regulamentar a organização sindical dos trabalhadores do funcionalismo público, antes proibida. Por deliberação da categoria e como forma de manter a historicidade da entidade, o termo “associação” foi mantido.

O excerto do Estatuto da entidade, abaixo, apresenta os principais objetivos corporativos e sociais da Adusp:

Artigo 4º No cumprimento das finalidades definidas no artigo 3º deste Estatuto, cabe à Adusp-S.Sind.- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN: 1. contribuir para o desenvolvimento cultural, artístico, científico e tecnológico, visando a construção da justiça social e econômica no Brasil; 2. pleitear, sugerir ou solicitar junto aos poderes competentes medidas que prestigiem a categoria, valorizando o trabalho acadêmico; 3. manifestar-se sobre atos que digam respeito às atividades funcionais de seus associados; 4. manifestar-se sobre todo e qualquer assunto de interesse nacional ou regional; 5. representar e defender, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais da categoria, ou os interesses individuais dos seus associados, podendo atuar como substituto processual, inclusive para as atribuições previstas no inciso LXX do artigo 5º e inciso III do artigo 8º, ambos da Constituição Federal de 1988. (ESTATUTO DA ADUSP, ANEXO 01, p. 02)

A valorização da categoria e a defesa dos interesses dos professores uspianos é evidente neste trecho do estatuto. Outra questão muito importante, também anunciada neste trecho, é quanto ao compromisso político e social mais amplo, apontado no item 2, "visando a construção da justiça social e econômica no Brasil". Neste item, vemos que não apenas as questões corporativas da categoria docente estão no centro das preocupações da entidade, mas também as condições

sociais e econômicas do país e da classe trabalhadora como um todo.

A preocupação corporativista dos sindicatos, apesar de estar na centralidade das discussões da categoria, é também permeada por outros tantos objetivos e interesses que corroboram com o desenvolvimento social mais amplo.

Além da luta pela valorização ter uma importância individual e coletiva no seio da categoria - considerando que a melhoria das condições na vida material podem possibilitar maior acesso aos bens historicamente acumulados a esses grupos - também não podemos nos furtar de lembrar que, como servidores públicos, ao terem boas condições de trabalho e salário digno, o serviço prestado tende a ser mais qualificado, podendo se refletir diretamente na atuação dos servidores e no público atendido, no caso, os alunos da Universidade de São Paulo.

Essas preocupações aparecem e são perceptíveis em diversas matérias publicadas nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. No excerto abaixo podemos observar como se davam essas reivindicações.

De acordo com o presidente da Associação Prof. Crodowaldo Pavan, a renovação dos quadros da USP está comprometida, pois os formandos não consideram atraente trabalhar na universidade. Por isso, a USP está ameaçada de sofrer um processo de esclerosamento caso não sejam oferecidas melhores condições de trabalho. (*O Estado de São Paulo*, 13 de fevereiro de 1977, p. 15)

O presidente da instituição, à época, era Crodowaldo Pavan, professor do departamento de Biologia da USP. Assim como neste trecho, o professor Crodowaldo realizava diversas manifestações endereçadas ao governo sobre a situação salarial e de condições de trabalho dos professores uspianos em várias edições dos jornais, chamando ao debate público e necessidade de valorização da categoria relacionando-a à qualidade do ensino oferecido pela universidade.

O professor César Minto, faz uma consideração a respeito da importância, tanto das reivindicações corporativas quanto da participação da associação nas lutas democráticas mais amplas:

[...] a gente tem uma compreensão de que você precisa lutar nas duas frentes, você precisa fazer a defesa corporativa porque é extremamente importante as condições de trabalho e de salário, para que você possa se dedicar como a gente considera ideal, que é nos interesses da sociedade. E em geral essas atividades, elas não têm financiamento. Então, por outro lado, é importante você avançar na construção democrática, ou seja, sempre privilegiando o bem-estar



de todos em todas as áreas que você possa imaginar, na Educação, na Saúde, na arquitetura, nas letras, enfim. [...] (ENTREVISTA, APÊNDICE 09, p. 06-7)

A questão das pautas corporativistas sempre esteve entre os principais objetivos da associação. Foi assim no período de sua gênese e, conforme nos apresenta o professor César Minto, continua sendo no presente. Podemos destacar o fato de que, apesar do momento histórico ditatorial - conforme apresentamos anteriormente - não ser o mais favorável para reivindicações trabalhistas e/ou corporativistas, a Adusp sempre esteve à frente dessa empreitada, deixando claro o posicionamento de luta para o qual foi fundada.

Essa luta contribuiu para que, nos fins da década de 70, a categoria conquistasse algumas vitórias.

O governador Paulo Egydio Martins, assinou ontem pela manhã o decreto de Reclassificação do Magistério Superior que concede reajustes salariais entre 44% e 62% aos professores das universidades estaduais. O aumento concedido é inferior ao reajuste de 70% solicitado pela Adusp - Associação de Docentes da USP dentro da sua campanha de reposição salarial iniciada há sete meses. (O Estado de São Paulo, 13 de maio de 1978, p. 15)<sup>25</sup>

Relatos jornalísticos colaboram com a compreensão de que as cobranças da entidade para com o governo eram constantes. Ainda que o reajuste tenha sido concedido quase em sua totalidade, a Adusp não deixava de se posicionar pelo não atendimento completo da reivindicação.

Outra questão que podemos observar nesse universo de lutas corporativas é que a ideia idílica que existe no senso comum de que a profissão de professor, tinha um grande prestígio social e de que, portanto, também era valorizado por meio da remuneração, não coincide com a realidade concreta vivida por esses sujeitos. O professor historicamente, assim como qualquer outro trabalhador, sempre teve que se embrenhar nas lutas por melhores condições de trabalho e vida.

Portanto, considerar e identificar a importância do sindicato para além das questões corporativas é uma forma, também, de valorizar o serviço público e sua importância para as massas de trabalhadores.

A Adusp, mesmo antes do seu reconhecimento legal, como entidade sindical ocorrido em 1990, assumiu as tarefas de organizar e levar adiante os interesses

---

<sup>25</sup> Acessado em <https://acervo.estadao.com.br/>

mais elementares dos seus representantes, entre outras coisas, se pautando em garantir melhores condições de trabalho e seus interesses corporativos, conforme o trecho abaixo, extraído do estatuto da entidade:

Artigo 3º: A Adusp-S.Sind. - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes SN tem por finalidade precípua a união da categoria, a defesa dos seus direitos e interesses e a assistência aos associados. (ESTATUTO DA ADUSP, ANEXO 01, p. 02)

Ainda quanto às lutas travadas pela Adusp, trazemos a contribuição do professor César Minto no que se refere à percepção do papel histórico exercido pela entidade, tanto quanto aos seus objetivos mais particulares enquanto organização associativista e sindical quanto aos interesses de interagir com as questões mais amplas, caso da participação em fóruns diversos, o político e o educacional nacional entre eles.

A Adusp foi se tornando, progressivamente, uma organização sindical de fato, embora não de direito, pois a legislação vigente não o permitia, o que só veio a ocorrer após a Constituinte. Igualmente, foi conquistando aos poucos o reconhecimento e a adesão da categoria, tendo atuado inclusive nas elaborações tanto da CF/1988 quanto da Constituição Paulista de 1989. Ou seja, a Adusp sempre procurou contribuir no âmbito mais geral, em defesa de uma organização democrática do país e do estado, assim como no espaço interno à universidade, tendo como referência uma concepção de mundo e de organização social. Isso tudo decorre, sem dúvida, de conquista de autonomia frente a governos, a partidos políticos e a credos religiosos, mesmo num ambiente extremamente conservador como sempre foi a USP. (ENTREVISTA, APÊNDICE 09, p. 39)

Mesmo surgida em um momento histórico no qual a sindicalização não era facultada aos trabalhadores do serviço público e estas entidades não eram reconhecidas pelas autoridades do Estado, objetivamente com respaldo da categoria, a Adusp fazia a defesa de seus interesses resguardando, ainda, os acontecimentos do período histórico no qual emergiu.

# “Perspectivas nada otimistas”

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo está reivindicando do governador Paulo Egidio um novo aumento salarial

**A** Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) entregou no dia 26 de abril um documento ao secretário provincial do Governo do Estado de São Paulo, Péricles da Silva Ramos, onde mostra a situação precária que a universidade está passando, principalmente a situação salarial dos professores. No encontro, nada foi decidido por parte do governo, se ele aceitar ou não a nova tabela salarial apresentada no documento. Até hoje a questão não está resolvida.

Quando no dia 19 de abril, o governador Paulo Egidio fixou o aumento salarial dos funcionários do estado, 4 mil professores da USP tiveram seus salários aumentados em torno de 25%. Somente docentes e poucos auxiliares de tempo parcial que trabalham 12 horas semanais tiveram um aumento de 70%. Na nova tabela, os professores pedem um maior aumento para estes 4 mil.

O documento que Movimento está publicando na íntegra foi assinado pelos professores que fazem parte da diretoria da ADUSP: Crodoaldo Fevan, presidente; Domingos Valente, primeiro-vice; Simão Mathias, segundo-vice; Alberto Luis da Rocha Barros, primeiro-secretário; José Jaramim de Oliveira, segundo-secretário; Milton Santos Campos, primeiro tesoureiro; Carolina Martuscelli Bort, segunda-tesoureira. (Coletiva Magalhães).

“A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), expressando-se em nome dos 4.613 professores, da Universidade de São Paulo, preocupada com a crise que ameaça futuras desempenhos de uma comunidade acadêmica de alto nível científico e reputação internacional, vem encaminhar a V. Exa. este documento com a intenção de manifestar ao governo as inquietudes dos docentes e pesquisadores da Universidade e solicita suas dignas providências no caso.

Na condição de cidadãos conscientes da importância dos esforços, em que estamos todos empenhados de desenvolvimento do país, queremos lembrar a V. Exa. com a devida vênia, a relevância de nossa Universidade para a consecução dos objetivos da sociedade brasileira. Não pretendemos, com isso, defender nenhuma visão exclusivista, míope ou distorcida; mas, apenas expressar as inquietudes de professores-pesquisadores com o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do país; missão de que somos portadores por dever de ofício e vocação.

Sabedores das dificuldades por que passa a Nação na presente conjuntura interna e internacional, pretendemos mencionar o papel e importância da Universidade de médio e longo prazos, em qualquer programa de desenvolvimento; na superação das deficiências de tecnologia e pesquisas básicas, na produção cultural do país; e, mais ainda, na preparação de mão-de-obra para empresas privadas e estatais e, principalmente, na manutenção de nossas características nacionais mais legítimas.

As perspectivas nada otimistas que se abrem ao futuro desempenho universitário da USP, até bem pouco efetivado de maneira satisfatória, por motivos que não cabe aqui analisar, provocar profundos desequilíbrios entre o que a sociedade e o Estado esperam da Universidade e os recursos postos à sua disposição. As condições materiais do trabalho docente têm sido atingidas, na USP, de modo alarmante neste último ano, salientando-se a situação salarial que tem afetado profundamente a carreira docente, atualmente, ainda qualificada, que devem ser amparados, não apenas com salários à altura de suas responsabilidades sociais e encargos pessoais, como também com recursos imprescindíveis à execução do seu trabalho científico. Em quaisquer contingências, internas ou externas à Universidade, cabe, a todos, principalmente, selar pelo “laboratório” cultural e científico em que se constitui a Universidade para a Sociedade como um todo, dando-lhe a garantia da continuidade de suas pesquisas e transmissão da cultura, sem obstáculos que as comprometam. Atitudes que não está, trariam como é óbvio, desdobramentos de consequências imprevisíveis para o futuro da ciência e da cultura no Brasil, durante muitos anos.

Condições materiais cada vez mais precárias têm atingido as disponibilidades de bibliografia e documentação especializada, além da, já grave, redução do número de aulas práticas e pesquisas de laboratório e campo. Tais dificuldades estão ameaçando a todas as atividades da Universidade. Caso medidas preventivas não sejam tomadas pelas autoridades do Estado e Universitárias, a atrofia desta centro produtor de ciência, tecnologia e cultura causará ao país enormes prejuízos, aumentando nossa dependência tecnológica e científica.

Com referência ao corpo docente, verifica-se na Universidade o desestímulo e a deserção crescentes que vem ocorrendo nas categorias iniciais da carreira: auxiliar de ensino, assistente mestre e assistente doutor. Dois motivos, em especial, são responsáveis pelo baixo número de professores em Regime de Dedicção Integral à Docência e a Pesquisa (RDIDP) na categoria de MS-1: a) os mais altos vencimentos oferecidos pelas empresas privadas e mesmo certos serviços do Estado, e b) a falta de recursos para a concessão do RDIDP, cujos pedidos chegam a aguardar de dois a três meses para serem satisfeitos, o que tem levado professores a desistirem de seus cargos.

De outra parte, como V. Exa. mesma reconhece, observa-se uma desvalorização real dos vencimentos, sendo marcante o fato de que os professores em Regime de Dedicção Integral da categoria de MS-1: a) os mais altos vencimentos oferecidos pelas empresas privadas e mesmo certos serviços do Estado, e b) a falta de recursos para a concessão do RDIDP, cujos pedidos chegam a aguardar de dois a três meses para serem satisfeitos, o que tem levado professores a desistirem de seus cargos.

Nestas condições, pode-se facilmente prever quais as consequências que advirão para a Universidade, se em risco de extinção, deixando, não aquelas que se procuram por vocação, mas profissionais que não encontram melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Sem possibilidades de ampliar e manter um corpo docente altamente qualificado, a Universidade acabará por não formar pessoal de nível requerido pelas empresas privadas e estatais, magistrado e profissões liberais em geral. Não é preciso encarecer os prejuízos inculcáveis para o país com a formação deste círculo vicioso; a Universidade condenada a rebair sua produção cultural, por serem os melhores elementos atraídos pela empresa privada, acabará por fornecer a esta última também pessoal sem o preparo necessário. E isto, quando é geralmente percebido por todos e acenado pelos Governos Federal e Estadual, a privância da criação de novas técnicas nacionais, que possibilitem a participação do país na feroz competição internacional de nossos dias.

Torna-se importante salientar que a atividade docente não se caracteriza pelo dilantantismo dos que pretendem titulações prestigiosas, mas por ser uma atividade profissional de elevado padrão, que exige investimentos para que gere os resultados desejados por todos. A Universidade como produtora de cultura, ciência e tecnologia, demanda para o seu corpo docente remuneração condigna que permita um mínimo de condições para o melhor desempenho de seus encargos no ensino

na pesquisa. A Universidade de São Paulo, como o sabido, é um centro cultural que tem formado professores e pesquisadores que se distribuem pelas instituições educacionais do país, de nível médio e superior. Conta hoje com 45.000 estudantes, dos quais 10.000 nos cursos de pós-graduação, representando este número um quinto dos cinquenta mil professores universitários brasileiros. Por isso urge impedir a queda de seu ritmo e nível de produção, devido aos fatores já apontados. Se isto ocorrer, ela perderá sua função de universidade formadora, com prejuízos para o próprio ensino superior, diminuindo sua produção científico-cultural e perdendo a liderança que vem desempenhando no país, desde sua fundação por Armando Salles de Oliveira, em 1934.

Paralisar a formação de pessoal qualificado e a produção cultural acarretam prejuízos irreversíveis que não podemos mensurar em termos quantitativos, o que não ocorreria no caso da paralisação de alguma obra pública, que poderia ser reiniciada em momento posterior. O simples investimento no futuro de verbas substanciais não corrigiria os prejuízos de agora, pois a maturação cultural carece de tempo e o atraso das pesquisas não será superado em face de acelerado ritmo da produção tecnológica internacional. Consequentemente, os investimentos em educação e produção científico-cultural, em países em desenvolvimento como o nosso, apresentam-se como prioritários.

Retomando o que diz respeito aos vencimentos, a defasagem salarial que atinge a Universidade não se refere, apenas, ao mercado representado pela empresa privada. Encontra-se também defasada em relação a escola dos pesquisadores da área federal. O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ), que abrange por ex. o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o Instituto de Pesquisas Espaciais e o Instituto da Amazônia, apresenta salários, em média 60% acima, já em 1976, daqueles das Universidades Estaduais de São Paulo, conforme tabela anexa.

A defasagem citada pode ser observada, igualmente, com respeito a diversas autarquias do Estado, como por ex., o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a CETESB e a Fundação Faria Lima. O magistério superior, a magistratura e o ministério público, equiparados desde o Império em termos de vencimentos, mostram-se, hoje, desiguais, devido à deteriorização salarial do primeiro.

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo faz estas considerações, com a devida vênia de V. Exa. com o fim de solicitar uma das providências que julga imprescindíveis para eliminar a ameaça de crise que paira sobre a Universidade e que, sem dúvida, está preocupando não só os professores, mas todos os cidadãos responsáveis e, especialmente, o Governo do Estado. Ela consiste numa relativa atualização dos vencimentos dos professores, sem deixar de considerar as diretrizes econômicas que o Governo se traçou para responder à presente conjuntura. Com a devida licença de V. Exa., permitimo-nos apresentar em anexo uma proposta de reajustamento da atual estrutura de vencimentos da carreira docente.

Contando com a alta compreensão de V. Exa. a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, apresenta-lhes seus respeitosos cumprimentos.

**TABELA I**  
Carreira de Pesquisador do CNPQ (a partir de abril de 1974)

CARGOS	NÍVEIS					
	1*	2*	3*	4*	5*	6*
Anál. Func. Bacharel e Abaixo com menos de 2 anos	5.680	6.674	7.698	9.856	10.650	11.644
Func. Assistente (Mestre / mais de 2 anos e Doutor com menos de 2 anos)	11.076	12.688	14.200	16.300	17.892	19.454
Func. Associado (Doutor / mais de 2 anos)	16.380	18.176	20.022	21.868	23.714	25.360
Pesquisador (sem mais de 4 anos)	20.164	22.152	24.140	26.138	28.116	30.119

Observação: Os níveis constantes no quadro acima, classificam os pesquisadores pelo critério de mérito.

**TABELA II — Proposta de reajustamento da atual estrutura de vencimentos da carreira docente da USP**

	Atual	Adicional de titulação docente	Parcial (RTP)	Completo (RTC)	Integral (RDIDP)
MS-1	2.600	—	3.380	6.760	13.520
MS-2	—	3.962	7.924	15.848	—
MS-3	750	3.425	11.500	22.500	27.448
MS-4	4.810	850	6.862	13.724	28.100
MS-5	4.940	850	7.025	14.050	28.100
MS-6	5.687	1.000	8.108	16.216	32.432

Críticas de elaboração do quadro:  
1. As categorias de MS-1 a MS-6, em RTP, foram aplicadas os percentuais do aumento dos vencimentos dos servidores públicos, conforme os critérios governamentais recentemente estabelecidos, respectivamente de 30% para MS-1, 27% para MS-2, e 25% para MS-3, MS-4, MS-5, MS-6.  
2. De MS-3 a MS-6 somam-se aos 25% o adicional de titulação docente. Tendo em vista o tempo de dedicação exigido por cada turno, a passagem de um para outro obedece ao seguinte critério:  
RTP x fator 2 = RTC  
RTC x fator 2 = RDIDP

Figura 8: Jornal Movimento. Ano 1977\Edição 00099, 23.05.1977, p. 3. Acervo: professor Carlos Bauer.

Momento esse que foi marcado por uma série de dificuldades para os professores que atuavam na Universidade de São Paulo (USP), conforme destacado pela professora Margarida Kunsch, essa instituição de ensino:

[...] foi palco de resistência durante o regime totalitário. 'Esse período foi vivenciado por vários atores: dirigentes, professores, estudantes da escola e convidados especiais que por aqui passaram deixando mensagens de liberdade de expressão, coragem, persistência,

libertação e ensinamentos, em uma conjuntura das mais duras do regime ditatorial então vigente, sob o auge do AI-5 e do decreto-lei 477.' O evento mais radical e dramático dos casos assinalados, pelo seu desfecho, envolveu a prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog. Adilson Citelli, professor do Departamento de Comunicações e Artes da ECA, no artigo 'Tempo vivido', que integra o livro 50 Anos Depois: a Resistência da ECA-USP à Ditadura Militar, relata que, pelas suas próprias características de unidade formadora nos campos da comunicação e das artes, a escola tem na liberdade de expressão o seu compromisso mais significativo. 'Há, pois, incompatibilidade visceral entre os desígnios últimos de uma unidade educativa como a nossa –extensiva às congêneres – e a violência da censura, do cerceamento expressivo, do controle da informação, do regime de força encarnado no regime ditatorial'. Citelli lembra a luta desigual, as prisões, as sevícias e a eliminação dos estudantes. 'A nossa escola, para nos restringirmos a ela – e conforme seguíamos e participávamos dos desdobramentos políticos que se processavam no interior da Universidade –, sofreu todas as consequências da estratégia do terror implantada pela ditadura. E nela, também, ocorreram as cassações, prisões, tortura e morte, a exemplo dos professores José Marques de Melo, Jean Claude Bernardet, Sinval Medina, José Freitas Nobre, Thomas Farkas, Jair Borin, Paulo Emílio Sales Gomes, cujas carreiras foram prejudicadas pelas formas diretas ou indiretas dos mecanismos discricionários que sobre cada um deles tiveram impactos particulares. 'O evento mais radical e dramático dos casos assinalados, pelo seu desfecho, envolveu a prisão, tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog, professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA, onde ministrava aulas de Jornalismo Televisado, e diretor de Jornalismo da TV Cultura, assassinado, aos 38 anos de idade, nas dependências do DOI-Codi, assinala Citelli, citando o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão ligado ao Exército. (KIYOMURA, 2018)

Neste percurso, nos anos de 1977 e 1978, a Adusp promoveu uma série de esforços para se manter viva e atuante, incentivando a discussão de temas relacionados com as verbas, a estrutura de funcionamento, as relações de poder e as formas de relacionamento da universidade com a sociedade brasileira.

Essas preocupações, de caráter acadêmico e associadas às políticas educacionais mais gerais do país, encontravam em professores como Ernst Wolfgang Hamburger, vinculados à entidade, uma grande disposição de atuação.

No final de 1969, no auge da ditadura militar, foram aposentados o

presidente da Sociedade Brasileira de Física (SBF), José Leite Lopes, o vice-presidente, Jayme Tiomno, que tinha assumido uma cátedra aqui na USP, e o conselheiro Mário Schenberg. A partir dessas aposentadorias, Hamburger teve uma atuação de fundamental relevância junto às nossas sociedades científicas, tanto a SBF quanto a SBPC, e posteriormente junto à nossa própria Adusp, que tinha um caráter acadêmico, estritamente universitário. O Boletim número 1 da SBF foi editado pelo secretário geral Ernst W. Hamburger, que de fato passou a exercer a presidência. (Jornal da USP, Maio de 1995)<sup>26</sup>

O professor Ernst teve papel de proa nas lutas perpetradas pela Adusp. Além de ocupar a diretoria da instituição em diversos mandatos havia, antes, alicerçado sua militância em prol da universidade pública. No golpe de 1964, com a invasão dos milicos à universidade, professor Ernst foi um dos poucos que se levantou imediatamente contra as ordens autoritárias do regime e, neste mesmo período, foi fichado pelo DOPS.

Além disso, professor Ernst, foi um grande físico e professor de Física da USP, lutando pela qualidade da formação dos físicos e também pelo aumento da procura por esta área do conhecimento. Em entrevista concedida em 2014 para o Fundo de Apoio à Pesquisa e Extensão de São Paulo (FAPESP), o professor Ernest apresentou um pouco dessas preocupações pedagógicas, de divulgação e desenvolvimento da área.

O ensino fundamental e médio se ressentem da falta de bons professores de ciência... Sem dúvida. Principalmente de física. É um problema de nossa época. Tanto na Faculdade de Filosofia quanto no Instituto de Física a evasão do curso de física é muito grande, e continua grande. Diminuiu um pouco, mas continua. Formávamos um terço dos ingressantes, agora chegamos à metade. Assim mesmo, metade das vagas são desperdiçadas. Tornar o curso muito interessante no primeiro ano pode ajudar o aluno a superar aquele desafio. A grande evasão se dá no fim do primeiro ano e no segundo ano. (MOURA; PIERRO, 2014, p. 30)

Apresentamos esse fragmento para demonstrar que as ações políticas do professor parecem apresentar coerência com as atuações pedagógicas e de divulgação científica da área que atuava.

Na nossa compreensão, o caráter político-pedagógico-corporativo está

---

<sup>26</sup> Acessado em <https://jornal.usp.br> em 12/12/2021

intrinsecamente ligado às lutas democráticas mais amplas, tanto do ponto de vista da necessidade de ampliação de vagas nas universidades públicas quanto à qualificação técnica e social da formação oferecida aos estudantes e que, inevitavelmente, no caso das licenciaturas, vão reverberar na formação dos estudantes da educação básica.

A valorização salarial e a melhoria na condição de vida e trabalho dos professores da universidade pública, no limite, contribuem para qualidade social da educação, já que busca valorizar aqueles que estão envolvidos diretamente na formação dos estudantes.

No caso do professor Ernst, é interessante observar também, que quando fazemos uma pesquisa mais geral pelas plataformas de busca, encontramos referências ligadas a condição docente e de pesquisador proeminente da Física. As relações entre os aspectos da atuação docente e as demais atividades sindicais, por exemplo, não são feitas nas entrevistas ou documentos pesquisados.

Nesse sentido, podemos dizer que a luta sindical era e permanece sendo marginalizada, sendo desprestigiada na história de vida de quem dela participa, quase que como “um capítulo à parte”. A fragmentação das atuações inerentes ao sujeito sugere uma fragmentação também do pensamento e parece desconsiderar o aspecto dialético e contraditório das ações humanas.

O professor César Minto, ocupou a presidência da Adusp entre os anos de 2003 a 2015<sup>27</sup> na entrevista que nos foi concedida, apresenta um pouco desta certa marginalidade do sindicalismo:

[...] o sindicato, até hoje a gente é um pouco discriminado na universidade, meio que os sindicalistas, eles estão...em geral, não posso generalizar, por óbvio, mas em geral, é como se fosse assim, aquele fulano não dá para outra coisa, então ele vai ser sindicalista [...] (ENTREVISTA, APÊNDICE 09, p. 12)

Uma das respostas possíveis para essa “desqualificação” do sujeito

---

<sup>27</sup> Vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP-S. Sindical) no biênio 2003-2005 Presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP-S.Sindical) no biênio 2005-2007 1o. Vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP-S. Sindical) no biênio 2007-2009 2o. Secretário do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN no biênio 2009-2011 1o. Vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP-S.Sindical) no biênio 2011-2013. Vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP-S. Sindical) no biênio 2013-2015.

sindicalista no campo educacional, pode estar no fato de que, mesmo dentro dos estudos históricos sobre educação, essa temática costuma estar à margem e ser pouco abordada nos estudos acadêmicos da área:

O que estamos afirmando aqui é que o sindicalismo e o associativismo dos trabalhadores da educação não se tornaram um objeto de análise amplamente reconhecido nas pesquisas sobre a história da educação brasileira, o que explica e produz algumas lacunas importantes que precisam ser preenchidas na historiografia educacional, mormente, interessada na presença e nas ações coletivas desses sujeitos sociais e coletivos em cada momento da história. (BAUER; et. al, 2019, p.190)

Retomando as questões relacionadas às lutas corporativas perpetradas pela Adusp, e relacionando-a a marginalidade dos estudos sobre a história do sindicalismo e do associativismo docente nas universidades, podemos inferir que, como as questões corporativas são defendidas e tomadas como importantes apenas para e pelos sujeitos envolvidos, não é de se estranhar que as duas pautas estejam, por vezes, apartadas das lutas mais amplas realizadas tanto pelas políticas educacionais, quanto pelos estudos acadêmicos produzidos nessa perspectiva, bem como inviabilizada na produção de conhecimento na área da história da educação.

Como já citado acima, entendemos as pautas corporativas como parte de uma importante luta pela valorização, ampliação e democratização do ensino público, laico e gratuito em todos os níveis de ensino.

Passar no vestibular já não é problema para muitos alunos que, depois de aprovados, terão de pagar matrículas de até Cr\$ 40 mil sem ter recursos necessários para isso. Antes mesmo de se matricularem, muitos estão desistindo das vagas conseguidas com dificuldade, e agora esperam o próximo ano para disputar novamente o vestibular. Só que desta vez apenas em escolas públicas e gratuitas.

---

## *Campanha para ensino gratuito*

---

Preocupados com a situação, a Associação dos Docentes da USP — **Adusp** — realizará uma campanha nacional este ano em defesa do ensino público e gratuito nas universidades. Essa proposta também será levada ao I Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que começará amanhã, terminando sexta-feira, em Florianópolis.

**Figura 09:** Trecho da reportagem A prova mais difícil: o custo das faculdades, em O Estado de São Paulo de 31 de janeiro de 1982. (APÊNDICE 11)

O debate sobre o ensino público e gratuito sempre esteve presente nas discussões da USP e da Adusp. Essa preocupação suscita uma discussão muito importante sobre a luta para que o ensino superior seja público e que de fato e, em todas modalidades, seja gratuito.

Essa é apenas uma das inúmeras reivindicações que a Adusp debateu publicamente. Conforme discurremos anteriormente, observamos que a associação teve e continua tendo papel relevante nas lutas corporativistas bem como, e, aliadas a elas, um empenho significativo nas discussões sobre a democratização do acesso à universidade.



## **Seção 4**

---

### **Para onde vai a USP? – I Congresso da USP (1980) – da elitização da universidade à luta pela democratização do ensino superior público e gratuito brasileiro**

O 1º Congresso da Universidade de São Paulo (USP) condensou uma série de aspectos significativos que vinham se desenvolvendo e marcando a realidade política, econômica e social brasileira, desde a segunda metade da década de 1970 até os primórdios dos anos 1980, materializando, em sua urdidura e processualidade, um momento extremamente rico da trajetória da Adusp na história desta emblemática instituição de ensino nacional.

Trazendo como tema central o questionamento: Para onde vai a USP? a dinâmica e o debate congressual fez aflorar as múltiplas posições políticas e concepções acadêmicas, trazendo a movimentação em quase todos os segmentos atuantes na cotidianidade universitária, o que proporcionou o estabelecimento de um novo e superior patamar de relacionamento entre os seus representantes, imbuídos que estavam do compromisso de contribuir para a democratização das relações acadêmicas e institucionais que se produziam no seio da Universidade de São Paulo (USP).

Nesta seção, apresentamos o contexto geral no qual se desenrolou o 1º Congresso da Universidade de São Paulo (USP), entre os meses de abril a setembro de 1980, e apresentamos algumas análises das discussões e das ações elencadas pelos grupos de trabalho sobre os rumos da vida universitária no decorrer daquele importante momento da história desta instituição.

Para isso, utilizamos a memorização dos apontamentos produzida pela Adusp sobre o 1º Congresso, quatro anos após sua realização. Este documento foi elaborado na ocasião da organização para o 2º Congresso no ano de 1984, pelos membros da diretoria da associação, e publicado em forma de livro, com a preocupação de garantir um registro sistematizado das discussões ocorridas, no seio da universidade, ao longo de 1980.

O próprio documento explicita a necessidade deste resgate sobre as resoluções e os debates ocorridos naquele primeiro movimento de articulação entre os representantes da comunidade acadêmica, conforme trecho abaixo.

*No I Congresso, alunos, professores e funcionários assumiram, pela primeira vez de modo consequente, o desafio de buscar conjuntamente as saídas para seus problemas. Com coragem e determinação, conscientes dos muitos obstáculos a superar, as entidades representativas — ADUSP, ASUSP e DCE — decidiram em 1980 “quebrar o gelo” e os tabus que dificultavam a discussão conjunta. Hoje, quatro anos depois, com melhores condições para avaliar as limitações e desencontros daquele I Congresso, é possível valorizar o significado extraordinário da experiência, como revelam os documentos publicados neste livro.*

**Figura 10:** Trecho do livro 1º Congresso da Universidade de São Paulo (p. 02) (APÊNDICE 12)

Um dos principais aspectos que avaliamos, ao longo deste importante registro histórico, tem relação com as concepções democráticas que aparecem, e forma recorrentes, nas reivindicações docentes apresentadas e que se inscreverem nos anais do congresso uspeano de forma muito incisiva e consistente.

Consideramos que a própria proposição e realização deste encontro após 46 anos da ocasião da criação da USP, foi uma importante ação dos representantes de toda a comunidade acadêmica, em especial da Adusp, que tiveram papel de proa na organização e no desenvolvimento deste importante movimento de elaboração e discussão política e educacional no interior da universidade.

A ideia original de organizar o congresso partiu do DCE-Livre da USP “Alexandre Vannucchi Leme”, porém, objetivamente, a participação dos estudantes se mostrou reduzida nos inúmeros fóruns de discussões que foram organizados, limitando-se as intervenções dos dirigentes da agremiação estudantil e de representantes das tendências políticas de esquerda que disputavam a liderança do movimento estudantil nos campi da universidade.

Convocado pela Adusp, Asusp e pelo DCE-Livre da USP, conforme informado pelos seus realizadores, as atividades congressuais se realizaram entre os meses de abril e setembro de 1980, com a realização de inúmeras atividades espalhadas pelas unidades da universidade.

Nesse evento congressual, os alunos, funcionários e professores colocaram diante de si o desafio de enfrentarem e superarem os graves problemas, até então, existentes da USP.

Esse movimento tripartite operou uma substancial mudança no

relacionamento desses importantes integrantes da comunidade acadêmica, com a perspectiva de compreenderem a universidade de forma ampla e integral, mas, também, revelou suas mazelas e o vínculo e a colaboração de muitos dos seus membros com o regime ditatorial reinante no país.

Na perspectiva analítica que acalentamos e que, logo abaixo, será mais explicitada, o fato de perceberem a necessidade de incrementar o diálogo e procurar criar condições para a efetivação de ações conjuntas entre os diversos segmentos e entidades da comunidade acadêmica, principalmente, no que tange a efetivação do 1º Congresso da USP, demonstra a preocupação com os *rumos da USP* estava em consonância com a defesa da condução democrática desta importante instituição do ensino público nacional.

Como esboçamos, na introdução do presente relatório, a USP surgiu em um momento da história no qual os interesses educacionais e de formação superior, estavam ligados ao atendimento das necessidades das classes abastadas para a formação da elite política e dos quadros dirigentes da burocracia estatal, intelectual e profissional de seus filhos que, até aquele momento, tinham poucas possibilidades de estudarem no Brasil devido à diminuta oferta de cursos e universidades no país.

Este aspecto nos indica que a USP surge e é constituída com um caráter elitista, o que nos parece perdurar, não com a mesma intensidade, até os dias atuais.

Mas estas preocupações não estavam apenas ligadas às necessidades imediatas da burguesia, estavam pautadas também, do ponto de vista ideológico e político, na perspectiva de que as classes dominantes e seus descendentes são os condutores intelectuais, políticos e culturais, das massas e é, por meio delas, que o progresso e a garantia dos processos de modernização da sociedade brasileira, ocorreriam.

Esse caráter foi reforçado também pelos idealizadores da universidade, sendo um dos maiores expoentes, o intelectual Fernando de Azevedo.

A época moderna apresenta, junto com o processo de massificação, o fenômeno da circulação das elites e o surgimento de indivíduos representativos em todos os domínios. A importância cada vez maior do papel das massas na sociedade moderna trouxe, por sua vez, consciência da necessidade da difusão do ensino e da cultura. As razões que justificam essa exigência estão curiosamente de acordo com o espírito autoritário das nossas elites, tão criticadas por Fernando de Azevedo. É o velho argumento, fundamentado na

crença de que o povo não sabe o que realmente conta, não conhece o essencial, não aprecia bem as coisas, não tem bom senso, ou seja, espírito crítico. (PENNA, 2010, p. 78)

A contradição no pensamento azevediano se dá, justamente, no fato de que, apesar de proclamar a importância do acesso das massas à uma educação formal e, por meio dela, promover uma certa permeabilidade entre as classes sociais - inclusive na ascensão de alguns sujeitos subalternos à elite intelectual condutora das massas - ainda sim, reduzindo esse pensamento a uma interpretação simplória, são as elites<sup>28</sup> que sabem o que é bom para o povo.

Evidentemente, tal caracterização sobre o caráter elitista da universidade, não nos permite desconsiderar a importância da instituição para o desenvolvimento educacional, cultural, político, científico e tecnológico do país. A USP, desde os seus primórdios, contribui grandemente com a produção e a disseminação do conhecimento nas áreas das ciências exatas e da terra, das ciências biológicas e das engenharias, das ciências da saúde e agrárias, da filosofia, da linguística, letras e artes, das ciências sociais e aplicadas e em, praticamente, todas as ramificações das ciências humanas.

Lembrando ainda que a USP foi uma das primeiras universidades do país a instaurar o modelo clássico humboldtiano, inspirado na tríade ensino, pesquisa e extensão, rapidamente tornando-se num dos pilares institucionais mais importantes e influenciado as demais universidades do Brasil.

Retomando o principal objetivo desta sessão, sobre o 1º Congresso da Universidade de São Paulo, apresentaremos aqui a anúncio feita logo no início, sobre os objetivos gerais do encontro, que, na nossa perspectiva, marca mudanças sobre a concepção de universidade e suas características mais elementares ligadas à democratização no interior da universidade.

---

<sup>28</sup> Elite intelectual e econômica, que no caso de Fernando de Azevedo, é regida pelo pensamento liberal.

*No I Congresso, alunos, professores e funcionários assumiram, pela primeira vez de modo conseqüente, o desafio de buscar conjuntamente as saídas para seus problemas. Com coragem e determinação, conscientes dos muitos obstáculos a superar, as entidades representativas — ADUSP, ASUSP e DCE — decidiram em 1980 “quebrar o gelo” e os tabus que dificultavam a discussão conjunta.*

**Figura 11:** Trecho de documento produzido a partir do 1º Congresso da Universidade de São Paulo (p. 02). (APÊNDICE 12)

Como fica evidenciado, no excerto documental, acima reproduzido, o 1º Congresso da USP teve como principal objetivo a articulação dos diversos órgãos representativos dentro da universidade. Os docentes, por meio da Adusp; os funcionários, por meio da Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo (Asusp); e os estudantes por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Nos parece importante mencionar que, no portal do DCE-Livre da USP “Alexandre Vannucchi Leme”, temos um breve histórico de seu surgimento<sup>29</sup>:

---

<sup>29</sup> Consultado em 05 de fevereiro de 2022 em: DCE Livre da USP ([dceusp.org.br](http://dceusp.org.br))



No campus da USP, nas salas de aula, nos centros acadêmicos, os estudantes se mobilizam. Depois do silêncio imposto pelo AI-5, em 1968, os estudantes voltam a se reagrupar e, no dia 26 de março de 1976, criam, em assembléia, o **DCE-Livre da USP**, agora reconstituído e batizado com o nome de Alexandre Vannucchi Leme.

**Figura 12:** Manifestação do DCE-Livre. Fonte: <http://www.dceusp.org.br/>

A mobilização dos estudantes se deu mediante um longo período de perseguição, tortura e mortes que foram arquitetadas pela ditadura civil militar. As reuniões de grupos de estudantes, as agremiações, e as demais formas de representação estudantil foram, também, duramente atacadas no interior das universidades públicas do país.

Na USP, não foi diferente, tanto que em 1973 o estudante Alexandre Vannucchi Leme foi brutalmente assassinado no interior do DOI - CODI.



**Figura 13:** Alexandre Vannucchi Leme, estudante de Geologia da USP, assassinado pela ditadura civil-militar. **Fonte:** <http://www.dceusp.org.br/>

Ao longo dos três anos posteriores ao assassinato de Alexandre, os estudantes da USP, por meio dos Centros Acadêmicos, passaram a se organizar e promover discussões sobre os rumos da representação discente e a necessidade de um órgão representativo institucionalizado no interior da universidade que pudesse defender seus interesses e promover a interlocução com a reitoria e os demais órgãos representativos, dos demais membros da comunidade acadêmica.

Após as discussões e o reconhecimento por parte de membros da sociedade civil da existência de perseguição e tortura perpetrados pela ditadura, em março de 1976, nasce o DCE.

Consideramos de extrema importância, esta breve descrição sobre o DCE livre da USP, não só para contextualizar as diferentes frentes de resistência à repressão, mas também para compreendermos o quanto a institucionalização das entidades representativas tanto promovidos pelo movimento estudantil quanto pelas associações docentes, por si só, representam ações de combate ao autoritarismo e a violência do regime.

A aglutinação de estudantes e docentes por meio da representação institucionalizada e reconhecida pela própria universidade, promove um fortalecimento coletivo desses grupos contra toda e qualquer opressão e violência por parte dos departamentos repressivos do Estado naquele período.

O 1º Congresso da USP nasceu desta necessidade de aproximação entre os diferentes segmentos da vida acadêmica e institucional, em uma busca por qualificar o diálogo entre os seus integrantes, a fim de contribuir com o atendimento das suas necessidades políticas e educacionais.

O trecho apresentado acima, retirado da *apresentação* do documento, nos permite inferir que o 1º Congresso da USP nasceu desta necessidade de aproximação entre os diferentes segmentos da vida acadêmica e institucional, em uma busca por qualificar o diálogo entre os seus integrantes, a fim de contribuir com o atendimento das suas necessidades políticas e educacionais.

Como pudemos verificar e analisar, esse conjunto de objetivos já indica a necessidade latente de, por meio da democratização das relações, perseguir a democratização da universidade, ampliando seus canais de comunicação.

Na compreensão que procuramos estabelecer desse processo relacional intrincado, esse movimento interno das instituições públicas, sempre extrapolam os muros físicos e simbólicos criados pelas singularidades e necessidades mais específicas de determinados grupos e acabam por transformar-se em ações sistematizadas ou não, sobre a realidade que as circundam, em uma relação dialética<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Tomando como base a conceituação Hegeliana em Dicionário do Pensamento Marxista (b) O motor desse processo é a dialética, concebida de maneira mais restrita, que Hegel chama de "a compreensão dos contrários em sua unidade ou do positivo no negativo" (1812-1816; 1969, p. 56). É o método que permite ao pensador dialético observar no processo pelo qual as categorias, noções ou



*Dos impactos causados pelo I Congresso destaca-se, por exemplo, a mudança de qualidade nas discussões acerca das relações professor-aluno-funcionário. Igualmente importante é o início de uma reflexão acerca do papel dos funcionários na Universidade, em sua produção cultural e científica. Professores, por seu lado, pensaram e discutiram a Universidade como um todo, tendo de compartilhar essa reflexão com os demais segmentos da comunidade. Os alunos participaram de um debate rico acerca dos propósitos de uma universidade viva.*

*O I Congresso colocou a USP diante de si própria, revelou algumas de suas mazelas, aprofundou o conhecimento sobre seus problemas e anseios. Mas, acima de tudo, indicou os caminhos de uma integração verdadeira, possível, onde o debate livre é a essência e a criação é o fim.*

**Figura 14:** Trecho que destaca as intersecções entre professores, alunos e funcionários da USP na ocasião do 1º Congresso de da Universidade de São Paulo (APÊNDICE 12, p. 05)

Esse excerto, acima reproduzido, também faz parte da apresentação do documento produzido a partir do congresso e foi elaborado pelo professor Ernst Wolfgang Hamburger, demonstrando uma grande preocupação com a democratização das relações entre os membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Considera que a universidade como um todo tem responsabilidades e compromissos com uma educação pública de qualidade e deixa claro que as construções de soluções coletivas vão além das questões corporativistas. Ao mesmo tempo que o professor Ernest demonstra nesse trecho uma preocupação com as especificidades de cada segmento, demonstra que é na intersecção entre eles, que a superação dos problemas pode ser melhor e mais rapidamente alcançada.

Na segunda seção deste relatório, apresentamos a importância do professor Ernest para o desenvolvimento, tanto da pesquisa, quanto das lutas sindicais no interior da Universidade. Sua participação na criação da Estação Ciências (que registramos na sessão anterior), por exemplo, também demonstra um compromisso com a divulgação científica da área de Física, em que atuava, bem como, o compromisso político com a democratização e popularização do conhecimento e dos

---

formas de consciência surgem umas das outras para formar totalidades cada vez mais inclusivas, até que se complete o sistema de categorias, noções ou formas, como um todo.

instrumentos que levam a ele.

Consideramos que a atuação associativista ou sindical; os esforços para popularização de uma área do conhecimento tão complexa e o compromisso político-pedagógico com a democratização da educação pública, são de extrema importância para compreendermos a relevância das ações forjadas pela Adusp desde os seus primórdios, ações estas que, muitas vezes, tiveram como mola propulsora, iniciativas individuais de organização mas que geraram ganhos radicalmente coletivos. É a ação social coletiva que vai permitir o surgimento de uma sociedade política mais igualitária. As ações não intencionam a tomada de poder, mas tomam sobretudo reformas nas estruturas da sociedade capitalista. (MOURÃO, 2013, p. 113)

Outro aspecto, de características mais gerais, mas, de igual importância sobre a iniciativa do Congresso, tem relação com o papel educativo e pedagógico das organizações associativistas e sindicais. Sabemos que existe um debate sobre o caráter formativo das entidades que representam os trabalhadores. Isto fica ainda mais evidenciado naquelas que representam os profissionais da educação, pelo próprio caráter educativo inerente ao próprio trabalho desenvolvido por estes profissionais.

Para nós, o sindicalismo e o associativismo em geral e mais especificamente o dos profissionais da educação, possui um caráter altamente pedagógico, já que insere em suas práticas, ações de formação teórica e prática, com o de temáticas pertencentes a realidade educacional e política promovendo um processo de reflexão-ação-reflexão que surge da práxis<sup>31</sup>. Para alguns, essa discussão é perpassada por uma falsa dicotomia entre formação política e formação pedagógica.

No interior do exercício analítico que realizamos, o trabalho do profissional da educação e mais ainda do professor, é tanto educacional, do ponto de vista das práticas didáticas pedagógicas e as relações de ensino e aprendizagem, quanto político, aspecto este intrinsecamente ligado à toda e qualquer prática humana exercida com objetivo pré-estabelecido. Ou seja, as escolhas didáticas pedagógicas já indicam um certo posicionamento político, ligado a uma ou outra vertente

---

<sup>31</sup> Na filosofia marxista, a palavra grega práxis é usada para designar uma relação dialética entre o homem e a natureza, na qual o homem, ao transformar a natureza com seu trabalho, transforma a si mesmo. A filosofia da práxis se caracteriza por considerar como problemas centrais para o homem os problemas práticos de sua existência concreta: "Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que dirigem a teoria para o misticismo encontram sua solução na práxis humana e na compreensão dessa práxis" (JAPIASSÚ, 2001)

filosófica, sociológica, histórica ou mesmo pedagógica.

Dessa forma, as formações realizadas no interior das associações e dos sindicatos não se restringem a proposições políticas de cunho corporativista, pragmático e de alcance imediatista. Pelo contrário, apresentam cursos, oficinas e congressos com temáticas diversas, apresentando várias abordagens e teorias, muitas vezes até contraditórias às defesas políticas dos interesses ligados à condição de trabalho e salários dos professores.

Além disso, o caráter formativo dos sindicatos nem sempre foi algo reconhecido desde o nascimento dessas entidades. Ao contrário, foi sendo construído e reconhecido ao longo da história.

Historicamente, no campo dos estudos sobre a formação docente, o termo 'formação' esteve restrito aos cursos de preparação para o magistério, seja nas universidades, seja no ensino médio. Esse tipo de compreensão não leva em consideração a potencialidade formativa de outros espaços que não sejam os de aprendizagem formal da profissão. A ideia de que a formação de professores não termina com a conclusão desses cursos começou a ganhar força, no Brasil, apenas a partir da segunda metade dos anos oitenta. (ANDRADE, 2019, p. 51)

Podemos considerar que a construção histórica sobre essa falsa dicotomia entre os aspectos políticos e pedagógicos (de formação, acadêmicos), também está ligada à forma como alguns sindicalistas fazem esta separação, não considerando igualmente relevantes para atuação docente e acadêmica, a atuação política/sindical, aspecto este que foi melhor explorado na terceira seção.

Retomando as análises sobre as contribuições da Adusp para o debate da democratização da Universidade de São Paulo, podemos identificar, de modo geral, que o Congresso teve como objetivo principal horizontalizar o diálogo entre as entidades representativas bem como ampliar os debates sobre a importância social da Universidade para as comunidades que dela participam.

No fragmento abaixo, retirado do compilado do 1º Congresso, fica evidenciado este objetivo:

Igualmente fundamental é nos lembrarmos que a democracia tem outros alcances e se restringe aos órgãos colegiados. A relação professor-aluno-funcionário deve ser democratizada nas salas de aula, laboratórios, escritórios e oficinas. Sem esta prática, para a qual devemos nos empenhar, a redefinição formal do poder pode

mostrar-se estéril. (APÊNDICE 12, p. 08)

Essa preocupação traduz a intencionalidade da ação, inerente aos compromissos da entidade, de procurar garantir um debate qualificado e ampliado sobre o caráter autoritário da USP, questionando-o e apresentado a necessidade de desconstrução, reformulação e superação da permanência das relações verticalizadas constituídas ao longo da história da universidade até aquele momento.

Seja para a disposição de seus objetivos e projetos, seja para obter fundos públicos em nome de sua justificação social, é fundamental que a direção da Universidade esteja respaldada pelo conjunto da comunidade acadêmica, assim como é necessária a participação ampla desta comunidade no debate das suas questões gerais. Estas condições só serão atingidas se se ampliar a democracia interna da Universidade. Esta ampliação democrática deve ser entendida como parte do anseio social geral e não como a instalação de um oásis acadêmico cercado de aridez autoritária.

**Figura 17:** Trecho do texto das resoluções do 1º Congresso da USP - Para onde vai a USP? (APÊNDICE 12, p. 04)

A Adusp, como a leitura do documento nos permite identificar, foi a entidade que, de fato, impulsionou a realização do Congresso, ainda que o DCE livre da USP, tenha sido o primeiro a sugeri-lo.

A idéia do Congresso partiu dos estudantes, no final do primeiro semestre de 1979, como proposta de uma das chapas concorrentes às eleições do DCE-Livre Alexandre Vanucchi Leme. Era uma proposta vaga de encontro da comunidade para debate de seus problemas. A forma *congresso* inspirava-se em experiência da PUC-Rio de Janeiro, realizada em meados dos anos 70. Ali, os “congressos” internos cumpriam a missão de permitir o debate em torno de questões mais gerais, no momento em que a chamada abertura política apenas começava.

Na USP, os estudantes da chapa “Todo Mundo no DCE” (posteriormente vitoriosa nas eleições) pretendiam repetir a experiência da universidade carioca direcionando-a para as questões universitárias, educacionais, profissionais e salariais. A proposta ganhou corpo e desenvolveu-se notadamente por professores da Faculdade de Economia e Administração, que a encaminharam à ADUSP.

**Figura 16:** Trecho do texto das resoluções do 1º Congresso - Para onde vai a USP? (APÊNDICE 12, p. 06)

Como já explicitamos, ao longo dessas páginas, as ações engendradas pela Adusp iniciam-se desde de sua constituição e perpassam uma gama significativa dos movimentos que ocorreram dentro da USP desde então.

Na edição de 18 de abril de 1980, do Jornal Folha de São Paulo, a reportagem intitulada *Entidades condenam ensino pago no país*, apresenta uma pequena nota sobre o “Dia Nacional de Luta contra o Ensino Pago”, que coincidiu com a deflagração do Congresso em 17 de abril de 1980.

---

**Cerca de duas mil pessoas manifestaram-se pelo ensino público e gratuito no ato público organizado pela Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e pela União Estadual dos Estudantes, e realizado no largo São Francisco, ontem, Dia Nacional de Luta contra o Ensino Pago e Dia Nacional de Luta pelo Reajuste Salarial.**

Figura 17: Recorte do Jornal Folha de São Paulo de 18 de abril de 1980. (APÊNDICE 13)

Ao estudarmos a história da Adusp e analisarmos suas ações em prol da democratização da Universidade de São Paulo (USP) e, por conseguinte, da própria sociedade brasileira, também, consideramos relevante observar que as lutas perpetradas por outras entidades se entrelaçam às necessidades mais amplas do conjunto da categoria docente, independentemente do nível de ensino a qual pertençam.

Naquele momento da história, com a pretensa abertura política, por muitos questionada com dados sobre perseguição e mortes perpetradas por parte dos agentes da ditadura civil-militar, era importante que o posicionamento dos movimentos sociais, sindicais e associativistas fossem bem articulados, ainda que as especificidades fossem tratadas no interior destes órgãos.

Podemos facilmente notar este aspecto de representatividade e busca da unidade nas pautas reivindicatórias, na própria organização do Dia Nacional de Luta, deflagrado no dia 17 de abril de 1980:

**Ao ato compareceram representantes da União Nacional dos Estudantes, Comitê de Ensino Público e Gratuito, DCE — Livre da Pontifícia Universidade Católica, União Metropolitana de Estudantes Secundaristas, dos metalúrgicos em greve no ABC, Sindicato dos Bancários, de estudantes punidos em diversas escolas como FEI e Anhembi, e até do Ginásio Equipe, além das entidades organizadoras da manifestação.**

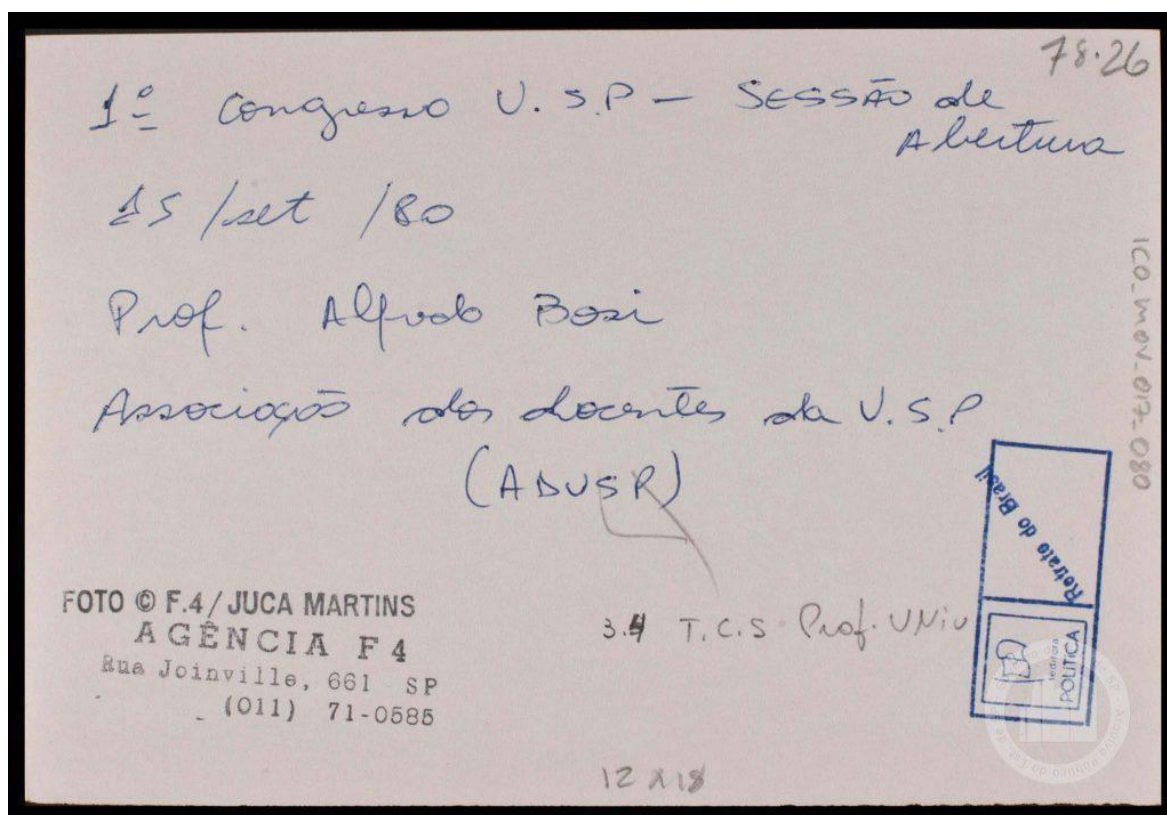
Figura 20: Recorte do Jornal Folha de São Paulo de 18 de abril de 1980. (APÊNDICE 13)

Além disso, a unidade das lutas por questões corporativistas ligadas à melhores condições de trabalho e salário juntamente às reivindicações contra o ensino pago e a favor do ensino gratuito, também nos chamam atenção, visto que, conforme já dissemos ao longo do relatório, essas lutas não estão apartadas e são de extrema importância para perseguir a ampliação de vagas no ensino superior, sua gratuidade e sua oferta a todos que desejarem estudar.

**“Nossa luta contra o ensino pago, melhores salários e condições de trabalho é única porque o combate àquela política e ao governo que a sustenta diz respeito a todos, alunos, professores é quaisquer outros trabalhadores.”**

Figura 21: Recorte do Jornal Folha de São Paulo de 18 de abril de 1980. (APÊNDICE 13)

Como já dissemos, coadunar as lutas é uma maneira efetiva de fortalecê-las e o Dia Nacional de Luta foi marcado por esse princípio, exatamente num contexto de levantes dos movimentos sociais e populares, a presença organizada dos trabalhadores se fazia sentir denunciando e se mobilizando contra a crise econômica, reivindicando mudanças políticas e sociais, a luta dos professores evidenciava que o caminho a seguir era o da articulação com os estudantes e o conjunto da classe trabalhadora para fazer avançar e conquistar a plena liberdade e a restauração da democracia para o país.



**Figura 20:** Registro manuscrito da Sessão de abertura do 1º Congresso da USP, em 1980, com o Professor Alfredo Bosi. Crédito: Juca Martins, Agência F4. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Na USP, ao mesmo tempo, ocorria uma reunião na faculdade de Arquitetura, que marcou o início do 1º Congresso. Muitos professores de grande relevância acadêmica participaram deste momento.

O professor Alfredo Bosi, ativo participante das atividades e fóruns de discussões organizados pela Adusp, reconhecido intelectual brasileiro, compôs a sessão de abertura congressual e coordenou os debates que tiveram como tema central o *Ensino Pago - Ensino gratuito*.



**Figura 21:** Sessão de abertura do 1º Congresso da USP, em 1980, com o Professor Alfredo Bosi. Crédito: Wagner Avancini. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

É importante ressaltarmos a importância dessas participações de professores de proa na organização e nas discussões e propostas do Congresso. Acreditamos que a validação das lutas passa, também, pela força política, histórica e acadêmica dos personagens os quais participaram dela.

Dessa forma iremos apresentar, um quadro destes ativos e engajados participantes, e contaremos um pouco da suas trajetórias políticas-acadêmicas enfatizando os membros da diretoria da Adusp na ocasião do Congresso:



## ***Diretoria da ADUSP — 1979/81***

**Presidente: Braz José de Araújo (FFLCH)**  
**1.º Vice-Presidente: Elza Salvatori Berquó**  
**2.º Vice-Presidente: Walter Colli (IQ)**  
**1.º Secretário: Amélia Império Hamburger (IF)**  
**2.ª Secretária: Maria Nazareth Ferreira (ECA)**  
**1.º Tesoureiro: Francisco A. Bezerra Coutinho (IF)**  
**2.º Tesoureiro: Sylvio Ferraz Melo (IAG)**

**Figura 22:** Trecho do livro do I Congresso da USP, que apresenta a diretoria da Adusp de 1979-1981 (APÊNDICE 12, p. 04)

O presidente da entidade em 1980 era Braz José de Araújo<sup>32</sup>, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

É importante, também, apresentar a diretoria da Adusp de 1980, já que foram os seus dirigentes que procuram recuperar, sintetizar as ações do 1º Congresso e divulgá-las, amplamente, em formato de livro, tornado público e produzido em 1984.

**Diretoria da ADUSP: Presidente — Ernest Wolfgang Hamburger**  
**1.º Vice-presidente — Tércio Sampaio Ferraz**  
**2.º Vice-presidente — José Arthur Giannotti**  
**1.º Secretário — Wanderley Messias da Costa**  
**2.º Secretário — Wilson Roberto Navega Lodi**  
**1.º Tesoureiro — Herman Chaimovich**  
**2.º Tesoureiro — Dilma de Melo Silva**

**Figura 23:** Trecho do Livro do I Congresso da USP. (APÊNDICE 12, p. 04)

Tal qual registrado, no documento acima reproduzido, o professor Ernst Wolfgang Hamburger era o presidente da Adusp em 1984, lembrando que trouxemos, nas páginas anteriores deste estudo, um bom apanhado de suas contribuições para o desenvolvimento da ciência e a sua efetiva participação na luta, por meio da associação, pela democratização da universidade.

A professora Dilma de Melo Silva, pelo que pudemos apurar, ocupou um

<sup>32</sup> Resumo do currículo lattes em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/5168/braz-jose-de-araujo/>

papel ativo de dirigente nas lutas perpetradas pela Adusp, atuando até hoje, em prol da educação pública, na esfera política, como secretária de Educação e Cultura de Joanópolis (SP).

Cumpramos informar que, procuramos manter contatos e convidar a professora Dilma para ser entrevistada, porém, devido a questões profissionais, não nos foi possível conceder a entrevista.

Cotejando os nomes dos professores participantes da diretoria da associação, nos dois períodos, e fazendo uma breve pesquisa sobre suas atuações acadêmicas por meio da plataforma Lattes, podemos avaliar a relevância e o papel de proa que exerciam e/ou exercem na educação superior no Brasil e o quanto o compromisso político como membros da entidade, se revela também na atuação científica mais ampla, em busca de uma maior democratização do conhecimento e do ensino superior no país.

Não podemos nos furtar em dizer que as perspectivas políticas pedagógicas dentro da Universidade de São Paulo, são muito diversas, e vão desde defesas ligadas a ampliação de vagas e de um maior acesso por parte da classe trabalhadora à universidade, até visões extremamente elitistas de que a universidade pública deve servir a poucos privilegiados que, por mérito, alcançam-na e vão dar continuidade aos clãs intelectuais já consolidados.

Resgatamos aqui, ainda, uma questão que tratamos nas seções anteriores, de que na ocasião da perseguição política exercida pela ditadura civil militar muitos professores não só se calaram diante dos decretos abusivos deflagrados contra qualquer manifestação de resistência como também, apoiaram copiosamente os militares, contribuindo com o regime por meio de informações sobre todo e qualquer movimento dos indivíduos ou grupos que estavam lutando por alguma liberdade de cunho democrático, naquele contexto altamente violento. Guardadas as devidas proporções, avaliamos que as lutas por interesses distintos dentro da universidade pública é um fato objetivo e que guarda significativa e compreensiva heterogeneidade no constructo e na disseminação das concepções sobre o papel histórico destas instituições.

Acreditarmos que existe confluência de pensamento sobre os objetivos pedagógicos e políticos entre todos os membros da comunidade acadêmica, é não considerar as contradições inerentes aos processos sociais no interior das instituições, problema este que nos impediria uma compreensão mais fidedigna da

realidade material na qual os seus sujeitos sociais estão imersos.

Esses posicionamentos eivados de contradições ou magnetizados por diferentes concepções sobre os rumos da universidade pública naquele período histórico, foram evidenciadas nas mesas de debate que ocorreram no 1º Congresso.

Abaixo, apresentamos um desses posicionamentos, preocupados em estabelecer as “funções do ensino superior”, que nos pareceu bastante significativo e elucidativo da compreensão daqueles que estavam comprometidos com a democratização das relações acadêmicas, a defesa do ensino público, gratuito e laico, da liberdade de pensamento e do firme objetivo em estabelecer um elo indissolúvel do avanço científico e tecnológico com a construção permanente da soberania nacional.

### *Funções do ensino superior*

Coordenador: *Braz José de Araújo*

O ensino superior — destinando-se à formação dos quadros superiores — deve se voltar crescentemente para a qualificação do conjunto dos trabalhadores do país.

O ensino superior deve se preocupar com a formação da consciência social e crítica daquele que deve formar.

O ensino superior deve se voltar crescentemente para as necessidades básicas do povo brasileiro e se constituir em dimensão cultural, científica e tecnológica da independência nacional.

O acesso ao ensino superior deve ser garantido a todos aqueles que a ele se qualificarem.

A qualificação ao ensino superior não pode estar presa às regras rígidas e formalistas atuais, mas garantir a plena liberdade de desenvolvimento cultural e científico para todo cidadão.

O acesso ao ensino superior deve ser garantido para todos, sem distinção de raça, religião, convicções políticas e classe social.

O acesso ao ensino superior deve consolidar o princípio do ensino público e gratuito para todos.

O ensino superior deve garantir a liberdade de criação, produção e difusão do conhecimento.

O ensino superior deve se pautar pela busca constante da qualidade do conhecimento produzido e transmitido.

O ensino superior não pode estar subordinado aos interesses do Estado, ou a quaisquer outros que firam o princípio da autonomia das instituições de ensino superior.

O ensino superior, além de consolidar os princípios democráticos, deve se realizar em instituições democráticas com plena possibilidade de participação de toda a comunidade diretamente ligada ao seu cotidiano.

O ensino superior deve buscar os mecanismos para uma efetiva ligação com todos os setores da comunidade nacional, jamais abrindo mão de sua autonomia.

O conjunto do ensino superior deve refletir as reais necessidades de desenvolvimento econômico, social e político do país, em permanente e ininterrupta busca de democratização em todos os planos.

**Figura 24:** Trecho do livro I Congresso da USP (APÊNDICE 12, p. 12-13)

O conteúdo dessas discussões preocupadas em refletir sobre as “Funções do ensino superior”, então, coordenadas pelo professor Braz José de Araújo, destacado ativista político na luta pela redemocratização, estudioso do movimento operário e da imprensa alternativa brasileira, serão retomadas e analisadas, mais adiante, nas linhas ulteriores e finais desta seção.

Mas é importante, destacamos aqui, o quão denso e vasto o material congressual que reunimos se mostrou ao ser apresentado. Ao longo dessas páginas temos a disposição em realizarmos uma análise mais aprofundada das suas proposições e o significado que as mesmas imprimem e significam para uma melhor compreensão e elucidação da história da educação e o seu entrelaçamento com aquele tenso momento experimentado pela sociedade brasileira.

Mas, temos que reconhecer que existem limitações para tal feito, entre outras coisas, devido a fortuna documental que localizamos, pertinentes a uma quantidade enorme de pessoas envolvidas nas discussões preocupadas com a democratização do ensino público universitário. Nesse sentido, a partir de agora iremos localizar, apresentar e analisar apenas algumas das resoluções tomadas durante a realização do primeiro congresso da USP.

#### **4.1. USP em debate: proposições e ações das entidades rumo à democratização da universidade**

Uma das temáticas de grande importância educacional que foi apresentada e discutida, durante a realização do 1º Congresso da USP, diz respeito aos cursos de licenciatura e de formação docente. Essas discussões foram realizadas sob a coordenação da professora Lygia Moreira Leite, sendo importante lembrar que uma das principais prerrogativas presentes na formação desta instituição diz respeito, exatamente, à formação do professor.

Ao longo dos debates sobre essa importante questão foram levantados uma série de questionamentos que ficaram conhecidos como problemas fundamentais da formação do professor, sendo identificado pelos participantes o reconhecimento das consequências causadas pela Reforma universitária de 1968, então, patrocinada pela ditadura civil-militar que ainda vigorava no país.

Como consequência direta da Lei número 5540/1968, houve uma separação mecânica e sistemática da formação do licenciado e do bacharel no interior das instituições de ensino superior com o objetivo de formar os professores de forma massiva e aligeirada. De forma rápida, crescente e em grande quantidade foram implantados os cursos que ficaram conhecidos como de licenciaturas curtas, de caráter genérico e superficiais, sem lastro nas exigências próprias da formação profunda e qualificada do futuro profissional da educação.

Esses cursos de licenciaturas curtas se devolveram, de forma célere, por todo o país, formando professores de Estudos sociais, em Ciências, em Educação artística, etc., visando uma economia de gastos e a formação de professores do antigo ensino primário e secundário com a pretensão de transformá-lo num mero vulgarizador e disseminador do conhecimento.

Essa temática, guardada as devidas ressalvas e necessárias contextualizações, é de grande atualidade no cenário educacional brasileiro, mereceu uma profunda reflexão e o questionamento por parte dos participantes do primeiro congresso da USP preocupados com uma formação mais qualificativa e permanente do professor do antigo primeiro e segundo grau que deveria lecionar no país.

O grupo de trabalho coordenado pela professora Lygia também aprovou um conjunto de propostas e moções com intuito de colocar na ordem do dia o

questionamento do desmazelo em que se encontrava a educação brasileira naquele período da história, sendo caracterizadas algumas situações e aprovados os seguintes pontos.

— Contra a Lei 5.692, reconhecidamente obsoleta, cujos efeitos nocivos ao ensino e à pesquisa se refletem nas diferentes áreas do saber:

a) contra qualquer projeto que encurte ou simplifique a formação do professor, tanto pela diminuição do número de anos necessários à formação superior, como pela instituição de cursos destinados a formar professor polivalente;

b) contra o afastamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Escola Média, imposto pela política que gerou a Lei 5.692. Pelo ensino da Filosofia no secundário, contra a diluição do estudo de História, Geografia e Ciências Sociais nos atuais cursos de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica. Pela extinção destes;

c) contra o empobrecimento do currículo da Escola de 1.º e 2.º graus, empobrecimento configurado pela impossibilidade do aluno da escola pública ter acesso às línguas estrangeiras;

d) contra as reiteradas tentativas da política oficial do ensino em separar a licenciatura do bacharelado e transformar o professor

— Contra a extrema separação entre a formação científica e pedagógica dos nossos estudantes; por um maior entrosamento da Faculdade de Educação com as unidades que ela serve, e para o qual propomos:

a) que, nas diversas reformulações de currículo em andamento, nas diferentes áreas, se coloque como disciplina o ensino das matérias específicas (por exemplo: o ensino de Geografia, o ensino da Língua Portuguesa, o ensino de História etc.), criando um espaço interno a cada curso para que alunos e professores possam refletir sobre o ensinar e o aprender conteúdos específicos;

b) que o professor de prática de ensino seja deslocado da Faculdade de Educação para a unidade em que se integra o conteúdo que ele ensina;

c) que a Faculdade de Educação estude uma forma de integração com as demais unidades que ela atende e que procure planejar seus cursos em função dos estágios efetivos realizados pelos alunos que os freqüentam;

d) que os professores das diversas práticas de ensino busquem uma forma maior de integração entre a prática dos estágios e as teorias pedagógicas; entre as suas aulas e dos seus colegas de Psicologia da Educação, Estrutura e Didática; e que, juntamente com colegas e alunos dessas disciplinas, estudem uma forma mais produtiva para a realização dos estágios;

e) que a Secretaria de Educação dê condições para a realização de estágios que sirvam ao mesmo tempo à formação do professor e ao atendimento de populações carentes na escola pública.

— Contra o esvaziamento dos cursos de especialização e extensão, pelos quais a Universidade presta serviço à comunidade, especialmente aos professores de 1.º e 2.º graus. Por reais condições para que tais cursos sejam possíveis e para que a Universidade assuma a responsabilidade da formação permanente dos professores dos antigos primário, secundário e colegial.

— Contra a isenção do Reitor da USP nas reuniões do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras). Que o Reitor, após ouvir a comunidade universitária, participe das discussões do CRUB e MEC sobre as formas de integração da Universidade com o 1.º e 2.º graus, levando nossas propostas. Que a comunidade universitária discuta, entre outras, a proposta da Formação Permanente do

Professor, elaborada por um grupo da A.P.L.L. (Associação de Professores de Línguas e Literatura), da qual participaram professores desta Universidade e docentes do 1.º e 2.º graus da rede oficial.

**Figura 25:** Trecho do Livro I Congresso da USP (APÊNDICE 12, p. 2-3).

As leis 5540/1968 e 5692/1971 foram caracterizadas pelos congressistas como obsoletas, nefastas e nocivas aos que se dedicam ao ensino e a pesquisa com efeitos muito ruins nas mais diferentes áreas do saber acadêmico e educacional. Esse grupo de trabalho se colocou contra quaisquer projetos que visassem cortar ou simplificar a formação docente, quer seja pela diminuição do número de anos necessários à formação superior, como também na disseminação indiscriminada de cursos de formação aligeirado e polivalente dos professores.

Houve um posicionamento bem fundamentado em defesa da presença de filosofia na matriz curricular do ensino médio e o lamento crítico contra a diluição do

estudo de História, Geografia e Ciências sociais no interior dos cursos de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), com conteúdo ideológicos e apologéticos em defesa da perpetuação do *status quo* do regime ditatorial.

Também se posicionou energicamente pela extinção desses cursos superiores de curta duração e pela retomada da formação qualificada dos educandos do primeiro e do segundo grau, contra o empobrecimento dos currículos escolares de primeiro e defendendo, inclusive, que os alunos das escolas públicas tivessem acesso às línguas estrangeiras, ao conhecimento humanístico, às artes, cultura e o desenvolvimento de atividades esportivas de forma ampla e qualificada.

Se produziu uma sinalização inequívoca contra a separação das licenciaturas dos cursos de bacharelados, com intuito de transformar o professor em um mero repetidor de conteúdos apostilados e divulgador do conhecimento científico.

Foi reivindicado que as secretarias de educação municipais e estaduais criassem cursos de formação e qualificação profissional permanentes com apoio das universidades públicas, para que professores tivessem a oportunidade de ampliar seus horizontes teóricos, metodológicos e realizar estágios, se envolver com atividades docentes junto às populações mais carentes e necessitadas da escola pública em nosso país.

Uma das temáticas que foi bastante discutida durante a realização do congresso, com a coordenação de Sônia Maria S. de Oliveira e Amélia Império Hamburger, da Adusp, pela representante da Asusp, Evelyn de Castro e Sá, pelo representante, do DCE-Livre da Universidade de São Paulo, Marcelo Fonseca, diz desrespeito ao papel da creche e dos serviços de extensão oferecidos pela universidade a comunidade acadêmica e circunvizinha da instituição.

Esse grupo de trabalho trouxe uma série de propostas que consideravam fundamentais atendimento da população circunvizinha da Universidade de São Paulo (USP), a preocupação com o aumento de crianças que deveriam ter acesso à creche, entendida como uma parte do seu desenvolvimento, em sintonia com o estabelecimento convivência cultural e educacional condizente com a sua etapa etária.

Esse grupo de trabalho trouxe também a discussão que, em sua atividade de extensão, houvesse oferecimento pela universidade de assistência médica, moradia, creches, escola fundamental, restaurantes, transporte solidário, sistema de



comunicação, lazer e cultura própria do convívio acadêmico e universitário.

Também foi discutido a criação de um subsídio para a alimentação nos campi da universidade, a formação de uma cooperativa para cuidar das problemáticas alimentares, de alojamento dos estudantes e demais membros da comunidade universitária que necessitassem desses bens garantidores da qualidade de vida comunitária.

Durante a realização do 1º Congresso da USP, o interior de uma comissão formada por professores, funcionários e alunos, também foi discutida a necessidade de valorizar e divulgar, no interior da universidade, em forma de livros, a produção acadêmica que se expressava por intermédio de uma vastíssima produção de teses, dissertações, artigos e relatórios de pesquisas, que tinham um papel considerável, intelectual e material, no reconhecimento internacional da excelência acadêmica alcançado pela instituição.

A comissão foi coordenada pelo professor Walter Cunha, com a ativa presença de Alfredo Bosi e Aziz Simão, notórios e reconhecidos intelectuais, participantes ativos e engajados do debate político e cultural que se fazia no país.

A problemática dos currículos e a sua importância para o desenvolvimento das relações do ensino e da aprendizagem foi alvo das discussões realizadas durante o 1º Congresso da USP.

Coordenadas pelo professor Ernst Hamburger, esse eixo temático trouxe uma significativa participação de pessoas que se reuniram no edifício da Ciências Sociais e Filosofia, no dia 17 de setembro de 1980.

Naquela ocasião foram formulados e desenvolvidas as seguintes questões relacionados aos currículos e ensino de graduação:

- 1) estabelecer uma adequada relação dos currículos dos estudantes com o desenvolvimento de suas atividades profissionais ulteriores;
- 2) criar condições para o desenvolvimento efetivo das relações de ensino e aprendizagem, mas, com atenção aos processos formativos e a devida importância aos estágios, com a preocupação de conter a evasão escolar.

Esse grupo de trabalho também se preocupou com as questões relativas à pós-graduação questionando o seu excesso de burocracia e de rigidez presentes nos cursos; trouxe ainda a informação sobre a inexistência de cursos de doutorado em muitas unidades da instituição coisas pela falta de vagas e pouco interesse das

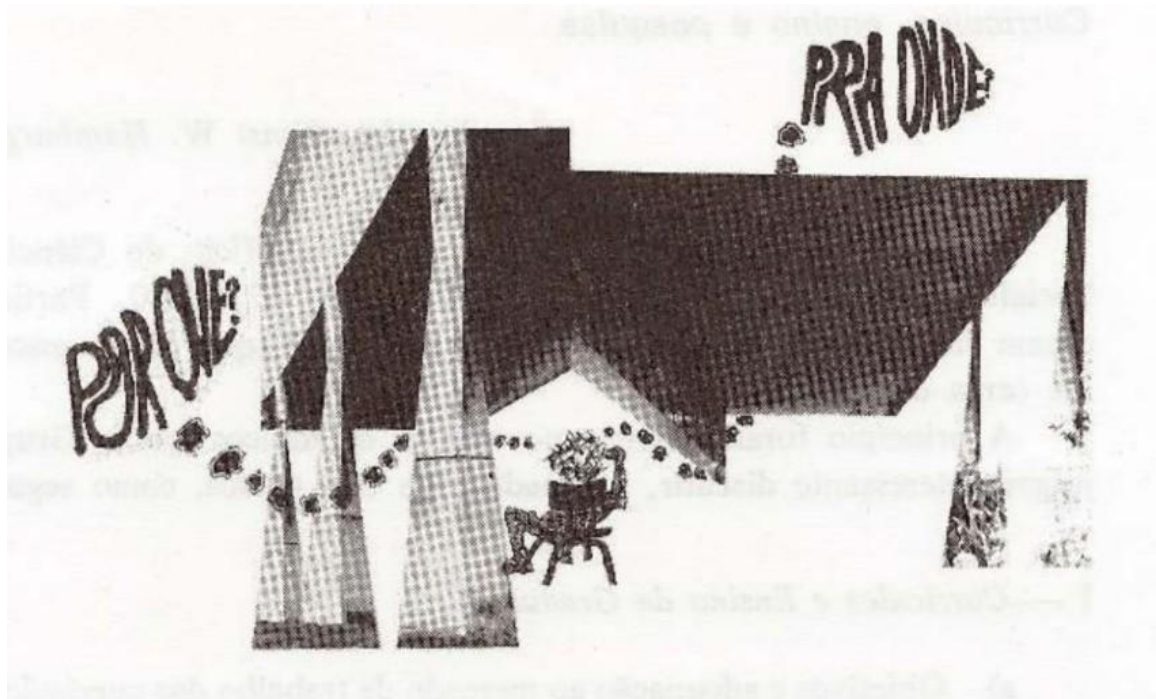
autoridades universitárias pela expansão da pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP).

## II — Pós-Graduação

O excesso de burocracia e de rigidez nos cursos. Os exames gerais de pós-graduação. Problemas ligados à inexistência de cursos de doutorado em algumas unidades. Os problemas na passagem da graduação à pós-graduação, particularmente a falta de vagas na pós-graduação de Ciências Humanas. A pós-graduação e a pesquisa nas áreas artísticas; a inadequação dos critérios e regimentos vigentes nestas áreas.

**Figura 26:** Trecho do Livro I Congresso da USP (APÊNDICE 12, p. 21)

Também foi trazido à tona a problemática do financiamento das pesquisas quase sempre dependentes e financiamentos externos, presos as realizações de convênios e a prestação de serviços às corporações empresariais. Os participantes questionaram: qual a finalidade e a quem servem as pesquisas realizadas?



**Figura 27:** Ilustração no Livro do I Congresso da USP (APÊNDICE 12, p. 22)

Com a participação numerosa e ativa de representantes das associações de funcionários e dos docentes da universidade, o exame dos registros congressuais nos permite inferir que houve uma intensa discussão sobre o regime de trabalho

imperante na instituição, ficando decidido que seria importante que os concursos públicos fossem retomados e realizados por unidades, com a devida adequação dos salários relacionados com as funções exercidas efetivamente pelos docentes e funcionários. Esta questão até os dias atuais permeia as discussões e as lutas da Adusp e foi, no congresso, uma das frentes mais presentes nos debates.

Foi proposto a unificação dos regimes de trabalho, a definição das carreiras e acordado que seria importante que houvesse a denúncia das relações de trabalho sem contratos ou com contratos escusos, além denunciar o trabalho precário e a necessidade de se estabelecer o salário adequado dos profissionais na universidade, sendo muito importante procurar garantir a estabilidade dos professores e funcionários que atuavam na USP.

Esse grupo de trabalho trouxe a proposta de valorizar o serviço público e de que a luta dos funcionários e professores uspeanos se integrassem na luta geral do funcionalismo paulista e da classe trabalhadora brasileira como um todo.

Outro tema relevante discutido durante as atividades congressuais diz respeito à carreira universitária e a extensão do tempo integral aos docentes que desenvolviam o seu trabalho educacional na USP, com a sugestão da criação de uma comissão tripartite com o intuito de estudar o assunto e criar subsídios para que a problemática da carreira universitária fosse adequadamente discutida. Como, também, forneceu elementos e sugestões capazes de serem concretizados elevados à frente numa plataforma de reivindicação dos docentes, com a afirmação da dedicação exclusiva e a determinação contratual de 40 horas semanais de trabalho.

Consideramos que este ponto é de fundamental importância para as defesas corporativistas perpetradas pela Adusp, pois, além de garantir condições de trabalho mais adequadas, propicia a qualificação do trabalho docente sobre a tríade: ensino, pesquisa e extensão. O professor César Minto nos falou um pouco sobre o Regime de Dedicação Exclusiva:

Por que é importante o indivíduo ficar, as pessoas ficarem, os docentes, as docentes, ficarem em regime de tempo integral e dedicação exclusiva? Para que eles possam, como a própria palavra já diz, o nome já diz, para que você possa se dedicar integralmente àquela atividade, sem amarras, eventualmente. [...] Mas é fundamental, a defesa do RDIDP é fundamental para você manter para que o indivíduo pudesse trabalhar de forma livre de amarras,

que o que a gente acredita que ele mais possa produzir, quando o indivíduo trabalha com um tema que é de seu interesse e o faz com condições, com condições de trabalho, de salário, para que ele possa de fato se dedicar a atividade, completamente a atividade. (ENTREVISTA, APÊNDICE 09, p. 17)

Um ponto importante que foi discutido, sob a coordenação do professor Luiz Carlos de Menezes, versando sobre os órgãos colegiados e os estatutos da universidade, partiam do pressuposto que a debilidade da USP, na solução de suas questões internas e nas reivindicações que eram encaminhadas aos seus dirigentes, eram a expressão mais palpável de sua fraqueza no estímulo à participação da comunidade uspeana na política interna. Seria, portanto, necessário remover uma série de obstáculos que se colocavam para avanço da democracia desta instituição, mas, com o reconhecimento de que ela refletia as questões mais gerais, então, imperantes no país.

Na avaliação que realizaram desta questão, seria importante que houvesse um avanço nos processos de democratização e de participação da comunidade acadêmica, principalmente, no interior do Conselho Universitário, superando os estatutos carcomidos e defasados que produziam uma espécie de representação falseada e distante do cotidiano e do papel que a universidade, de fato, representava, não reconhecendo a importância política nos órgãos de representação específicas das categorias acadêmicas, como era o caso da Asusp, Adusp e do DCE-Livre da USP, que deveriam ser reconhecidos e valorizados.

As necessidades inerentes a cada setor, nesta perspectiva, deveriam ser balizadoras de ações mais amplas que envolvessem toda comunidade acadêmica, em um movimento de construção democrática.

Com a coordenação da professora Marilena Chauí, os problemas da burocracia e da ausência de democracia na USP foram trazidos à baila e discutidos, tendo como principal constatação de que havia uma falência das representações acadêmicas existentes e que muitos representantes dos órgãos colegiados exerciam muito mais uma auto representação do que a manifestação da vontade dos colegiados e os conselhos que os haviam eleitos.

Esse grupo de trabalho também caracterizava que os pré-requisitos para que houvesse a afirmação da representação estudantil se traduziam como uma forma de controle e de repressão, tornando ilegítimos os processos de escolha dos representantes discentes. Constatava-se, também, que os funcionários não tinham

presença ativa e reconhecida em nenhum nível das decisões tomadas no interior da universidade e acabavam sucumbindo aos mandos e desmandos da reitoria e das chefias imediatas.

Para os participantes dessas discussões seria importante que fosse quebrado o sigilo que imperava nos órgãos dirigentes, caracterizados como uma arma principal da burocracia para controlar e centralizar as decisões.

A ação da burocracia então existente, pressupunha e trazia como implicação o afastamento entre professores, estudantes e o estabelecimento de uma relação desumanizada e distanciada no que diz respeito às obrigações discentes e docentes.

A utilização da burocracia se mostrava presente no cotidiano e no comportamento dos professores, alunos e funcionários, funcionando por meio de uma espécie de lógica difusa da eficiência, porém, sem se preocupar em definir de qual eficiência se estava falando e quais seriam os propósitos que estavam sendo almejados.

A constatação que chegaram após os debates nesta mesa é a de que não havia neutralidade nos processos burocráticos e coercitivos imperantes na USP, na verdade, a burocracia servia a produção de um determinado tipo de saber que estaria associado a um modelo de sociedade excludente, de controle e de concentração da riqueza material e intelectual produzida socialmente. A suposta neutralidade, na análise dos professores deste grupo de trabalho, era uma escolha política para a validação das próprias ações excludentes e não democráticas, descaracterizando as ações educativas e de formação ligadas aos aspectos mais elementares da relação ensino aprendizagem: da própria sociabilidade do conhecimento.

Outra discussão que foi apresentada durante a realização do 1º Congresso da USP foi a questão da crise financeira e orçamentária, relativa a distribuição das verbas públicas destinadas para o ensino superior.

Para o grupo de trabalho que se dedicou a essa questão, seria necessário lutar pela ampliação das prerrogativas do poder legislativo para que ele pudesse participar de forma objetiva do processo orçamentário do estado, seria também importante lutar por uma emenda constitucional que estabelecesse um percentual de arrecadação tributária do estado a ser destinado ao financiamento das universidades públicas.

Foi proposto ainda a criação de um fundo para o financiamento da pesquisa na USP, com a criação de uma comissão tripartite para elaboração de um orçamento democrático para a universidade com base nas prioridades estabelecidas pela comunidade universitária.

**É claro que há múltiplos aspectos que a intenção de democratização deve abranger; no entanto, a forma mais direta e quase instrumental de buscar o avanço democrático (em qualquer âmbito) é priorizar o aprimoramento da representação da comunidade.**

**No que toca à comunidade universitária há dois obstáculos à atuação democrática: o autoritarismo hierárquico-burocrático interno e as ingerências diretas do poder central.**

**Figura 28:** Trecho do Livro do I Congresso da USP (APÊNDICE 12, p. 28)

Uma temática importante presente nas mesas redondas realizadas durante a realização do 1º Congresso da USP foi o papel da universidade para a construção de uma sociedade livre e democrática. Essa discussão foi coordenada pela professora Marilena Chauí, com os participantes dessa mesa redonda fazendo o levantamento de uma série de obstáculos que dificultavam a democratização da instituição, tais como:

- a) a existência de uma burocracia envelhecida e carcomida e de pesquisas sem vínculo com qualquer compromisso com a sociedade;
- b) a irresponsabilidade administrativa, relacionada a estrutura burocrática, entendida como principal fator da vigência autoritária dos órgãos decisórios da instituição;
- c) a natureza autoritária das relações pedagógicas na graduação e nas relações de orientação e pesquisa na pós-graduação;
- d) o papel desempenhado pela universidade com a cultura da classe dominante, legitimando-a e a justificando;
- e) o reconhecimento que as reformas do ensino, em geral, e da universidade, em particular desvirtuou, as propostas de democratização, anteriores a 1964, não fossem convertidas e se transformassem em práticas de massificação e de alienação social.

Os participantes dessa mesa redonda também concluíram que comunidade uspiana poderia contribuir com as seguintes medidas:

- a) restaurar a dignidade do professor de primeiro e segundo grau, cuja formação na universidade seria responsável, de tal maneira a restabelecer o bom funcionamento do ensino de 1º e de primeiro e segundo graus nas escolas públicas;
- b) lutar pelo aumento da representação e pelo direito à participação, em todos os órgãos colegiados, de professores, estudantes e funcionários eleitos, com base em critérios decididos pela própria comunidade universitária;
- c) fortalecer os poderes paralelos constituído por associações e diretórios livres de estudantes, sobretudo, para alcançar a auto gestão da universidade pela comunidade universitária;
- d) tanto no plano cultural, quanto no plano financeiro, seria importante repensar o modelo pedagógico então existente estimulando o diálogo com os estudantes, seja com saber pela mediação do professor, como, também, por outras possibilidades de afirmação do seu papel institucional;
- e) seria necessário repensar o tipo de cultura que se produzia na USP, seus compromissos sociais e políticos agarrados a classe dominante e ao estado;
- f) não permitir que a universidade se vinculasse a quaisquer partidos políticos, pois, tal o relacionamento freia aquilo que é fundamental na produção do saber, isto é, a valorização das diferenças, dos conflitos de ideias e de posições culturais, estéticas, políticas e sociais;
- g) questionar o porquê das camadas subalternizadas e proletarizadas não entrarem na universidade e se constituem em meros objetos de pesquisa, portanto, localizadas apenas como objetos, como coisa morta e sem voz e;
- h) procurar valorizar o trabalho teórico e suas exigências não se rendendo ao imediatismo e práticas cujo sentido e finalidade já estariam dados de uma vez por todas.

Nos pontos apresentados nesta mesa redonda, destacamos a preocupação com a formação dos professores do 1º e 2º graus. Em nossa análise, é de extrema importância a aproximação dessas duas instituições, visto que o distanciamento

entre a universidade pública e a escola básica, acentua os problemas relativos à própria formação - mais distante da realidade da escola básica - e da prática profissional do professor pós-formação.

Um dos assuntos apresentado e desenvolvido, ao longo dos debates congressuais, com grande afluência de participantes, esteve relacionado com o papel da universidade no estímulo da produção e da disseminação cultural.

Tendo a participação dos professores Flávio Di Giorgi, José Miguel Wisnik, Gianfrancesco Guarnieri e Carlos Estevam Martins, esse grupo de trabalho foi coordenado pelo professor Alfredo Bosi.

Os participantes dessa mesa redonda trouxeram para discussão uma caracterização de que as crises políticas em curso, gestadas pelo golpe de 1964 e aprofundadas em 1968, obrigaram a universidade a pensar a cultura como uma prática cujo exercício mais produtivo se faz principalmente fora do âmbito da instituição, ou seja, se faz no momento em que universidade trabalha para compreender o que se passa fora dela na sociedade e na natureza.

Porém é importante reconhecer que a cultura popular, a cultura operária, a cultura criadora dos artistas, das lutas ecológicas, da vida religiosa e de outras temáticas também fossem alvo da atenção do fazer universitário. A universidade ao tentar compreender o que está acontecendo fora dela, também, seria capaz de criar condições para formar no aluno e no professor um tipo de saber que supera tanto tecnicismo, como a tecnocracia então existentes.

Seria importante superar o tecnicismo contrapondo a ele o saber poético e criativo, enquanto a tecnocracia deveria ser superada por um saber político, essencialmente, democrático.

Esse grupo de trabalho também reconheceu a importância do conhecimento e do estabelecimento de um compromisso dialógico com as classes populares, procurando, em autores como Paulo Freire, exemplos importantes e significativos de que seria possível desenvolver uma prática cultural transformadora e libertadora.

O trabalho de Gianfrancesco Guarnieri também foi merecidamente reconhecido pela sua atuação, crítica e participativa nos desígnios nacionais, pelo menos, desde a década de 1950, assumindo um compromisso e uma luta constante em defesa do socialismo e da liberdade.

Sob a coordenação da professora Marilena Chauí, o tema do ensino público



e gratuito também foi bastante discutido pelos participantes do congresso, sendo que a propositura, então em voga, de transformar a universidade pública numa universidade paga e apta a cobrar taxas dos alunos matriculados foi veemente repelida.

Esse grupo trouxe ainda a discussão de que seria necessário para que a educação se transformasse numa prioridade nos orçamentos públicos, com a União despendendo 20% do seu orçamento, os estados 20% e os municípios 10%, recursos esses que deveriam ser assegurados como exigências constitucionais.

Em mesa redonda coordenada pelo professor André franco Montoro Filho foi também discutido a proposta de reajustes semestrais dos salários e a luta pela valorização social do funcionalismo público, reconhecendo que essa luta se insere dentro de uma luta política geral de democratização do país, pela melhoria na distribuição de renda e na qualidade de vida do povo brasileiro.

Nesse aspecto, as campanhas salariais deveriam se pautar em torno de um eixo político e questionador da ditadura reinante no país.

A compreensão crítica da realidade, ao longo desenvolvimento das atividades congressuais, oportunizou a aprovação de um conjunto de moções durante a realização de sua plenária final. Entre elas podemos citar:

- I) o manifesto em apoio a população de São Paulo (SP) em luta contra o custo de vida;
- II) a defesa da universidade e sua relação com a sociedade;
- III) o questionamento da estrutura universitária então vigente e das problemáticas causadas pela forma como o poder interno então se constituía.

Foram também encaminhadas demandas específicas vinculadas aos cursos de Letras, de pós-graduação, aos estudantes da Faculdade de Medicina, de perseguição as correntes políticas perseguidas, mais, precisamente, ao Grupo Solidariedade e aos militantes que se reuniam em torno do Jornal O trabalho, que haviam tido suas sedes invadidas e os seus materiais políticos apreendidos pelas forças policiais do DOPS.

Nesse sentido, seria importante lutar pela liberdade de organização, manifestação e expressão, pela imediata devolução dos jornais apreendidos, pelo desmantelamento do aparato repressivo e pelo fim do regime ditatorial.

Também foi aprovado o apoio a realização do 32º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) que deveria ser realizado, durante os dias 13 e 14, 15 e 16 de outubro de 1980, na cidade paulista de Piracicaba. Houve, ainda, manifestações de repúdio ao terror, em defesa da liberdade de organização, manifestação e expressão.

Durante a realização da plenária final do 1º Congresso da USP foram rendidas homenagens aos punidos pela ditadura e que atuava na Universidade de São Paulo, dentre eles haviam aqueles que eram considerados desaparecidos políticos, como é o caso de Ana Rosa Kucinski, do Departamento de Química; Heleni Telles Guariba, da Escola de Comunicação e Artes (ECA) e os que haviam tombado no enfrentamento à ditadura, como é o caso da professora Lara Lavelberg, do Departamento de Psicologia, e Vladimir Herzog que atuava na ECA. Na oportunidade, também, houve homenagens aos estudantes que foram afastados da vida universitária, dentre os quais muitos foram mortos pela ditadura civil-militar, outros tantos ainda transformados em desaparecidos, como, por exemplo Alexandre Vanucchi Leme, Wilson Silva, Lauriberto, Isis Dias, Geová, Queiroz e Hirata.

Do ponto de vista, das questões específicas do trabalho docente, foi aprovada uma moção de protesto contra a medida do Senado Federal que rejeitou o projeto de aposentadoria dos integrantes do magistério com 25 anos de serviço e trazidos questionamentos quanto a situação do Hospital dos servidores públicos estaduais, da insalubridade e da segurança do trabalho. No que tange às questões mais gerais, se registrou um posicionamento contundente contra a vigência da famigerada Lei de Segurança Nacional (LSN): “lutamos pela democratização da USP, por que lutamos pela democratização da sociedade brasileira!”

Por fim, foi aprovado o manifesto dos professores, funcionários e alunos da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, no qual eram elencadas as medidas que deveriam ser levadas a cabo pelos responsáveis pelo desenvolvimento da política administrativa e conduzida pelos reitores e demais membros dos órgãos diretivos da universidade:

- I) a realização de eleições livres e diretas dos membros dos órgãos colegiados, independentemente da titulação;
- II) participação dos departamentos na elaboração da proposta orçamentária da unidade e gestão democrática e participativa dessas

verbas;

III) a defesa do acesso ao tempo integral à todos os que desejarem;

IV) defesa de salários dignos aos funcionários e professores;

V) liberdade de ensino e pesquisa, reconhecendo a diversidade de pensamento;

VI) participação proporcional dos três segmentos acadêmicos (professores, funcionários e alunos) nos órgãos colegiados e;

VII) liberdade de organização e expressão.

Como já dissemos, anteriormente, as prerrogativas e proposições elencadas apenas nestas páginas do documento, apresentam o quão era explícita, naquele momento - e ainda parece ser - a necessidade de se posicionar contra toda e qualquer segregação ou elitismo dentro da universidade.

Esta verdadeira carta de intenções sobre as funções do ensino público foi redigida pelo presidente da Adusp à época, professor Braz José de Araújo<sup>33</sup> em uma das mesas de debate.

As funções elencadas apesar de parecerem consenso para uma determinada parcela acadêmica, foram, no próprio congresso, questionadas. Uma dessas teses que apresentaram embates polêmicos, foi a do Ensino Público e Gratuito. Alguns professores que já tinham grande relevância naquele momento fizeram suas considerações a respeito e as divergências e as contradições ficaram evidenciadas.

A professora Guiomar de Mello faz, a esse respeito, uma provocação importante quanto ao que estava sendo chamado de ensino público e gratuito para todos e sobre quem eram esses todos.

---

<sup>33</sup> Homenagem póstuma em reportagem escrita no Jornal da USP por Miguel Glukoski em Janeiro de 2005, traz um pouco da trajetória do professor Braz e as mudanças de concepções ao longo da sua história de vida <https://www.usp.br/jorusp/arquivo/2005/jusp712/pag08.htm>.

Em primeiro lugar, quando se fala em Ensino público e gratuito, é importante perguntar para quem. Para quem o ensino será de graça? Ou seja, quem são as pessoas que não pagarão diretamente no guichê? Porque todos pagamos (só que alguns pagariam diretamente no guichê e outros não), é importante então perguntar para quem é o Ensino público e gratuito?

Conseqüentemente, a questão da Escola pública e gratuita não pode ser desvinculada da questão da democratização da Educação, em todos os seus escalões, em todos seus graus e níveis e em todas as suas formas escolares e institucionalizadas, e até mesmo nas formas não escolares.

Por outro lado, a questão da democratização da Educação, no seu conjunto, passará necessariamente pelo problema da democratização da própria sociedade. Então, me parece muito importante a pergunta: Para quem? A favor de quem se pensa uma Escola pública e gratuita?

**Figura 29:** Trecho do Livro do I Congresso da USP: contribuição ao debate sobre o ensino público (APÊNDICE 12, p. 84)

Para ela, o debate sobre a escola pública é indissociável da democratização, ou seja, não é possível pensá-lo sem uma discussão mais ampla sobre os processos da democratização de forma mais ampla. É interessante destacar, também, que, como no período existia uma enorme exclusão das crianças advindas da classe trabalhadora - conforme ela demonstra no trecho a seguir - quando tratamos da democratização do ensino superior sem fazer essa consideração, é como se já fizessemos uma espécie de seleção prévia, e ao longo da escolarização já fossemos filtrando *quem*, é o *que*, determinados sujeitos tinham o direito de acessar ou não do ponto de vista da escolarização formal.

Conforme apresentamos brevemente neste relatório, sabemos que existe um grande debate teórico e político sobre a quem está destinada uma educação de qualidade, propedêutica, filosófica e aprofundada e outra mais aligeirada com objetivos pragmáticos e técnicos para exercer determinada função no mundo do trabalho. Apesar de este não ser nosso principal ponto de discussão é sempre importante ressaltar que esses *destinos* acabam sendo traçados desde os nascimentos dos sujeitos dependentes em grande medida, no seio de qual classe são gerados e concebidos.

O que a professora Guiomar traz à luz é justamente esse diálogo sobre o que estamos chamando de democratização e a quem ela serve, se não considerarmos

as contradições presentes nos processos de acesso à universidade.

A professora Guiomar Namó de Mello complementa:

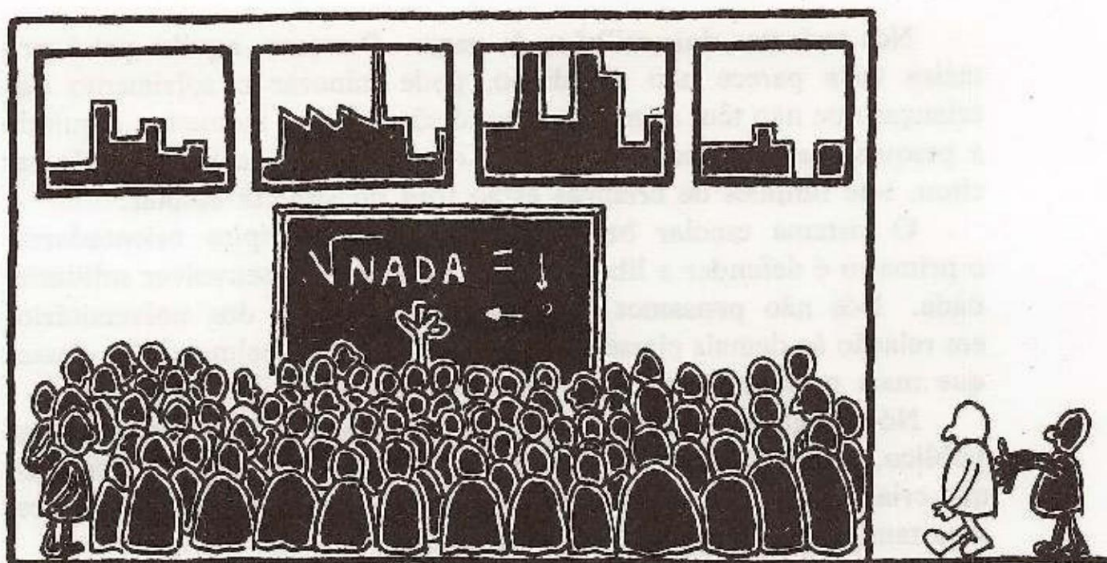
A meu ver, não se pode desvincular a idéia do Ensino pago ou a defesa do Ensino gratuito, tal como elas vêm sendo feitas no âmbito da Universidade, dos problemas básicos e estruturais que se dão ao nível do 1.º grau. Por que é aí que nós vamos descobrir para quem nós queremos a Escola pública e gratuita.

Vejamos: desde 1942, neste país, de cada 1000 crianças que entraram na 1.ª série do 1.º grau apenas 400 são aprovadas para a 2.ª série do 1.º grau! Seiscentas ficam no caminho. Dessas que ingressaram, apenas 20% chegam ao 2.º grau.

Portanto, não dá para se pensar em Ensino público em qualquer nível e, principalmente ao nível da Universidade, sem perguntar *quem* está chegando à Universidade, *como* está chegando à Universidade? Qual é a origem? Qual é o extrato? Qual é a representatividade social dessa população que está chegando à Universidade?

**Figura 29:** Trecho do Livro do I Congresso da USP: contribuição ao debate sobre o ensino público (APÊNDICE 12, p. 84)

Portanto, as funções elencadas na mesa de trabalho correspondente a essa temática, coordenada pelo professor Braz Araújo e reproduzida acima, segundo a professora Guiomar, devem considerar essas nuances.



**Figura 31:** Ilustração no Livro do I Congresso da USP (APÊNDICE 12, p. 94)

Ainda sobre a temática sobre o Ensino público gratuito, o professor José Carlos Melchior apresenta posição divergente da maioria dos membros das mesas conforme reprodução do trecho abaixo.

A outra posição, na qual se insere a questão do Ensino pago, é quando se analisa a criação de novas fontes de recursos. Então, quando se pensa em outras fontes, existe a alternativa de se cobrar o ensino, é uma outra perspectiva de se conseguir recursos.

**Figura 32:** Trecho do Livro do I Congresso da USP: contribuição ao debate sobre o ensino público (APÊNDICE 12, p. 95)

Aqui, podemos verificar que o debate sobre ensino pago ou gratuito tem diversas possibilidades de análise. Este debate nos interessa muito, pois, é ele que baliza toda ação da Adusp desde sua criação até os dias atuais e é nele que está alicerçada a discussão sobre o binômio democratização versus elitização da universidade, tema este também apresentado nas outras seções do presente relatório.

Outro professor que também faz uma análise interessante sobre a problemática da gratuidade do ensino e sobre as defesas feitas por alguns colegas pautadas nas proposições do governo sobre a pretensa necessidade de o ensino ser pago, é o professor André Franco Montoro Filho, acrescentando as interpelações questões políticas ideológicas importantes, ligadas ao próprio cerceamento das liberdades no interior da USP que sabemos estar ligadas tanto a herança autoritária da ditadura, quanto a própria elitização da universidade, elites essas que conduziram e pretendem conduzir, invariavelmente, as instituições mais relevantes na organização social do país.

A única explicação que eu vejo — e que aliás foi sugerida numa mesa-redonda patrocinada pela ADUSP, pelo Prof. Rogério Cerqueira Leite — é que mesmo sendo pequena essa verba, e mesmo sendo a Universidade bastante controlada por grupos contrários, retrógrados, no fundo a Universidade, bem ou mal, tem desempenhado um espírito crítico bastante importante, que não tem agradado às autoridades federais e estaduais.

Por mais que se procure coibir a liberdade de manifestação, sempre têm surgido dentro das Universidades vozes discordantes, de público, e repercussão dessas declarações. Então eu acredito que por trás dessa pseudo-justificativa de justiça social, dos ricos pagarem

pelo seu ensino — argumento falso como espero ter mostrado —, no fundo existe a intenção de calar a Universidade.

**Figura 33:** Trecho do Livro do I Congresso da USP: contribuição ao debate sobre o ensino público (APÊNDICE 12, p. 92)

Sendo assim, nos parece evidente que, mesmo após o período mais agudo de perseguições e do advento da criação da Adusp, os elementos autoritários permanecem. O professor César Minto apresenta esse caráter elitista na entrevista que nos concedeu no ano de 2021:

Eu só ressaltaria a dificuldade que é trabalhar numa universidade extremamente elitista, hierarquizada, muito hierarquizada, você tem uma casta que domina a universidade, de longa data, aliás, desde os primórdios, se você acompanhar um pouquinho. (ENTREVISTA, APÊNDICE 09, p. 12)

Entendemos que mesmo diante de um histórico elitista, a USP tem tido um papel relevante tanto para pesquisa quanto para a formação dos sujeitos que nela adentram e se formam. Houve, de fato, em tempos atuais, um aumento incipiente no oferecimento de vagas por meio da adoção de políticas de cotas destinadas aos alunos originários da escola pública e na ampliação do acesso por parte da classe trabalhadora à essa instituição, desde o período de seu surgimento.

Porém, em 1980, a seletividade era muita alta (ROMANELLI, 1980), com a maioria dos alunos que procuravam vagas no ensino superior público e não encontravam oportunidades efetivas para o seu ingresso, fazendo com que houvesse uma formidável multiplicação de instituições de ensino superior particulares.

Evidentemente, o processo de mercantilização do ensino superior é muito remoto e trouxe consequências muito sentidas no cotidiano e na cultura universitária, no Brasil, no geral, e, na USP, em particular, interferindo, sobremaneira, na liberdade e na autonomia do trabalho docente.

Na crítica de fundo elaborada pelos representante da Adusp, durante a realização do 1º Congresso, a concepção sobre o papel e a importância da USP, no cenário educacional nacional, sempre esteve marcada por um viés retórico e verborrágico, com uma nítida tendência de apontar sua supremacia e inequívoca

liderança na formação da elite política, cultural e intelectual do país.

Nesse ambiente de vigência de uma pretensa cultura superior, a perspectiva de democratização e de ampliação social defendida pela Adusp, conforme os excertos documentais retro apresentados (conferir, especialmente, o conteúdo do trecho acima reproduzido do livro do 1º Congresso), haveria de encontrar grandes dificuldades.

Ao caminhar nesse terreno árido, durante a realização dos debates congressuais, os professores aduspeanos, procuram argumentar que a exaltação do papel de proa alcançado pela universidade, não seria incompatível com a busca de formar quadros cada vez mais próximos e entranhados com a realidade social do país.

Para situar as pessoas interessadas no significado mais profundo dessa questão, naquela quadra da história, basta lembrar que, a Adusp procurou materializar em seus argumentos que o princípio indissociável da articulação entre o ensino, a pesquisa e o trabalho com a extensão universitária uspeana pudessem conduzir, em consonância com defesa da democratização da instituição, sua intervenção nos debates congressuais.

A recuperação histórica deste momento congressual se mostra significativa na medida em que, entre outras coisas, muitas de suas características se mostram atuais e constitutivas tanto da intervenção dos professores da USP, quanto da compreensão da realidade educacional brasileira contemporânea.



## Conclusão

A história da Adusp, entre os anos de 1976 e 1980, esteve pautada em uma incessante luta pela democratização da universidade, e, também pela defesa intransigente dos direitos dos seus associados, articulados com as questões mais gerais em curso na sociedade brasileira. A criação da Adusp e os primeiros anos de sua existência, se deram no momento em que o Estado brasileiro apostou numa política de incentivo para que se pudesse realizar uma intensa e acelerada privatização da educação superior do país, privilegiando os grupos que já estavam no poder econômico, político e social.

Além disso, a perseguição perpetrada pela Ditadura civil-militar e as urdiduras sofridas pela sociedade brasileira e, no nosso caso, pelos professores da USP, foram bastante discutidas e geraram debates e embates muito importantes no interior da universidade. Essas discussões realizadas pela entidade tornou-se notória por meio da publicação, do então chamado, *O livro negro da USP* ou *O controle Ideológico na Universidade* (1978), pelo qual era denunciada, de forma firme e corajosa, as arbitrariedades e as perseguições impostas aos funcionários, professores e alunos e que, também, arguíam sobre as propostas ditatoriais que favoreciam o avanço das ideologias golpistas vinculadas ao imperialismo norte-americano.

Na análise concretizada pelos dirigentes da Adusp, as formas pelas quais o regime ditatorial agiu, trouxe a depreciação da qualidade do ensino por meio dos acordos firmados com os Estados Unidos da América (EUA) empobrecendo, sobremaneira, a universidade pública e subtraindo-lhe a perspectiva de tê-la como um elo essencial da soberania nacional.

Para que houvesse a passagem do período da ditadura civil-militar e se chegasse ao estabelecimento e o desenvolvimento da democracia no Brasil, foi necessário reconhecer a existência de um interregno de transição que contou com a presença de organizações da sociedade civil e que foram interlocutoras das propostas de democratização política e social.

Podemos citar uma série de acontecimentos daqueles dias que contaram com a participação da Adusp. A campanha pela anistia e pela libertação dos presos políticos; o restabelecimento das eleições, livres e gerais para os poderes executivos e legislativos; a convocação de uma assembleia nacional constituinte,

livre e soberana, com o objetivo de pôr abaixo o Estado ditatorial então vigente para o restabelecimento do processo democrático nacional; e outros fatos ocorridos no período, tiveram a participação ativa da associação.

Diante do engajamento na luta por essas transformações, a Universidade de São Paulo não poderia continuar reservada apenas às elites nacionais. Seria imperativo se organizar e lutar pela sua democratização, ampliando o acesso, horizontalizando ao máximo suas relações internas, intensificando o convívio com a comunidade e constituindo o permanente compromisso com as questões sociais.

À luz do pensamento crítico educacional, podemos constatar que as lutas políticas e sociais existentes em uma sociedade altamente excludente e desigual, como a brasileira, não foi capaz de garantir uma democratização do ensino superior nem no que diz respeito ao ingresso e nem em relação à permanência, ainda que reconheçamos que os esforços da Adusp geraram amplas e importantes discussões sobre os rumos da universidade e a necessidade de garantir a ampliação da democratização do ensino superior no país.

A trajetória dos professores que se envolveram e participaram da Adusp, no período estudado, demonstram a compreensão de que suas atividades no interior da universidade tinham um forte componente político, o que ficou evidenciado nos questionamentos sobre as concepções autoritárias vigentes no interior da instituição. Outro questionamento importante, realizado pelos docentes, era sobre a colaboração da USP, por meio de alguns membros e dirigentes, com o regime ditatorial vigente. A ampliação e a consolidação das relações com os demais segmentos da comunidade acadêmica, corroborou com o fortalecimento das entidades na busca pelas respostas desses questionamentos. Ao estreitar os laços de solidariedade com a comunidade e com os estudantes brasileiros e, ao lutar por mais vagas no ensino superior, foi possível resgatar o reconhecimento da importância da universidade na conquista da soberania nacional.

Pelos inúmeros artefatos documentais que localizamos e analisamos, os posicionamentos dos representantes da entidade associativista uspeana, procuravam indagar sobre os aspectos fundamentais da formação intelectual e profissional dos estudantes, articulados com a importância da ciência, da tecnologia e da produção do conhecimento acadêmico. Apresentavam, ainda, a necessidade de que essa formação fosse imbuída de princípios humanistas e democráticos, defendendo que as discussões de natureza política e filosófica, não fossem

relegadas para um plano secundário em nenhuma das modalidades de ensino oferecidas pela universidade.

Ocorre que existe um reconhecimento de que a produção do conhecimento é algo fundamental para reafirmar a relevância do papel da universidade e da consolidação de sua importância na sociedade. Mas, conforme defendido pela Adusp, essa premissa deveria estar baseada na problematização da realidade mais candente do país.

Karl Marx (1978) já havia observado que as ideologias se produzem e se desenvolvem no seio das classes sociais e não no âmbito dos indivíduos, mas são as pessoas que as desenvolvem e lhes imprimem formas teóricas, doutrinárias e de um pensamento organizado e coerente, que são próprios dos representantes políticos de uma classe ou de suas frações sociais.

Desta forma, a Adusp, como uma fração social organizada por meio de uma associação, representou interesses provenientes tanto da categoria docente como dos discentes e funcionários, na medida em que reconheceu a importância da democratização do ensino superior em todas as suas dimensões, como ficou evidenciado ao longo do presente relatório.

Desta forma, em cada seção, chegamos a algumas conclusões que nos permitiu ampliar o conhecimento e o reconhecimento sobre a participação da Adusp nos fóruns de debates sobre a universidade pública brasileira naquele período.

Na primeira seção apresentamos a introdução e os percursos teóricos-metodológicos traçados ao longo do relatório.

Na segunda, denominada o *Contexto histórico e social do surgimento da Adusp*, fizemos uma descrição das características do período que se inter relacionam com os aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais, situando o ambiente no qual atuam nossos sujeitos históricos. Concluímos que, o contexto no qual ocorre o nascimento da entidade, encontrava-se em plena efervescência política e social visto que as agruras promovidas pela ditadura civil militar estavam em recrudescimento mas ainda se faziam presentes e latentes na memória, no nosso caso específico, dos docentes da USP. Consideramos que, a própria criação da Adusp em um contexto tão adverso, foi uma ação muito importante na defesa dos interesses corporativos e democráticos.

A terceira seção, intitulada *Adusp: atuação em prol da democracia e da valorização da educação pública*, nos trouxe a compreensão de que a entidade

realizou extensos debates sobre a importância da universidade pública no contexto nacional e corroborou com lutas muito importantes ligadas às condições de trabalho e salário dos professores, buscando a interlocução com os secretários e governantes à época, promovendo um debate público sobre essa realidade por meio de jornais de grande circulação e levantando a bandeira de que, as condições de trabalho e o ensino de qualidade, estão intrinsecamente ligados. No limite, professores bem remunerados costumam se dedicar exclusivamente ao fazer docente em todas as áreas para as quais são destinados: docência, pesquisa e extensão.

A quarta seção intitulada *Para onde vai a USP? – I Congresso da USP (1980) – da elitização da universidade à luta pela democratização do ensino superior público e gratuito brasileiro*, traz as considerações sobre o primeiro e importante Congresso da USP ocorrido em meados de 1980.

A análise do I Congresso nos levou a concluir que sua realização – e o esforço empreendido pela Adusp para que ele ocorresse e fosse frutífero – foi uma das principais ações da entidade, visto que promoveu a aglutinação dos três órgãos mais representativos no interior da USP: Adusp, Asusp e DCE–Livre. As discussões que ocorreram no congresso e as resoluções decorrentes dos amplos debates realizados, também foram um importante movimento na busca pela democratização da universidade. Os temas presentes nas mesas adentravam à necessidade social e histórica sobre os rumos da universidade, a quais interesses e a quem de fato ela servia e quais seriam os passos que deveriam ser dados para que atendesse e fosse acessível a um maior número de pessoas.

Os representantes dos professores da USP presentes no 1º Congresso produziram uma fortuna documental que se mostrou reveladora de um projeto de ampliação do acesso à universidade, articulado com a busca de contribuir com a construção de uma sociedade nova, democrática e comprometida com a transformação do meio social.

A análise documental desta intervenção denota que uma série de preocupações educacionais foram empreendidas com o intuito de questionar o papel social da universidade pública e de que, nomeadamente, a USP não poderia ficar aprisionada a mera reprodução dos interesses pragmáticos, burocráticos e estatais, comerciais e industriais da burguesia cada vez mais internacionalizada que atuava no país.

Os registros do 1º Congresso demonstram a compreensão da importância que os representantes aduspeanos deram à sua realização e nos permite uma avaliação de que, juntamente com amplos setores da sociedade brasileira, a universidade havia sido duramente atacada e vitimada pelo regime ditatorial que havia se apossado das instituições do Estado em 1964 no Brasil.

As reformas universitárias e educacionais impostas pelas leis 5.540/1968 e 5.692/1971, sem quaisquer consultas ou disposição de diálogo com os estudantes, funcionários, professores e demais representantes das comunidades estudantis, acadêmicas e profissionais, haviam trazidos resultados desastrosos para todos aqueles que haviam projetado a importância do papel da educação na formação humana e da universidade pública no cenário nacional.

Concluimos que o esforço pela realização e a própria concretização do 1º Congresso da USP contribuiu para a avançar no movimento docente, no plano de sua organização, na discussão e na valorização das concepções democráticas para os rumos do ensino superior público brasileiro.

A importância histórica dos posicionamentos e das ações da Adusp, pela ampliação de vagas e manutenção do acesso dos estudantes à universidade pública, reivindicado o aumento dos gastos governamentais, disponibilidade de recursos materiais, equipamentos, capacitação tecnológica, insumos de pesquisa e a contratação de professores haveria de continuar em pauta e ser colocada na ordem do dia, pouco tempo depois, pela professora Marilena Chauí (1984), quando proclamou publicamente: “Fora com a universidade elitista e de classe! Universidade Crítica. Livre, aberta!”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena M. **Estado e oposição no Brasil 1964-1984**. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1989.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1982. (Coleção teoria e prática sociais) 2º ed. (1988).

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/>

ASCOLANI, Adrián Alberto; GINDIN, Julián. **Sindicalismo docente en Argentina y Brasil: procesos históricos del siglo XX** / Adrián Alberto Ascolani; Julián Gindin. - 1a ed. - Rosario: Laborde Libros Editor, 2018.

BATANHA, C. H. M. Relançando o debate sobre mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedade mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, nº 4, p. 12–22, ago./dez., 2010.

BAUER, Carlos. **Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros**. Volume II. A hegemonia vermelha . São Paulo: Edições Pulsar, 1995.

BAUER, Carlos. **Reflexões sobre o tempo e a história, a memória e a utopia na escola**. Jundiaí: Paco Editorial: 2011

BAUER, Carlos; LANÇA, Héliida. **O associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores da educação como objeto dos estudos históricos educacionais**. In BAUER, Carlos; et.al. (Orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil: com escritos sobre Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal**. Jundiaí, Paco Editorial: 2019. Vol. 4.

BAUER, Carlos. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo: elementos de história e questionamentos políticos**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

BAUER; Carlos; et. Al. **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil: Com escritos sobre Argentina, Colômbia, Inglaterra, Japão e Peru (volume 3)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio Hideo; PAULISTA, Maria Inês. **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tom Bottomore, editor; Laurence Harris, V.G. Kiernan, Ralph Miliband, coeditores; [tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica, Antônio Monteiro Guimarães]. – 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28° ed., 1993.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: Objeto ou fonte da história. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN** - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Fora com a universidade elitista e de classe! Universidade Crítica. Livre, aberta!** Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 3, 22 janeiro 1984.

CRUZ, H.; PEIXOTO, M. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História: São Paulo, no 35, p. 1- 411, dez 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã – o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. – 3.ed. [revista]. – São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. A organização do campo educacional: as Conferências de Educação – **Educação e Sociedade**, ano III, nº 9. Campinas/SP, Cedes/Cortez/Editores associados, maio 1981.

DAL ROSSO, Sadi. **Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação**. In DAL ROSSO, Sadi (Org.) Associativismo e sindicalismo em educação – Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, [p. 17-27]. Biblioteca “Sindicalismo em Educação”, Volume 1.

DINIZ, Cássio Hideo. **Da invisibilidade à conquista do espaço social: história concisa das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação da**

**Universidade de São Paulo (1978-1988).** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Nove de Julho - Uninove. 2017. <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1660/2/Cassio%20Hideo%20Diniz%20Hiro.pdf>

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado - ação política, poder golpe de classe.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DURHAM, Eunice. **O Livro Negro da USP – O Controle Ideológico na Universidade.** Adusp, 1978.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp/FDE, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA Jr., Amarílio. A influência do marxismo na pesquisa em educação brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 49, p. 35–44, março de 2013.

FERREIRA Jr., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX.** São Carlos: EduUFSCar, 2010. (Coleção UAB-UFSCar).

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **O associativismo e o sindicalismo de trabalhadores em educação na voz dos seus protagonistas – reflexões desde a ótica de uma pesquisadora.** In BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; DINIZ, Cássio (Orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil.** Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da educação no Brasil (1926–1996).** São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira: v. 3).

GABRIEL, André Luís. **Teatro e Educação em tempos sombrios: o caráter político-pedagógico do Grupo Teatro União e Olho-Vivo.** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho - Uninove. 2013.

GHANEM, E. G. G. **Educação Escolar democracia no Brasil.** Belo Horizonte;



Ação Educativa, 2004.

GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi. **Apresentação: questões sobre teoria, história e movimentos.** In Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos. Brasília: Paralelo 15, 2013. Biblioteca: Sindicalismo em Educação, volume 2.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo, Editora Ática, 1987.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

MACHADO, Diego Paladini. **Implicações dos acordos MEC/USAID na práxis pedagógica dos professores de Educação Física do ensino superior (1966 a 1975).** Dissertação de mestrado – Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Educação, São Paulo, 2011.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MENDES, Maíra Tavares. **Acesso à universidade: dualismo, mérito e democratização em questão,** Tese de Doutorado apresentada à faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). 2016

MOURA, Mariluce; PIERRO, Bruno de. Ernst Hamburger: um corajoso cidadão paulistano. **Pesquisa FAPESP**, edição 215, janeiro de 2014. disponível em [https://revistapesquisa.fapesp.br/ernst-hamburger-um-corajoso-cidadao-paulistan o/](https://revistapesquisa.fapesp.br/ernst-hamburger-um-corajoso-cidadao-paulistan-o/)

PAIVA, Luís Roberto Beserra. **Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina - história e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010).** Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho -

Uninove, 2016.

PAULA, Ricardo Pires de. **El asociacionismo docente brasileño durante el interregno democrático (1945-1964)**. In ASCOLANI, Adrián Alberto; GINDIN, Julián. Sindicalismo docente en Argentina y Brasil: procesos históricos del siglo XX / Adrián Alberto Ascolani; Julián Gindin. - 1a ed. Rosario: Laborde Libros Editor, 2018.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira. **Educação popular: uma experiência no cenários dos anos 90**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1999.

REIS, Maria Elisa Pereira. Elites agrárias, state-building e autoritarismo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 25, nº3, 1982, pp. 331-348.

RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO DA USP. Disponível em <https://www.adusp.org.br/>

ROBERT, André. **Os sindicatos de professores e a pesquisa em educação: sobre alguns deslizes metodológicos**. In: GINDIN, Julián; VIEIRA, Márcia Ondina; DAL ROSSO, Sadi (orgs.). Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos. Brasília: Paralelo 15, 2013. [p. 13-28].

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 10ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. – 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 168 p. – (História &... Reflexões, 10).

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. – 9º ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. – (Coleção educação contemporânea)

SAVIANI, Dermeval. **História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário**. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, de 27 a

29 de agosto de 2008. In: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/saviani-histc3b3ria-da-histc3b3ria-da-educac3a7c3a3o-no-brasil-um-balanc3a7o-prc3a9vio-e-necessc3a1rio.pdf>

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007 – 23. ed. rev. e atual.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **(Des)Ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROTSKY, Leon. **A arte da insurreição / Leon Trotsky**; organização de textos e apresentação de Carlos Bauer. São Paulo: Edições Pulsar, 2000. (Coleção filósofos rebeldes e profanos)

## **Sites e portais consultados**

Portal do HistedBr <http://www.histedbr.fae.unica mp.br>

Portal Our World Data <https://ourworldindata.org/coronavirus-data>

Portal do Sinpeem <https://www.sinpeem.com.br>

Portal Globo <https://oglobo.globo.com>

Portal Rede Aste <http://www.ceied.ulusofona.pt/pt/investigacao/rede-aste/>

Portal Fundação Getúlio Vargas CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>

Portal Adusp <https://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historicoadus>

Portal Folha de São Paulo <https://acervo.folha.com.br/>

Portal O Estado de São Paulo <https://acervo.estadão.com.br>

Trecho da reportagem intitulada A prova mais difícil: o custo das faculdades de 31 de janeiro de 1982.

Portal BBC <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54472967>

Portal do Arquivo Público do Estado de São Paulo [www.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.arquivoestado.sp.gov.br)

Portal da Fundação FioCruz <http://www.fiocruz.br/brasiliansa>

Jornal da USP <https://jornal.usp.br/?p=21552> Livro traz depoimentos de professores que viveram o período mais sombrio dos anos de chumbo na Universidade 13/12/2018. Chaves do exílio e portas da esperança Ditadura, aposentadoria compulsória e exílio levaram Florestan ao engajamento político, diz professora da USP 17/07/2020.

Portal da USP <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-11092018-100135/publico/LisdeFreitasCoutinho.pdf>.

## Lista de Músicas

BELCHIOR, Antônio C. G. **A Palo Seco**. Disponível em:  
<https://www.lettras.mus.br/belchior/444448/>. Acesso em: 05 de abril de 2022.

VANDRÉ, Geraldo. **Aroeira**. Disponível em:  
<https://www.lettras.mus.br/geraldo-vandre/83305>. Acesso em: 05 de abril de 2022.

VELOSO, Caetano. **Podres Poderes**. Disponível em:  
<https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44764/>. Acesso em: 05 de abril de 2022.

SAMPAIO, Sérgio. **Eu quero é botar meu bloco na rua**. Disponível em:  
<https://www.lettras.mus.br/sergio-sampaio/236958/#album:eu-quero-e-botar-meu-bloco-na-rua-2002>. Acesso em: 05 de abril de 2022.

**Universidade Nove de Julho - UNINOVE**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE**

# **ANEXOS**

**Universidade Nove de Julho - UNINOVE**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE**

**ANEXO 01 - Estatuto da ADUSP aprovado em 26 de março de 2008 em Assembléia Ordinária da referida instituição.**

Disponível em <https://www.adusp.org.br/files/Estatuto/estatuto.pdf>

Estatuto Social da ADUSP-S.Sind. - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – Seção Sindical do Andes-SN (CNPJ 51.688.943/0001-90)

**Capítulo I - Dos fins, sede e duração**

**Artigo 1º**

A ADUSP-S.Sind. - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes SN, doravante denominada Adusp-S.Sind., fundada em 1956, com o nome de Associação dos Auxiliares de Ensino da Universidade de São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Professor Luciano Gualberto nº 374, travessa J, Cidade Universitária, São Paulo-SP, CEP: 05508-900, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada, transformou-se por ato constitutivo definido a partir de seu congresso de Sindicalização, de 24 e 25 de agosto de 1990, de sua Assembléia Geral permanente aberta a 19 de setembro de 1990 e de seu Plebiscito de 23, 24 e 25 de outubro de 1990, em Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, e representa para fins do inciso III, artigo 8º da Constituição Federal os docentes vinculados à Universidade de São Paulo.

§ 1º – A Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN integra o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes-SN, e nos termos deste Estatuto, fica garantida a autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes SN.

§ 2º - A Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN poderá desligar-se do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior - Andes-SN, respeitados os termos deste Estatuto e suas normas internas.

§ 3º - A Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN tem sua sede, administração e foro na cidade e comarca de São Paulo, conforme especificado no caput deste

**Artigo 2º**

A Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes SN, órgão representativo da categoria no

âmbito da Universidade de São Paulo, constitui-se apenas de docentes desta Universidade.

§ 1º - Docentes, para efeito deste Estatuto são os que exercem cargos, funções, ou atividades de ensino ou pesquisa nas unidades da Universidade de São Paulo.

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se também aos docentes aposentados ou em disponibilidade.

### **Artigo 3º**

A Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes SN tem por finalidade precípua a união da categoria, a defesa dos seus direitos e interesses e a assistência aos associados.

### **Artigo 4º**

No cumprimento das finalidades definidas no artigo 3º deste Estatuto, cabe à Adusp-S.Sind.- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN: 1. contribuir para o desenvolvimento cultural, artístico, científico e tecnológico, visando a construção da justiça social e econômica no Brasil; 2. pleitear, sugerir ou solicitar junto aos poderes competentes medidas que prestigiem a categoria, valorizando o trabalho acadêmico; 3. manifestar-se sobre atos que digam respeito às atividades funcionais de seus associados; 4. manifestar-se sobre todo e qualquer assunto de interesse nacional ou regional; 5. representar e defender, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais da categoria, ou os interesses individuais dos seus associados, podendo atuar como substituto processual, inclusive para as atribuições previstas no inciso LXX do artigo 5º e inciso III do artigo 8º, ambos da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo único – A Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN poderá prestar assessoria ao cônjuge ou companheiro de associado falecido em questões administrativas e jurídicas correspondentes às atividades do associado falecido como docente da USP.

## **Capítulo II - Dos associados, seus direitos e deveres**

### **Artigo 5º**

O número de associados é ilimitado.

### **Artigo 6º**

São associados da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN os docentes da USP que junto a ela requeiram sua inscrição, ativos ou aposentados.

### **Artigo 7º**

Os associados contribuirão com uma mensalidade fixada pelo Conselho de

Representantes, considerando-se associado quite o que estiver em dia com as mensalidades.

#### **Artigo 8º**

São direitos dos associados: 1. discutir e votar na Assembléia Geral; 2. ser votado para os cargos eletivos da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, respeitados os dispositivos deste Estatuto e Regimento Geral da Adusp; 3. requerer, com o mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados, a convocação da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes, expondo os motivos da convocação; 4. apresentar ao Conselho de Representantes, por intermédio de qualquer conselheiro, propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza, que demandem providências daquele órgão deliberativo; 5. recorrer das decisões do Conselho de Representantes ou da Diretoria à primeira Assembléia Geral subsequente a essas decisões; 6. requerer com o mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados da Unidade a qual pertence, a convocação de Assembléia da Unidade (Setorial), para decidir sobre revogação do mandato do representante da Unidade no Conselho da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 7. participar de todas as atividades da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 8. recorrer, nos termos do Regimento Geral da Adusp, à Assembléia Geral, da decisão de exclusão do quadro associativo da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN.

#### **Artigo 9º**

São deveres dos associados: 1. observar o presente Estatuto e Regimento Geral da Adusp e os princípios da ética profissional; 2. pagar pontualmente as mensalidades; 3. cumprir as incumbências que lhes forem outorgadas, com a sua anuência, pela Diretoria, pelo Conselho de Representantes ou pela Assembléia Geral.

#### **Artigo 10º**

São passíveis de penalidades aplicadas pela Diretoria, ouvido o Conselho de Representantes, os associados que desrespeitarem os preceitos deste Estatuto e Regimento Geral da Adusp, com procedimento que lhe assegure amplo direito de defesa.

§ 1º - As penalidades a que se refere este artigo são as seguintes: 1. advertência; 2. suspensão; 3. exclusão.

§ 2º – A pena de exclusão somente é aplicável por deliberação de Assembléia Geral, ouvido o Conselho de representantes.

§ 3º – Os associados que sofrerem penalidades poderão recorrer de sua aplicação ao Conselho de Representantes e, sucessivamente, à Assembléia Geral.

§ 4º – O prazo para apresentação do recurso é de 15 dias a partir da data de ciência da penalidade pelo associado.



### **Artigo 11**

Serão excluídos do quadro social da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN: 1. os associados que solicitarem por escrito a sua demissão; 2. os associados que se atrasarem com 2 (duas) ou mais mensalidades, sem justificativa, a critério do Conselho de Representantes; 3. os associados que deixarem de ser docentes da Universidade de São Paulo, nos termos deste Estatuto; 4. os associados que forem excluídos na forma do artigo 10 deste Estatuto.

### **Artigo 12º**

O associado que se afastar da função de docente na Universidade de São Paulo, em caráter temporário, não poderá votar nem ser votado durante o período que durar o afastamento. Parágrafo único - Se este associado estiver exercendo cargo eletivo na Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN será substituída de acordo com este Estatuto e o Regimento Geral da Adusp durante o tempo que durar o seu impedimento.

## **Capítulo III - Da administração**

### **Artigo 13º**

São órgãos deliberativos da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo Seção Sindical do Andes-SN, em ordem hierárquica:

1. Assembléia Geral; 2. Conselho de Representantes; 3. Diretoria.

## **Capítulo IV - Da Assembléia Geral**

### **Artigo 14º**

A Assembléia Geral é o órgão soberano da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, dentro da lei e deste Estatuto.

### **Artigo 15º**

Compete à Assembléia Geral discutir e deliberar sobre os assuntos expressos no edital de convocação, inclusive a destituição de mandato de membro dos órgãos deliberativos

§1º - A Assembléia Geral pode incluir ou excluir assuntos na pauta que consta do referido edital, por decisão da maioria dos presentes.

§2º- Excetua-se neste artigo o disposto no item 5 do artigo 8º deste Estatuto, que, entretanto, será discutido somente após vencida a pauta do edital de convocação.

### **Artigo 16º**

A Assembléia Geral reunir-se-á: ordinariamente, em abril de cada ano, por convocação do Presidente da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN para deliberar sobre a

aprovação dos relatórios do Conselho de Representantes e da Diretoria; b. extraordinariamente, quando convocada: 1. pelo Conselho de Representantes 2. pela Diretoria; 3. pelo mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados no gozo de seus direitos previsto neste Estatuto, com a declaração escrita dos motivos de sua convocação. Parágrafo único- A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, somente poderá ser instalada, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, metade mais um dos associados. Verificado o não comparecimento do número de sócios previstos, à hora marcada, a Assembléia poderá reunir-se e deliberar com qualquer número, quinze minutos depois, independentemente de nova convocação.

### **Artigo 17º**

A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Presidente por edital publicado no informativo da Adusp- S.Sind – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo- Seção Sindical do Andes SN, ou em meios de divulgação de grande circulação em toda a Universidade de São Paulo.

§ 1º - A data de realização da Assembléia Geral convocada nos termos do item 3 da alínea “b” do artigo 16 deverá ser fixada no Edital de Convocação e não poderá ser inferior a 10 (dez) dias nem superior a 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento pelo Presidente, do requerimento da Convocação.

§ 2º - Nos casos em que a Assembléia Geral for requerida em caráter de urgência por número não inferior a 1/5 (um quinto) dos associados, ou pelo menos por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Representantes, a data de sua realização poderá ser, quando solicitada, antecipada para 3 (três) dias no mínimo e 5 (cinco) no máximo a partir da data de recebimento pelo Presidente da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN do requerimento de convocação, onde constará explicitamente a justificativa da aplicação deste parágrafo.

### **Artigo 18º**

O funcionamento e os trabalhos da Assembléia Geral serão regulados por um regimento elaborado pelo Conselho de Representantes e aprovado pela Assembléia Geral.

## **Capítulo V - Do Conselho de Representantes**

### **Artigo 19º**

O Conselho de Representantes, órgão deliberativo da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, é constituído por, no mínimo, representantes de 5 Unidades da Universidade de São Paulo, sendo que cada Unidade tem um representante eleito, com seu suplente, em votação secreta pelos associados pertencentes à mesma Unidade.

Parágrafo único - A eleição a que se refere este artigo será regulamentada pelo Conselho de Representantes, "ad referendum" da Assembléia Geral.

### **Artigo 20°**

Anualmente, o representante dos associados de cada Unidade da USP que completar dois anos de mandato será substituído na forma do artigo 19 deste Estatuto.

### **Artigo 21°**

Os representantes serão substituídos em todos os seus impedimentos, temporários ou permanentes, pelo respectivo suplente.

§ 1° - Nos casos em que o suplente assumir a representação em caráter permanente, será eleito novo suplente, que exercerá a função até o término do mandato original.

§ 2° - O representante poderá ser destituído de suas funções por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes em Assembléia Geral dos associados da Unidade em questão, Assembléia está especialmente convocada para este fim, pela Diretoria da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, mediante solicitação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados da referida Unidade e para a realização desta exige-se o quorum mínimo de metade dos associados.

### **Artigo 22°**

O Conselho de Representantes reunir-se-á ordinariamente de dois em dois meses, mediante convocação por e-mail e carta expedido pela Diretoria, e extraordinariamente sempre que convocado da mesma forma: a. por 1/3 (um terço) ou mais de seus membros; b. pelo presidente da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN. Parágrafo único- As reuniões do Conselho de representantes, Ordinária ou Extraordinária, somente poderá ser instalada, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, metade mais um dos representantes. Verificado o não comparecimento do número previsto, à hora marcada, poderá reunir-se e deliberar com qualquer número, quinze minutos depois, independentemente de nova convocação.

Parágrafo único – As reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os associados, sem direito a voto.

### **Artigo 23°**

O Representante que deixar de comparecer a 4 (quatro) reuniões consecutivas, sem justificativa, poderá perder seu mandato, a critério do Conselho de Representantes.

### **Artigo 24°**

Ao Conselho de Representantes compete: 1. deliberar sobre contas, orçamentos e relatórios, aprovando-os com a respectiva justificação. Essas deliberações deverão constar de relatório anual a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária;

2. deliberar sobre as medidas necessárias à consecução do disposto no artigo 4° e no artigo 42 deste Estatuto; 3. deliberar sobre qualquer assunto de

interesse dos associados e da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, exceto alterar este Estatuto, destituir membros do próprio Conselho de Representantes ou da Diretoria e dissolver a Entidade; 4. deliberar sobre previsões orçamentárias, contratos e negócios a serem realizados pela Adusp S.Sind.- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 5. propor à Diretoria medidas de caráter geral, inclusive econômico e financeiro; 6. elaborar o Regulamento Geral das eleições da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 7. eleger as comissões necessárias ao cumprimento deste artigo; 8. elaborar o seu regimento interno e o da Assembléia Geral, e submetê-los à aprovação desta; 9. apresentar relatório anual de suas atividades à Assembléia Geral Ordinária; 10. criar Grupos de Trabalho (GTs).

#### **Artigo 25º**

O Conselho de Representantes é presidido pelo Presidente da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, o qual, nas votações, só dará o voto de Minerva.

§ 1º - Na ausência do Presidente, ele será substituído por um outro membro da Diretoria, na ordem relacionada no artigo 26 deste Estatuto.

§ 2º - Reunido sem a presença do Presidente e seus substitutos indicados no parágrafo anterior, o Conselho de Representantes escolherá um Presidente "ad hoc" para a reunião.

### **Capítulo VI - Da Diretoria**

#### **Artigo 26º**

A Diretoria é órgão deliberativo e executivo da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN e na sua composição estão previstos os seguintes cargos: Presidente, 1º Vice-presidente, 2º Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro e Diretores Regionais.

#### **Artigo 27º**

A Diretoria será eleita por votação direta e secreta pelos associados no mês de maio de cada ano ímpar nos termos dos artigos 37 e 38 deste Estatuto. Parágrafo único - O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, com início e término no mês de junho de cada ano ímpar.

#### **Artigo 28º**

À Diretoria compete: 1. cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regulamentos e as normas administrativas da Adusp S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, assim como as decisões da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes; 2. organizar os serviços administrativos internos da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 3.

elaborar o relatório anual a ser apresentado ao Conselho de Representantes, até 30 (trinta) dias antes da Assembléia Geral Ordinária para aprovação; 4. resolver sobre admissão e desligamento de associados do quadro social, "ad referendum" do Conselho de Representantes; 5. aplicar penalidades, nos termos do artigo 10 deste Estatuto; 6. reunir-se em sessão ordinária uma vez por mês e em sessão extraordinária sempre que for necessário; 7. dar posse à Diretoria eleita para o mandato seguinte; 8. dar posse aos associados eleitos para o Conselho de Representantes.

#### **Artigo 29º**

Ao Presidente compete: 1. representar judicial e extrajudicialmente a Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 2. convocar e presidir as reuniões da Diretoria e do Conselho de Representantes; 3. convocar e instalar a Assembléia Geral; 4. convocar as eleições da Diretoria nos anos ímpares e, anualmente, as eleições para o Conselho de Representantes; 5. nomear comissões de caráter transitório para representar a Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN onde se fizer necessário; 6. abrir, rubricar e encerrar os livros da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 7. assinar a correspondência oficial da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN e, juntamente com o Primeiro Secretário, toda a correspondência que estabeleça quaisquer obrigações para Adusp-S.Sind.- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 8. movimentar, com o Tesoureiro em exercício, as contas da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 9. designar e dispensar auxiliares.

#### **Artigo 30º**

Aos Vice-presidentes, pela ordem, compete: 1. substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos; 2. assumir a Presidência no caso de vacância do Presidente.

#### **Artigo 31º**

Ao Primeiro Secretário compete: 1. encarregar-se do expediente e da correspondência da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 2. ter sob sua guarda e responsabilidade o arquivo da Secretaria; 3. fazer publicações pela imprensa; 4. secretariar as reuniões de Diretoria; 5. assinar com o Presidente, toda a correspondência que estabeleça quaisquer obrigações para a Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN.

#### **Artigo 32º**

Ao Primeiro Tesoureiro compete: 1. ter sob sua guarda e responsabilidade os

valores da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 2. efetuar recebimentos e pagamentos registrando-os em livro especial; 3. apresentar ao Presidente, para submetê-los à aprovação do Conselho de Representantes, os balancetes trimestrais e o balanço financeiro anual, este, até 30 (trinta) dias antes da Assembléia Geral Ordinária; 4. organizar, anualmente, o inventário patrimonial da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN e apresentá-lo ao Presidente, para submetê-lo à aprovação do Conselho de Representantes; 5. movimentar com o Presidente, as contas bancárias da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 6. apresentar o balanço ao Presidente 15 (quinze) dias após a sua exoneração do cargo.

### **Artigo 33°**

Ao Segundo Secretário e ao Segundo Tesoureiro compete: 1. substituir, respectivamente, o 1º Secretário e o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos; 2. assumir a Secretaria e a Tesouraria no caso de vacância do cargo do 1º Secretário e 1º Tesoureiro, respectivamente.

### **Artigo 34°**

No caso de vacância definitiva dos cargos de Presidente, Primeiro Secretário ou Primeiro Tesoureiro e esgotadas as substituições previstas neste Estatuto, a Diretoria deverá reunir-se e designar, dentre seus membros, quem exercerá cada uma das funções até o final do seu mandato.

### **Artigo 35°**

Aos Diretores Regionais compete: 1. zelar pelo cumprimento das deliberações da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN em seus respectivos campi; 2. administrar a sede sob a sua jurisdição. Capítulo VII - Das eleições

### **Artigo 36°**

Os membros do Conselho de Representantes serão eleitos na forma dos artigos 19 e 20 deste Estatuto.

§ 1º - Anualmente o Presidente da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN convocará para o mês de maio a eleição dos membros do Conselho de Representantes que estiverem terminando seu mandato.

§ 2º - Nos anos ímpares, a eleição dos membros do Conselho de Representantes deverá coincidir com a eleição dos membros da Diretoria.

§ 3º - Excepcionalmente, o Presidente da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN poderá convocar a eleição dos membros do Conselho de Representantes em outras datas, cujos eleitos cumprirão mandato complementar.

### **Artigo 37º**

A eleição da Diretoria será convocada para o mês de maio dos anos ímpares pelo Presidente em exercício da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN.

§ 1º - Não sendo convocadas as eleições dentro deste prazo, caberá ao Conselho de Representantes convocá-las para no máximo 15 (quinze) dias e no mínimo 10 (dez) dias após ter se esgotado o prazo de que trata este artigo.

§ 2º - Não sendo convocadas as eleições nos termos do parágrafo anterior, estas poderão ser convocadas através de uma Assembléia Geral, nos termos do artigo 16, item 3, deste Estatuto.

§ 3º - O disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo aplica-se aos parágrafos 1º e 2º do artigo 36 deste Estatuto.

### **Artigo 38º**

As eleições serão convocadas por meio de edital no qual constem a data e o horário da votação.

Parágrafo único - O edital de convocação a que se refere este artigo deverá obedecer às normas de divulgação a que estão sujeitos os editais de convocação da Assembléia Geral, nos termos do artigo 17 deste Estatuto.

### **Artigo 39º**

A inscrição e a votação para eleição da Diretoria se farão por chapas registradas por nomes próprios, observadas as disposições deste Estatuto e seu Regimento Geral e do Regulamento Eleitoral elaborado pelo Conselho de Representantes.

§ 1º - As chapas poderão se inscrever caso apresentem, pelo menos, candidatos a Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Primeiro Tesoureiro e dois Diretores Regionais.

§ 2º - As chapas deverão ser apresentadas no mínimo por dez associados que não pertençam a ela.

### **Artigo 40º**

Qualquer associado, no gozo de seus direitos, poderá candidatar-se aos cargos eletivos da Diretoria, nos termos dos artigos 36 e 37 deste Estatuto.

§ 1º - Para se candidatar a cargos eletivos na Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN os associados deverão estar desligados de funções executivas na USP.

§ 2º - O associado que estiver exercendo cargo eletivo na Adusp-S. Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN e que vier assumir função executiva na USP, deverá desligar-se desse cargo dentro de 30 (trinta) dias.

§ 3º - São consideradas funções executivas na USP: a. Reitor e Vice-reitor; b. Pró-Reitor; c. Diretor e Vice-diretor de Unidade; d. Chefe e Suplente de chefe de Departamento; e. Prefeito e Vice-prefeito do campus.

## Capítulo VIII - Do Patrimônio

### Artigo 41º

O patrimônio social da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN é constituído de: 1. bens imóveis; 2. móveis e equipamentos; 3. doações recebidas com especificação para o patrimônio; 4. patentes e "royalties" cedidos à Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN.

### Artigo 42º

A alienação do patrimônio ou de suas partes só poderá ser feita em Assembléia Geral, que para isso deverá contar com a presença mínima de 10% (dez por cento) dos associados em pleno gozo de seus direitos previstos neste Estatuto. Parágrafo único - Excetua-se do disposto neste artigo a alienação dos móveis e equipamentos que poderá ser feita por deliberação do Conselho de Representantes. Capítulo IX - Da Receita e da Despesa

### Artigo 43º

A receita da Adusp-S.Sind.- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN é classificada em ordinária e extraordinária. § 1º - Constituem a receita ordinária: 1. o produto das mensalidades dos associados; 2. os juros provenientes de depósitos bancários realizados pela Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, bem como de títulos incorporados ao patrimônio; 3. a renda dos imóveis de propriedade da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN; 4. a renda de patentes e "royalties" cedidos à Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN. § 2º - Constituem a receita extraordinária: 1. as subvenções de qualquer natureza e as doações sem especificação para o patrimônio; 2. as rendas eventuais.

### Artigo 44º

Parte do saldo verificado no balanço anual, encerrado em 31 de dezembro de cada ano, deverá ser destinada a constituir fundo de reserva para atender a compromissos patrimoniais e as despesas decorrentes de documentação e serviços jurídicos de interesse da classe. O restante será utilizado de acordo com as deliberações do Conselho de Representantes e submetido à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

## Capítulo X - Disposições Gerais

### Artigo 45º

Os membros da Diretoria que representarem a Entidade em transações que envolvam responsabilidade primária não são pessoalmente responsáveis pelos



compromissos assumidos em razão de suas funções.

#### **Artigo 46º**

Nenhum associado, individual ou coletivamente, responderá subsidiariamente pelos encargos que os seus representantes contraírem.

#### **Artigo 47º**

Os membros da Diretoria e do Conselho de Representantes não recebem remuneração pelas funções que desempenham nos órgãos da administração da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN.

#### **Artigo 48º**

A Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes SN poderá ser dissolvida em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, desde que haja aprovação de 2/3 (dois terços) de associados em pleno gozo de seus direitos, previstos neste Estatuto.

§ 1º – A convocação desta Assembléia Geral respeitará o previsto no artigo 17 e seus parágrafos.

§ 2º - No caso de dissolução da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN previsto neste artigo, a Assembléia Geral que a dissolveu decidirá sobre o destino a ser dado ao patrimônio social, ficando desde já estabelecido que nenhum valor será restituído aos sindicalizados em face de suas contribuições mensais.

§ 3º – Em caso de dissolução social da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN, inexistindo a Assembléia Geral, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta capital e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

#### **Artigo 49º**

A reforma do presente Estatuto só poderá ser feita em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, com a presença de pelo menos 10% (dez por cento) dos associados no gozo de seus direitos previstos neste Estatuto e seu Regimento Geral e por deliberação de maioria simples dos associados presentes.

#### **Artigo 50º**

Em cada cidade onde houver Unidade da USP, com exceção de São Paulo, poderá se constituir um Conselho Regional para assessorar a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adusp-S.Sind.- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN em assuntos de seu respectivo campus. Parágrafo único - A composição e as atribuições de cada Conselho Regional e sua interação com o Diretor Regional serão definidos por

Regimento próprio aprovado em Assembléia Geral dos associados do respectivo campus e referendado pelo Conselho de Representantes da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN.

**Artigo 51º**

Nas Unidades da USP poderão ser constituídos conselhos de Unidade, dos quais farão parte, obrigatoriamente, o representante no Conselho da Adusp-S.Sind.-Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo-Seção Sindical do Andes-SN e seu Suplente.

**Artigo 52º**

Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral. Lara Lorena Ferreira Marco Antonio Brinati OAB/SP 138.099 Presidente em exercício da ADUSP-S.Sind. Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo.

## **Universidade Nove de Julho - UNINOVE**

### **Programa de Pós-Graduação em Educação**

**APÊNDICE 01:** Reportagem no Jornal da USP de 11 de julho de 2018 sobre o falecimento do professor Ernest Hamburger e suas contribuições para a Universidade de São Paulo.

Disponível em

<https://jornal.usp.br/artigos/ernst-wolfgang-hamburger-8-06-1933-4-07-2>

018 JORNAL DA USP - Edição de 11/07/2018

Ernst Wolfgang Hamburger (8/6/1933 – 4/7/2018)

Silvio R. A. Salinas é professor sênior do Instituto de Física (IF) da USP Post publicado em: 12/07/2018 em <https://jornal.usp.br/?p=180152>

Foto: Francisco Emolo / USP Imagens

Com o falecimento do professor Hamburger o Instituto de Física perdeu um docente excepcional, uma das nossas lideranças mais expressivas. Hamburger nasceu em Berlim e veio para o Brasil com apenas três anos de idade, acompanhando pais e irmãos mais velhos. O pai era juiz de direito, lutou pela Alemanha na Primeira Guerra, mas foi obrigado a fugir das novas “leis raciais”, reconstruindo a vida aqui em São Paulo.

Hamburger terminou o curso científico num antigo colégio estadual, junto com o seu amigo Herch Moysés Nussenzveig, e entrou no curso de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP. Foi aluno da primeira geração de físicos brasileiros da USP (Marcello Damy, Mario Schenberg, Abrahão de Moraes, Oscar Sala) e de jovens professores estrangeiros, como o norte-americano David Bohm, que se asilara dos tempos negros do macartismo, e propunha nova interpretação da mecânica quântica. As turmas eram pequenas. Apenas 14 alunos se formaram com Hamburger em 1954, incluindo Nussenzveig e a sua futura esposa, Amelia Imperio, falecida em 2011.

Os diplomados da FFCL – numa época em que a licenciatura exigia mais do que o bacharelado – assumiam posições valorizadas no ensino secundário, que ainda era muito restrito, mas que não tinha sofrido a desvalorização dos tempos atuais. Ainda como estudante – e logo depois de formado – trabalhou no laboratório do Acelerador Eletrostático Van de Graaff, que estava sendo construído sob a orientação do professor Oscar Sala, em condições de competição com máquinas nucleares instaladas em universidades e laboratórios internacionais.

Por sugestão dos professores visitantes americanos Philip Smith e John Cameron, conseguiu uma assistanship para desenvolver pesquisas

num acelerador cíclotron, associado à Universidade de Pittsburgh, EUA, que era uma máquina moderna, em franca atividade. Iniciou nessa época uma linha de investigação de espectroscopia nuclear, que ainda daria muitos frutos, contribuindo para desvendar a estrutura de isótopos nucleares e estar propostas de modelos teóricos. Obteve o Ph.D. em 1959 e voltou para a USP como assistente, dando continuidade às investigações de estrutura e reações nucleares com as máquinas disponíveis, o acelerador eletrostático e o betatron (em colaboração com José Goldemberg). Continuou mantendo colaborações internacionais, e retornou a Pittsburgh como professor associado visitante no final da década de 1960.

O seu currículo registra uma série notável de artigos nesse período, numa época em que se publicava bem menos, em que os trabalhos tinham caráter mais artesanal. As próprias universidades ainda gerenciavam os seus aceleradores de partículas, e nem tinham surgido as grandes colaborações internacionais. Hamburger publicou artigos em colaboração com as gerações seguintes do acelerador eletrostático – Fernando Zawislak, Olacio Dietzsch, Alinka Szily, Tereza Borello – sobre a estrutura de camadas em núcleos leves e depois em núcleos mais pesados, envolvendo reações nucleares diretas, principalmente com dêuteronos, que exigiam preparação de alvos e controle eletrônico fino dos detectores.

Em 1968 tornou-se um dos últimos catedráticos da USP, assumindo a cadeira de Física Geral e Experimental, responsável pelo ensino básico de física da antiga FFCL. Logo depois, com a reforma universitária, foram incorporadas as disciplinas de física da Escola Politécnica e as responsabilidades didáticas se multiplicaram. Era uma época difícil, em que havia muitos alunos, expansão de vagas, mas pouquíssimos colegas com experiência de pesquisa em física. Os assistentes eram muito jovens, contratados em geral para dar aulas em tempo parcial.

Assumindo a cátedra, Hamburger organizou a ampliação e a modernização dos laboratórios didáticos, que estão na origem do nosso atual Laboratório de Demonstrações. Após a reforma da USP, Hamburger contribuiu para a implantação de cursos básicos mais atualizados nas áreas de ciências exatas e engenharias. No final de 69, no auge da ditadura militar, foram aposentados o presidente da Sociedade Brasileira de Física (SBF), José Leite Lopes, o vice-presidente, Jayme Tiomno, que tinha assumido uma cátedra aqui na USP, e o conselheiro Mário Schenberg. A partir dessas aposentadorias, Hamburger teve uma atuação de fundamental relevância junto às nossas sociedades científicas, tanto a SBF quanto a SBPC, e posteriormente junto à nossa própria Adusp, que tinha um caráter acadêmico, estritamente universitário. O Boletim número 1 da SBF foi editado pelo secretário geral Ernst W. Hamburger, que de fato passou a exercer a presidência.

Em janeiro de 1970, a SBF organizou aqui na Cidade Universitária a sua primeira “reunião regular”, o primeiro Simpósio Nacional de Ensino de Física, abrangendo todos os níveis de ensino, que ainda se repete periodicamente, reforçando o apoio tradicional dos físicos aos trabalhos pedagógicos com forte conteúdo científico. Essa era uma das preocupações de Hamburger quando participou da criação dos primeiros cursos de pós-graduação em ensino de física, que não deveriam pertencer exclusivamente às faculdades de educação.

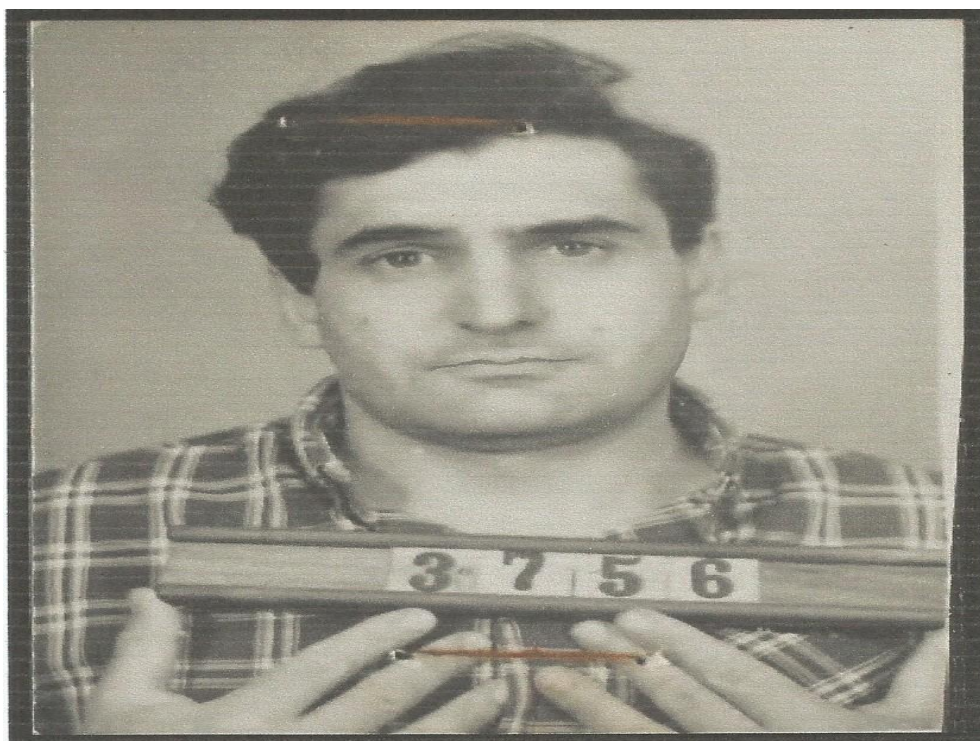
Desenvolveu um dos projetos pioneiros de aperfeiçoamento do ensino médio de física, incluindo a produção de material e filmes didáticos. A residência de Amélia e Ernesto, nas imediações da Cidade Universitária, era ponto de encontro e acolhimento de docentes mais jovens e de alunos. No início da década de 70, após ter abrigado um dos nossos alunos, Amélia e Ernesto foram presos, submetidos a interrogatório vexaminoso, e passaram a ser estreitamente vigiados pelo setor de segurança instalado na USP. Em 1977, o governo proibiu a realização da reunião anual da SBPC em Fortaleza, nas dependências da universidade federal. Formou-se então um grupo, que se reunia na residência do casal Hamburger, e que propôs organizar a reunião aqui em São Paulo, em “território neutro do Vaticano”, nas dependências da PUC.

Essa foi uma das reuniões mais memoráveis da SBPC, sob a égide de um cartaz de Galileu com a frase famosa sobre o movimento da terra... Nos últimos anos, Hamburger se dedicou a atividades de divulgação científica, que têm sido cada vez mais valorizadas pela comunidade científica. Colocou a sua paixão na organização de exposições científicas e na renovação da Estação Ciência, como já foi comentado em diversas matérias.

11/07/2018

**Universidade Nove de Julho -  
UNINOVE Programa de Pós-Graduação  
em Educação**

**APÊNDICE 02:** Ficha no DOPS do Professor Ernst Wolfgang Hamburger **Fonte:**  
[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/  
BR\\_SPAPESP\\_DEOPSSPOSFTEXSNH000072.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNH000072.pdf)



**Figura 3:** Foto da ficha no DOPS do Professor Ernst Wolfgang Hamburger  
**Fonte:**  
[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR\\_S  
PAP ESP\\_DEOPSSPOSFTEXSNH000072.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_S<br/>PAP ESP_DEOPSSPOSFTEXSNH000072.pdf)

561

ERNEST WOLFGANG HAMBURGER  
Filiação: Hans Hamburger e Charlotte Hamburger  
Org.: ALN- VPR  
ALBUM: 06 Foto 138  
Nasc.: 8/6/33- Berlin/Alemanha  
Em 29/10/72 foi indiciado em IP. Inq. 43/70.  
-Citação nas declarações de REINALDO CAMARCO REGI-  
TANO. (Pasta 137, doc.02)

- Processo nº 59/71--(VPR)--(Dec. Lei nº 898/69).

2º Aud. /2º CJM.

**Universidade Nove de Julho -  
UNINOVE Programa de Pós-Graduação  
em Educação**

**APÊNDICE 03:** Trecho da ficha da professora Dilma de Melo Silva no DOPS.

**FONTE:** <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas>

SILVA, Dilma de Melo

1-06-83 - Conf. recorte do jornal O Estado de S. Paulo, desta data, no artigo "ADUSP", consta que a epigrafada é a 2ª tesoureira da chapa 1, com corrente a direção da Associação dos Docentes da USP-ADUSP, no dia 15/06. (17-D-13-239).

setembro/84, "JORNAL ADUSP", nr.7, com o título: "DEMOCRACIA PROPOSTA BASICA= DOS DEBATES"- Consta do rol de membros da Diretoria do Jornal da ADUSP como 2º tesoureiro. (13-S-4-482).

**Universidade Nove de Julho - UNINOVE**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**APÊNDICE 04** - Reportagem do Jornal da USP sobre a trajetória política e educacional do professor Florestan Fernandes

Disponível em

<https://jornal.usp.br/cultura/chaves-do-exilio-e-portas-da-esperanca/>

JORNAL DA USP Edição de 17/07/2020

Chaves do exílio e portas da esperança Ditadura, aposentadoria compulsória e exílio levaram Florestan ao engajamento político, diz professora da USP

Post published:17/07/2020

<https://jornal.usp.br/?p=335383> Por Heloisa Fernandes

Silveira

Quando a pátria que temos, não a  
temos, Perdida por silêncio e por  
renúncia,

Até a voz do mar se torna exílio

E a luz que nos rodeia é como

grades (Sophia de Mello

Andresen, Exílio)

As cartas de Florestan Fernandes para minha mãe, Myriam Rodrigues Fernandes, especialmente as do Canadá (1969-71), fornecem indicações significativas para a hipótese que este artigo sustenta. Ou seja, a de que a ditadura militar, a aposentadoria compulsória e o exílio obrigaram Florestan a realizar um “trabalho de luto” da sua concepção de universidade, abrindo o caminho para o surgimento do socialista leninista e para a produção da sua obra mais politicamente engajada.

Em 1969, quando os conceitos de subversivo e de inimigo da pátria passaram a ameaçar todos aqueles que não pensassem do mesmo modo que o poder, teve início o período mais brutal da ditadura militar. Foi um general argentino da época que melhor soube dizer a fala do terror: “Primeiro, mataremos todos os subversivos; depois, mataremos seus colaboradores; depois, seus simpatizantes; em seguida, aqueles que permanecem indiferentes e, finalmente, mataremos os que se mostram tímidos” (Leon Rozitchner, Freud y



el problema del poder, Folios, 1982, p. 170).

América Latina afora os mesmos acontecimentos repetem-se: sindicatos de trabalhadores e partidos de esquerda são declarados ilegais e seus dirigentes e militantes são perseguidos, presos, mortos. Parlamentos são fechados e deputados são perseguidos, presos, mortos. A universidade autônoma é destruída; professores, alunos, funcionários são perseguidos, presos, mortos. Jornais, revistas e outros meios de cultura e de comunicação são fechados ou submetidos à censura (Maren e Marcelo Viñar, Exílio e Tortura, Escuta, 1992, p. 38).

Tudo que ontem fazia parte da cidadania e da legalidade passava a ser criminoso. Tudo que era digno tornava-se ilegal e subversivo. A própria lei tornava-se uma impostura. A ditadura Costa e Silva procurou justificar, com os chamados Atos Institucionais, decisões do mais puro arbítrio. Com o Ato Institucional Número 5 (AI-5), de 1968, o governo militar dava-se o poder de expulsar os indesejáveis das instituições civis e militares.

É assim que, em 28 de abril de 1969, 42 pessoas, entre as quais três professores da Universidade de São Paulo – Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e João Villanova Artigas –, são compulsoriamente aposentadas dos cargos que ocupavam. O ato provocou o imediato protesto do professor Hélio Lourenço de Oliveira, vice-reitor em exercício, e obteve uma resposta igualmente imediata: um novo decreto aposentava o vice-reitor e mais 23 professores da Universidade de São Paulo, entre os quais Caio Prado Júnior, que nem ao menos era professor (Eunice Durham, O Livro Negro da USP – O Controle Ideológico na Universidade, Adusp, 1978, p. 38-41).

Aos 48 anos de idade, Florestan estava sendo expulso da cadeira de Sociologia, daquele pequeno mundo que, como ele dizia, tornara-se uma razão de ser da sua vida (Florestan Fernandes, A Sociologia no Brasil, Vozes, 1977, p. 192). Começava a sofrer na própria pele o que é ser um “homem marginal”, numa experiência muito semelhante à do bororo Tiago Marques Aipobureo, sobre o qual escrevera aos 25 anos, quando ainda era um aprendiz de sociólogo (Florestan Fernandes, Mudanças Sociais no Brasil, Difusão Europeia do Livro, 1960). Florestan tornava-se aquele ser condenado a viver à margem do grupo social ao qual pertencia. Como bem colocou Miriam Limoeiro Cardoso, com a aposentadoria compulsória, a ditadura militar conseguiu arrancar de Florestan o seu chão institucional, aquele mesmo chão que, em grande parte, ele próprio construía (Miriam Limoeiro Cardoso, O Pensamento Crítico Radical de Florestan Fernandes, revista Margem Esquerda – Ensaios Marxistas, nº 6, setembro de 2005, p. 193).

Expulso do seu lugar, do seu mundo, é obrigado a tornar-se prisioneiro na sua própria casa, Florestan escolhe o exílio e aceita o convite para lecionar na Universidade de Toronto, no Canadá. Parte sozinho, sem sua família, no mesmo ano de 1969.

Exílio, êxodo, migração, errância; experiências de separação, de perda das raízes, da terra, do lugar, da casa. Atravessar cercas, muros, fronteiras. Ser invadido pelo medo, solidão, insegurança, tornar-se um estranho e um estrangeiro. Costurar o que foi rompido com os fios da saudade e da nostalgia.

Saudades da querência, cultura da ausência. Florestan inicia essa dolorosa experiência recorrente e secular de milhões de camponeses brasileiros e latino-americanos. É o que nos diz, ainda agora, Manoel dos Santos, boia-fria em Ribeirão Preto, natural de Livramento, na Bahia, onde deixou mulher e três filhos: “Não tem jeito, preciso fazer isso” – aceitar uma situação próxima da do trabalho escravo. “Tenho muita saudade deles. Vivo do que é possível eu ter” (Folha de S. Paulo, 18 de setembro de 2005).

Exílio não é emigração, nem para Florestan nem para Manoel dos Santos. O emigrante viaja nos braços de um desejo em relação ao seu lugar de destino. O exilado carrega uma sentença de expulsão, forçada ou voluntária, da sua terra. O emigrante quer ser aceito e reconhecido, ele é movido por um desejo de futuro. O exilado é o desterrado, o retirante imerso no trabalho do luto da sua querência, condenado a carregar, nas cores da saudade, um passado que recusa abandonar.

Para Florestan, é a integridade de uma posição ética que sustenta sua decisão de exilar-se; é como ele próprio reconhece numa carta enviada à minha mãe: “Talvez eu tenha errado ao me ajustar à situação política de forma radical-socialista. Mas é minha posição e eu não poderia ter agido de outro modo (...). Tentarei vir ao Brasil quantas vezes me for possível para reduzir as consequências da separação” (6 de janeiro de 1970).

Mas o passado do qual pensou poder separar-se encarrega-se de tornar impossível adotar a nova terra, que impõe uma outra língua: “Tenho de preparar três aulas de uma hora e meia e uma de duas horas e tudo isso é bastante duro para mim, por causa do inglês. Já na segunda-feira, dei a primeira aula. A minha garganta ficou completamente seca e eu estava completamente nervoso” (carta a Myriam, 1º de outubro de 1969). “Meu inglês piorou de modo horrível. Até parece que estou começando de novo (...). Acho que as razões são de natureza psicológica” (carta a Myriam, 6 de janeiro de

1970). Se a língua seca a garganta, o clima pesa no corpo: “O frio é desanimador (...). Com o capote que você viu, eu me sinto como se estivesse pelado quando ando pela rua. (...) Ontem à noite, fui a um cinema aqui perto, pois me sentia cansado e deprimido. Para voltar ao apartamento, tinha de andar uns cinco ou seis quarteirões. Com a neve no chão e a neve que estava caindo, parecia que estava arrastando o mundo nas costas” (carta a Myriam, 31 de janeiro de 1971). Quem sabe não era seu próprio país que Florestan sentia estar carregando no lombo!

Outra terra, outros professores, outros valores. Florestan lástima só ter dois colegas que “também são socialistas”; ademais, com a exceção de um ou outro professor liberal e de alguns estudantes, “a convivência sempre foi mais formal” (carta a Myriam, 3 de outubro de 1971). Em resumo, “poucos aceitaram as minhas teses e ideias. Estou reduzindo de tal maneira o meu espaço político que temo converter-me no equivalente de um ‘maníaco ideológico’ (...). Paciência, não sou adaptativo e prefiro trocar de vida a ter um espaço político razoável à custa do que me é mais caro” (Eliane Veras Soares, Florestan Fernandes: o Militante Solitário, Cortez, 1997, p. 79-80).

Outros alunos, outras experiências: “Bem, aqui estou de novo. Cheguei muito cansado (...) e cada vez custa-me mais a rotina de trabalho. Acho que atingi o limite de saturação; recomeçar todo ano a ensinar novas turmas chega a ser interessante quando se é jovem e quando se ensina, na própria língua, estudantes que compartilham as mesmas preocupações e esperanças. Aqui, estou tão distante de todos eles quanto eles de mim. Decididamente, o sacrifício não paga a pena (...). Estou pensando pedir demissão” (carta a Myriam, 15 de setembro de 1971).

Florestan vive dolorosamente essa situação de falante de uma língua/cultura/ambiente/clima estrangeiro onde se estranha e já não se reconhece. Não por acaso, quando viajou para os Estados Unidos, quase não conseguiu retornar, pois esqueceu que seu visto de permanência teria o prazo de validade encerrado assim que saísse do Canadá.

“Indo a Buffalo, nos Estados Unidos, saí do Canadá e perdi o direito de permanência e de reentrar no País! Mas o funcionário foi cortês e inteligente e resolveu fechar os olhos” (carta a Myriam, 29 de outubro de 1971). Não é casual que seu mundo tenha adquirido um novo encanto com a chegada de José Nun, professor socialista argentino, ao Canadá. “Ele já me visitou, há tempo, em nossa casa. Foi com o Fernando Henrique. É uma pessoa encantadora. Comprou um carro e só pensa em sair comigo para lá e para cá. (...) Em termos de conversação, para mim é ótimo. (...) Com Nun, tenho ares

da América Latina, da Europa e da Argentina” (carta a Myriam, 3 de outubro de 1971). Exílio, estranhamento, impossibilidade do trabalho de luto da sua terra, do seu clima, da sua gente, dos seus ideais. “Torna-se cada vez mais difícil estabelecer uma ponte entre o que sou e o que faço e o que desejaria ser e fazer. (...) Às vezes, olho para mim mesmo com certa ironia, pois me especializei em dar murros em ponta de faca e agora que me vejo lançado realmente no mercado, como mercadoria estimada em dólares, sinto (...) que seria melhor vender sorvetes numa rua quente de São Paulo do que ser professor de Sociologia no norte das Américas” (Eliane Veras Soares, Florestan Fernandes: o Militante Solitário, p. 79).

“O que mais dói é a saudade. Bem diz Manoel Berlinck, a saudade é uma maneira de resistir ao presente; é uma afirmação de que não faço parte só do aqui e do agora porque continuo atado ao meu passado. (...) Na saudade, o eu ameaçado reencontra sua identidade num passado que se faz presente” (Manoel Berlinck, Mitologias brasileiras – Saudade, Pulsional Revista de Psicanálise, ano V, nº 40, agosto de 1992, p. 29). Florestan resiste aceitar o Canadá e defende-se com a saudade da família: “Me emociono quando escrevo para vocês ou recebo as cartas e a pressão sobe que nem rojão” (carta a Myriam, 14 de outubro de 1969).

Defende-se com a saudade da sua terra: “Se vocês puderem me enviar um presente de fim de ano, gostaria de ter um álbum com as gravuras de Portinari (...) para mandar enquadrar e pôr nas paredes; com as suas fotografias e algumas gravuras, terei um ambiente brasileiro” (carta a Myriam, 12 de novembro de 1969).

Como para tantos trabalhadores rurais brasileiros, também para Florestan a saudade, “essa tristeza doce e dolorosa” (Maren e Marcelo Viñar, Exílio e Tortura, Escuta, 1992, p. 112), alimenta o desejo de voltar; desejo que precisa ser capaz de derrotar o medo e a insegurança: “Recebi notícias amargas sobre a situação (...). Não sei se é técnica do pessoal dos E.U.A. para convencer-me a ficar por aqui ou se é tudo realmente verdade. Inclusive, falaram-me da prisão do Octavio (Ianni) e, mais tarde, que ele fora solto” (carta a Myriam, 4 de maio de 1970).

Ainda assim, voltar, mesmo sendo preciso enfrentar “um prolongado período de vacas magras” (carta a Myriam, 15 de setembro de 1971) e, pior ainda, mesmo sem saber do seu destino: “Com exceção do pessoal de casa, recebi muitas cartas aconselhando-me com ardor evitar essa decisão que, para mim, é inevitável. (...) Disseram-me que andam espalhando nas universidades (...) que eu pretendo voltar porque ‘vou aderir’ ao atual governo. É uma

perversidade e tanto” (carta a Myriam, 24 de março de 1971).

O exílio é mesmo esse “ir-e-vir dentro de situações de grande dramaticidade” (Toni Negri, *Exílio*, Iluminuras, 2001, p. 10), preparando a eclosão do novo dentro da repetição. Para Florestan, o exílio é solidão e a solidão é impotência. Florestan sabia muito bem o que dizia quando escreveu, mais tarde, que, retirado do seu “ambiente, o intelectual não tem vida, é uma planta de estufa, que morre precocemente” (Florestan Fernandes, *A Condição de Sociólogo*, Hucitec, 1978, p. 27). A decisão tornou-se inevitável porque já “é tempo de colocar-me à prova” (carta a Myriam, 15 de setembro de 1971) e, portanto, retorno.

Tomada a decisão de voltar, Florestan nunca mais será um exilado. Aceita alguns convites para trabalhos intelectuais fora do Brasil, mas só com passagem de ida e volta. Como ele mesmo reconhece, são viagens que valem “pela oportunidade de ensinar e de ficar livre das pressões, seja do isolamento, seja das limitações da minha vida aí (virei um misto de criança, anormal e criminoso: o que, tudo junto, é demais!)” (carta a Myriam, 4 de fevereiro de 1977).

O exílio cumpriu sua sina. Foi como Florestan obrigou o sociólogo a repetir-se e repetir-se até a sua derradeira implosão. Dois textos dão testemunho da ruptura. O primeiro, de 1969, *Sociólogos: os Novos Mandarins*, escrito quando acabara de chegar ao Canadá, onde afirma: “eu sou, ao mesmo tempo, sociólogo e socialista”, embora a sociologia seja o verdadeiro centro de referência do seu discurso (Florestan Fernandes, *A Sociologia no Brasil*, p. 268). O outro, *A Geração Perdida*, escrito após o retorno ao Brasil, mas imerso na experiência do exílio, começa com um encontro emocionado numa estação de trem no Canadá. “Éramos três ‘perdidos’ no mundo”, diz Florestan, “Sulamita, Costa Pinto e eu, que, despedindo-me de Costa Pinto começo a chorar enquanto o amigo me diz: ‘Deixa disso, meu velho, nós ainda nos veremos muitas vezes e ainda vamos dar muita risada de tudo isso’” (Florestan Fernandes, *A Sociologia no Brasil*, p. 214). *Geração Perdida* é um texto longo, duro, pesado e doloroso. Implacável, Florestan quer saber onde nós, socialistas, falhamos e para onde vamos. No centro do seu discurso já não está a sociologia, mas o povo: “Devemos colocar-nos a serviço do povo brasileiro, para que ele adquira (...) a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua própria conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria” (Florestan Fernandes, *A Sociologia no Brasil*, p. 246).

Não por acaso, Florestan usou seu tempo livre no exílio para estudar a

“revolução socialista na Rússia, na China e em Cuba” (Florestan Fernandes, A Sociologia no Brasil, p. 204). Ele mesmo nos conta que essas leituras permitiram “liquidar as últimas hesitações e todas as esperanças: dentro do capitalismo só existem saídas, na América Latina, para as minorias ricas, para as multinacionais, para as nações capitalistas hegemônicas e a sua superpotência, os Estados Unidos (...). A sociedade capitalista não oferece alternativas à maioria (...). Eu estava pronto para escrever a última parte de A Revolução Burguesa no Brasil” (Florestan Fernandes, A Sociologia no Brasil, Vozes, p. 203).

Na feliz expressão de João Pedro Stédile quando se refere à situação do acampado que já não tem nada a perder, Florestan “resolve dar um tapa no diabo” e, em 1972, abandona a neve do Canadá para mergulhar nas trevas da ditadura do general Médici (1969-1974). Para não se exilar de si mesmo, adaptou-se, embora mal, à existência aprisionada, isolada e solitária da vida familiar em São Paulo; conformou-se à sua “gaiola de ouro” ou à “sua bela prisão”, como ele dizia, que lhe será imposta pela ditadura militar até 1977 (Florestan Fernandes, A Pessoa e o Político, Nova Escrita Ensaio, janeiro de 1981, p. 22).

Esperava iniciar a luta de resistência, pois, como ele mesmo reconheceu, “fui para Toronto e fiquei lá pensando que podia lutar ali contra a ditadura. Depois, descobri que lá não se luta contra a ditadura. Os que nos ouviam eram pessoas que eu não precisava convencer (...). O esforço lá ia na direção de fortalecer a ditadura. Por isso é que pensei: eu volto para o Brasil e lá eu vou poder lutar. Vim para cá e não pude lutar coisa alguma, porque realmente de 1973 em diante vivi dentro de um isolamento tremendo” (Florestan Fernandes, A Pessoa e o Político, p. 21-22).

Mesmo prisioneiro e isolado, foi ali, no seu escritório, que, voltando a habitar sua língua e os ideais da sua gente, Florestan colocou-se a escrever a sua obra mais politicamente engajada, como a terceira parte da Revolução Burguesa no Brasil (1975), Circuito Fechado (1976), Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana (1979), O Que é Revolução (1981) etc.

Solange Aguirre, da Secretaria de Educação de Suzano, em São Paulo, teve a gentileza de me relatar um episódio que ela vivenciou durante a campanha de Florestan a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. Depois de uma palestra em Santos, disse-me ela, retornavam todos, à noite, de carro, para São Paulo. Subindo a Serra do Mar, enfrentam uma neblina cerrada que não deixa enxergar um palmo adiante do nariz. Pois Florestan sai do carro e, sozinho, assume a pé a dianteira, dizendo “Sigam-me!”. E eu pensei nesses


dois Florestans tão diferentes. O Florestan afundando sob o peso da neve nas costas, que foi como seu corpo viveu o fechamento do horizonte político do seu país, e esse último Florestan, reconciliado consigo mesmo, que assume a direção dessa caminhada lúdica e utópica com seus companheiros. A neblina da serra antecede a luz do amanhecer. Florestan estava possuído pela esperança; sabia que, quando o desejo de liberdade dos oprimidos fizer uma aliança com o desejo de justiça dos explorados, juntos, os dois estarão abrindo as portas para o socialismo.

Heloisa Fernandes Silveira, filha do sociólogo Florestan Fernandes, é professora aposentada do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

**Universidade Nove de Julho -  
UNINOVE Programa de Pós-Graduação  
em Educação**

**APÊNDICE 05:** Trecho da ficha do professor Florestan Fernandes no DOPS.  
**FONTE:** <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/>

Cúteis	
Cabelos	
Bigode	
Olhos	
Estatura	
Marcas	<b>AAM.</b>

  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
Departamento Estadual de Ordem Política e Social

Ficha n.º ..... Nome: FLORESTAN FERNANDES  
Data: 10/11/78 Vulgo: .....

Prontuário Delegacia n.º 149.216 (Provisório).  
Prontuário Geral n.º 506.438  
Atividade: .....

Filiação { Pai: Marta Fernandes (mãe).  
Mãe: .....

Idade: ..... anos. Nascido em 22 de Julho de 1920 Sexo Masc.  
Nacionalidade: Brasileira Natural de: S. Paulo - SP.  
Estado civil: ..... Profissão: .....

Ordenado: Cr\$ ..... Local de trabalho: .....

Residência: R. Nebraska nº 392 -

É Sindicalizado? ..... Sindicato e locais que costuma frequentar: .....

S.G. - S.S.P. - Mod. 67



# Universidade Nova de Julho - UNINOVE

## Programa de Pós-Graduação em Educação

### APÊNDICE 06 - Reportagem no Jornal Folha de São Paulo de 07 de dezembro de 1977 sobre fim do decreto estabelecido com o avanço da ditadura civil militar dentro da USP.

Fonte: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6142&keyword=Adusp&anchor=4229768&origem=busca&originURL=&pd=848c83ab4257f0d3eb3caa37905c9a5e>

Quarta-feira, 7 de dezembro de 1977

FOLHA DE S. PAULO

EDUCAÇÃO — 15

### Sai até 6.ª o parecer sobre a USP

A proposta de alteração do estatuto da USP, aprovada em 1974, encontra-se em fase de discussão no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade. O parecer sobre a proposta será encaminhado ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da USP em 15 de dezembro. O parecer será encaminhado ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da USP em 15 de dezembro. O parecer será encaminhado ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da USP em 15 de dezembro.

## Variam reações ao fim do 477

### Fim do decreto não seria suficiente, dizem professores e estudantes

O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes.

## Professores e estudantes

Professores e estudantes manifestam preocupação com o fim do decreto de 1977. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes.

## As autoridades

As autoridades da USP manifestam preocupação com o fim do decreto de 1977. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes.

## Os políticos

Os políticos manifestam preocupação com o fim do decreto de 1977. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes.

## Os decretos-147 e 228

Os decretos-147 e 228 são discutidos no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da USP. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes.

## Adiamento tem repercussão desfavorável

O adiamento do processo de revisão do estatuto da USP tem repercussão desfavorável. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes.

## O relatório

O relatório do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da USP é encaminhado ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da USP. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes. O decreto de 1977, que revogou o decreto de 1964, não seria suficiente para garantir a liberdade acadêmica, dizem professores e estudantes.

INSTR. NATAL. MID. DE FARM. SUP. FUND. AP. FARM. (RES. DE 1977)

### GEPEO

ESCOLA PARA CRIANÇAS COM PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

### FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA

ESPECIALIZADA EM

### MESTRADO PRONUCLEAR — IITA

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

INSTR. NATAL. MID. DE FARM. SUP. FUND. AP. FARM. (RES. DE 1977)

### GEPEO

ESCOLA PARA CRIANÇAS COM PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

### FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA

ESPECIALIZADA EM

### MESTRADO PRONUCLEAR — IITA

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

INSTR. NATAL. MID. DE FARM. SUP. FUND. AP. FARM. (RES. DE 1977)

### GEPEO

ESCOLA PARA CRIANÇAS COM PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

### FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA

ESPECIALIZADA EM

### MESTRADO PRONUCLEAR — IITA

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

### MESTRADO

ESPECIALIZADO EM

**Universidade Nove de Julho - UNINOVE**  
**Programa de pós-graduação em**  
**educação**

**APÊNDICE 07** - Reportagem do Jornal da USP de 19 de outubro de 2015 sobre os 40 anos do assassinato de Vladimir Herzog.

<http://www.premiovladimirherzog.org.br/o-premio.asp>

**JORNAL DA USP Edição de 19/10/2015**

Há 40 anos, morte de Vlado marcava o início do fim da ditadura

19/outubro/2015 Publicado em: Sociedade, USP Online Destaque

O prêmio Vladimir Herzog reconhece jornalistas e seus trabalhos voltados à promoção da democracia, cidadania e direitos humanos e sociais.

Professores, ex-alunos e profissionais contemporâneos do jornalista – professor da ECA na época – relembram a tensão do período. O dia 25 de outubro marcará os 40 anos da morte do jornalista Vladimir Herzog, o Vlado, que foi assassinado pelos agentes da ditadura em 1975. A vida e a morte de um dos jornalistas mais importantes para a história recente do Brasil também teve seus desdobramentos na USP, onde Vlado (seu nome verdadeiro) foi professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) por um breve período antes de ser assassinado.

A ida de Herzog para a ECA ocorreu devido à saída de vários professores, no primeiro semestre de 1975: Sinval Medina, coordenador do curso de Editoração, havia sido reprovado, de forma arbitrária, em seu exame de qualificação para o mestrado, o que o levou a perder o cargo de professor. Em solidariedade, outros professores pediram demissão em maio do mesmo ano: Cremilda Medina (esposa de Sinval), Paulo Roberto Leandro e Walter Sampaio (então chefe do Departamento). Mas o desfalque era ainda maior, visto que outros professores já haviam sido cassados e deixaram a ECA, entre eles Jair Borin, Thomas Farkas e José Marques de Melo.

A demissão dos professores provocou a revolta dos alunos da ECA. Eles chamaram o episódio de “Delito Medina”. Entraram em greve e exigiram a renúncia do então diretor, Manuel Nunes Dias. A paralisação acabou se estendendo por toda a Universidade. Foi a primeira greve de alunos desde 1968 e durou até agosto daquele 1975. Por conta disso, o jornal O Estado de S.Paulo publicou um editorial em que responsabiliza os “professores

subversivos da ECA” pela situação.

Essa falta de docentes motivou a jornalista Dilea Frate, então aluna da pós-graduação, a sugerir o nome de Vlado para a professora Gisela Ortriwano. Ela, por sua vez, o indicou ao professor José Coelho Sobrinho, que apresentou e defendeu o currículo de Vlado ao Conselho de Graduação. A partir daí, Herzog passou a ser professor voluntário do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE).

“Eu era uma aluna muito atuante na ECA, representante de turma e conhecia o diretor Manuel Nunes Dias. Também conhecia o Vlado, pois na época era casada com o Paulo Markun [jornalista] e eles trabalhavam juntos na TV Cultura”, relata Dilea. A área de telejornalismo, de acordo com a jornalista, estava afluindo com importância no Brasil. “Vlado era um entusiasta dessa área, mais do que qualquer outro professor que a gente conhecia”, lembra. Ela ia iniciar o mestrado e entrou na ECA de modo informal. “A gente começava a dar aulas e esperava a contratação. Muitos professores ficavam sem receber durante esse período. A contratação não era como é feita hoje”, explica. Dilea ficou responsável pela Agência Universitária de Notícias (AUN) e Vlado com a disciplina de Telejornalismo.

Mas eles não tiveram muito tempo para exercer a profissão de professores na ECA e ministraram poucas aulas. O clima de insegurança e perseguições no País era evidente e o jornalista tinha consciência dos riscos que corria conforme ele relatou em conversa com a professora Alice Mitika Koshiyama, também professora da ECA, na mesma semana da sua prisão e morte.

A ida de Herzog para a ECA ocorreu devido à saída de vários professores, no primeiro semestre de 1975

Foto:

Divulgação

Dias de

tensão

“Tivemos uma conversa muito marcante durante um café na segunda-feira que antecedeu a morte dele [Vlado foi morto num sábado]”, relata Alice. Ele contou que sabia da existência de uma lista de pessoas que seriam detidas para um interrogatório no Destacamento de Operações de Informações do Centro de

Operações de Defesa Interna [DOI-CODI] e que ele ficou sabendo que estava entre os que seriam detidos. Alice disse a ele: “Você vai ficar assim, exposto? Não vai fazer nada? Você pode ir para algum lugar, tirar umas férias, um descanso”. Mas Herzog respondeu que não podia fazer isso, porque estava ocupando o cargo de diretor de telejornalismo da TV Cultura.

Era um cargo de confiança, indicado pelo Secretário de Estado de Educação, José Mindlin, que, por sua vez, era indicado pelo governador Paulo Egídio, este, pessoa de confiança do presidente Ernesto Geisel. “Herzog contou que estava havendo um enfrentamento muito forte quanto a qualquer possibilidade de abertura política pela ação da linha dura das Forças Armadas: “Se eu fugir”, disse o jornalista, “vai parecer que eu sou culpado, e vou atrair a suspeita contra o secretário da Cultura, contra o governador. Até porque eu não fiz nada que possa ser objeto de condenação”, disse ele a Alice.

A professora destaca que ficou muito preocupada “porque às vezes vale a pena a pessoa tomar algumas medidas”, mas não acreditava que os militares iriam “quebrar tudo e tal”. “Mas era uma visão subjetiva minha. Eu não acreditava que eles fossem matar alguém. Eu falei isso e ficou por isso mesmo.” O relato de Dilea Frate reforça esse clima tenso que antecedeu o 25 de outubro de 1975. “Eu fui presa com o Paulo Markun na sexta-feira, 17 de outubro, e o meu aniversário e o batizado da minha filha eram no domingo, dia 19. Eu ficava falando para os militares, como se fosse um mantra, que eu era católica, que aquilo era um engano, e que eu acreditava em Deus tanto que iria batizar a minha filha no domingo.”

No domingo, por volta das 10 horas, os militares levaram Dilea até a Igreja onde ocorreria o batizado. “Eles chamavam isso de ‘diligência’: para verificar se aquilo que foi dito era verdade mesmo”, explica. Apesar das prisões, a mãe de Dilea não desmarcou o batizado, mesmo porque o padre, o Frei Clarêncio Neotti, estava vindo de Santa Catarina para São Paulo. Após o batizado, o pai de Dilea convidou os militares que a acompanhavam para irem ao almoço de batizado. “Eles foram!. Isso foi surrealista!”, destaca.

Isso foi exatamente uma semana antes de Herzog ser assassinado. Durante o almoço de batizado, Paulo Markun entregou ao pai uma lista com os nomes das pessoas que foram citadas durante os interrogatórios e Vlado era um deles. “Nós demos a orientação para ele não tentar ser corajoso e sim fugir, porque a barra estava muito pesada e não era apenas com a gente. Estava acontecendo alguma coisa muito pesada, além de nós. Era uma tentativa de golpe dentro do golpe: a ala mais radical do exército estava tentando dar um golpe no exército e nós éramos instrumentos desse golpe”, conta.

A prisão de Dilea Frate teve consequências muito sérias para a sua vida profissional. Ela foi demitida por justa causa do seu emprego na Revista da antiga Telesp (Telecomunicações de São Paulo S/A) e teve que encerrar sua então iniciada carreira acadêmica. O diretor da ECA a chamou em sua sala e disse que Dilea era uma decepção por ter sido presa. Teve de ouvir um: “Nunca mais coloque os seus pés na USP”.

Primeira bomba que cai na minha cabeça

Cremilda Medina: “ele reconhecia em mim uma experiência, pois muitos dos jornalistas que foram com ele para a TV Cultura eram do jornalismo impresso” | Foto: Divulgação Após pedir demissão, Cremilda Medina foi trabalhar na TV Cultura a convite de Walter Sampaio. “Eu era professora de Teoria e Prática da Grande Reportagem. Fui trabalhar como editora de matérias especiais, a chamada pauta especial do dia. Produzia documentários de 8 a 10 minutos que eram exibidos diariamente”, recorda.

O encontro dela com Vlado ocorreria nos meses seguintes. Walter Sampaio foi demitido do cargo de diretor da TV Cultura e quem ocupou o lugar dele foi Vladimir Herzog. “Com a mudança de gestão, Vlado me pediu para assumir a Editoria Nacional”, conta Cremilda. Vlado havia trabalhado na BBC, de Londres, e trouxe uma nova proposta, com o uso de alguns documentários produzidos pela emissora inglesa. Um deles abordava a atuação dos Viet Kongs, na Guerra do Vietnã. Ao ser editado e colocado no ar, o documentário provocou a ira de alguns setores da ditadura. “Havia um certo jornalista que escrevia e atacava, em suas notas, a TV Cultura, e ele passou a chamá-la de VietCultura”, lembra a professora.

No início de outubro, Vlado encaminhou ao Palácio do Governo uma recomendação para Cremilda receber uma promoção salarial. “Era uma promoção maravilhosa para mim”, recorda a docente. Cremilda foi chamada à sala de Vlado cerca de uma semana antes de ele ser assassinado. Ele disse que o Palácio dos Bandeirantes havia exigido a demissão dela. A professora lembra que foi uma conversa muito traumática, pois Vlado quis saber tudo o que tinha acontecido antes da entrada dela na TV Cultura. Ela então explicou os fatos ocorridos na ECA, no primeiro semestre: o “Delito Medina” e o editorial do Estadão. “O que ele disse depois foi uma coisa que eu nunca mais vou esquecer. Com um ar de desânimo, ele falou que não tinha o que fazer em relação a minha demissão. Eu respondi: ‘Não se preocupe, pois já passei por outras e que passaria por mais essa’. Ele respondeu: ‘Eu pressinto que essa é a primeira bomba que cai na minha cabeça antes de outras piores’. Na

semana seguinte, Vlado estava morto.”

Entre a saída da Cultura e o dia da morte do Vlado, Cremilda ficou completamente “à deriva”. “Todos os meus colegas tinham ido ao enterro. Mas eu só pude reestabelecer forças para ir à missa de sétimo dia, na Catedral da Sé. Os militares colocaram o nome de Operação Gutemberg, na tentativa de impedir que as pessoas conseguissem chegar até a Igreja. Mas mesmo com a presença maciça de militares com metralhadoras em punho, a Catedral ficou lotada. “A morte do Vlado é um marco, não só pela dramaticidade, mas porque naquele ato, uma semana depois, na Praça da Sé, o mundo todo percebeu que a ditadura estava com a corda no pescoço diante da mobilização popular. Tinha tanta gente que eu não consegui entrar na igreja, fiquei fora onde o que se via eram dezenas de metralhadoras apontadas para nós.”

De acordo com a professora, a relação com Vlado sempre foi muito profissional. “Ele reconhecia em mim uma experiência, pois muitos dos jornalistas que foram com ele para a TV Cultura eram do jornalismo impresso. A minha experiência não era muito longa como a do Walter Sampaio, mas além de trabalhar na TV Cultura, eu já havia trabalhado na TV Bandeirantes. Eu tinha me afeiçoado ao telejornalismo. A edição de documentários diários com 8, 10 minutos ao dia me deu uma escola, um traquejo com o processo de edição que o Vlado prezou muito. Apesar de ter substituído muitos quadros, ele me manteve na equipe como editora nacional”, explica.

Para Cremilda, esses episódios de 1975 fazem parte de um pedaço da História do Brasil muito mal contado. “Tivemos meses de convivência, algo muito profissional. Éramos de uma geração que estava em confronto com a ditadura e com todo o descalabro do autoritarismo. Eu estava construindo no jornalismo a teoria da reportagem, que vai culminar, posteriormente, com esse campo das narrativas da contemporaneidade, disciplina que ofereço hoje na ECA. O Vlado era um profissional que tinha a BBC por trás, uma escola de jornalismo muito respeitada, que preza pelo rigor da informação”, conta. Na TV Cultura, esclarece ela, eram realizadas reuniões de pauta diárias em um ambiente bastante democrático e sem grupos de confrontação com a ditadura. “Éramos jornalistas querendo trabalhar e conscientes de que realmente estávamos responsáveis por informações cerceadas pela ditadura.”

Para o jornalista Gabriel Priolli, Herzog foi, ao mesmo tempo, professor e chefe: teve aulas com ele na ECA e foi seu subordinado na TV Cultura. Em um texto que escreveu, há alguns anos, para o jornal Diário de S.Paulo, Priolli conta que “não estranhou quando Vlado o chamou a sua sala, no início da noite de 24 de outubro, para dizer que a situação estava se agravando e

poderia atingi-lo. “Posso ser preso a qualquer momento, então pegue aqui os trabalhos da sua turma e devolva aos seus colegas”, ele me pediu. “Quando as coisas se acalmarem, a gente vê como faz a avaliação do curso”. Apanhei o pacote, desejei boa sorte a ele e fui embora, direto da redação para Ilhabela, onde passei o final de semana distante de telefone e qualquer meio de informação”, diz o texto. Priolli relata que somente soube da morte na segunda-feira, ao chegar na USP e se deparar com a enorme faixa: Mataram Vlado!

A prisão e a morte de Vlado também tiveram outros desdobramentos na ECA. Sua rápida passagem pela USP trouxe uma polêmica: o nome de Herzog teria ou não sido suprimido do registro de atividades acadêmicas da Escola de Comunicações e Artes, no ano de 1975? Esse tema foi tratado na edição de outubro de 2012 da Revista da Adusp (Associação dos Docentes da USP), com o texto ECA de Manuel Dias e Helda Barracco apagou os vestígios de Herzog, de autoria da jornalista Beatriz Vicentini.

A reportagem cita o artigo “A prática política para ser jornalista”, em que a professora Alice Mitika relata o que aconteceu no Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA, naquele segundo semestre. “Colocamos o nome de Vladimir Herzog no rascunho do ‘Relatório de Atividades de 1975’ mas o nome dele foi suprimido do texto ‘oficial’, por ordem da chefe, professora doutora Helda Bullotta Barracco, que arbitrariamente se recusou a ouvir quaisquer protestos, alegando ordens superiores... Todas as pessoas do corpo docente (efetivos, contratados, à espera de contratos e voluntários), exceto Herzog, figuraram no Relatório”. Ainda, de acordo com a reportagem: “Documentos comprovam o registro de Alice, até hoje docente do mesmo departamento. Em 13 de agosto de 2012, o diretor da ECA, Mauro Wilton de Souza, em resposta a pedido de informações sobre os docentes que ministraram disciplinas no Departamento de Jornalismo em 1975 e 1976, encaminhou cópia daquele relatório, à qual faltam algumas páginas se considerada a lógica da numeração dos itens. Em seguida a uma listagem de 39 nomes datilografados à máquina e com a devida identificação da categoria a qual pertenciam como docentes, aparece, escrito à mão, o nome “Wladimir Herzog” (grafado assim, com W). O procedimento se repete na relação de professores e respectivas disciplinas.

Em Jornalismo Televisionado, oferecido ao 7º semestre, aparece à máquina o nome de Gisela Swetlana Ortriwano e, de forma manuscrita, “W. Herzog”. Dilea Frate lembra que, apesar de a história da passagem de Herzog ter sido contada na reportagem publicada na Revista da Adusp, a maioria das pessoas da Universidade de São Paulo desconhece esses fatos. “A própria USP tentou

apagar tudo isso, então parece que não aconteceu. Você pode levantar essa história até na documentação e ver a coisa mal apagada, riscada, os nomes riscados”, destaca.

Para a jornalista é importante que essa história seja contada. “A gente era expulso por medo, porque nada era oficial. Você era expulso porque era um medo tão grande que você acabava indo embora e dava graças a Deus por não ter acontecido algo ruim”, revela. “Também é importante saber que aquelas pessoas não eram boazinhas, e que as coisas não eram veladas. Mas nada era oficial, eles não assumiam. Eles pegavam você pessoalmente e não havia celular, não tinha como gravar. Então eles falavam na cara: Sai daqui, desaparece!”

Vocês sabem quem foi Herzog? Não...

José Coelho Sobrinho: “Falta alguma coisa na estrutura curricular que fale mais sobre a nossa profissão”

| Foto: Divulgação

O professor José Coelho Sobrinho conta que, atualmente, a sala de computadores do CJE tem o nome de “Redação Vladimir Herzog”, em homenagem ao jornalista. O docente revela que fica sentido quando pergunta aos alunos de jornalismo que acabaram de ingressar na ECA se eles sabem quem foi Vladimir Herzog e ouve um “não” como resposta. “Aí eu pergunto: vocês sabem que ele foi o divisor de águas entre a ditadura e o final desse período? Que foi a partir dele que a ditadura começou a ruir? A resposta é não”, lamenta.

Para o professor, se a pessoa não sabe nada a respeito do jornalista mais importante para a história recente do País, é porque deve ter algo muito errado na estrutura curricular. “Imagina então se a gente perguntar da ABI [Associação Brasileira de Imprensa]. Acho que falta alguma coisa na estrutura curricular que fale mais sobre a nossa profissão e sobre as pessoas que fizeram essa profissão e como ela é importante para a democracia do país.”

Prêmio Vladimir Herzog

Nesta terça-feira (20), às 20 horas, acontecerá a premiação a jornalistas que participaram da 37ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. A cerimônia terá lugar no auditório do Teatro da Universidade Católica (TUCA), da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.



O prêmio, que teve sua primeira edição em 1978, é um dos mais antigos do Brasil, e continua vinculado à luta pelos Direitos Humanos e Cidadania, sem envolvimento de empresas, instituições e segmentos jornalísticos. Anualmente, são premiadas nove categorias: Artes; Fotografia; Jornais; Rádio; Revistas; Internet; TV – Documentário; TV – Jornalismo e Tema Especial.

#### Roda de Conversa

Ainda como parte da programação, na terça pela manhã, das 9 às 13 horas, acontecerá a 4ª Roda de Conversa com os vencedores desta 37ª edição do prêmio. Para o jornalista Sérgio Gomes, diretor da Oboré, coordenador do Projeto Repórter do Futuro e conselheiro do Instituto Vladimir Herzog, este encontro é uma excelente oportunidade para os estudantes de jornalismo terem um contato mais próximo com profissionais das mídias e saberem mais sobre como se dá a produção de uma matéria “premiada”.

A Roda de Conversa acontecerá no Tucarena (ao lado do TUCA) e terá transmissão pela internet, por meio do link . O evento, gratuito, é voltado especialmente para alunos dos cursos de comunicação e tem o propósito de compartilhar conhecimento sobre os métodos e técnicas de algumas reportagens mais importantes da imprensa brasileira.

Hérika Dias e Valéria Dias / Agência USP de Notícias

Mais informações: site <http://www.premiovladimirherzog.org.br/o-premio.asp>

## **Universidade Nove de Julho – UNINOVE**

### **Programa de Pós-Graduação em Educação**

**APÊNDICE 08** - Roteiro de entrevista semi-estruturada que foi utilizada como fonte da presente pesquisa.

1. Quando e em qual contexto social e político a Adusp foi fundada?
2. Quais foram os principais fatores e motivações que levaram os docentes da universidade a fundarem sua associação?
3. Quais foram as principais personagens que se dedicaram a criação e a consolidação política da entidade?
4. É possível rememorar os desafios e as dificuldades encontradas para a criação de uma entidade de caráter sindical numa das principais instituições universitárias da América Latina?
5. Houve tratativas pela criação de uma única associação representativa dos professores e dos demais trabalhadores da USP?
6. A presença da Adusp no 1º Congresso da USP trouxe uma série de questionamentos sobre a ausência de um projeto que pudesse direcionar os rumos da universidade numa perspectiva de caráter público, democrática e comprometida com os interesses sociais. Dentre eles, quais foram os mais destacados pela associação durante a realização deste importante evento?
7. As inúmeras greves organizadas pela Adusp, podem ser consideradas momentos de reflexão sobre o significado e a importância social da atividade acadêmica para o país ou para muitos dos docentes, o que está em jogo são as reivindicações salariais e corporativas?
8. Qual foi o papel da Adusp no questionamento da fragmentação da carreira docente e na defesa do regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP)? Os mecanismos de flexibilização do RDIDP estão em sintonia com a origem da presença das perspectivas neoliberais na universidade brasileira e de que forma dificultam o seu engajamento num projeto democrático de nação?

9. Em suas origens, quais foram as ações perpetradas pela Adusp contra o processo de privatização do espaço público dentro da USP?
10. É possível localizar as manifestações mais remotas da Adusp em defesa da democratização das relações de poder e do estatuto da USP?
11. Como o senhor entende os episódios autoritários e repressivos marcaram a trajetória dos professores que atuaram no interior do movimento proto-associativista que culminou com a criação da Adusp?
12. O que representa para a história dos docentes da USP o depoimento do professor Antônio Cândido à Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) em 1977?
13. Em seus primórdios, como os dirigentes da Adusp se comportaram diante do colaboracionismo que se estabeleceu entre os dirigentes da USP e os golpistas de 1964?
14. Na ferina análise realizada por Florestan Fernandes, as inúmeras perseguições políticas e o incentivo ao colaboracionismo que se instalou na sociedade, tinham como objetivos aniquilar os opositores da ditadura e, ao mesmo tempo, barrar o avanço do movimento de reestruturação e de democratização da universidade brasileira.
15. No bojo destas discussões, quais foram as principais ações desenvolvidas pela Adusp para democratizar o Estatuto da USP?
16. Em assembleia geral realizada em 28 de junho de 1978, a Adusp designou uma comissão especial encarregada de desenvolver uma campanha pela reintegração, na vida acadêmica, dos professores e demais funcionários atingidos pelos atos de exceção. Qual foi a importância desta deliberação para a história da Adusp e quais foram os seus principais resultados?
17. Houve alguma ação da Adusp pertinente à prisão do professor Mário Schenberg?
18. Em 28 de abril de 1969, juntamente com alguns outros colegas, o professor Florestan Fernandes, foi aposentado compulsoriamente e afastado

de suas atividades docentes na USP. Qual foi o papel desempenhado pela Adusp pela reintegração deste professor?

19. A chamada transição democrática significou a oportunidade de se pavimentar o caminho para a instalação de uma nova etapa na forma pela qual se estabeleceu a dominação burguesa no Brasil. As mudanças que se colocaram em movimento estavam em sintonia com as questões mais gerais do capitalismo mundial, em sua fase de reestruturação produtiva, com o fortalecimento do neoliberalismo, como, também, as crises do imperialismo norte-americano ocasionadas pelas sucessivas derrotas militares na Indochina. A forma pela qual os efeitos da crise do capitalismo mundial se expressou no Brasil, escancarou a incapacidade da ditadura civil-militar de garantir a longo prazo os interesses dos grandes monopólios internacionais e de assegurar suas alianças internas para garantir o exercício do poder. Nesse delicado e intrincado momento da história, qual foi o posicionamento adotado pela Adusp?

20. No Brasil o processo da chamada abertura democrática e do advento da autoproclamada Nova República, significaram a substituição dos mecanismos de dominação burguesa, até então exercidos por intermédio da coerção das armas, da violência institucionalizada e da repressão estatal desenfreada, pela utilização dos meios clássicos de dominação, com o uso da cooptação dos movimentos sociais e do atendimento das reivindicações secundárias dos trabalhadores, para manter inalterados os seus interesses de classe. Diante das tentativas de cooptação e das propostas de Pacto Social da Nova República, qual foi o comportamento da Adusp?

21. Houve a participação da Adusp, no processo de organização independente dos trabalhadores que culminou na criação da CUT em 1983?

22. A Adusp participou do Movimento pelas Diretas-já?

23. Para muitos que atuavam no movimento sindical, o Congresso Constituinte convocado pelo Governo Sarney, em 1986, representou uma tentativa de legitimar o regime conservador da Nova República, com uma pretensa constituinte, sem soberania, nem liberdade, controlada por leis

arbitrárias e manipulada pela classe dominante. A Adusp adotou qual comportamento neste cenário político?

24. Em 1977, O jornal Movimento apresentou uma matéria demonstrando que os investimentos na universidade haviam sofrido um decréscimo após a reforma de 1969, e que os salários da(o)s professora(e)s estavam defasados. À época o diretor da ADUSP era o professor Crodoaldo Pavan o qual encaminhou documento reivindicando reajuste dos salários. Diante disso, como o senhor vê a atuação da ADUSP em questões corporativistas naquele momento histórico?

25. De que forma essas questões relacionavam-se com a ampliação da autonomia dos docentes em uma organização de resistência frente ao regime?

26. O documento ainda aponta, que, apesar da diminuição dos investimentos houve uma ampliação no número de vagas e a instauração da pós-graduação. Como o senhor entende essas contradições?

27. No levantamento das fontes que fizemos, encontramos um depoimento elaborado pela Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (CV-USP) do professor Sérgio Ferro banido da USP em 1972. Nele, o professor aponta uma inércia de professores e dirigentes da USP em relação às perseguições e torturas sofridas por ele e outros colegas e alunos até a data da sua saída compulsória. O senhor teve contato com esse professor? Como vê essa questão?

28. Após o surgimento da Adusp, houve algum plano de readmissão dos professores/funcionários demitidos compulsoriamente?

29. Se houve, como se deram as negociações com os dirigentes da universidade?

30. Dentre as resoluções apresentadas pelos professores da USP no 1º Congresso unificado das associações, a professora Marilena Chauí apresenta um texto no qual estabelece e aponta elementos da burocracia na universidade em contraposição à necessidade de democratização tanto nas formas de organização, quanto ao ingresso e permanência dos estudantes.

Em relação às defesas democráticas no interior da universidade, como o senhor observa o papel da ADUSP neste percurso?

31. Como o senhor enxerga este binômio democracia x burocracia?
32. O que a ADUSP entendia por “defesa democrática” naquele momento?

## **Universidade Nove de Julho – UNINOVE**

### **Programa de Pós-Graduação em Educação**

**APÊNDICE 09** - Entrevista concedida pelo Professor César Augusto Minto em agosto de 2021 por meio da plataforma Meet, utilizando-se do questionário como roteiro semi-estruturado (APÊNDICE 08)

**Entrevistado:** ... numa das principais instituições universitárias da América Latina? E eu sugeriria a você que continuasse fazendo como você fez nessa pergunta. Nunca diga que a USP é a mais importante universidade. Porque isso só enche a bola dos colegas que são ufanistas. A USP é “uma” das principais, existem várias outras que são tão importantes quanto. Mas você fez isso: numa das principais instituições universitárias da América Latina.

P: Ah, inclusive, eu faço sempre uma crítica, eu tenho até uma crítica pessoal quanto a isso, porque a gente trabalha na rede municipal de São Paulo, e a gente percebe uma distância muito grande entre a escola básica e os profissionais da escola básica e a USP. A gente poderia estreitar os laços com projetos e tudo mais, e é muito restrito. Então eu tenho uma crítica, também, do ponto de vista de uma profissional da cidade de São Paulo, que está ali pertinho, que não tem esse... por conta do status, aí, enfim, o senhor já falou, da hierarquia, da elitização, e tal, a gente acaba não tendo essa aproximação, também, então... por isso essa preocupação.

]

**Entrevistado:** E você tem, a cada ano que passa, Fernanda, você tem uma... tem uma doença generalizada chamada produtivismo, que cobra da gente, quer dizer, é um absurdo o que tem acontecido mais recentemente. Eu acho que a gente vai ter a oportunidade de falar sobre isso, um pouco mais, quando avançar nas perguntas. Eu não me lembro se você... mas certamente vai dar para falar isso um pouco mais tarde. O que eu queria dizer para você, por ora, é que não se trata de negligência das pessoas, porque a gente... você tem muito militante que trabalha no sentido inverso disso que você constata de uma maior aproximação da rede, agora...

P: Sim, sim.

**Entrevistado:** Uma maior aproximação da rede pode significar não necessariamente uma... você trabalhar mais em função do social...

E: É, seria isso.

**Entrevistado:** Dos interesses sociais.

P: É, isso. Mas aí teria que ter tempo para isso, né? Esse produtivismo teria que cair por terra.

**Entrevistado:** É. E você trabalha com uma outra concepção do que é produzir. E: Uhum.

**Entrevistado:**  
Né?

P: Sim.

**Entrevistado:** É produzir, sim, eu quero produzir, mas eu quero produzir coisas que sejam do interesse do conjunto da sociedade...

P: Perfeito.

**Entrevistado:** E não de parcela restrita da sociedade. Então, a gente teve dificuldades no começo, também, Fernanda, porque... o sindicato, até hoje a gente é um pouco discriminado na universidade, meio que, os sindicalistas, eles estão... em geral, não posso generalizar, por óbvio, mas em geral, é como se fosse assim, aquele fulano não dá para outra coisa, então ele vai ser sindicalista. Certo? É um pouco assim que a gente é tratado, volto a dizer para você, não posso generalizar, mas é um pouco isso. E tem também um pouco de parcela da categoria de achar que os sindicalistas trabalham em função "de". Deles, né, lógico.

P: É.

**Entrevistado:** Certo? Como se a gente fosse empregado. Então, você tem um certo ranço aí, tanto é que foi meio que... só para te dar um exemplo concreto, não foi fácil a luta para, lá atrás, associar-se a Central Única dos Trabalhadores. Não foi fácil convencer a categoria, porque a categoria não via isso como uma prioridade, enfim, não valorizava muito a organização sindical e tudo mais. A quinta pergunta sua: Houve tratativas pela criação de uma... única na associação representativa dos professores e demais trabalhadores da USP? Teve vários colegas nossos, aliás, ainda tem alguns remanescentes que são... porque a rigor a gente poderia, por exemplo, hoje, pegando o exemplo atual, se sindicalizar ao SINTUSP, que é o sindicato dos trabalhadores e das trabalhadoras na USP. Mas a gente não... alguns de nós foi sindicalizado lá, mas eu diria que deve dar para contar nos dedos as pessoas que ainda... você tem... uma instituição hierarquizada como é a USP, você tem... tem algumas coisas que não são explicitadas claramente, Fernanda, elas se explicitam... ah, não, a gente precisa ter um espaço próprio,



porque nós temos especificidades, a nossa categoria tem especificidade. O que não deixa de ser verdade.

P: Sim.

**Entrevistado:** Tá claro? Mas você teria, você tem muita coisa em comum. Mesmo na USP, eu não sei se você sabe, mas, assim, os docentes, a maioria, a grande maioria dos docentes, quase totalidade, é estatutária, ao contrário dos funcionários, não, os funcionários são celetistas. Então você tem essa diferença, que acho que dá para perceber um pouco a diferença entre estatutário e celetista.

P: Nossa, é muito diferente.

**Entrevistado:** É. E consta... só para a gente não... aproveitar a oportunidade... consta que foi uma opção feita pelos funcionários serem celetistas. Eu diria para você que isso foi uma demanda criada artificialmente. Tá? Que a rigor, que pode ser que eles tenham, na época, os funcionários tenham embarcado nisso achando que eventualmente, porque sempre o fato de você ter, por exemplo, pela CLT, você ter... como é que fala? Foge a memória agora essa palavra.

P: Fundo de Garantia.

**Entrevistado:** Algumas garantias.

P: É, Fundo de Garantia, por exemplo.

**Entrevistado:** Fundo de Garantia. Pode ser que isso tenha estimulado as pessoas a fazerem... mas tanto quanto eu saiba, não foi uma opção assim de por querer isso. Foi um pouco induzida pela universidade, lá atrás. O fato concreto é que você tem, a maioria dos funcionários e funcionárias hoje que são celetistas e os docentes são estatutários. Isso tem uma diferença grande. Mas tem muita coisa que nos são comuns. Só para responder a sua pergunta, que eventualmente nada impediria que a gente tivesse um sindicato único, por exemplo. Agora, eu diria para você que numa instituição hierarquizada como a USP, acho muito difícil que isso venha a acontecer um dia, muito difícil. Embora do ponto de vista ideológico, pode ser que boa parte dos militantes defendesse uma visão desta; A gente está todo mundo junto. De alguma forma a gente tem o Fórum das Seis. Você sabe o que que é o Fórum das Seis?

P: Não. Das seis universidades? Eu não sei não.

**Entrevistado:** O Fórum das Seis, você vai entender direitinho como é que funciona isso. Ela é uma articulação política entre as entidades de docentes, funcionários técnico administrativos e estudantes das três Universidades Estaduais Paulistas. Só que originalmente ela era uma articulação só de funcionários e docentes da USP, funcionários e docentes da UNESP, funcionários e docentes da UNICAMP. Daí Fórum das Seis. Depois ela foi ampliada, porque englobou os estudantes. Então ficaria Fórum das Nove. Só que manteve-se, pela tradição, manteve-se o nome. Depois ampliou mais ainda porque ingressou no Fórum das Seis, também, o Centro Paula Souza, ou melhor, os servidores e servidoras do Centro Paula Souza. Então, a rigor, hoje seria o Fórum das Dez.

P: E vai aumentando.

**Entrevistado:** É. Só que o nome permaneceu pela tradição. Até nisso, heim? Até nisso a gente é tradicional aí, tá?

P: É. Uhum.

**Entrevistado:** Então, o que que eu diria para você? Acho muito difícil, assim como foi difícil, lá atrás, a gente estar no mesmo sindicato conjunto. E o argumento que aparece sempre é o argumento das especificidades, das categorias. O fato de, no caso da USP, veja, se você pegar cada uma delas, das três... da UNESP, por exemplo... a UNICAMP é a que mais se parece com a USP. E a UNESP é a que menos se parece, a UNESP tem uma coisa mais diferenciada. Por exemplo, você tem, ainda você tem docentes na UNESP, coisa que não acontece na USP, não acontece na UNICAMP, docentes celetistas. E por curioso que pareça, os funcionários da UNESP e os funcionários da UNICAMP são estatutários e não celetistas.

P: Hum. Interessante.

**Entrevistado:** Enfim, mas por que que eu precisava mencionar para você o Fórum das Seis, porque na verdade ele é um espaço, ela é uma articulação política, ela não é uma entidade formal, não tem CNPJ, não tem nada disso, ela é uma articulação política que foi criada em função lá no final dos anos 80, quando numa greve conjunta com o funcionalismo, todo funcionalismo do Estado, nós fomos alijados por uma política do então governador Quéricia, no final dos anos...

P: 80, né?

**Entrevistado:** 80. 80. Ele fez o seguinte, ele fez um decreto e nos separou, que era o chamado decreto da autonomia. Mas a gente volta a falar sobre isso

mais tarde.

P: Ok.

**Entrevistado:** É só para você entender. Porque na época a gente era, nós funcionávamos todo mundo junto, a gente fazia campanhas conjuntas no funcionalismo todo. Só que nós das universidades começamos a acompanhar uma coisa que causou muita preocupação aos governos, que foi acompanhar os orçamentos para poder na data base negociar. A gente mergulhou nessa história de acompanhar o orçamento e de tentar apresentar um conjunto de argumentos que impedissem, por exemplo, os governantes de dizer: não tem recurso. Então o que que o Quéricia fez? Vamos isolar esse pessoal. De um ponto de vista, é tudo muito contraditório, viu, Fernanda?

P: Uhum.

**Entrevistado:** Porque por um lado foi positivo, porque nós passamos a ter uma dotação orçamentária regular. Por outro lado, ficamos isolados do conjunto do funcionalismo. O que você de alguma maneira contribui para um certo elitismo, digamos assim. Põe aspas nisso.

P: Sim.

**Entrevistado:** Tá? Você pega uma categoria mais politizada e com o nível potencial, pelo menos, de maior informação. Até hoje, se você pegar a área de financiamento, por exemplo, muito pouca gente entende.

P: Verdade.

**Entrevistado:** Porque ela é complexa. E nós temos uma certa expertise, digamos assim, que foi forjada ao longo do tempo, que a gente foi começando a acompanhar isso. Tem publicação, também, nossa, que relata tudo isso que eu estou dizendo para você. A ADUSP tem uma vasta publicação. Você já deve ter percebido olhando as coisas, né?

P: Sim. Bastante coisa.

**Entrevistado:** Deixa eu... eu vou mexer aqui só para avançar nas perguntas,

tá? P: Tá.

**Entrevistado:** Aqui, então, começaria um novo bloco de perguntas, seu, quando você faz assim, óh.

P: A presença da ADUSP no primeiro congresso da USP trouxe uma série de questionamentos sobre a ausência de um projeto que pudesse direcionar os rumos da universidade em uma perspectiva de caráter público democrática e comprometida com os interesses sociais. Entre eles, quais foram os mais destacados pela associação durante a realização desse importante evento?

**Entrevistado:** Fernanda, eu sei dizer pouquíssima coisa, para você, do primeiro congresso. Aí eu acho que é mais com o Chico Miraglia, com o Marco Brinati, com aquelas outras pessoas que são mais antigas de USP. Não necessariamente mais jovens do que eu, tá, e não necessariamente muito mais velhos do que eu em idade cronológica, mas eles têm mais conhecimento dessa parte específica. Eu não vou nem me atrever a responder isso para você porque seria chutômetro.

P: Tá bom.

**Entrevistado:** Eu só ressaltaria a dificuldade que é trabalhar numa universidade extremamente elitista, hierarquizada, muito hierarquizada, você tem uma casta que domina a universidade, de longa data, aliás, desde os primórdios, se você acompanhar um pouquinho. Aliás, é interessante acompanhar um pouco – cobra isso de mim depois, as coisas que eu estou propondo para enviar para você – um artigo de um colega, Zé Marcelino. Ele relata um pouquinho desse histórico de formação da USP. Eu acho que é importante entender a formação histórica da USP, né?

P: Sim. Sem dúvida.

**Entrevistado:** É um artigo que é um artigo curto, não é coisa muito longa, não é uma coisa muito detalhada, digamos assim. Mas as dificuldades são muito grandes para trabalhar numa universidade extremamente hierarquizada. Que na verdade você tem verdadeiros feudos. Antes eram os feudos dos chamados catedráticos, mas tendo acabado com isso há uma certa continuidade, digamos assim. A gente vê pelas dificuldades que alguns colegas têm de algumas áreas que são minoritárias em relação a uma unidade de ensino, a uma unidade da USP, a um departamento da USP, às vezes tem isso. E você tem disputas internas muito grandes, também.

P: Imagino.

**Entrevistado:** Não é democrático como a gente gostaria, como a gente propõe que seja. Aí, a outra pergunta que você faz é.

P: As inúmeras greves organizadas pela ADUSP podem ser consideradas momentos de reflexão sobre o significado e a importância social da atividade acadêmica para o país e para muitos dos docentes o que está em jogo são

reivindicações salariais e corporativas?

**Entrevistado:** Eu diria que mais do que isso está em jogo, porque é óbvio, você poderá achar que eu tenho uma visão um tanto idealizada, mas a gente tem uma compreensão de que você precisa lutar nas duas frentes, você precisa fazer a defesa corporativa porque é extremamente importante as condições de trabalho e de salário, para que você possa se dedicar como a gente considera ideal, que é nos interesses da sociedade. E em geral essas atividades, elas não têm financiamento. Então, por outro lado, é importante você avançar na construção democrática, ou seja, sempre privilegiando o bem-estar de todos em todas as áreas que você possa imaginar, na Educação, na Saúde, na arquitetura, nas letras, enfim. Que universidade, por exemplo, tem condição de manter, se não a universidade pública, tem condição de manter a disciplina de grego, de latim, de sânscrito? Num momento do capitalismo para o qual tudo isso é perfumaria. Então, você vai ver, por exemplo, que as universidades particulares não têm esses cursos.

P: Não, de jeito nenhum.

**Entrevistado:** É difícil, e eu diria que cada vez mais difícil de mantê-los na USP, também, para não dizer outras áreas, eu peguei o extremo lá, que são o grego, o sânscrito, o latim, e etc. Mas é só como exemplo extremado. Existem inúmeros outros. Então, as greves, elas são momentos, assim, eu acho que eles favorecem uma maior conscientização das pessoas que participam. Por um lado, você vê a disputa de visões diferentes que se traduziriam nas duas partes em contraposição, em geral a gestão da universidade que em geral é ligada a governo, embora a gente defenda que ela seja absolutamente autônoma, mas a gente sabe que não é isso que acontece. E por outro lado você vê mesmo algumas modificações, isso quando você consegue o nível de mobilização interessante, que faz avançar algumas iniciativas mais democráticas, digamos assim. Eu citaria, por exemplo, para você, a gente conseguiu num determinado momento, na gestão Melfi, a gestão Melfi foi 2002, 2005, salvo algum engano da minha parte. Por que que eu estou citando Melfi, porque o Melfi foi um dos... comparativamente foi uma das gestões mais democráticas que a gente teve. E o período da gestão do Melfi, por exemplo, a gente conseguiu tirar do estatuto da USP a avaliação individual. Porque a gente sempre considerou que... a gente, nós não somos contra avaliação, mas a avaliação tem que ser institucional, porque nós somos parte de um conjunto de pessoas que trabalha em princípio de acordo com um projeto que se soma. Isso não significa que não tenha individualidade, mas ele precisa estar inserido num projeto mais amplo que tem como fim os interesses sociais. Então eu acho que os momentos de greve são momentos privilegiados de avanço de consciência política, digamos assim, pelo menos do ponto de vista potencial. E é quando consegue algumas conquistas, que é

muito difícil, eu diria que quase que impossível você ter conquistas, a não ser em períodos de greve, as greves são que permitem, e aí, por óbvio, eu estou defendendo a questão corporativa pelo que eu já mencionei antes, quer dizer, você tem que ter condições adequadas de trabalho e de salário para poder se dedicar ao regime de tempo integral, dedicação exclusiva, e você vai ver a universidade caminhando cada vez mais no sentido contrário. E em especial mais recentemente. A terceira pergunta desse segundo bloco é:

P: Qual foi o papel da ADUSP no questionamento da fragmentação da carreira docente, e na defesa do regime de dedicação integral à docência e à pesquisa?

**Entrevistado:** Por que que é importante o indivíduo ficar, as pessoas ficarem, os docentes, as docentes, ficarem em regime de tempo integral e dedicação exclusiva? Para que eles possam, como a própria palavra já diz, o nome já diz, para que você possa se dedicar integralmente àquela atividade, sem amarras, eventualmente. O que você vê, por exemplo, eu vou pegar essas atividades como exemplo só, tá? Que é o que acontece nas áreas do direito, da engenharia, da Medicina, também, da arquitetura, você tem mais colegas em regime de turno parcial... ou de turno completo ou de turno parcial, que em geral são pessoas que tem as suas atividades particulares em outras instituições. Então eu não posso, por óbvio, eu não posso generalizar, mas em geral essas pessoas, existe uma característica comum nessas pessoas que é de ter o vínculo com a universidade como uma espécie de cartão de visitas. Ele tem um nome, ele é professor doutor da universidade de São Paulo, e isso, eventualmente, lhe dá, lhe confere algumas vantagens nas suas atividades particulares. Por óbvio, volto a dizer para você, eu não posso generalizar, porque pode ser que tenha muita gente dedicada, que não trabalha em regime de tempo integral, por algum motivo, em dedicação exclusiva. Por algum outro motivo que não seja, por exemplo, não vontade. Mas é fundamental, a defesa do RDIDP é fundamental para você manter para que o indivíduo pudesse trabalhar de forma livre de amarras, que o que a gente acredita que ele mais possa produzir, quando o indivíduo trabalha com um tema que é de seu interesse e o faz com condições, com condições de trabalho, de salário, para que ele possa de fato se dedicar a atividade, completamente a atividade.

P: Os mecanismos de flexibilização do RDIDP, estão em sintonia com a origem da presença de perspectivas neoliberais na universidade brasileira, e de que forma elas dificultam o seu engajamento no projeto democrático de nação?

**Entrevistado:** Sem dúvida, você já se adiantou na pergunta. Quais são esses neoliberalismos? A gente tem uma luta, a ADUSP tem uma luta histórica noutras

Fundações, as Fundações de Direito Privado ditas de apoio à... na verdade, ao invés de elas apoiarem a USP, elas se apoiam na USP, ou seja, essas Fundações de Direito Privado incrustadas dentro da universidade usando o espaço da universidade, portanto, público, usando funcionários da universidade, portanto, público, usando docentes da universidade, portanto públicos, para atividades particulares. A gente conseguiu numa luta histórica botar para fora, porque elas, de fato, elas não podem, a rigor, legalmente, elas não podem estar dentro das universidades públicas, elas teriam que estar fora, porque elas são entidades privadas que realizam entidades privadas que são cobradas. A atividade mais comum nesses casos... elas são variadas, viu, Fernanda, é um negócio até desagradável dizer, mas você... em geral são cursos de extensão, são cursos de extensão pagos.

P: Pagos. Os cursos pagos, então, dentro da USP, são fornecidos... oferecidos por essas fundações, é isso?

**Entrevistado:**

Isso.

P: Ah, tá.

**Entrevistado:** Elas são fornecidas, em geral, elas têm sempre o aval de algum docente ou de alguns docentes, pode até acontecer de ter docentes de outras instituições que são comprados e pagos. Muitas vezes... eu vou pegar como exemplo, mas é só um exemplo, porque deve ocorrer em outros lugares, também. Algumas disciplinas não são dadas formalmente no currículo oficial, para depois serem ministradas em recursos pagos. É comum isso acontecer, por exemplo, na Odontologia. Mas não só.

P: Isso ocorre desde quando, professor?

**Entrevistado:** Ah, há muito tempo, essa luta contra as fundações é um capítulo à parte, viu, porque ela tem... se você tiver... o que que eu sugeriria para você? Eu não quero desestimular você, mas é que dependendo do que você resolver, não entra por essa seara, porque não tem fim. Mas é uma luta importante saber que existe. A ADUSP fez uma... não é muito comum, a ADUSP ingressar em disputa de caráter judicial, mas nesse caso ela ingressou porque assim, tinha que... e essa luta... vou fazer um pequeno parêntese, sabe, ela começa... por incrível que pareça, por um docente da UNESP, que se sente prejudicado com a atividade das fundações e faz uma denúncia no Ministério Público. E isso começa a evoluir, sendo que a ADUSP acabou sendo, assim, uma das principais pontas de lança, depois o sindicato nacional englobou também essa luta contra as fundações privadas ditas de apoio. Tem muita coisa já produzida sobre isso. Se você quiser eu posso te

mandar também. A gente já não tem mais coisa, tem muita coisa esgotada em papel, mas tem eletrônico, tem cadernos nossos sobre esse aspecto específico que eu te dei aí como ações que são realizadas para minar por dentro as atividades da universidade. Mais recentemente, primeiro semestre de 2018, porque várias das atividades realizadas por essas entidades, por essas fundações privadas, são ilegais. E agora nós estamos vivendo um período em que eles tentam buscar formas de legalizar as atividades antes ilegais. Eles vão minando isso. Então eu vou mencionar para vocês só um, que tem várias matérias jornalísticas sobre isso na página da ADUSP, depois, se você quiser, dá uma olhada. No primeiro semestre de 2018 foi feito um seminário de dois dias com várias mesas, que foi na verdade um seminário nacional. Olha o período, heim? 2018. O contexto você tem que sempre... aliás é uma coisa que eu sempre falo para os estudantes. Liga, faz sempre a ligação com o contexto vivenciado no período. Foi um período pós o Impeachment da Dilma, o período Temer.

P: Isso.

**Entrevistado:** Eles fazem um seminário conjunto patrocinado pelo CRUESP e o Tribunal de Contas de São Paulo. Você sabe o que é o CRUESP?

P: CRUESP? Não.

**Entrevistado:** Não? O CRUESP... então vamos voltar lá atrás, tá? Quando do decreto, lembra, do Quéricia, final dos anos 80? O decreto da autonomia? Decreto da autonomia a gente usa sempre entre aspas, tá? Lá nos anos 80, ele acabou criando, logo depois desse decreto, que você tem na página, mas eu posso passar ele para você, o número dele, o decreto é 29.598/89. Ele passou... nós não tínhamos uma dotação orçamentária específica e com esse decreto passou a ter. Essa dotação orçamentária específica passou a ser 8,4% do ICMS cota parte do Estado. Você manja um pouco isso ou não? O ICMS é o principal imposto recolhido pelo Estado. O Estado recolhe...

P: Sobre o produto? É o ICMS sobre o produto?

**Entrevistado:** É. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. o ICMS é recolhido pelo Estado, 75% ficam com o Estado e 25% vão para os municípios. Então, do ICMS, a cota parte do Estado é os 75%. E a cota parte dos municípios são os 25%. Então, com o decreto, esse que eu acabei de mencionar para você, o 29.598, foi destinado às universidades, às três universidades estaduais paulistas, 8,4% do ICMS cota parte do Estado. E foi criado o CRUESP, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas. Se você vai ver, tem um decreto de criação do CRUESP, também. O



CRUESP tem funcionado basicamente só com os três reitores das universidades. Mas do ponto de vista formal na composição dele tem também o secretário da Educação e tem também o secretário de Ciência e Tecnologia, que hoje no Estado de São Paulo, o correspondente hoje seria a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja secretária é a Patrícia Ellen. Eu preciso te dizer isso, mas concretamente o CRUESP tem funcionado só com os três reitores, embora do ponto de vista formal a composição dele é maior do que isso. Mas esses outros secretários não têm... nem sempre foi assim, mas hoje é assim. E o CRUESP, então, ele tem autonomia para negociar com o Fórum das Seis.

P: Entendi.

**Entrevistado:** A gente passa... depois do Quércia a gente não negocia mais com o governo do Estado. ADUSP, ADUNICAMP, ADUNESP, assim como SINDUNESP, SINDUSP e o STU, que é Sindicato dos Funcionários da UNICAMP, eles passam a negociar com o CRUESP, que é Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulista. Só que tudo isso a gente consegue negociar quando tem greve. Para ser bem honesto com você a gente só consegue negociar quando tem greve, porque quando não tem greve dificilmente a gente negocia alguma coisa.

P: Como funciona a greve dentro da ADUSP, assim, é anual, as reivindicações são feitas anualmente e aí se não tem negociação vai para greve ou não, é uma coisa esporádica, porque na prefeitura a gente costuma ter greves anuais, praticamente. Ultimamente são greves só para não perder, no caso dessa é para não perder a briga, né, as outras era para não perder dinheiro, enfim, mas eu queria saber qual o período, como que funciona isso.

**Entrevistado:** Tem uma certa semelhança. É que assim, nós temos uma data base, a nossa data base é 1 de maio. Então, nesse período que você está agora, nós acabamos de fechar a pauta unificada do Fórum das Seis, para ser... aliás ela foi protocolada no CRUESP. Então este período seria o período que a gente estaria negociando entre o Fórum das Seis e o CRUESP, a cada ano. Só que o que tem acontecido é que a gente não tem conseguido negociar absolutamente nada. Quando chega nesse período eles marcam uma reunião, a gente fica mencionando o tempo todo, fica solicitando marcação de reunião para discutir, para... e em geral quando não tem greve, eles marcam a reunião e dizem assim: olha, a disponibilidade que existe é essa ou não existe disponibilidade, então esse ano não terá reajuste. Ponto. Se a gente tem força e vai à greve, as vezes a gente consegue arrancar alguma coisa. Se não tem força e não vai à greve, fica por isso mesmo. Eu estou simplificando um pouco a história, mas ela não é diferente disso. Quando você tem uma greve forte, em geral a gente consegue arrancar alguma coisa. Nem sempre aquilo que a

gente pleiteia... E as nossas pautas em geral, elas contêm, também, se você for ver, qualquer uma delas, elas têm aspectos que são salariais, mas elas são aspectos que dizem respeito a condições de trabalho também, tanto as condições de trabalho... agora, ela é uma construção, também, idealizada. Por exemplo, no momento que nós estamos vivendo as entidades estudantis há muito tempo não tem participado em reuniões e tudo mais. Embora, na nossa pauta sempre consta uma reivindicação que sinteticamente eu diria para você, recursos adequados para políticas de acesso e permanência estudantil. Mesmo que não tenham participado das reuniões, as entidades estudantis, a gente sempre faz isso porque a gente concebe a necessidade de esse bloco funcionar como um todo. E as condições na universidade, elas passam pelas condições de trabalho de docente, de funcionários, mas também pelas condições de acesso e permanência estudantil.

P: Com certeza.

**Entrevistado:** Eu acho que eu me perdi um pouco no relato que eu estava fazendo. Por que eu fiz esse parêntese? Espera um pouquinho que eu consigo recuperar. Eu estava na pergunta quatro do seu segundo bloco.

P: Isso.

**Entrevistado:** Os mecanismos de... quatro e cinco, desculpa.

P: Quais são as resistências realizadas pela ADUSP como processo de privatização do espaço público?

**Entrevistado:** Então a gente tenciona sempre no sentido manter e se possível ampliar o espaço público, o que significa batalhar contra os mecanismos de privatização interna recuperando um dos principais mecanismos de privatização interna... a atuação das fundações privadas ditas de apoio.

P: Tem algum exemplo de nome de fundação, professor, que você possa falar?

**Entrevistado:** A FIDECAP, a Fundação Vanzolini, quase todas as unidades, quase todas as unidades da USP tem uma fundação privada ligada a ela. E você não pode também generalizar. Algumas tem um funcionamento, digamos, põe aspas nisso, mais democrático. Como foi, por exemplo, uma fundação existente, que ela está suspensa faz alguns anos, ligada à Faculdade de Educação da USP. Eu volto a dizer para você, ela está suspensa por atividades irregulares. Mas ela é diferente, por exemplo, do que foi a Fundação Vanzolini, que eu mencionei para você. A Fundação Vanzolini é uma das principais. Ela andou... você acompanha a política do governo do

Estado para a rede estadual?

P: Pouco, porque a gente... como tem professores que trabalham tanto no município quanto no Estado, a gente acaba acompanhando assim superficialmente, mas alguma coisa eu sei.

**Entrevistado:** A Fundação Vanzolini, ela esteve muito envolvida, só para te dar um exemplo concreto, no governo Serra, lembra o caderno do professor... o caderno dos alunos, o caderno dos professores?

P: Ah, sim. Conheço.

**Entrevistado:** Aqueles erros em mapas, lembra

disso? P: Lembro. Lembro. Foi bem divulgado.

**Entrevistado:** Tinha Paraguai duas vezes no mapa da América do

Sul. P: Lembro.

**Entrevistado:** Enfim, isso tudo foi um material produzido pela Fundação Vanzolini.

P: Entendi.

**Entrevistado:** Paga pelo governo do

Estado. P: Entendi.

**Entrevistado:** Só para te dar um exemplo concreto de coisas que essas fundações fazem. E essas fundações também atualmente têm uma ligação muito grande com fundações de direito privado de fora mesmo da universidade, como Fundação Lemann, Fundação Banco Itaú, Bradesco.

P: Sim. Aí a gente já sabe quais são os interesses.

**Entrevistado:** Ayrton Senna, etc, etc, que tentam interferir, às vezes, no caso estadual, com assento direto na Secretaria da Educação, no Conselho de Educação, no Conselho Estadual de Educação, no Conselho Municipal de Educação, e eu não tenho notícia ainda, mas é muito provável que tenha, também.

P: Ah, tem, tem sim. Eu não sei como funciona isso, mas com certeza tem

defesas... a gente percebe defesas inclusive, né, dos colegas que estão na Secretaria, referente a isso.

**Entrevistado:** Eu diria para você que o principal mecanismo de privatização interna nas universidades, são as atividades realizadas via fundações privadas, ditas de apoio. Mas tem outras. Quando, por exemplo, se permite... isso já era permitido, você vai achar estranho isso, mas é estranho mesmo. Eu posso... eu podia, antes de 2016... e o que que acontece em 2016? Então o principal mecanismo de privatização interna nas universidades são as fundações nos estados. Mas você tem outras possibilidades, às vezes até individuais. Por exemplo, eu sou docente em RDIDP, pelo nome eu deveria trabalhar em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

P: Sim.

**Entrevistado:** Como diz o nome do meu regime de trabalho. Porém, eu posso usar 8 horas da minha semana para atividades externas privadas, só que isso tem que ser legalizado, entre aspas, eu tenho que pedir autorização à CERT, a Comissão Especial de Regime de Trabalho. A gente tem muita sigla aqui. Então eu posso solicitar a CERT e, por exemplo, trabalhar com uma consultoria privada. Então você tem vários docentes que fazem isso.

P: Mas não pode ter vínculo com outra universidade privada, por exemplo.

**Entrevistado:** Não pode ter vínculo com outra universidade.

P: Isso não.

**Entrevistado:** Mas de que forma você pode prestar consultoria, por exemplo. Lógico que isso é legalizado, entre aspas. Eu peço autorização. Em tese eu não poderia prejudicar as atividades públicas que eu realizo dentro da universidade. Mas eu diria para você que...

P: Isso prejudica.

**Entrevistado:** Prejudica. Principalmente, quem é contra. Eu sou absolutamente contra isso. Agora, isso foi ampliado a partir de uma legislação de 2016. E o que que acontece em 2016? Você se lembra? Você lembra... o contexto... eu costumo brincar, eu sou biólogo de formação, tá, então eu sempre faço assim: óh, a árvore e a floresta. A árvore e a floresta. A árvore e a floresta. Olho aqui, olho lá. Olho aqui, olho lá, para poder entender o contexto. Você já ouviu falar de um negócio chamado Marco Legal de Ciência e Tecnologia e Inovação?

P: Sim.

**Entrevistado:** É uma lei do final de 2015 que foi promulgada em 2016 pelo governo Dilma. Você lembra o que acontece nesse período.

P: Sim. Ela é *impeachmada*.

**Entrevistado:** Foi o período do Impeachment. P: É. Sim.

**Entrevistado:** Naquele período tumultuado o pessoal dito os colegas empreendedores que se colocam inovadores, empreendedores e tudo mais, aproveitam-se daquela situação caótica que foi promovida por conta do impeachment da Dilma, e passam por unanimidade na Câmara e no Senado, o tal do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. E esse Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, ele vai permitir, ele vai legalizar muitas atividades que eram antes ilegais. Ele vai permitir que isso aconteça. E quando eu referi para você um seminário ocorrido no primeiro semestre de 2018... lembra disso?

P: Sim.

**Entrevistado:** Entre O CRUESP e o Tribunal de Contas do Estado. Foi um seminário de dois dias, cujo objetivo era buscar formas de legalizar o que hoje ainda é ilegal das atividades realizadas nas instituições públicas, que são ilegais, dito de outra forma, só que eles não... eles não dizem isso, o que eles dizem, o mote é buscar segurança jurídica.

P: Uhum.

**Entrevistado:** Tá? O mote que eles usam é buscar segurança jurídica. Então você tem um seminário de dois dias, tem algumas matérias jornalísticas que se você tiver alguma oportunidade de ler, na página da ADUSP.

P: Ok.

**Entrevistado:** Tá? Se você não conseguir localizar e quiser me perguntar, fica à vontade.

P: Ok.

**Entrevistado:** Tá? Eu tenho mais facilidade de responder, você já deve ter percebido, é via e-mail, e não zap. E eu fico completamente confuso inclusive com o volume de mensagens que a gente recebe pelo WhatsApp. É muito grande o volume.

P: É. É verdade.

**Entrevistado:** Eu fico completamente perdido. Mas voltando, então, deu para ter uma noção dos...? Os mecanismos, existem outros mecanismos, também, eu te falei só os que eu acho que são os principais. Mas tem tudo quanto é tipo de consultoria que você possa imaginar. Por exemplo, tem muitos colegas nossos, aliás, colegas que você... eu só pediria que você tomasse um cuidado, se for se referir a isso, para não soar antiético.

P: Uhum.

**Entrevistado:** Mas você tem muitos colegas que dão palestras regidamente pagas. Colegas democratas que vociferam democracia e tudo mais e que...

P: Dentro da universidade. No interior da universidade.

**Entrevistado:** Na universidade. P: Ham.

**Entrevistado:** No interior da universidade.

P: Nossa...

**Entrevistado:** Né? Que dão palestras para fora. Eu vou inventar um exemplo, eu estou inventando o exemplo. O Objetivo me contrata para falar de ensino à distância. Eu falo: tudo bem, eu vou lá falar sobre o ensino à distância, só que a minha palestra custa R\$ 5.000,00. E isso entra como pró labore. E em geral, tem, também, além de burlar a lei, eventualmente não paga imposto, né?

P: Ah, claro que não. É.

**Entrevistado:** O evento é inventado, eu estou inventando agora o evento só para dizer para você.

P: Eu entendi.

**Entrevistado:** É que tem muito colega que faz

isso. P: Entendi. Ah, imagino que sim.

**Entrevistado:** É. Infelizmente, quer dizer, nem dá para... por óbvio, eu discordo disso, eu faço isso também. Mas de forma gratuita. Né? Se for coisas que eu possa contribuir, em geral eu não recuso o convite para estar... se for algum assunto que eu tenho um certo domínio, eu vou e tudo mais, mas

nunca tem... quando muito, quer dizer, as pessoas vão buscar a gente, vão levar, ou eventualmente tem um ressarcimento de despesas. Mas que é outra coisa.

P: Sim, claro.

**Entrevistado:** Não é cobrança de prolabore ou de salário. Então tem vários mecanismos... e que depois do tal do Marco Legal de Ciência e Tecnologia e Informação, eles se tornaram, parte deles foi legalizado. Como é, por exemplo, os cursos de extensão. Os cursos de extensão hoje, a legislação permite que sejam cobrados. Anteriormente não permitia, mas hoje permite. Mas voltando aqui... as vezes a gente se embala na temática, chama a atenção da gente para não desviar do interesse da sua tese.

P: É possível localizar as manifestações mais remotas da ADUSP em defesa da democratização das relações de poder e do estatuto da USP?

**Entrevistado:** Nós estamos vivenciando agora, se você tiver alguma condição de acompanhar, porque você pega a coisa... é uma faca de dois gumes, ou como se diz na minha terra, é uma faca de dois legumes.

P: Dois legumes, é.

**Entrevistado:** Porque você vai... se você tiver a oportunidade de acompanhar, você vai ver, eles estão querendo criar um código de conduta na USP. Você imagina o que que é. Em tese seria para se contrapor a uma legislação que é de 1976, portanto, de plena ditadura militar, que permite a expulsão de alunos, que permite, enfim, uma barbaridade, você imagina o que que é uma legislação lá da ditadura militar. Então, a título de mudar isso, eles querem impingir um código de conduta. E a gente está nessa batalha agora para impedir que isto aconteça. É um exemplo concreto disso, mas isso está acontecendo agora, tá?

P: Você me pergunta aqui na pergunta seis do segundo bloco, você me pergunta se é possível localizar manifestações mais remotas.

**Entrevistado:** A que eu me lembro mais assim de cabeça, foi aquela que eu já mencionei, é tirar da legislação da USP a avaliação individual que foi na gestão Melfi.

P: 2005, né?

**Entrevistado:** 2002, 2005. Pode ser que você encontre outra data porque às vezes na... eu não sei... dependendo de como é registrado, porque o mandato do reitor, ele começa no 25 de janeiro. Então conta aquele último ano, que, na verdade, são só alguns dias do ano. Então você pode encontrar discrepância

de data. Estou só te chamando a atenção para não estranhar. Mas o exemplo concreto que me ocorre foi esse de retirar a previsão de avaliação individual. E o outro que eu mencionei é uma luta que é atual. Indo para frente: Você vai ver, eu estava mexendo nas suas perguntas. Depois se você quiser... eu estava fazendo a flexão de gênero, que eu acho que é importante chamar a atenção para isso. Se bem que na nossa história você vai ver... aliás eu sugiro a você entrevistá-la, que a gente só teve, nós só tivemos duas presidentes na ADUSP, uma já falecida, portanto você não consegue entrevistar, mas a outra está viva ainda e está... ela está aposentada, mas ela está bem ativa, que é a professora Eloisa Borsari. Ela está naquela lista que eu te passei.

P: Certo.

**Entrevistado:** Eu acho que vale a pena, porque até pelo inédito da

questão. P: A outra foi a professora Judite, né? Judite.

**Entrevistado:** Isso. Faleceu não faz muito tempo, viu. A gente teve o evento ainda de 30 anos da ADUSP, 30 ou 35, não me lembro, que ela esteve presente. Agora a ADUSP já fez... está com 42, acho que 42 ou 43.

P: Isso. É de 76, né?

**Entrevistado:** É por aí.

P: Como é que o senhor entende os episódios autoritários e repressivos que marcaram a trajetória das e dos professores que atuaram no interior do movimento associativista que culminou com a criação da ADUSP?

**Entrevistado:** Eu não lembro desse período diretamente, quer dizer, eu me lembro das coisas mais gerais da época. Se você me pergunta e se você me perguntar do evento um pouco mais recente, que foi na gestão Sueli Vilela. A gestão Sueli Vilela foi de 2006 a 2009, na gestão Sueli Vilela, foi quando autorizou-se o ingresso da polícia militar no Campus. E você teve alguns episódios de... digamos, em especial, de repressão estudantil. E a gente fez um movimento contra, mas não conseguiu expulsar a polícia do Campus. Hoje a polícia do Campus está já desde esse período, portanto, já há vários anos, a polícia militar está no Campus. Não sei se você tinha conhecimento dessa passagem.

P: Não, não sabia.

**Entrevistado:** Mas ela é da gestão Sueli Vilela. Vou fazer um parêntese para você. Porque também a gente só teve uma reitora até agora que foi a Sueli



Vilela. Se você... aí é um parêntese, que acho que é importante conhecer. A Sueli Vilela, ela foi na gestão Melfi, na gestão anterior, ela foi pró-reitora de pesquisa. E nós tivemos uma greve, e a Sueli Vilela foi uma das pessoas de mais fácil trato na negociação de reposição depois. Porque a ADUSP teve que... a ADUSP, SIDUSP, tivemos que negociar com a reitoria, a reposição de aula, a reposição do período perdido com a greve. Perdido entre aspas. E a Sueli Vilela, ela foi uma das pessoas mais flexíveis, digamos assim. Tanto é que quando ela se candidatou a reitora, ela naquele espectro de candidaturas, ela era a menos autoritária. Você repara que eu não estou nem falando mais democrática. Mas era menos autoritária, porque é difícil falar em democracia dentro da USP, mas, enfim...

P: No Brasil, né? Está difícil de falar.

**Entrevistado:** É, no Brasil, também, é. Mas de qualquer forma, a Sueli, ela foi eleita, e eles... a Sueli tinha... ela tinha ela tem uma característica que é... não sou juiz para dizer... negativa, no seguinte sentido, é um pouco... como é que eu diria? Falta palavra aí...

P: Peculiar?

**Entrevistado:** Narcisista...

P: Ah, Narcisista.

**Entrevistado:** Enfim, eles armam uma armadilha para ela, no primeiro mês de mandato, O Estadão faz uma entrevista com ela, sabe daquele tipo entrevista, como é sua vida, qual é o perfume que você usa, qual é o filme que você mais gostou, qual não sei o que, enfim, que atua no sentido de desqualificá-la.

P: Ah, tá. Que acontece muito com mulher, né, também, isso. Com as mulheres, né?

**Entrevistado:** Exatamente. Por

isso... P: Em cargos de poder, é.

**Entrevistado:** Está certo? Porque eu acho que tem a ver... isso interessava a estrutura de poder interna da USP, que era desqualificar a Sueli Vilela, para a continuidade de como sempre foi autoritária o funcionamento da universidade. E ela, infelizmente, por conta do... narcisismo não é a palavra mais adequada...

P: Ego, talvez?

**Entrevistado:** É, um certo ego. Ela caiu, ela embarcou que nem o...

P: Ela não percebeu que eles estavam enredando ela numa armadilha.

**Entrevistado:** Pois é. E isso foi o... no primeiro mês de mandato, você imagina. Você imagina os quatro anos seguintes. Porque no começo ainda, a gente teve... é difícil dizer para você, mas quase sempre, começo de gestão, a gente tem um período de lua de mel, digamos, eles recebem, marcam reunião, prometem realizar reuniões periódicas, só que depois, loguinho, isso acaba de vez, e você cada vez mais tem mais dificuldade de... em algumas gestões mais, em outras menos. A gestão Zago, por exemplo, foi um desastre total. E nessa gestão atual, também. Absolutamente, o Zago, em reuniões do... ixi, mas eu não vou entrar nessa seara não, senão eu acho que vai confundir mais, que é de coisas internas, e pouco democráticas. Mas enfim, eu não saberia te responder nessa pergunta sete do segundo bloco, o que... algum outro episódio autoritário, repressivo, tal, mais específico. Aí na oito do segundo bloco, você pergunta o seguinte:

P: O que representa para as histórias dos docentes da USP, o depoimento do Antonio Cândido à Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa, lá em 1977?

**Entrevistado:** Se você vê... o colega Antonio Candido, hoje já falecido, foi um militante da ADUSP, e militante conosco da Corrente Política Participação. E tem um depoimento dele, eu não sei se você chegou ver esse que você pergunta.

Você chegou ver esse depoimento dele? P: Não, esse não.

**Entrevistado:** É porque eu não tenho de memória também, mas tem... se você entrar na página da ADUSP, no final do histórico tem uma citação dele que eu acho que era interessante.

P: Eu vou olhar.

**Entrevistado:** Ele defende ali a atuação democrática da ADUSP, da preocupação com o conjunto da categoria, com o conjunto dos funcionários e funcionárias, etc, etc, que era uma visão... que é a visão que a gente defende até hoje. Mas eu diria para você que infelizmente não é o que vigora na universidade. Eu acho que sabe mais falar sobre isso aqui, Chico Miraglia. O Chico Miraglia foi na... logo... eu não me lembro se ele já era... foi... a primeira presidência do Bloco Participação, foi a gestão do Chico, só que eu não me lembro mais o ano, mas eu acho que não é difícil de saber isso.

P: É, depois eu procuro.

**Entrevistado:** Aí, a pergunta nove: Em seus primórdios como os dirigentes da ADUSP se comportaram diante do colaboracionismo que se estabeleceu entre os dirigentes da USP e os golpistas de 64? Então, aí, eu acho que é importante conhecer... existem vários outros, inclusive você conhece o controle ideológico da USP, a publicação.

P: Publicação?

**Entrevistado:** Que originalmente ela se chamava o Livro negro da USP. P: Ah, sim, conheço.

**Entrevistado:** Na época não era politicamente incorreto falar. P: É, é verdade.

**Entrevistado:** Hoje, tanto é que quando a gente reedita o livro, nós mudamos o título, O controle ideológico da USP. Porque você tinha uma... tanto é que o autor do AI-5, Ato Institucional 5, era um ex-reitor da USP. Então você tinha uma... como é que eu diria?

P: Uma aproximação.

**Entrevistado:** Uma colaboração direta.

P: Sim.

**Entrevistado:** Né, com a ditadura. E você tinha outras figuras, algumas mais conhecidas e outras menos conhecidas. Eu vou citar um outro que todo mundo conhece, que é o Delfim Neto. Delfim Neto ainda está vivo, ele foi ministro em vários governos golpistas, do Golpe de 64. Ele foi até ministro da Agricultura. Você sabe disso, né?

P: Sim.

**Entrevistado:** Aliás, ministro da Fazenda, ele foi ministro de tudo quanto é coisa. É, aliás, uma figura muito culta. Uma figura muito culta. Um pequeno parêntese: não deixe de ler a coluna dele na Folha de São Paulo.

P: Aí, eu assino a Folha. Eu vou dar uma olhada. Eu acho que eu já li alguma coisa, mas não lembro exatamente.

**Entrevistado:** Por que que eu estou dizendo isso? Porque ele representa para mim, por óbvio, eu não estou defendendo ele, mas ele representa a visão de um conservadorismo letrado, culto. Então eu acho que ele expressa o que

boa parte da elite brasileira pensa. E ele o faz de uma maneira... ele escreve muito bem, escreve com humor. Então, essa sugestão que eu estou fazendo para você, eu faço para os estudantes, também. Só toma cuidado numa coisa...

P: Não ser enganada por ele.

**Entrevistado:** É. Cuidado para não cair no conto do vigário.

P: É, porque eles se fazem de muito democratas, e aí a gente sabe o que que tem por trás disso.

**Entrevistado:** Ele não perde a oportunidade de atacar a Constituição Federal de 88. E ele faz isso com muita propriedade, do ponto de vista dos interesses dele, lógico.

P: Claro. Entendi. Vou prestar atenção.

**Entrevistado:** É interessante. Só tome cuidado. P: Tem que ler com crítica.

**Entrevistado:** É. Tem que ler criticamente.

P: É, senão não dá.

**Entrevistado:** Mas eu acho que é importante conhecer porque eu acho que ele expressa... e a coluna dele, ela é espalhada pelo Brasil inteiro, não só pela Folha de São Paulo, ela é replicada em outros jornais, então, você encontra as ideias dele em tudo quanto é canto do país. É impressionante. Mas eu citei só porque ele é uma das pessoas mais conhecidas e ainda viva. E foi consultor, inclusive, dos governos Lula e do governo Dilma. Até acho compreensível isso, não estou dizendo no aspecto negativo, não.

P: Sim.

**Entrevistado:** Porque você tem que... a rigor, o presidente da República ou a presidente da República, ela governa para o país inteiro.

P: Sim.

**Entrevistado:** Então é importante você ter uma certa interlocução com setores da sociedade que...

P: Sim.

**Entrevistado:** Independente de você concordar ou não. P: Sim, várias visões, né, para compor.

**Entrevistado:** Eu acho que ele expressa isso que eu acabei de mencionar para você. É uma visão de um conservadorismo culto, letrado.

P: Ah, eu vou olhar isso.

**Entrevistado:** Na ferina análise, a outra pergunta.

P: Na ferina análise, realizada por Florestan Fernandes, as inúmeras perseguições políticas e o incentivo ao colaboracionismo que se instalou na sociedade tinham como objetivo aniquilar os opositores da ditadura e ao mesmo tempo parar o avanço do movimento de restauração e de democratização da universidade brasileira. No mote dessas discussões quais foram as principais ações desenvolvidas pela ADUSP para democratizar o estatuto da USP?

**Entrevistado:** Fernanda, eu confesso para você que eu teria que ver isso, eu não me lembro, para além das coisas que eu já mencionei para você, que é uma luta constante nossa no sentido de democratizar, eu não lembro, assim, fatos concretos que eu não tenha falado ainda para você. Agora, eu confesso para você que eu não tive... eu acho que era legal... você tem essa análise do Florestan Fernandes?

P: Tenho.

**Entrevistado:** Manda para mim, para eu poder... porque eu... eu só não usaria na... do ponto de vista formal, eu não usaria o adjetivo ferina. Porque ela pode de alguma maneira desqualificar.

P: Entendi.

**Entrevistado:** Eu usaria: na análise contundente realizada por Florestan Fernandes. E aí você manda para mim isso, que eu leio e depois eu te respondo.

P: Ok. Estou anotando aqui. Professor, eu consegui gravar aqui, está gravando.

**Entrevistado:**  
Ah, é?

P: É.

**Entrevistado:** Ótimo. Ótimo. Aí, eu estou partindo para outra pergunta, tá? A onze.

P: Em assembleia geral realizada em 28 de julho de 78, a ADUSP designou uma comissão especial encarregada de desenvolver uma campanha pela reintegração da rede acadêmica dos professores e demais funcionários atingidos pelos atos de exceção. Qual foi a importância dessa deliberação para a história da ADUSP e quais foram os seus principais resultados?

**Entrevistado:** Eu diria para você, eu não vivenciei esse processo, tá, então eu não sei detalhes. Mas eu diria que sem dúvida alguma, quer dizer, você definir em assembleia num período de ditadura militar, olha lá, heim?

P: É, exatamente.

**Entrevistado:** Uma comissão que buscasse reintegrar as pessoas, a importância é inequívoca. Mas eu não saberia dizer para você quem são essas... eu tenho uma hipótese. Muito provavelmente, elas deveriam fazer parte daquelas pessoas que depois tocaram a publicação que originalmente se chamou o Livro negro da USP. Eu acho que devia estar nessa comissão, Eunice Ribeiro Duran, mas eu não vou citar outros nomes, porque eu não lembro.

P: Uhum.

**Entrevistado:** Não lembro. É muito provável que tenha relação uma coisa com outra. E depois deu também na... porque na verdade aquele, o livro O controle ideológico da USP, ele é um documento extremamente importante de registro do que foi feito internamente, a USP, porque você teve a colaboração interna e você teve coisas irreparáveis, até simbolicamente irreparáveis, até pouco tempo, que foi o caso da professora... me foge o nome dela agora, da Química, que ela foi desaparecida. (Ana Rosa Kucinski) Foge o nome dela. E ela era irmã de um colega nosso, já aposentado, também, da ECA. Escapa o nome dela. Mas eu acho que é extremamente importante as publicações da... seja no livro O controle ideológico da USP. Ele foi recém editado, se a gente tiver a oportunidade... bom, isso tem eletrônico e a gente tem em papel, também, só que agora, no momento não dá para te passar isso, mas a gente pode reservar para você cópia do livro O Controle Ideológico da USP, que eu acho que é um documento histórico que eu acho que é importante, ainda mais que você está fazendo uma tese sobre a ADUSP... essa publicação da ADUSP é uma publicação histórica. Eu não lembro, na pergunta 12, sobre Mario Schemberg. Eu suponho... eu não vou chutar para você não porque eu desconheço esse período aí da história da ADUSP. Eu acho que deve ter tido... o Mário Schemberg, que salvo muito engano da minha parte, também

tinha ligação com o antigo partido comunista brasileiro. Você tinha membros do partido, figuras com uma certa projeção, digamos assim, mas da ADUSP eu não saberia te dizer. Eu estou entrando num novo bloco de perguntas. Que seria o terceiro, você não numerou, mas seria o terceiro.

P: Terceiro bloco. Isso.

**Entrevistado:** Aí está lá, assim, óh:

P: A chamada transição democrática, significou a oportunidade de pavimentar o caminho para instalação de uma nova etapa na forma pela qual se estabeleceu a dominação burguesa no Brasil. As mudanças que se colocaram em movimento estavam em sintonia com as questões mais gerais do capitalismo mundial e sua fase de reestruturação produtiva com o fortalecimento do neoliberalismo como também as crises do imperialismo norte-americano ocasionadas pelas sucessivas derrotas militares na Indochina. A forma pela qual os efeitos...

**Entrevistado:** Oh, Fernanda, muito longa a pergunta. Quando você chega no final da pergunta você não lembra mais o que é que está sendo perguntado. Eu sugeriria a você tentar encolher um pouco isso. Agora, de qualquer forma, eu entendi o que você quer perguntar. Você está tentando ver a relação que existe entre a chamada transição democrática, e aí eu tenho um pouco da vivência da militância, não enquanto ADUSP ainda, tá? Porque eu era militante da ADUESP, nessa época. Aí o que que eu poderia relatar para você? Que esse período vai ter ou que em seguida vai desembocar no Diretas Já. Nesses anos... esses anos foram muito ricos, muito ricos, que a gente conseguia mesmo no período de Ditadura Militar, com toda a dificuldade, a gente conseguia se reunir nas igrejas, como eu disse para você. Aí eu estou falando mais especificamente do movimento da hoje chamada Educação Básica, da ADUESP.

P: O Senhor trabalhou, então, no Estado de São Paulo?

**Entrevistado:** Eu fui professor da rede pública durante 17 anos. Eu tenho 50 anos de docência. Só que 17 deles foram na educação básica. E tem o período que misturou, porque eu era professor na educação básica e ao mesmo tempo que eu me formei, eu havia feito estágio na Faculdade de Medicina na Santa Casa. Eu me formei em Biologia. É uma faculdade particular de Guarulhos, na Universidade de Guarulhos. Hoje Universidade de Guarulhos, naquela época tinha outro nome, e assim que eu me formei, eu fui contratado como docente na Faculdade de Medicina na Santa Casa de Misericórdia. Então durante um certo período eu fui professor na educação básica e professor universitário ao mesmo tempo durante dois anos, depois eu

saí, aí eu fui para a USP e eu fiquei dez anos como biólogo, que é um cargo que não existe mais. Era um cargo de nível superior, o que seria hoje chamado Biólogo. Mas que na época se chamava Biologista. E então... mas o que interessa é dizer que eu fui durante um certo tempo professor na educação básica e professor na educação superior ao mesmo tempo durante dois anos. Depois é que eu fui fazer o mestrado, porque... você se lembra que na época, aliás, você não vivenciou isso, talvez não tenha esse registro, mas na época não tinha pessoas com mestrado com Doutorado.

P: Ah, não. Nem com ensino superior, quase, né, também. Muito pouco, né.

**Entrevistado:** Pois é. Tanto é que eu me formei em julho e em primeiro de agosto eu estava contratado como docente na Faculdade de Medicina na Santa Casa, na área de laboratório de Bioquímica. Mas, enfim, então eu lembro essa coisa da militância. Nesse período a gente já estava se organizando, era muito estranho porque era clandestino, mas ao mesmo tempo a gente sabia que todo mundo sabia. Por exemplo, para te dar um exemplo concreto. Nós tínhamos na porta das igrejas, em geral éramos, a gente se reunia nos salões paroquiais E as nossas assembleias eram dentro de igreja mesmo. Nós tivemos, eu não me lembro de ter tido assembleias na Catedral da Sé, mas a gente teve assembleia, por exemplo, na Igreja da Consolação, porque eram os únicos espaços, tinha que ser... como é que fala? Coberto, né, e que não podiam ser, olha que capcioso, não podiam sofrer repressão, ou espaços mais difíceis de ter, porque não iam entrar com a polícia dentro da Igreja da Consolação para tirar os professores de lá de dentro. Mas, enfim, voltando um pouco, a gente se reunia nos salões paroquiais. E em geral tinha na porta uma viatura do DOPS, e a gente não tinha medo, apesar de todos os pesares de um período ditatorial, mas a gente continuou as nossas organizações, esse período é muito rico, muito rico. Mas vai daí que a transição democrática, veja, a ditadura dava sinais de deterioração, cada vez mais. Mas a gente não conseguia você não tinha partidos políticos que pudessem de fato representar, porque você lembra que nessa época era um sistema bipartidário, e você tinha o MDB que era um balaio de gatos, ele acolhia com exceção de alguns partidos que eram clandestinos, mas eles viviam de fato na clandestinidade, o restante estava, o restante do que poderia se chamar de oposição, ainda que você possa botar aspas nisso, estava no MDB. Enquanto crescia o movimento Diretas Já, nos bastidores... tanto é que quando tem aquela grande manifestação, começa a ter manifestações públicas de um certo peso que não eram divulgadas pela imprensa, sobretudo pela imprensa de âmbito nacional. Vai furar o bloqueio em 1984... 84 ou 85? Acho que 84, a manifestação do dia 25 de janeiro de 84... eu sempre tenho dúvida se é 84 ou 85, mas acho que é 84, na Sé. Tem uma capa da Folha de São Paulo, belíssima. Não sei se você já teve a oportunidade de ver isso.



P: Não.

**Entrevistado:** A fotografia lindíssima que... avalia-se que tinha mais ou menos 250 mil pessoas, nesse dia, na rua. Este dia foi o furo do bloqueio... a imprensa não conseguia mais...

P: Esconder.

**Entrevistado:** Esconder. Só que neste mesmo dia a gente estava lá na Praça da Sé, naquela grande manifestação, para júbilo de todos nós, militantes, e você já via pessoas com cartazes pró Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, ela já estava sendo tratada nos bastidores, inclusive de setores da esquerda. Você tinha militância, por exemplo, do PCdoB, defendendo, abertamente, entre aspas, o voto do Tancredo no Colégio Eleitoral. Eu acho que era uma visão muito equivocada, mas, enfim, era uma visão que eles tinham de que a gente não conseguiria romper o cerco de, de fato, implantar as Diretas Já. Mas eventualmente poderia conseguir emplacar Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, que foi o que acabou acontecendo. O Sarney que era... bom, você conhece um pouco da história. O Sarney era presidente... ele foi da Arena. Aí ele sai da Arena, entra do PMDB e vira o vice do Tancredo e depois vai herdar, porque o Tancredo morre, ou morre ou foi matado, que até hoje não está muito bem contada a história. E ele assume. Então essa transição Democrática, essa parte introdutória que você faz, é isso mesmo, quer dizer, ela alimentou o caminho para a instalação de uma nova etapa na forma que estabeleceu a dominação burguesa no Brasil. Aí você tem toda a razão. E em seguida ela vai começar a introduzir as principais propostas do neoliberalismo. Que na verdade é diminuir o Estado. Diminuir cada vez mais o Estado. E ela vai encontrar mais tarde, deixa eu ver aqui se você pergunta isso mais adiante. A ADUSP atuou, eu não saberia dizer detalhes para você, porque como eu disse para você, eu não estava lá, mas certamente a ADUSP atuou neste movimento em defesa do movimento das Diretas Já. A gente tem uma coisa muito curiosa que é importante mencionar, a gente tinha, o pessoal que militava na corrente política participação, a gente tinha afinidades e o nosso trato não era digamos assim, era afinidade por algumas teses políticas que não necessariamente passavam pela filiação partidária. Então a gente nunca teve nas montagens de chapa, por exemplo, a gente nunca montou chapa em função de agregar a força, o partido militante do Partido Comunista Brasileiro, militantes do Partido PCdoB, ou militantes do PT, depois, nós nunca tivemos isso, como prática. A nossa prática de montagem de chapas era com afinidade, com defesa da democracia, de funcionamento pela base, era isso que nos agregava, que sempre nos agregou, e continua nos agregando, embora a participação não exista mais, ela deixou de existir e eu vou botar, eu vou passar para você a carta onde a gente declara extinguida a Corrente

política Participação. Lembra de me cobrar isso. Eu vou prometendo coisas e depois eu posso esquecer, mas tem uma carta onde a gente relata o término da... a extinção da Corrente Política Participação. Embora vários de nós continue militando só que a Corrente Participação não existe mais. As diretorias de duas décadas, acho que mais de duas décadas, a diretoria que eu fui presidente pela última vez, foi a Participação. A Corrente Política Participação. Na seguinte já não era mais. Embora, os militantes da Corrente Participação apoiaram a chapa que venceu. Em seguida, que foi a primeira gestão do professor Rodrigo Ricupero, que é o atual presidente da ADUSP, até o primeiro semestre desse ano, porque tem eleição agora em maio. Vai ter eleição em maio agora. Aliás, a gente está tentando construir uma chapa.

P: Houve a participação da ADUSP no processo de organização independente dos trabalhadores que culminou na criação da CUT em 83? Houve.

P: Ah, que foi aquilo que o senhor mencionou, né, da dificuldade.

**Entrevistado:** Isso. A dificuldade não foi pequena, foi grande, mas a gente trabalhou pela construção, porque entendia que era necessário construir uma Central Única de Trabalhadores. Lembra que essas coisas, elas caminham em paralelo com a construção do PT, também.

P: No mesmo período.

**Entrevistado:** E a construção do PT também não foi fácil. E inclusive convencer um senhor, depois, chamado Lula da Silva, de ingressar na... porque ele não acreditava na criação de partido político, e tudo mais. Foi uma luta razoável, até convencer o Lula, depois, ele embarcar na empreitada, que eu acho que foi importante. E a CUT, também. Agora, a filiação não foi fácil. Mas conseguimos acabar se filiando. Aqui eu vou fazer um pequeno parêntese para você, que é difícil falar disso. Eu diria para você que ainda existe um sentimento, não dá para generalizar, por óbvio, mas de que professor universitário não é trabalhador.

P: Assim, essa é uma discussão eterna, né?

**Entrevistado:** É. Não é trabalhador naquele sentido de que não se mistura com os trabalhadores de maneira geral, porque a nossa área é específica. Acho que você não vai ouvir alguém dizer assim: não, eu não sou trabalhador. Mas no fundo a gente percebe que tem essa visão por de trás, que não é trabalhador. Por óbvio, eu volto a dizer para você, eu não posso generalizar isso, mas eu acho que ainda fica entre nós a ideia de que nós somos trabalhadores especializados

P: E especiais. Alguns se acham especiais, também.

**Entrevistado:** Isso. Isso. A gente costuma brincar, dizer que os corredores da Faculdade de Educação, por exemplo, que é a unidade que eu trabalho, aqueles corredores precisavam ser mais largos, porque cada indivíduo que passa por lá, o ego dele é bem mais, quase que não cabe nos corredores. Então, os corredores precisavam ser mais largos.

P: É verdade. Se até os alunos que entram na graduação se valem dessa pompa da Universidade de São Paulo, imagina os professores.

**Entrevistado:** Infelizmente a gente tem isso ainda, viu,

Fernanda. P: Nossa. É muito forte isso.

**Entrevistado:** Um parêntese ainda, você sabe que a gente tem um tratamento diferenciado. Assim como quando eu fui, por exemplo, professor da Federal de São Carlos, a gente tinha... e olha, São Carlos... Você conhece São Carlos?

P: Não.

**Entrevistado:** São Carlos é o município paulista e acho que brasileiro, que tem o maior número de doutores por metro quadrado.

P: Olha, que interessante.

**Entrevistado:** Porque ela tem o Campus da USP, ela tem a Federal de São Carlos, e ela tem a Embrapa, também.

P: Ah, é verdade.

**Entrevistado:** Então ela acolhe um número de profissionais com doutorado, muito grande, a ponto de a gente dizer: ela é o município com o maior número de doutores por metro quadrado. Mas vamos lá.

P: A ADUSP participou do movimento pelas Diretas Já?

**Entrevistado:** Participou. Participou sim. Nós nunca participamos, nós só participamos da construção do PT no âmbito individual. Porque a gente sempre prezou a independência partidária, inclusive, a independência de partidos políticos, de credos religiosos, e a independência das gestões universitárias. Isso é um tripé que é fundamental para a gente. Agora, do

ponto de vista individual, boa parte de nós foi militantes do partido dos trabalhadores. Boa parte de nós fundou o partido dos trabalhadores. E depois o PSOL, também. Alguns de nós. Mas a gente nunca usou isso como critério, por exemplo, para formação de chapa. A gente se orgulha de dizer isso, porque é verdade mesmo, a gente nunca utilizou isso como critério. A gente então participou do movimento das Diretas Já, sim, contribuiu para toda aquela arregimentação de toda aquela população, que depois, você deve conhecer pelo menos historicamente, você é muito jovem ainda para ter vivenciado aquele processo. Mas certamente conhece a história, as grandes manifestações que acabou resultando na... foi abortado. Em suma, foi abortado por conta da eleição no Colégio Eleitoral da chapa Tancredo - Sarney. A pergunta vai ser sobre o Congresso Constituinte.

P: Para muitos que atuaram no movimento sindical o Congresso Constituinte convocado pelo governo de Sarney em 86, tentativa de legitimar o regime conservador da Nova República, com uma pretensa constituinte, sem soberania, sem liberdade, controlada por leis arbitrárias e manipuladas pela classe dominante. A ADUSP adotou tal qual comportamento nesse cenário político?

**Entrevistado:** Ela atuou, a gente tinha a clareza de que era importante militar na construção de propostas, por óbvio a gente trabalhou mais na parte via o sindicato nacional, já, atuou na... deixa eu só puxar pela memória... porque nesse período o sindicato nacional era recém-construído também, e a gente teve boa atuação na construção do que... da antes que depois virou o antes. Ela era a antes, acho que você conhece essa história, porque era A Associação dos Docentes, lembra que antes de 88, você não podia ter sindicato. Então era A Associação dos Docentes das Universidades Públicas... das universidades... eu não me lembro se tinha o públicas, aí, porque a rigor a ideia nossa era englobar inclusive as particulares. Mas enfim, atuamos sim no congresso constituinte, mas aí via o sindicato nacional. E depois nos tivemos a mesma atuação repetida aqui em São Paulo, quando da constituinte estadual, que foi, lembra que a Constituição de 88, ela define o prazo de um ano para construir, para adequar as constituições estaduais a então constituinte de 88, da um prazo até outubro, até 5 de outubro de 1989. Nós atuamos, também, na constituinte estadual. Sempre pegando a parte mais educacional, digamos assim, mas também a parte de saúde. Porque lembra que é aí que é criado o SUS. A gente fez, curiosamente, a gente não teve, na minha leitura, a gente não... a mesma... não conseguiu o mesmo empenho para a criação como a gente conseguiu para criar o Sistema Único de Saúde, a gente não conseguiu para criar o Sistema Único de Educação. Porque era, boa parte da militância nossa defendia o Sistema único de Educação em território nacional, como foi a criação do SUS, por exemplo.

P: Público, laico, gratuito.

**Entrevistado:** Isso. Agora, muito cá entre nós, na minha leitura, a militância ligada ao movimento de saúde, ela estava mais organizada do que a militância ligada ao movimento na área da educação. Eu acho que isso explica em parte o que que se consegue emplacar, com todas as dificuldades se consegue emplacar o SUS e não consegue se emplacar o Sistema Único de Educação. Aí... é importante a distinção que você faz, você deve ter discutido isso com o Carlos. Na verdade, ele não foi... você caracteriza como congresso constituinte. Foi isso mesmo, ela não foi uma Assembleia Nacional Constituinte. Como nós defendíamos, a nossa defesa era Assembleia Nacional Constituinte, Ampla, Geral e Irrestrita. E o que que eles fizeram? Um Congresso Constituinte. Ou seja... você conhece bem essa história? Era a seguinte, a gente elegeria os constituintes, os constituintes realizariam... elaborariam a Constituição, aí encerraria os seus mandatos, e uma vez promulgada a Constituição, haveria nova eleição para os representantes do povo que implantariam a Constituição. Isso seria uma Assembleia Nacional Constituinte. Não foi a opção de quem no fundo mandava no país, né, a opção foi por um Congresso Nacional Constituinte, ou seja, eles foram eleitos, metade do dia, se eu não me engano era dividido assim mesmo, de manhã trabalhava na constituinte e a tarde continuava a tramitação, desculpa, o funcionamento regular no congresso. Ou vice-versa, viu, mas era bem assim, era separado. Uma parte dedicada a elaboração da Constituição, e outra parte dedicada a tramitação regular da legislação. Na verdade, o receio era de que a coisa escapasse do controle, como... aliás, a... indica isso a tua pergunta, né, para muitos que atuavam no movimento sindical, o congresso constituinte convocado pelo Sarney representava uma tentativa de legitimar o regime conservador na nova República. Eu acho que era isso mesmo. Eu acho que era isso mesmo. E a gente, a ADUSP defendia a visão da Assembleia Nacional Constituinte, Ampla Geral e Irrestrita. Aí vai entrar novo bloco de perguntas. Acho que é o quarto. Você pergunta o seguinte:

P: Em 1977, o Jornal Movimento, apresentou uma matéria demonstrando que os investimentos da universidade haviam sofrido um decréscimo após a reforma de 69, que os salários dos professores estavam defasados. A época o diretor da ADUSP era o Clodoaldo Pavão, o qual encaminhou o documento reivindicando o reajuste de salários e diante disso como é que o senhor vê a atuação da ADUSP em questões corporativistas naquele momento histórico?

**Entrevistado:** Participei desse período. O Pavão, ele significava num determinado momento, uma visão um pouco mais democrática digamos assim, tanto é que ele vai ser... eu não me lembro se foi depois, eu acho que foi depois, ele vai ser também presidente da SBPC, na época, ela exerceu um papel importante do ponto de vista da Lula Democratização. É diferente, você

vai ver, ela, na minha leitura, ela teve um papel central na luta pela democratização. Coisa que depois vai mudar. Ela vai mudar depois. Ela também teve depois como presidente da SBPC, eu não me lembro da sequência, mas também foi presidente da SBPC, o José Goldemberg, que foi reitor da USP. Depois vai ser ministro da Educação. Olha que trajetória. Depois ele vai ser ministro da Educação do governo Collor. E vai ser um desastre. Aliás ele já fez um desastre quando ele pública aqui, eu senti falta, eu não me lembro se tem nas suas perguntas, mas se não tiver, eu acho que precisa ter Lista dos Improdutivos.

P: Ah, não tenho.

**Entrevistado:** Você lembra de ter ouvido

isso? P: Não. Não lembro.

**Entrevistado:** Foi na gestão do José Goldemberg. Consta que escapou para a imprensa, a Folha de São Paulo pública uma Lista dos Produtivos da USP.

P: Nossa, eu nunca tinha ouvido falar.

**Entrevistado:** é importante aparecer essa pergunta. Eu não me lembro detalhes, mas certamente os colegas meus que foram presidentes da ADUSP anteriormente, devem se lembrar de detalhes, Eu só me lembro que foi na gestão do Goldemberg e consta que vazou. Diga-se de passagem, alguém entregou propositadamente a lista para a Folha de São Paulo, tentando provocar uma... eu acho que aí, eu diria para você, talvez, sem medo de exagerar na dose, mas eu acho que aí começa a defesa do produtivismo. Aí é uma das primeiras evidências públicas de que se passasse a cobrar dos indivíduos. Retomando....

P: O senhor falava do produtivismo, né?

**Entrevistado:** Então, mas eu acho que é interessante voltar um pouquinho na sua pergunta do... que me ocorreu agora a importância disso, você tem por acaso essa matéria do jornal Movimento que você menciona?

P: Tenho. Tenho sim.

**Entrevistado:** Então manda para a gente também, porque eu não tenho isso, e... bom, a gente tem. Muito provavelmente, eu não sei se... esse ano está meio atípico, também, né, porque a partir de um determinado momento a gente tem as coisas digitalizadas, mas lá para trás o que tem é em papel e está na sede da

ADUSP, que você não tem acesso agora, aliás, nem eu tenho acesso agora. Ela está fechada. Então essas coisas, eu acho que seguramente deve ter lá, mas eu não tenho, se você puder me mandar. Mas eu acho que é importante mencionar para você, que... você tem em 1977 uma matéria que fala dos decréscimos de investimentos para as universidades. É extremamente importante porque ela vai no sentido oposto da visão de que nós não somos trabalhadores ou de que não devemos ter reivindicações corporativas e tal. Porque o pessoal contrário aos sindicalistas, sempre usa a tentativa de desqualificar, se as nossas questões fossem só corporativas. O que aliás é um contrassenso, porque o sindicato, é de o sindicato fazer a defesa. Ele tem que fazer a defesa política também da democracia e tudo mais, mas é papel deles tratar das questões corporativas.

P: Exatamente.

**Entrevistado:** Agora, isso não era comum. Ou pelo menos não na categoria docente de ensino superior E eu acho que é importante isso aqui. Eu gostaria até de ter o teor da matéria para ter conhecimento. Depois eu posso te dar... manda ela para a gente. Acho que sem dúvida alguma, eu não tenho dúvida, eu não saberia te relacionar isso, mas ela muito provavelmente tenha a influência também no movimento sindical no ABC.

P: Ah, sim.

**Entrevistado:** Muito provavelmente tem. Ela deve ter forte influência que as vezes não aparece direto entre outras coisas por conta do que eu acabei de mencionar para você. A categoria não se sentir trabalhadora propriamente dita. Então eu acho que deve ter sido muito importante essa fase aí desse momento histórico. Aí depois relacionavam-se com a ampliação da autonomia dos docentes em uma organização de resistência frente ao regime. Eu diria que estava desde aí... que a ideia da defesa do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ela vem de longa data. E é uma construção que é crescente, que é progressiva, porque até hoje... só para você ter uma ideia eu vou fazer um pequeno paralelo, quando eu ingressei na Universidade Federal de São Carlos em final dos anos 80, eu era professor como eu disse para você, da rede pública, era professor, eu era concursado, era efetivo na rede... na educação básica. E quando eu passei no concurso lá na Federal de São Carlos, eu queria manter os dois empregos, na educação básica, na minha visão na época, era de não perder o pé na rede pública e a universidade não permitiu, porque então a gente já tinha evoluído e lá era uma universidade que tinha uma gestão mais democrática, digamos assim, e que exigia na época que você fosse, RDIDP, portanto você não podia ter outro emprego. Eu citei isso só como paralelo para você ver que essa luta foi extremamente

importante para a gente... hoje nós estamos caminhando no sentido contrário, heim, olha só, no sentido contrário. E ela tem a ver com essas questões aqui que são perguntadas aqui. Ela foi um avanço na organização de resistência no que diz respeito à universidade, não do regime como um todo, mas a universidade, de tornar a universidade mais democrática, e mais coerente com a defesa dos interesses da sociedade como um todo. Ai a terceira pergunta desse bloco:

P: O documento aponta ainda que houve uma diminuição dos investimentos... houve um aumento do número de vagas e a instauração da pós-graduação. Como é que o senhor entende essas contradições?

**Entrevistado:** Então, é uma coisa difícil de afirmar categoricamente, mas eu acho que num primeiro momento havia uma certa tentativa que a gente pudesse... eu não posso afirmar isso categoricamente, mas que eu acho que era de destinar as universidades com uma preocupação mais elitista, de ela ser mais focada na pós-graduação. Quer dizer, nesse período é que eu não estou conseguindo identificar a data propriamente dita, mas você vai ter um aumento porque você tinha pouquíssimas pessoas que tinham formação para além da graduação. Até porque não existia pós-graduação. Então ela vai existir num primeiro momento, nos lugares mais avançados, entre aspas, na universidade de São Paulo, por exemplo, então você vai ter colegas, se você pegar o pessoal da minha faixa etária, que estou com 7.1, você vai ver que quase todos os doutores, eles tem a ver com a história da... fizeram doutorado por aqui, por exemplo, na área de educação, colegas depois do Recife, de Goiás, de Santa Catarina, quase todos formados por aqui, porque existiam poucas, então ela... e também nesse sentido que há uma formação mais avançada, digamos assim. E eu diria até...

P: Como se fosse um núcleo, né, um polo, vamos dizer assim, de referência. Somente aqui temos mestrado, doutorado de qualidade, sei lá... ou até o crescimento mesmo, no período era muito pouco no resto do país, né.

**Entrevistado:** É. Depois você vai ver que isso vai fazer parte da história cotidiana. Porque vai tendo... aí você vai ver a gente pode passar para você o mapa mais atualizado que a gente tem. A gente usa muito o deixa eu fazer um pequeno parêntese que eu notei que eu esqueci de te dizer uma coisa. Você lembra quando eu falei o decreto de 89, autonomia universitária.

P: Sim. Lembro.

**Entrevistado:** Consignada na Constituição. Aliás, recém trabalhada na Constituição. Porque eu estou falando de 89. Lá fixou 8.4 do ICMS cota parte do Estado.



P: Isso.

**Entrevistado:** Depois nós conquistamos em 1991, passou de 8.4 para 9%. Em 1994 passou para 9,57% do ICMS cota parte do Estado, que é o que a gente tem até hoje. Então a gente tem algumas tabelinhas, alguns indicadores da universidade números de docentes, número de funcionários, número de reitores, número de estudantes, de 94 até o último ano que tem... porque os dados, os anuários estatísticos saem sempre com uma margem. Então eu mando para você depois, me cobra isso, o último dado que a gente tem, ou seja, uma tabela que pega de 94 até o último ano que a gente tem dados.

P: Ah, que legal, dá para ver a evolução, né?

**Entrevistado:** Isso. Só para você entender... 02:06:59 você tem uma série histórica. E para você entender o porquê 94. Porque 94... ficou claro para você, não?

P: 94 foi quando... o FHC, né? E: É FHC, mas no âmbito federal. P: Ah, tá.

**Entrevistado:** Mas aqui em São Paulo, porque este marco, 94? Porque foi quando nós conseguimos o 9,57 que vigora até hoje.

P: Ah, sim.

**Entrevistado:** Então de lá para cá, você tem o mesmo padrão de financiamento e você ampliou muito as universidades. Isso aconteceu tanto na USP como na UNESP, como na UNICAMP. Só para você entender.

P: Que era mais ou menos a discussão lá da pergunta, né?

**Entrevistado:** Isso, isso. Que é o que... então eu acho que era legal depois você eventualmente reformular a pergunta, também. Lembrando sempre desse marco 94, 1994, que é quando a gente consegue com a greve ampliar os recursos. Foi a última vez, também, que a gente conseguiu. Vamos entrar num novo bloco de perguntas. Vou te fazer uma proposta para a gente parar por aqui... Eu volto a dizer para você, o que que eu posso tentar fazer? Você ficou com a gravação.

P: Uma parte só. Mas...

**Entrevistado:** Uma parte. Eu posso tentar responder o que eu conseguir da parte que eu tenho a vivência direta, porque tem uma parte que eu tenho a vivência indireta, que talvez você consiga dados mais próprios para a sua tese, do Chico, do Marco Brinati, da Eloisa Fernandes, do Marcos Magalhães,

do Américo Guerra. Aquela listinha que eu te mandei, que eu fui pegando os presidentes, ali estão só presidentes da entidade. Mas eventualmente, se você quiser a gente pode passar de outras pessoas também, mas se você pegar, por exemplo, a Eloisa, ela foi secretária, ela trabalhou em mais de uma gestão. Aliás, eu acho que eu fui a pessoa que trabalhei um número maior de gestões. Mas ela deve ter trabalhado numas três ou quatro gestões, só que como presidente ela foi uma vez só. Mas ela foi secretária antes, e tal. E eu peço para você, manda esse material que eu fui pedindo a você, porque isso me ajuda, também, a recuperar. Como eu não tenho acesso a sede, aliás nenhum de nós tem hoje, que ela está fechada por conta da pandemia, a gente tem material para olhar.

P: Tá bom. Eu mando.

**Entrevistado:** Faltou falar para você bastante das nossas publicações. Porque eu acho que a ADUSP, ela tem uma contribuição do ponto de vista de produção acadêmica, e política mesmo da área educacional, da área de questionamento das fundações, que é muito, muito importante.

P: Nossa, isso é muito importante mesmo, que é a função pedagógica.

**Entrevistado:** Que não deu tempo de ver isso hoje.

P: E a função pedagógica do sindicato, mais pedagógica, né.

**Entrevistado:** Isso. Aí fica completamente à vontade para a gente... se você julgar a necessidade de a gente ter nova conversa, fica à vontade.

P: Tá ótimo.

**Entrevistado:** Eu só prefiro que você, que a nossa comunicação se dê pelo email.

P: Ah, tudo bem, sem problemas.

**Entrevistado:** Eventualmente, vamos supor assim, se você me mandar alguma coisa por email, se você quiser: professor mandei alguma coisa. mandei um email.

P: Avisar.

**Entrevistado:** Aí me chama a atenção. P: Entendi. Tá bom. Ok, Combinado.

**Entrevistado:** E aí me cobra as coisas que eu te prometi. P: Tá bom, eu já anotei

aqui para pedir.

**Entrevistado:** Pode me cobrar que eu separo o que eu tiver aqui, porque eu também estou em casa, também tenho muita coisa minha que está na universidade, que está preso lá. Porque a gente não, até consegue entrar, mas dá trabalho, tem que ir antes, programar, tem que não sei o que, que. e por conta da idade eu tenho procurado sair o mínimo possível. Eu só não vou te prometer uma data de entrega disso, porque eu não sei quando é que. mas eu vou tentar te mandar o quanto antes eu conseguir.

P: A chamada transição democrática significou a oportunidade de se pavimentar o caminho para a instalação de uma nova etapa na forma pela qual se estabeleceu a dominação burguesa no Brasil. As mudanças que se colocaram em movimento estavam em sintonia com as questões mais gerais do capitalismo mundial, em sua fase de reestruturação produtiva, com o fortalecimento do neoliberalismo, como, também, as crises do imperialismo norte-americano ocasionadas pelas sucessivas derrotas militares na Indochina. A forma pela qual os efeitos da crise do capitalismo mundial se expressou no Brasil, escancarou a incapacidade da ditadura civil-militar de garantir a longo prazo os interesses dos grandes monopólios internacionais e de assegurar suas alianças internas para garantir o exercício do poder. Nesse delicado e intrincado momento da história, qual foi o posicionamento adotado pela Adusp?

**Entrevistado:** Nesse período, anos 80, começo dos anos 90, minha participação política se dava por meio da Apeoesp e do Sintusp, pois à noite era professor na rede estadual paulista e durante o dia exercia a função de biólogo no IF-USP, ou seja, ainda não tinha ligação direta com a Adusp, mas minha militância permitia acompanhar as ações das várias forças políticas que atuavam em prol da mudança do regime, entre as quais a Adusp, cuja militância participou ativamente do movimento “Diretas Já”. Penso que a “transição democrática” permitiu que fosse sendo consolidado um regime de conciliação de classes e um exemplo emblemático disso ocorreu na praça da Sé da capital paulista em 25/01/1984, o “Grande Comício das Diretas”, do movimento até então desconsiderado pela mídia de âmbito nacional, mas impossível de continuar a ignorá-lo frente a essa manifestação estimada em mais de 200 mil pessoas, o que poderíamos dizer que representou um “desbloqueio da imprensa”, pois a partir de então ela começou a divulgar as sucessivas manifestações públicas por todo o território nacional, cada vez maiores. Mas porque eu disse que essa atividade foi emblemática? Porque neste mesmo evento já se via militantes de correntes políticas com cartazes em defesa da eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral, o que veio a acontecer um ano depois. Vale dizer, mesmo parcelas de ativistas de correntes políticas que se reivindicavam de esquerda disseminavam a ideia de

que os defensores da ditadura, apesar de muito desgastada, ainda contavam com o apoio das forças armadas e não permitiriam a ocorrência de eleições diretas. Penso que as pessoas que militavam na Adusp ou apenas a tinham como referência não comungavam dessa visão equivocada.

P: No Brasil o processo da chamada abertura democrática e do advento da autoproclamada Nova República, significaram a substituição dos mecanismos de dominação burguesa, até então exercidos por intermédio da coerção das armas, da violência institucionalizada e da repressão estatal desenfreada, pela utilização dos meios clássicos de dominação, com o uso da cooptação dos movimentos sociais e do atendimento das reivindicações secundárias dos trabalhadores, para manter inalterados os seus interesses de classe. Diante das tentativas de cooptação e das propostas de Pacto Social da Nova República, qual foi o comportamento da Adusp?

**Entrevistado:** Passado o tempo, é bem razoável concluir que durante a transição lenta, gradual e controlada para a democracia, incluindo o período de vigência do movimento “Diretas Já”, os setores classistas defensores da continuidade da dominação burguesa estavam gestando o pacto social que resultou na chamada Nova República, pretensamente ancorada no combate à inflação e na implantação de sucessivos planos econômicos, com arremedos de congelamento de preços e de moratórias da dívida externa, ambos pouco bem sucedidos, se é possível fazer tal afirmação. Destaque-se também nesse episódio a postura sagaz das elites dominantes no país de se valer da utilização de recursos discursivos que evocam ocorrências potencialmente positivas, por exemplo ao agregar o qualificativo “Nova” a uma questionável estrutura republicana, ou, guardadas as devidas proporções, até a criação de um neologismo então inexistente como foi o caso da “Constituição Cidadã”, que do ponto de vista social poderia ter avançado muito mais do que o fez, haja vista que naquele momento a(o)s deputada(o)s do então Partido dos Trabalhadores se recusaram a assiná-la. Ou seja, apesar de muitos avanços significativos, o setor social mais conservador conseguiu imprimir um teor assaz liberal, mas que não ofusca o mérito do texto constitucional.

P: Houve a participação da Adusp, no processo de organização independente dos trabalhadores que culminou na criação da CUT em 1983?

**Entrevistado:** Sem dúvida, houve e há um esforço constante de sucessivas direções da Adusp, Diretoria e Conselho de Representantes (CR), no que se refere ao processo de organização independente da categoria, seja em relação a governos, seja quanto a gestão da universidade, seja a partidos políticos, seja no que diz respeito aos mais diversos credos, mas me ocorre que parcela da categoria parece não se identificar exatamente como

pertencente à classe trabalhadora. Talvez não seja oportuno afirmar que a(o)s colegas docentes não se sentem trabalhadora(e)s no sentido classista, mas não raro sua postura diante de determinados temas, por exemplo, o de se filiar ou mesmo de criar uma central de trabalhadores, como foi o caso da criação da Central Única de Trabalhadores (CUT), evoca um certo vacilo com relação à oportunidade de tomar tal decisão. Penso que ilustra um pouco isso a demora para deliberar sobre fazer ou não parte da CUT, assim como tempos depois dela se desfiliar e também, em seguida, de filiar-se à Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas. Talvez seja razoável conjecturar se a discussão de temas como este não ficaria permeada pela dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, o que se revela num equívoco para quem considera que ambos são importantes e complementares, mas essa tem sido uma armadilha usada à exaustão pelos setores sociais que dominam nas sociedades capitalistas, em especial segmentos que vivem da exploração do trabalho alheio. Se isso faz algum sentido é importante a atenção para essa luta de teor ideológico.

P: A Adusp participou do Movimento pelas Diretas-já?

**Entrevistado:** Penso que a questão já foi respondida por ocasião da resposta à pergunta 19.

P: Para muitos que atuavam no movimento sindical, o Congresso Constituinte convocado pelo Governo Sarney, em 1986, representou uma tentativa de legitimar o regime conservador da Nova República, com uma pretensa constituinte, sem soberania, nem liberdade, controlada por leis arbitrárias e manipulada pela classe dominante. A Adusp adotou qual comportamento neste cenário político?

**Entrevistado:** Ao lado de outras entidades representativas de setores sociais defensores de uma sociedade mais justa e igualitária, a Adusp batalhou para que o país tivesse uma constituinte “livre, democrática e soberana”, o que significaria eleger parlamentares para a tarefa exclusiva de elaborar uma Constituição para o país. Mas não foi isso que aconteceu, e a pergunta já esclarece isso, a sociedade brasileira foi submetida a um congresso constituinte, sendo que o trabalho da(o)s parlamentares eleita(o)s consistia em duas partes concomitantes: a primeira delas dedicada a legislar nos moldes regulares, a segunda sim dedicada à elaboração do novo texto constitucional. Parece não haver dúvidas de que o intuito maior era o de legitimar o regime conservador travestido de “Nova República”, mas se a memória não falha, as alegações iam desde a pretensão de dar celeridade ao processo, vez que a(o)s constituintes já passariam tão logo a implementar o novo texto, sem necessidade de novas eleições, até a suposta economia de recursos que isso poderia propiciar. Uma vez mais, diríamos que é preciso muita atenção à

disputa ideológica que permeia os processos decisórios, porque elas podem ser determinantes em muitos sentidos.

P: Em 1977, O jornal Movimento apresentou uma matéria demonstrando que os investimentos na universidade haviam sofrido um decréscimo após a reforma de 1969, e que os salários da(o)s professora(e)s estavam defasados. À época o diretor da ADUSP era o professor Crodoaldo Pavan o qual encaminhou documento reivindicando reajuste dos salários. Diante disso, como o senhor vê a atuação da ADUSP em questões corporativistas naquele momento histórico?

**Entrevistado:** Embora não tenha vivenciado aquele momento, enquanto docente da USP, e não possa ignorar que a ditadura militar não permitia a organização sindical, na segunda metade dos anos 70 já havia um esforço das entidades associativas se organizarem nos moldes sindicais, por exemplo as associações que depois se tornaram a Apeoesp na educação básica e a Adusp na educação superior, mesmo sem o reconhecimento oficial. Ora, faz parte das tarefas de qualquer organização pretensamente sindical defender as questões que dizem respeito à corporação que representa e a Adusp passou a fazer isso de modo progressivo, inclusive estudando o orçamento do estado e passando a fazer suas reivindicações com base nos dados da arrecadação de tributos, um dos motivos de muita preocupação dos governos de então e certamente um determinante para separar as categorias de profissionais nas universidades públicas paulistas das demais categorias do funcionalismo do estado, o que veio a ocorrer no governo Quéricia.

P: De que forma essas questões relacionavam-se com a ampliação da autonomia dos docentes em uma organização de resistência frente ao regime?

**Entrevistado:** A Adusp foi se tornando progressivamente uma organização sindical de fato, embora não de direito, pois a legislação vigente não o permitia, o que só veio a ocorrer após a Constituinte. Igualmente, foi conquistando aos poucos o reconhecimento e a adesão da categoria, tendo atuado inclusive nas elaborações tanto da CF/1988 quanto da Constituição Paulista de 1989. Ou seja, a Adusp sempre procurou contribuir no âmbito mais geral, em defesa de uma organização democrática do país e do estado, assim como no espaço interno à universidade, tendo como referência uma concepção de mundo e de organização social. Isso tudo decorre, sem dúvida, de conquista de autonomia frente a governos, a partidos políticos e a credos religiosos, mesmo num ambiente extremamente conservador como sempre foi a USP.

P: O documento ainda aponta, que, apesar da diminuição dos investimentos

houve uma ampliação no número de vagas e a instauração da pós-graduação. Como o senhor entende essas contradições?

**Entrevistado:** Essa contradição sempre fez parte das políticas adotadas por sucessivos governos paulistas. A ampliação das vagas no ensino de graduação, apesar de benvinda, nem sempre resultou de lutas pela democratização do acesso à educação superior, mas de interesses de governantes e também do mercado e a instauração da pós-graduação; contudo essas iniciativas não foram acompanhadas de correspondente investimento de recursos financeiros e nem de pessoal, para propiciar a manutenção da qualidade do tripé ensino, pesquisa e extensão realizado na USP. Ocorre que progressivamente foram sendo implantadas políticas de teor privatista, incluindo internamente à própria universidade, que chegou em tempos recentes a contratar uma consultoria internacional para planejar a “USP do futuro”, que não tem a ver com um projeto inclusivo, portanto sem referência na sociedade.

P: No levantamento das fontes que fizemos, encontramos um depoimento elaborado pela Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (CV-USP) do professor Sérgio Ferro, banido da USP em 1972. Nele, o professor aponta uma inércia de professores e dirigentes da USP em relação às perseguições e torturas sofridas por ele e outros colegas e alunos até a data da sua saída compulsória. O senhor teve contato com esse professor? Como vê essa questão?

**Entrevistado:** Não conheci Sérgio Ferro, ex-professor na FAU e banido pela ditadura militar, só bem recentemente após ler seu depoimento à Comissão da Verdade da USP (CV-USP). Mas o que ele conta em seu depoimento causa indignação, mas não me surpreende, pois a cúpula que gerencia a USP desde há muito tempo, com pequenas nuances que não a descaracterizam, é composta de docentes titulares (o topo da carreira) que age como se a universidade fosse uma empresa e dela! A não surpresa diz respeito ao fato de que uma das características desta cúpula é a subserviência frente aos ocupantes do poder, isso pode ser visto ao longo do tempo, inclusive agora na gestão Vahan Agopyan-Antonio Carlos Hernandez. No período em que Sérgio Ferro foi banido desconheço alguma iniciativa em sua defesa por parte da organização que a antecedeu, ou seja, a Associação dos Auxiliares de Ensino.

P: Após o surgimento da Adusp, houve algum plano de readmissão dos professores/funcionários demitidos compulsoriamente?

**Entrevistado:** Não tenho notícia de que isso tenha acontecido ou, pelo menos, não em escala, pois se isso tivesse acontecido certamente teríamos tomado conhecimento, mas as pessoas que participaram de Diretorias bem

anteriores talvez tenham esse registro.

P: Se houve, como se deram as negociações com os dirigentes da universidade?

**Entrevistado:** Mesma resposta da pergunta anterior.

P: Dentre as resoluções apresentadas pelos professores da USP no 1º Congresso unificado das associações, a professora Marilena Chauí apresenta um texto no qual estabelece e aponta elementos da burocracia na universidade em contraposição à necessidade de democratização tanto nas formas de organização, quanto ao ingresso e permanência dos estudantes. Em relação às defesas democráticas no interior da universidade, como o senhor observa o papel da ADUSP neste percurso?

**Entrevistado:** Desde o momento que comecei a frequentar a USP em 1980, então como biólogo no Instituto de Física (IF), passei a acompanhar mais de perto as ações das entidades que representam a(o)s docentes e a(o)s funcionária(o)s – Adusp e Sintusp, respectivamente – e posso dizer que ambas sempre atuaram com vistas a democratizar a USP, contribuindo para que se tornasse cada vez menos elitista. Ao contrário disso, a cúpula da universidade sempre se mostrou muito contrária a ventos renovadores, tanto é que vigoram até hoje referenciais desde a ditadura militar, por exemplo, o regimento disciplinar de 1972, e o fato de sequer respeitar o que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no que se refere à participação de 70% de docentes na composição dos órgãos colegiados da USP. Além disso, ela foi uma das universidades que durante mais tempo resistiu a adotar um sistema de cotas étnico-raciais no processo de ingresso de estudantes na universidade e, ainda assim, sem a garantia de políticas efetivas de permanência estudantil.

P: Como o senhor enxerga este binômio democracia x burocracia?

**Entrevistado:** A democracia pode ser definida como “governo do povo”, conforme explicitado no início da CF/1988, ou seja, é um sistema de governo que tem como referencial uma organização da sociedade que respeita a soberania popular. Ou, como disse Churchill, “a democracia é a pior forma de governo imaginável, à exceção de todas as outras que foram experimentadas”. Ocorre que dificilmente nos deparamos com pessoas ou governos que se digam antidemocráticos, ou seja, há inúmeras concepções do que seja democracia ou um funcionamento democrático, e se perguntarmos a qualquer membro da cúpula da USP sem dúvida dirão que a instituição se pauta por decisões democráticas. Quanto à segunda parte do binômio, eu diria que há uma burocracia necessária, que permite o bom funcionamento das instituições, contudo nem sempre ela prevalece, sendo



comum prevalecer em muitas instituições e políticas governamentais um funcionamento nos moldes da administração gerencial, pretensamente técnica e inexorável. Essa visão é característica de dirigentes e gestões nada democráticas, que usam dos cargos que ocupam para tocar seu projeto de teor empresarial, que é o que ocorre na USP.

P: O que a ADUSP entendia por “defesa democrática” naquele momento?

**Entrevistado:** Não vivenciei diretamente o período mencionado, mas conhecendo em parte a história da Adusp eu diria que, com maior ou menor protagonismo, ela tem se posicionado sempre no sentido de contribuir para a democratização da USP. A história das batalhas desenvolvidas há muito pela Adusp contra os mecanismos externos e internos de privatização da universidade, do qual a luta contra as fundações de direito privado ditas “de apoio” à USP e pretensamente sem fins lucrativos, por exemplo, atestam isso.

**FIM DA ENTREVISTA**

**Universidade Nove de Julho – UNINOVE**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**APÊNDICE 10 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: César Minto**

Prezado Professor César Augusto Minto,

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa “História da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp): democratização do ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil militar no Brasil (1976-1980)”. Este estudo tem como objetivo analisar questões que permeiam as transformações ocorridas na história da associação e suas relações com a democratização da universidade e da sociedade brasileira.

Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinadas à valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevista com professores que se formaram e lecionaram no período X da história da educação brasileira, considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação. Também é resguardada ao professor a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo *História da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp): democratização do ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil militar no Brasil (1976-1980)*.

Os resultados desta investigação poderão contribuir para o estudo História da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp): democratização do ensino superior e da sociedade em tempos de ditadura civil-militar no Brasil (1976-1980).

Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos participantes que tiverem interesse de recebê-las.

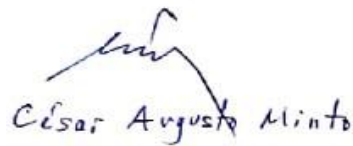
Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação. Informamos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias.

Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco a disposição dos participantes deste estudo por meio do telefone: 55 11-4661 3649 ou e-mail: [carlosbauer@uni9.pro.br](mailto:carlosbauer@uni9.pro.br)

Carlos Bauer e Fernanda Batista Alves, responsáveis por esta pesquisa.

**César Minto**  
Nome do entrevistado



César Augusto Minto

---

Assinatura

**Fernanda Batista Alves**  
Nome do entrevistador

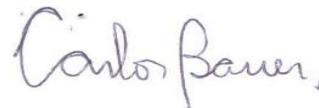


Fernanda Batista Alves

---

Assinatura

Responsável pela pesquisa



Carlos Bauer

**Carlos Bauer de Souza**

---

Assinatura

Universidade Nove de Julho - UNINOVE  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**APÊNDICE 11:** Trecho de O Estado de São Paulo de 31 de janeiro de 1982. Trecho da reportagem A prova mais difícil: o custo das faculdades Disponível em <http://acervo.estadao.com.br>.

Passar no vestibular já não é problema para muitos alunos que, depois de aprovados, terão de pagar matrículas de até Cr\$ 40 mil sem ter recursos necessários para isso. Antes mesmo de se matricularem, muitos estão desistindo das vagas conseguidas com dificuldade, e agora esperam o próximo ano para disputar novamente o vestibular. Só que desta vez apenas em escolas públicas e gratuitas.

---

## *Campanha para ensino gratuito*

---

Preocupados com a situação, a Associação dos Docentes da USP — **Adusp** — realizará uma campanha nacional este ano em defesa do ensino público e gratuito nas universidades. Essa proposta também será levada ao I Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que começará amanhã, terminando sexta-feira, em Florianópolis.

**Universidade Nove de Julho - UNINOVE**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**APÊNDICE 12:** Capa do livro *Pra onde vai a USP - I Congresso da Universidade de São Paulo*, produzido a partir do I Congresso da USP e utilizado como fonte de análise para a 4ª seção.

Versão integral

Disponível em [https://www.adusp.org.br/files/i\\_congresso/ICon\\_reduzido.pdf](https://www.adusp.org.br/files/i_congresso/ICon_reduzido.pdf)



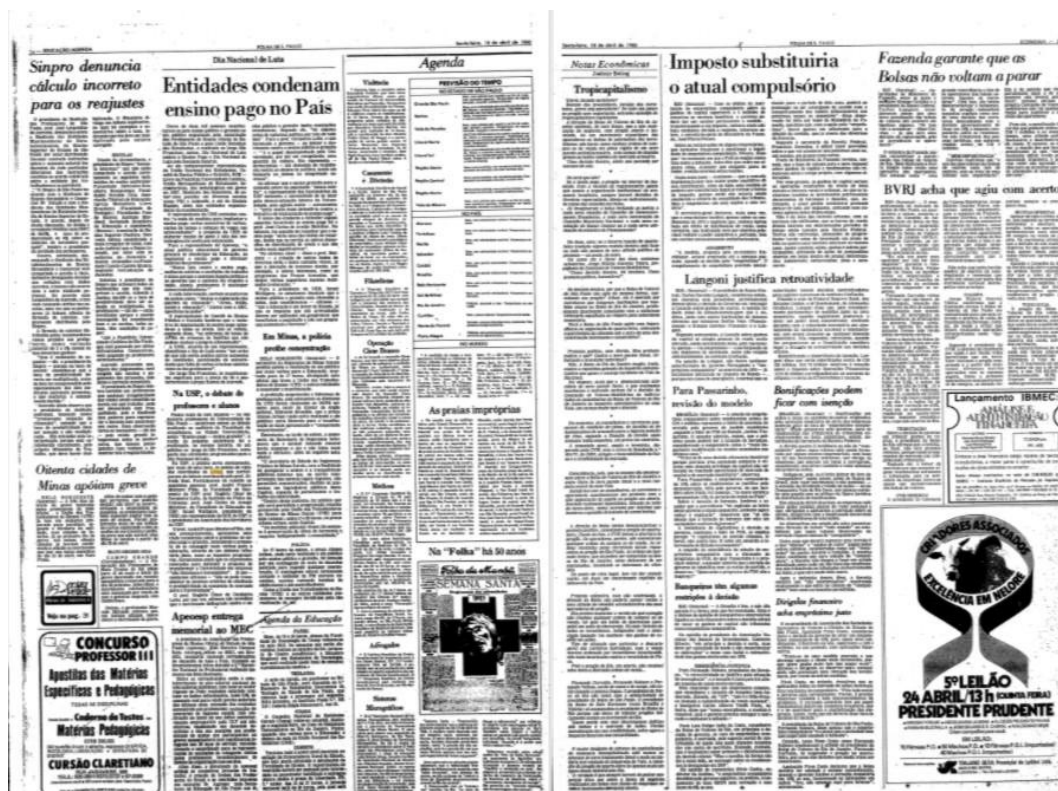
**Universidade Nove de Julho - UNINOVE**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**APÊNDICE 13** - Recorte do Jornal Folha de São Paulo de 18 de abril de 1980.

FONTE: Disponível em

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7285&keyword=Adusp&anchor=430>

6996&origem=bsca&originURL=&pd=74d44a95d48ecadf5759340eabfcb218



**Cerca de duas mil pessoas manifestaram-se pelo ensino público e gratuito no ato público organizado pela Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e pela União Estadual dos Estudantes, e realizado no largo São Francisco, ontem, Dia Nacional de Luta contra o Ensino Pago e Dia Nacional de Luta pelo Reajuste Salarial.**

**Ao ato compareceram representantes da União Nacional dos Estudantes, Comitê de Ensino Público e Gratuito, DCE — Livre da Pontifícia Universidade Católica, União Metropolitana de Estudantes Secundaristas, dos metalúrgicos em greve no ABC, Sindicato dos Bancários, de estudantes punidos em diversas escolas como FEI e Anhembi, e até do Ginásio Equipe, além das entidades organizadoras da manifestação.**

**“Nossa luta contra o ensino pago, melhores salários e condições de trabalho é única porque o combate àquela política é ao governo que a sustenta diz respeito a todos, alunos, professores é quaisquer outros trabalhadores.”**